

**PAULA ALEXANDRA CORREIA VELOSO DA VEIGA**

# **UNIÃO EUROPEIA – MAGREBE**

**RUPTURAS, INTERDEPENDÊNCIA, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de  
Economia e Gestão da Universidade Técnica de  
Lisboa, com vista à obtenção do grau de Mestre  
em Economia Internacional

**Instituto Superior de Economia e Gestão**  
**Lisboa – 1995**

## Errata

Página	Referência	Alteração
30	Quadro 8 - Título	Onde se lê (em %), leia-se (em milhões)
61	Linha 20	Onde se lê PIB francês, leia-se PNB francês.
64	Quadros 9 a 14 - Títulos	Acrescentar (em %)
68	Gráficos 11 a 16 - Títulos	Acrescentar (em %)
72	Gráfico 22 - Título	Acrescentar (em %)
86	8º parágrafo	Onde se lê referi-mo-nos, leia-se referimo-nos
114	Quadro 4 - Título	Acrescentar (em milhões de Ecus)
116	Quadro 6 - 3ª linha; 8ª coluna	Onde se lê 284, leia-se 384
147	Quadro 10 - 1ª Linha; 3ª coluna	Onde se lê aprovado, leia-se APO
186	Gráfico 2	Substituir gráfico, pelo gráfico apresentado abaixo
201	4º parágrafo: "Bagwati, Jadgdish,....., p.1-8.	Não considerar
206	11º parágrafo: "Goyet, ....., pp. ??	Onde se lê ??, leia-se 365-367

Quadro 2-Efeitos esperados no Magrebe dos acordos de comércio livre com a U.E.

	Eliminação das tarifas		Liberalização da entrada dos produtos sensíveis na U.E..		Benefícios líquidos
	Benefícios	Custos	Benefícios	Custos	
<b>Efeitos no comércio</b>		Aumento das importações dos produtos manufacturados	Aumento das exportações dos produtos manufacturados		Deterioração da B.C (com redução no L.P.)
<b>Custos de ajustamento</b>		Mobilidade de factores dos sectores ineficientes Défice da B. P.			Mobilidade de factores dos sectores ineficientes Défice da B. P
<b>Efeitos estáticos</b>	Ganhos do comércio		Aumento do rendimento das indústrias de exportação		Ganhos de bem estar
<b>Outros efeitos económicos</b>	Aumento da eficiência		Aumento do investimento de economias escalas	Possíveis retaliação de terceiros	Ganhos de bem-estar Possibilidade de perda de mercados terceiros

Biblioteca  
Eci.vit.  
1605-c. 42748

HC241.25.M34  
V45  
1995



PAULA ALEXANDRA CORREIA VELOSO DA VEIGA

**UNIÃO EUROPEIA - MAGREBE:  
RUPTURAS, INTERDEPENDÊNCIA, COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, com vista à obtenção do grau de Mestre em Economia Internacional

**Instituto Superior de Economia e Gestão  
Lisboa - 1995**



**Aos meus pais  
Aos meus irmãos  
Ao meu afilhado João**

**“Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes.”**

**Ricardo Reis**

## Agradecimentos

A apresentação desta dissertação é a conclusão de um processo cujo início remonta a 1992. Durante este período muitas foram as pessoas que, de diversas maneiras, contribuíram para a sua realização.

Em primeiro lugar quero expressar o meu mais profundo agradecimento ao Professor Armando de Castro pela ajuda paciente e constante que me concedeu ao longo da realização deste trabalho. A sua concretização não teria sido possível sem o seu entusiasmo e sem a sua amizade

Estou muito grata à Professora Margarida Proença, à Professora Mino Farhangmehr e à Professora Helena Guimarães pelos incentivos e interesse demonstrados.

Agradeço sinceramente à Dr<sup>a</sup> Helena Gonçalves pela ajuda na revisão e ao Vitor pelo apoio informático.

Agradeço aos meus colegas de Mestrado, em especial à Maria João, ao Zé Carlos e à Carla pela pelo bom ambiente de trabalho proporcionado e pelo ânimo.

Agradeço a amizade de todos os meus amigos de Braga, em particular à Anabela, à Fatinha, à Gena, à Ia, à Nani, ao Tino, ao Zé Pedro e à Natália e ao Zé Carlos.

Não posso esquecer também todos os amigos de Santarém que partilharam comigo as primeiras etapas deste trabalho

Ainda uma palavra de afecto para a D. Regina, para a Sofia, para a Verónica e para a Comunidade Shalom, por me terem feito “sentir em casa” durante a minha estada em Lisboa.

Finalmente agradeço à minha família, o apoio e o carinho demonstrados ao longo deste trabalho, e não só.

## Índice

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I - O MAGREBE</b>	<b>11</b>
<b>1 Dados gerais</b>	<b>12</b>
<b>2 O mito da Unidade</b>	<b>13</b>
2.1 A importância do Mito	13
2.2 As fontes do Mito	14
<b>3 A crise das economias magrebina: os modelos de desenvolvimento em questão.</b>	<b>18</b>
3.1 A evolução das políticas económicas e seus resultados	18
3.2 Estrutura das economias.	25
<b>4 Um problema central das economias: o desemprego</b>	<b>28</b>
4.1 A pressão demográfica	29
4.2 Características do mercado de trabalho	31
4.3 Alterações previsíveis do mercado de trabalho nos próximos anos	33
<b>CAPÍTULO II - AS RUPTURAS</b>	<b>35</b>
<b>1 As rupturas no Mediterrâneo - as separações das margens</b>	<b>36</b>
1.1 As principais rupturas históricas	36
1.2 Rupturas actuais - Os dois Mediterrânios: a consagração da ruptura económica e civilizacional?	38
<b>2 Cenários tendências</b>	<b>50</b>
<b>CAPÍTULO III - OS FLUXOS E A INTERDEPENDÊNCIA</b>	<b>53</b>
<b>1 Introdução</b>	<b>54</b>
<b>2 Migrações</b>	<b>55</b>
2.1 Os fluxos de população	55
2.2 Tipologia das populações	56
2.3 Destino da emigração	57
2.4 A emigração e as estratégias de desenvolvimento	58
2.5 Factores determinantes do volume das remessas	60
<b>3 Comércio</b>	<b>61</b>
3.1 A importância da UE no comércio magrebino	61
3.2 A interdependência comercial	62
<b>4 Investimentos</b>	<b>70</b>
4.1 Investimento da União Europeia.	72

4.2 Hipóteses para a fraca atractividade comparativa do mercado magrebino	74
4.3 Contributos do investimento Europeu para o Magrebe	76
<b>5 Energia</b>	<b>78</b>
5.1 Petróleo	79
5.2 Gás Natural	80
<b>CAPÍTULO IV: COOPERAÇÃO</b>	<b>83</b>
<b>1 Introdução</b>	<b>84</b>
1.1 Os Actores da Cooperação	85
1.2 Evolução das relações de cooperação União Europeia -Magrebe	87
<b>CAPÍTULO V - PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO</b>	<b>128</b>
<b>1 Política Comercial</b>	<b>129</b>
1.1 Os acordos preferenciais e o GATT	129
1.2 Benefícios dos acordos comerciais.	130
1.3 Efeito na expansão das exportações	131
1.4 Efeitos na diversificação das exportações	134
1.5 Investimento externo	134
1.6 Desilusões magrebinas com o sistema de preferências	136
<b>2 Investimentos</b>	<b>143</b>
2.1 EC Investment Partner	144
2.2 MED INVEST	148
<b>3 Cooperação Social</b>	<b>150</b>
3.1 O trabalhador magrebino à luz dos tratados	150
3.2 Cooperação da Comunidade Europeia	151
<b>CAPITULO VI - A INTEGRAÇÃO</b>	<b>154</b>
<b>1 Introdução</b>	<b>155</b>
<b>2 Integração magrebina</b>	<b>155</b>
2.1 O vazio da união económica e política árabe	155
2.2 A 1ª Tentativa - Conselho Permanente Consultivo do Magrebe	156
2.3 A criação da União Magrebina Árabe	157
<b>3 O espaço Euro-Mediterrâneo</b>	<b>165</b>
3.1 Introdução	165
3.2 As potenciais vantagens	166
3.3 Os custos dos ajustamentos	167
3.4 Considerações sobre a zona de comércio livre	170
<b>4 Cenários de integração/cooperação</b>	<b>171</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>175</b>





# Introdução

## Objecto do Estudo

O objectivo central deste estudo é analisar os desenvolvimentos no Sul do Mediterrâneo Ocidental nas suas relações com a União Europeia. O exame destas relações afigura-se de elevado interesse, já que elas intersectam com muitas das problemáticas actuais em especial, as relações Norte - Sul, as relações Sul - Sul e a reorganização da União Europeia. com a aproximação dos países do Leste.

De facto, o Mediterrâneo Ocidental sintetiza muitas das tensões da ordem mundial: Norte-Sul<sup>1</sup>, Ocidente - Oriente, globalização - regionalização e marginalização - integração, o que confere uma enorme complexidade e importância às relações que se estabelecem entre as duas margens.

O tema pode ser abordado em várias dimensões. Optámos por uma análise multidisciplinar, que pudesse apreender esta complexidade, retendo principalmente a dimensão económica.

O trabalho foi suscitado pelo crescente debate sobre a ameaça "integrada"<sup>2</sup> que representa o colapso dos sistemas económicos sociais e políticos da margem sul do Mediterrâneo Ocidental (Argélia, Marrocos e Tunísia) e pelo interesse suscitado pela proposta da UE de concretização de um espaço Euro-Magrebino, centrado nos conceitos de "parceria e co-desenvolvimento" e na criação de uma zona de comércio livre Euro-Mediterrânica.

A reforçar o interesse pelo objecto em estudo, a constatação de que o reforço das relações da Comunidade com o Magrebe representa uma oportunidade económica e estratégica, para os países da periferia mediterrânica da Europa, a que Portugal só agora começa a conferir a verdadeira dimensão.

No estudo procurar-se-à pôr em evidência:

- O agravamento das rupturas do Mediterrâneo Ocidental, resultado do fracasso das políticas nacionais, da insuficiência da política comunitária para a região e das condições internacionais do movimento de capitais. Estas rupturas mais do que espelho da diversidade da região mediterrânica decorrem da marginalização da identidade comum em ambas as margens.
- A intensidade dos fluxos e o padrão assimétrico da interdependência entre as margens. A interdependência reforça a necessidade de diálogo e cooperação entre as partes e a sua característica assimetria das relações determina as relações de poder na região.
- A insuficiência das políticas de cooperação da União Europeia, fortemente condicionada pelos interesses individuais dos Estados Membros.

- A importância e as limitações dos movimentos de integração na (re)organização das economias magrebina e no estabelecimento de um novo padrão de interdependência e cooperação com a União.

### **Metodologia**

Assentámos o estudo essencialmente em pesquisa bibliográfica procurando cobrir as várias perspectivas e diferentes sensibilidades sobre o tema. Esta metodologia não esteve isenta de dificuldades em especial devido à abordagem ampla a que nos propusemos.

Sentimos particular dificuldade na recolha e na coerência dos dados estatísticos, que pode ser parcialmente justificada pelo lugar onde realizámos a dissertação e pelo tempo disponível.

Cabe aqui realçar o regozijo pelo facto do quadro multilateral de cooperação, proposto na Conferência do Conselho Europeu de Cannes, em Junho 1995, incluir a cooperação estatística entre as margens.

### **Apresentação e plano de trabalho**

Organizámos o trabalho em torno de conceitos que nos parecem relevantes para apreender a natureza dessas relações: Ruptura, Interdependência, Cooperação e Integração.

O trabalho desenvolver-se-á de acordo com o seguinte plano de exposição:

No primeiro capítulo apresentamos o Magrebe. Começamos por indicar alguns dados gerais sobre a localização, a riqueza natural e referimo-nos à natureza e às fontes do Mito de destino comum, presente de forma inequívoca na consciência colectiva magrebina.

Abordamos de seguida a crise das economias magrebina como consequência dos modelos de desenvolvimento económico e social defendidos nas últimas décadas. A análise da evolução das políticas económicas, após as independências, permite-nos evidenciar uma evolução económica intimamente ligada ao pensamento económico e à intensidade das relações económicas com a Europa e com o sistema capitalista. Introduzimos esta análise no trabalho para compreendermos melhor o estado actual das economias e sociedades e para podermos objectivamente recusar o discurso simplista e redutor “da culpa vinda do exterior” para justificar os atrasos no desenvolvimento da região.

Neste capítulo referimo-nos ainda às principais características da estrutura económica dos países do Magrebe e destacamos o problema do desemprego na região. Este destaque impõe-se pela dimensão do problema e pelas suas consequências na degradação das sociedades magrebina. Por outro lado, o desemprego no Magrebe é um dos principais factores a ter em conta nas relações da região com a União Europeia.

No segundo capítulo referimo-nos às rupturas das relações entre as margens do Mediterrâneo Ocidental. Em primeiro lugar, seguindo a proposta de Malki(1989)

fazemos uma abordagem sintética das principais rupturas históricas. Em seguida, concentramo-nos na compreensão das principais rupturas actuais e nos perigos que elas representam. Focamos em particular, a ruptura económica que identificamos com o conceito de marginalização, e a ruptura cultural, associada às manifestações de intolerância entre as duas civilizações. Esta tensão é visível no fenómeno de multiplicação dos movimentos do Islão político. Neste capítulo referimos sumariamente as principais características destes movimentos e a sua expressão no Magrebe. Discutimos ainda o risco de uma ruptura militar. No final do capítulo apresentamos cenários que denominamos de “tendencias”, perspectivando a evolução da região e das suas relações, caso as condições actuais de ruptura não se alterem. O cenário “tendencial agravado” prevê a possibilidade da ascensão ao poder dos movimentos radicais islâmicos.

No terceiro capítulo analisamos os fluxos que ligam as margens do Mediterrâneo e determinam o seu padrão de interdependência: migrações, comércio, investimento e energia. Na sequência do objectivo em estudo discutimos a importância económica dos fluxos para cada uma das partes e para a relação entre ambas.

O quarto capítulo é consagrado ao estudo da evolução das relações de cooperação entre a União Europeia e os países do Magrebe, através de acordos de associação. O enquadramento destas relações inscreve-se no amplo quadro das relações da União Europeia com o mundo e em particular com o Mediterrâneo. Neste capítulo desenvolvemos as principais etapas da evolução da política mediterrânica da UE, procurando estabelecer um paralelo com as inquietações da União Europeia com o exterior. Particularizamos em cada etapa a natureza e o conteúdo das relações com os países do Magrebe.

No quinto capítulo completamos as questões do capítulo anterior, analisando os principais instrumentos de cooperação desenvolvidos pela UE, no quadro da associação com os países magrebinos - política de preferências comerciais, apoio ao investimento e cooperação no domínio social.

Damos especial destaque aos resultados nos fluxos de comércio, da política de preferências e do tratamento específico dado aos produtos ditos sensíveis.

Neste capítulo não nos referimos aos instrumentos financeiros, que mencionámos resumidamente no capítulo anterior, apesar de reconhecermos, ao longo do trabalho, a sua importância. Esta opção prende-se com a extensão do trabalho. O critério de escolha dos instrumentos a estudar foi a sua ligação mais directa às áreas de interdependência referidas no capítulo III

No sexto capítulo estudamos os movimentos de integração formal no Magrebe e no Mediterrâneo. Em primeiro lugar referimo-nos à União Magrebina árabe, tradução económica do permanente mito de unidade. Referimo-nos em particular aos factores impulsionadores do mito, aos seus resultados e às razões das suas dificuldades. Procuramos ler estes acontecimentos à luz da experiência das integrações económicas nos países em desenvolvimento. Confrontamos a UMA com a UE numa dupla perspectiva: o apoio da UE à UMA e a posição da UMA face à UE. Em seguida, abordamos os actuais projectos de formação de uma área de comércio livre no Mediterrâneo, enquadrada num espaço de estabilidade Euro-Mediterrânica. Neste âmbito inventariamos as dificuldades que entram, quer a Norte, quer a Sul, a conclusão do espaço Euro-Magrebino. Finalmente apresentamos os cenários de

integração/cooperação “Comunidade magrebina”, “Espaço Euro -Mediterrânico”, avaliando as suas principais consequências.

## Capítulo I - O Magrebe

“Minha pátria é a África do Norte. Pátria gloriosa que tem uma identidade sagrada, uma história sumptuosa, uma língua generosa, uma nobre língua árabe”.

Moufdi Zakaria<sup>3</sup>

## 1 Dados gerais

Os geógrafos árabes designaram por "Al-Maghrib" a África do Norte. O termo, que na sua origem astronómica significa o poente, generalizou-se para denominar a parte do mundo árabe onde o sol se põe, o Grande Magrebe<sup>4</sup>- hoje a Argélia, a Líbia, o Marrocos, a Mauritânia e a Tunísia.

A Argélia, Marrocos e a Tunísia, eixo central deste conjunto, constituem o pequeno Magrebe, ou simplesmente Magrebe. É esta a designação que lhe daremos ao longo destas páginas, sempre que não seja necessário opor o eixo dinâmico magrebino às suas periferias.

A superfície do Magrebe é de cerca de 3.000 milhões Km<sup>2</sup>, desigualmente repartidos entre Marrocos que ocupa 447.000 km<sup>2</sup>, a Argélia com 2.388.000 Km<sup>2</sup> e a Tunísia que não ultrapassa 164.1500 Km<sup>2</sup>. Os geógrafos precisam que este espaço é atravessado ao centro pelo meridiano de *Greenwich* e se situa entre os 10 graus de longitude a Oeste e os 12 a Leste, e entre os 19 e os 37 graus de latitude Norte.

Do ponto de vista do relevo e do clima, existe uma grande semelhança entre os três países. De um modo geral, a maior ou menor proximidade ao mar ou ao deserto, determina as características climatéricas de um dado local.

O deserto do Saara (Saara significa terra pobre), ocupa uma parte considerável do território, exibindo grandes planícies, de clima desértico, impróprio para o desenvolvimento da agricultura e dos aglomerados humanos. Esta predominância de deserto no conjunto total do espaço confere a aridez a estes países. Em oposição aparece o Magrebe húmido com uma longa fachada atlântica e mediterrânica, onde se destacam duas cadeias montanhosas: a cadeia Rif-Tell muito acidentada e uma outra série compacta com o Haut-Atlas. Nesta região o clima é mediterrânico e nas terras mais férteis pratica-se uma agricultura tipicamente mediterrânica.

As condições naturais não podem explicar, por si só, o atraso económico e as carências sociais do Magrebe. Malgrado a grande extensão de zonas áridas, a região apresenta, no seu todo, potencialidades agrícolas importantes que o homem soube, em difíceis condicionalismos, aproveitar com perícia, e uma importante riqueza mineral e fósfil: petróleo, fosfatos e gás natural.

Do ponto de vista agrícola, Marrocos é o mais dotado. A sua fachada atlântica confere-lhe uma situação mais propícia à sedentarização e ao desenvolvimento da agricultura. A outra vertente marítima mediterrânica, isolada do restante território pela cadeia montanhosa do Rif, acentuou-lhe determinados traços particulares, tanto ao nível da estrutura social como da personalidade das populações. O fosfato é a maior riqueza mineral de Marrocos, representando cerca de 63 % das reservas mundiais.

Apesar da Argélia ser o país mais extenso da região e o segundo mais extenso de África, a sua população concentra-se maioritariamente na faixa litoral (80%), devido às condições adversas das zonas desérticas montanhosas. Estas condições agudizadas pela acção do Homem, têm provocado, nas últimas décadas, o êxodo das populações, muitas vezes berberes, para o litoral ou para a Europa. Com uma população próxima da marroquina mas com uma superfície agrícola útil menor, a Argélia, uma vez desmanteladas as estruturas de auto-consumo, orientou-se para a importação massiva de bens alimentares que não era capaz de produzir. Um subsolo muito rico (petróleo) sustentou durante muitos anos a hemorragia das divisas que

pagava os bens com que o país se alimentava. Um desenvolvimento mal concebido no litoral deixou o país à beira do abismo.

A Tunísia é o país mais pequeno do Magrebe. A sua localização excepcional e uma faixa mediterrânica, proporcionalmente maior do que a dos vizinhos, potenciou o contacto com o exterior, criando sinergias múltiplas com os povos vizinhos, a norte, que economicamente tem sabido explorar. Talvez por isso, seja o mais ocidentalizado dos países do Magrebe.

Apesar de estarem de costas voltadas uns para os outros, idênticos processos de industrialização litoralizaram-nos a todos, dando a impressão de se ter constituído um eixo industrial contínuo do Mediterrâneo ao Atlântico. Industrializações dependentes do ciclo económico mundial, alimentadas por receitas de exportação e previsões erróneas do desenvolvimento, levaram a situações económicas insustentáveis, às vezes ao desespero, às vezes à revolta.

## **2 O mito da Unidade**

### **2.1 A importância do Mito**

As sociedades magrebina são internamente marcadas pela heterogeneidade, mas as suas estruturas sociais e os valores comuns são semelhantes<sup>5</sup> e, em largos trechos da História, o seu passado é comum<sup>6</sup> (Móran 1990); as fronteiras nacionais afirmaram "os diversos" para além do razoável.

O mito da unidade está presente de forma inequívoca na consciência magrebina reforçado por uma linguagem religiosa unificadora. Este sentimento de destino comum da região, partilhado ao longo da História pelos povos, alternou com conflitos persistentes entre eles, e foi ocasionalmente institucionalizado pela classe dirigente.

O mito "é um nada que é tudo", diz Fernando Pessoa<sup>7</sup>. A regionalização da economia mundial, e a integração magrebina em particular, pode vir a ser facilitada pela "espessura" do mito na consciência colectiva. O mito "...narração de uma criação"(Eliade 1963, p.13), pode vir a ser o imperativo da construção de um futuro comum.

Os mitos são pela sua própria natureza mutáveis, acompanhando assim as diferentes percepções que a Comunidade humana vai tendo da sua existência colectiva. Em caso de crise, o mito ganha normalmente a forma de reconstrução, de ordenação e reordenação dos seus ingredientes, que são dados sensíveis de um património comum. As reconstruções míticas são normalmente impulsionadas por dinâmicas externas e o carácter progressivo dessas mutações pode implicar a existência num dado momento de vários mitos, porventura contraditórios. Nas sociedades magrebina um mito raramente aparece como dominante devido às suas múltiplas dimensões. A fragilidade interna do mito de unidade, resultado desta diversidade, é contraditória com a indivisibilidade da sua expressão externa. O mito é, por isso, ao mesmo tempo, frágil e denso.

## 2.2 As fontes do Mito

### 2.2.1 A unidade berbere

O Magrebe tem um fundo étnico comum: o Berbere, ele próprio produto de múltiplos cruzamentos de povos mediterrânicos.

A origem da palavra berbere remonta à cultura greco-latina. O termo *barbarus* designava o "estrangeiro à cidade", o que "não sabe falar" e por extensão, o "não civilizado", o "selvagem". Talvez por isso, estes povos preferiram ser chamados de *Imazighen*, isto é, "Homens livres". A tradição de resistência à ocupação é uma das raízes mais profundas da sua identidade. Durante a ocupação romana, a oposição encontrou expressão nas divergências doutrinárias e traduziu-se no nascimento do Donatismo, tradução do espírito de resistência de muitos berberes à ocupação romana. Face às ocupações árabes, os berberes resistiram. Derrotados territorialmente, muitos aceitaram o islamismo mas na sua forma mais severa e rígida: o *Kharijisme*. Ao aderirem aos cismáticos, "puritanos do Islão", segundo expressão de Louis Massigon, os berberes adoptaram o arabismo sem negar a berberidade. Pode-se assim falar de "Islão berbere" (Louis Gardet 1967)<sup>8</sup>, substrato resistente e potencialmente reactivo à arabização muçulmana

A cultura e a língua berbere constituem um particularismo do Magrebe no seio do mundo árabe e muçulmano. Mais de 40 % dos magrebinos falam o berbere (estima-se 50% a 60% em Marrocos, 30 a 50% na Argélia) transmitindo-o oralmente no seio das famílias e nas comunidades através de contos, de poesia e de canções (Moatassime 1988). O fundo cultural berbere explica também a diferença do dialecto árabe utilizado no Magrebe.

A afirmação da cultura berbere foi marginalizada pelos colonizadores, bem como pelos Estados nacionais que lhe sucederam. A política colonial opôs berberes aos árabes ou "jogou" na amálgama, sempre com o objectivo de os destruir. Após a independência, os dirigentes das novas nações, de afirmação arabista, movidos pelo objectivo de preservar a unidade nacional e em obediência aos quadros ideológicos do arabismo, impediram as manifestações dos particularismos e submeteram os povos a políticas de arabização, através de escolarização intensiva por meio das escolas corânicas. O regionalismo, com base nas características culturais, não foi acolhido no discurso oficial que apenas o promoveu como meio de organização do território, subordinado a princípios vistos como de racionalidade económica. (Claisse 1988). Ao sentimento de opressão cultural e de marginalização económica, os povos berberes juntaram o de pertencer a uma comunidade histórica diferenciada da assumida pelo grupo que dominou o aparelho de estado. O particularismo berbere foi amplamente demonstrado, em 1980, nos confrontos na Argélia conhecidos por "Primavera Kabyle", nos quais mostraram a resistência em adoptar os valores árabes-muçulmanos impostos pelo poder.

A afirmação berbere é hoje um dado de facto, um movimento que emerge, apoiado por uma elite intelectual. Juntos reivindicam um papel mais importante na cultura, insistindo na oficialização da aprendizagem da sua língua.

Apesar de não lutarem pela autonomia, a questão berbere é hoje, mais do que nunca, uma questão política. Em face disso, o poder foi recentemente obrigado a contemporizar, e a língua berbere ganhou um estatuto e um reconhecimento impensáveis anos atrás<sup>9</sup>.



### 2.2.2 *Unidade Islâmica*

Após a invasão do Egípto, os árabes, no início do século VIII, tinham já estendido os seus domínios a toda a África a norte do Saara. Mais do que uma expansão territorial, a expansão árabe teve a notabilidade de transformar o Islão numa das grandes religiões do mundo, marcando o destino destes povos, fazendo-os tomar parte de uma nova cultura e isolando-os das influências mediterrânicas de séculos anteriores. Se a expansão territorial encontrou alguma oposição, ela foi rapidamente anulada pela entusiástica adesão à fé.

O Islão impôs-se como um sistema de Estado, de Lei e de Arte que perdura até aos nossos dias. É em redor de um Deus único, revelado a Maomé, e na crença de que a língua árabe é o melhor veículo para difundir o credo, que as tribos se transcendem com um novo desejo de unidade.

Quando após a morte de Maomé, o mundo árabe se dividiu em escolas e facções, no Magrebe o *kharijismo* deu-lhe a especificidade e unidade.

Com a dinastia Almorávida, no sec XI, transportando com a ortodoxia Sunita o rito Maleike, a unidade religiosa foi confirmada. Esta unidade perdura até aos nossos dias, pese embora sempre tenham coexistido no Magrebe diversas formas do Islão.<sup>10</sup>

O Islão no Magrebe é historicamente um elemento de coesão, de identidade e de resistência às sucessivas invasões que a região conheceu.

### 2.2.3 *A “Idade de Ouro”*

O afastamento dos Califas Omíadas, substituídos pela dinastia Abássida correspondeu ao deslocamento do centro do império de Cartago para Bagdad (sec VIII). Por esse facto, o domínio árabe no Magrebe desagregou-se em vários centros de autoridades<sup>11</sup>. As invasões que se sucederam (Fatimidas<sup>12</sup> (sec. IX), Almorávidas<sup>13</sup> (sec. XI)) não conseguiram unificar a região. Os Fatimidas, bem sucedidas no plano militar, não conquistaram o Saara e os Almorávidas edificaram um império magnífico, mas limitado à metade oriental do Magrebe, a partir da cidade de Marraquexe.

No sec XIII, o império Almóada<sup>14</sup>, impulsionado por Ibn Tunart, unificou politicamente a região, durante 64 anos (1205 a 1269). O império Almóada compreendia a Andaluzia e o Magrebe. Este período corresponde à “idade de ouro”<sup>15</sup> da civilização árabe no Andaluz e no Magrebe.

O grande desenvolvimento deste período é considerado ao mesmo tempo consequência e causa da unidade, sendo, por isso, doravante uma fonte importante de inspiração do mito unitário.

Cisões nos Almóadas levaram ao fim do império. Os cristãos conquistaram Granada e o resto do império foi repartido por três dinastias.<sup>16</sup> No sec XVI, os Otomanos impuseram-se na Líbia, Tunísia e Argélia, mas não alteraram as estruturas existentes.

### 2.2.4 *A luta contra o colonialismo*

Durante o período colonial e apesar dos diferentes modelos de colonização, o Magrebe adquiriu uma outra dimensão horizontal de cultura: a francofonia. Contestada pela ideologia nacionalista e actualmente pela ideologia integrista, a língua francesa

constitui o terceiro traço cultural horizontal susceptível de favorecer a integração magrebina (Moatassime 1988).

“A colonização foi o factor unificador destas sociedades” (Morán 1990, p. 10). Apesar de só terem partilhado a unidade em dois momentos da sua História<sup>17</sup>, o mito de origem manifestou-se intensamente com a luta pela libertação. A existência de um inimigo comum pôs em evidência a fraternidade mítica destas sociedades. Esta fraternidade, presente durante todo o processo de luta contra os colonizadores, exaltou a ideia de uma Nação magrebina nascida à luz de uma maior, a Nação árabe<sup>18</sup>.

Seguindo a proposta de Balta (1990) podemos considerar quatro etapas no processo de união Magrebina durante a luta pela independência:

1ª Etapa (1910 - 1920) Esta fase tem como principal característica a influência do Nahda (Renascimento), movimento de pensamento que abalou as estruturas do Maxerreque no Sec XIX<sup>19</sup>. O Nahda exaltou a renascença árabe e/ou muçulmana pela aquisição de conhecimentos modernos e o retornos às fontes dos antigos. Para além de movimento de pensamento, o Nahda foi um movimento religioso que se identificou com um projecto político. Para Addi (1993), não se pode separar a força e o projecto deste movimento do nascimento do nacionalismo árabe; a mobilização do Islão como factor de unidade para se opor à colonização pode considerar-se como o acto de nascença do nacionalismo, na sua versão mais moderna, nos países muçulmanos. A partir do Nahda, o nacionalismo árabe evoluiu segundo duas grandes tendências (Addi 1993): a primeira põe o Islão como meio e fim, dando origem a um “nacionalismo cultural” e a segunda, o “nacionalismo político”, tem por objectivo a criação de um Estado moderno e respeitado no plano internacional. Foi esta última corrente que guiou os movimentos nacionalistas mais importantes do Magrebe. Os magrebinos interpretaram o Nahda em termos de Comunidade de destino.

Em 1915-16 surgiu um comité de independência da Tunísia e da Argélia que lançou em Genebra a ideia de uma “República do Norte de África”, através da revista “Maghreb”.

2ª Etapa (1920 - 1947) O sentimento de nacionalismo e a vontade de independência estão na origem da formação de movimentos de libertação nacional: Le Destour tunisino(1920) de onde sairá o Neo-Destour (1934) liderado por Bourguiba; L'Etoile Nord Africane (1926) que deu origem ao Partido do Povo Argelino (PPA), fundado por Messali Hadj (1937) e o partido L'Istiqlal marroquino (1943). As preocupações dos líderes destes movimentos estavam mais centradas nas independência dos seus países do que na União do Magrebe independente. No entanto, a 15 de Fevereiro de 1947, os nacionalistas do PPA, Neo-Destour, Liga de defesa do Marrocos Espanhol, reuniram-se no que foi designado de Primeiro Congresso do Magrebe Árabe. Nele, reclamaram o fim do colonialismo, acertaram a coordenação dos seus movimentos de libertação e analisaram a posição do Magrebe no seio do mundo árabe assim como o modo de melhor transmitir os seus anseios de independência às instituições internacionais.

Como corolário, o congresso decidiu unificar os esforços dos grupos magrebinos pela criação de um órgão permanente no seio da liga árabe, o Bureau do Magrebe Árabe. O BMA navegando entre a escassez de meios, rivalidades e cepticismo, conseguiu alcançar uma dimensão política de alguma notoriedade.

3ª Etapa (1948 - 1957), O Cairo, sede da Liga Árabe, local de reunião e ponto de encontro de nacionalistas tunisinos, marroquinos e argelinos exilados, foi o cenário desta etapa. É aqui que um grupo de nacionalistas magrebinos, de que se destacava a figura de Mohamed Ben Add-El Krim, herói da guerra do Rif, formou o Comité de Libertação do Magrebe. O Comité elaborou a Carta do Cairo, que contém uma formulação mais rigorosa da construção do Magrebe árabe. Este conhecido documento fixa como primeiro objectivo a independência dos três países; independência a ser negociada por cada um deles. A missão do comité esgotava-se com a libertação de toda a região.

Estes esforços contribuíram decisivamente para a abolição dos Tratados de Protectorado de Marrocos e da Tunísia a 20 de Março de 1956, após um período dito de autonomia interna (3 de Junho de 1955 para a Tunísia e 2 de Março de 1956 para Marrocos). Mas a situação do Norte de África não se apaziguou. A evolução do caso argelino foi diferente e a independência só foi conseguida após uma luta armada que contou com o apoio dos países vizinhos.

4ª Etapa 1958 - 1964 Esta etapa é marcada pela Conferência de Tânger, realizada em 1958, que reuniu as forças políticas dos países independentes e dos movimentos argelinos. A conferência decorreu sob a questão da situação da Argélia e foi reveladora do apoio popular à causa argelina. Finalmente, após um longo e sangrento período de guerra, a Argélia obteve a independência a 5 de Julho de 1962.

### *2.2.5 A independência e a crise da unidade*

Após a independência, os estados recém-formados tiveram que encarar o problema da legitimação. A legitimação é um processo complexo que, no Ocidente, envolve a redescoberta de conceitos como o de Estado e o da Nação. Estes conceitos não se encontram, porém, no corpo do sistema jurídico ortodoxo do Islão. A ideia de nação corresponde simplesmente a uma realização empírica ditada pela necessidade quotidiana (Badie 1988) e o Estado constitui um desvio temporário à regra muçulmana.

O projecto nacionalista dos movimentos de libertação, conduzidos por líderes marcados pela sua formação ocidental e inspirados nos valores reformistas islâmicos, reivindicou após a independência a edificação dos "Estado-nação". Este conceito, com o qual "queremos significar esse ideal de Estado que procura transformar os seus vassallos naturais, almejando que o Estado de Direito Civil possa também ser um estado de direito natural" (Maltez 1991, p. 45) parecia, à luz da experiência europeia, o meio mais cómodo de mobilizar os componentes sociais do país.

Mas, ao contrário dos países europeus, onde é entendido como um movimento da Nação para o Estado, os movimentos nacionalistas do Magrebe assumiram-no como a realidade de um Estado que tende para a Nação. Desta forma, procuraram construir uma Nação a partir do Estado, artificialmente traçado pelas potências colonizadoras. O Estado ocupou o lugar da administração colonial, e como consequência os seus fundamentos, organização e funcionamento ficaram marcados pelos compromissos entre a herança colonial, a cultura árabe-muçulmana e o desejo de preservar a autoridade política (Moussa 1988).

Alguns autores como Claisse (1988, p. 22), consideram que a descoberta do Estado-nação "é susceptível de traduzir uma mudança progressiva de perspectiva: a ideia magrebina deixa de ser um tema ideológico, para se tornar um projecto

construído por parceiros iguais". Malki (1989, p. 215) refere-se a esta visão como fortemente eurocentrista.

Este conceito não consegue traduzir os vários planos da realidade magrebina (marroquino, argelino, tunisino, árabe e islâmico). Em resultado, os valores integracionistas ficaram relegados. Os países seguiram regimes políticos e modelos económicos diferenciados e autónomos. O traçado das fronteiras<sup>20</sup> e a forte personalidade dos líderes tornaram as relações entre as partes um constante conflito e jogo de interesses. O discurso da Unidade não foi, porém, abandonado, antes manipulado, ficando consagrada nos textos constitucionais.<sup>21</sup>

O mito vai ressurgir mais tarde, na década de 80, sob a forma de integração económica.

### **3 A crise das economias magrebina: os modelos de desenvolvimento em questão.**

"Actualmente a *jihād*, a guerra santa, não é mais contra o infiel.

Ela é contra o subdesenvolvimento"

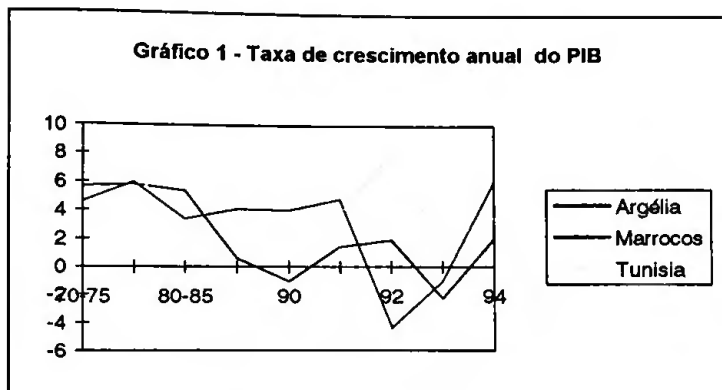
Bourguiba 1964 (Primeiro presidente da Tunísia após a independência)

#### **3.1 A evolução das políticas económicas e seus resultados**

Ao fim de três décadas de independência, os Estados magrebina estão longe de ter cumprido as promessas de desenvolvimento do período após a independência. Apesar dos resultados positivos no sector da educação, da saúde e dos esforços de modernização e liberalização recentes, os resultados económicos tardam em chegar. A dívida externa, a dependência alimentar, o problema da água, o desemprego, a inflação e a insuficiência de investimentos, fazem parte da lista de deficiências das economias, cujas soluções se adiam em cada projecto de reforma económica.

A situação económica e financeira dos países do Magrebe tem sofrido alterações consideráveis nos últimos 30 anos. As mudanças reflectem os acontecimentos que têm afectado a economia mundial ao longo desse período e são resultado das políticas económicas que foram sendo seguidas em função das opções económicas ou em resposta aos choques externos.

A instabilidade e as diferenças do crescimento das economias é visível no gráfico1.



Fonte. Banco Mundial, Le Moci 1994

Podemos dividir as economias dos países em três períodos, nas últimas décadas. O primeiro corresponde, grosso modo, às décadas de 60 e 70, o segundo à década de 80 e o terceiro vai desde o final da década de 80 aos nossos dias.

Duas datas marcaram a diferente evolução das economias: 1974 e 1980. Se o primeiro choque petrolífero provocou o aumento acelerado dos preços dos produtos de base beneficiando (ainda que temporariamente) os três países do Magrebe, o choque de 1980 permitiu alguma recuperação momentânea da economia tunisina e argelina, mas aumentou os desequilíbrios internos e externos de Marrocos.

### 3.1.1 *Crescimento por substituição das importações*

Paralelamente à defesa ideológica do fim da dependência política, com as independências procurou-se a autonomia económica, a conseguir através do aumento da auto suficiência na produção de bens. Nesse sentido, a política deveria orientar-se para o estímulo da produção interna, que substituísse as importações. Numa primeira fase, os países seguiram uma política de substituição das importações de bens não duráveis (bebidas, têxtil, ...). No final da década de 60, a substituição das importações destinou-se aos produtos de consumo duráveis tais como o aço, adubos, produtos petrolíferos refinados, cimento, pneumáticos.

A teoria que suporta a política de substituição das importações sugere a necessidade de protecção temporária da economia, para esta se reorganizar e tomar um lugar na economia mundial. Na prática, conduziu a uma política económica e fiscal que sacrificou os sectores exportadores em benefício dos sectores com orientação para o mercado interno. As dificuldades à exportação eram acrescidas pela sobrevalorização das taxas de câmbio, resultado do uso de tarifas e de licenças restritivas às importações<sup>22</sup>.

A política de substituição das importações foi acompanhada por uma política de maximização das receitas do sector externo, baseada na exploração de recursos naturais.<sup>23</sup> A existência de renda dificultou as transformações económicas e sociais e uma função redistributiva da economia justa e impulsionadora de crescimento. Podemos falar, neste caso, como propõe Sid Ahmed (1991, p. 19) de "Estados de alocação" em lugar de "Estados de produção".<sup>24</sup>

Este modelo está associado a uma porção não negligenciável do crescimento do volume da produção na Argélia (Benissad 1979), embora a escolha de um processo de industrialização alicerçado sobre investimentos de longa maturação tenha contribuído para a lentidão do processo de industrialização. Em Marrocos e na Tunísia, conduziu a um tecido industrial constituído por sectores economicamente ineficientes, subsidiados

pelo governo e pelos consumidores. Além do mais, não contribuiu para a criação de emprego nem para a melhoria das contas do Estado, dado que, durante este período, as empresas de exportação tiveram um contributo proporcionalmente mais positivo para o orçamento do Estado e tenderam a utilizar mais intensivamente o factor mão-obra-obra (Horton 1990).

A política de substituição das importações restringiu as oportunidades de mercado Magrebe-Magrebe: as exportações não tradicionais não foram encorajadas e as tentativas de industrialização tenderam a aumentar a dependência de bens de capital e bens de comércio, cujo fornecedor era o Norte.

A década de 70 foi, porém, um período de crescimento para as economias magrebina. Marrocos conseguiu uma taxa de crescimento médio anual de cerca de 8%, a Tunísia situou-se entre os 7-8% e a Argélia cerca de 7% <sup>25</sup>.

Durante este período o acento é dado ao papel preponderante do sector público na actividade económica. O capitalismo do Estado não constituiu apenas uma intervenção económica. A intervenção do Estado na economia representou o meio privilegiado de uma tentativa de alteração das estruturas sociais: a sociedade, a qualquer nível, ficou reduzida ao papel de receptor dos impulsos estatais.

A estatização da economia foi particularmente forte na economia Argelina, no quadro de uma política económica socializante, expressa na Carta de Argel (16-20 de Abril de 1964) que rejeitou a via capitalista do desenvolvimento e considerou como tarefa principal do Estado argelino a intervenção no sector privado para acelerar a colectivização (Benissad 1979). A acumulação de capitais, pelo Estado, foi financiada pela renda petrolífera em crescimento <sup>26</sup>. Embora com muito menos expressão, a existência de recursos financeiros permitiu a consolidação do sector privado em sectores artesanais e serviços.

A situação económica e financeira de Marrocos foi relativamente estável até 1973. O esforço, modesto, de investimento era financiado pela poupança interna e a balança de pagamentos era ligeiramente excedentária, em resultado das transferências dos emigrantes. A lei da marroquinização <sup>27</sup> e o plano de investimento de 1973 <sup>28</sup> alargaram as iniciativas do Estado e o seu papel na acumulação de capital. O discurso oficial justificou o reforço do sector produtivo estatal como meio de evitar a descapitalização da economia, de garantir a convergência do investimento para os objectivos traçados pelo plano e de re(equilibrar) na economia o peso do sector público e do sector privado. O plano quinquenal 73-77 marcou esta alteração da ideologia do planificador, ao considerar a industrialização como um "imperativo nacional" e o Estado como um "promotor" e um "empresário" do sector secundário. (Benissad 1988 p. 83). A partir de 1974, motivado pelo excedente orçamental provocado pela quintuplicação do preço do fosfato, o Estado assumiu avultados compromissos em matéria de investimento. Quando em 1976 o preço do fosfato caiu 47% <sup>29</sup>, ficou sem recursos para financiar os compromissos assumidos, pelo que a manutenção dos plano de investimentos teve de ser financiada pelo recurso ao crédito bancário e ao mercado financeiro internacional.

Na Tunísia, o Estado assumiu papel *pivot* no desenvolvimento económico e na industrialização. A sua acção dirigiu-se essencialmente para a utilização de instrumentos que desmotivassem ou impedissem a entrada de capital estrangeiro.

Os esforços para para envolver o sector privado na dinamização da indústria mostraram-se insuficientes. Durante a primeira fase, a industrialização foi financiada pela renda petrolífera. O fim desta receita implicou o recurso ao financiamento externo e a deterioração das contas do Estado. As iniciativas que se seguiram (a registar em

especial os códigos de investimento<sup>30)</sup> para envolver o sector privado na dinamização da indústria mostraram-se insuficientes

### 3.1.2 Os processos de ajustamento e a liberalização

A separação entre estes dois períodos é marcada pela brutal diminuição das taxas de crescimento do PIB em Marrocos e na Tunísia (mantendo - se os níveis de crescimento populacional muito elevados) e pela inversão das orientações da política económica.

A partir de meados da década de 70, Marrocos e a Tunísia inverteram a sua política económica, condicionados, respectivamente, pela diminuição das receitas do fosfato e do petróleo e estimulados pelo movimento de deslocalização de indústrias tradicionais da Europa orientadas para a exportação (Bessis 1992). A Argélia ainda ensaiou a política de substituição de importações de bens intermediários complexos e de bens de capital. O projecto foi implicitamente abandonado, na década de 80, com o abandono de um grande número de projectos industriais. A apropriação da renda petrolífera por uma parte da classe dirigente e a maior rigidez do modelo económico e político tornaram mais lentas as transformações na Argélia. As reformas económicas na Argélia inquietavam as clientelas políticas habituadas a beneficiarem do Estado-providência.

A abertura das economias (*infītah*) caracterizou-se pela promoção dos investimentos privados e pela intensificação de trocas com o exterior. É nesta nova dinâmica das economias que enquadraremos os acordos realizados com a Comunidade Europeia. O crescimento do sector privado e a maior abertura ao exterior não libertou as economias do modelo anterior e, apesar de ter promovido o crescimento, não criou uma economia capaz de resistir a choques exógenos como a crise petrolífera e a flutuação do dólar.

Em meados dos anos 80 o processo de desequilíbrio das economias tornou-se insustentável. A queda acelerada do PIB<sup>31</sup>, a dívida externa incontável<sup>32</sup> e a situação dos restantes agregados macroeconómicos internos (contas públicas, desemprego,...) evidenciavam a crise na economia. Se a queda brutal no crescimento pode ser explicada por variações importantes nos termos de trocas (queda de preços nos mercados de bens primários), ela traduz igualmente uma evolução estrutural fundamental: o esgotamento do modelo de industrialização, principalmente as dificuldades das três economias em entrarem numa fase mais dinâmica da substituição das importações, num ambiente determinado pelos constrangimentos dos financiamentos externos (Sid Ahmed 1993<sup>33</sup>). Este condicionamento foi estruturante, sendo que a ausência de indústrias dinâmicas neste período de industrialização acelerada explica, em parte, a manutenção do carácter ainda largamente primário das exportações e da sua concentração em termos de produtos e clientes.

A escassez de divisas em sequência da crise no sector externo e do peso da dívida externa teve um impacto duplo nas economias: a limitação à importação de matérias primas e de produtos semi-acabados reduziu a taxa doméstica de actividade e aumentou os níveis de desemprego; a penúria de meios de troca aumentou a pressão inflacionista reduzindo o impacto das políticas monetárias de desvalorização das moedas. A necessidade de recursos e de credibilidade para as reformas das economias e (re)escalamento das dívidas externas levaram Marrocos e a Tunísia a realizar acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), acompanhados de planos nacionais de reforma da economia. A Argélia empreendeu as reformas de maneira

mais autónoma, mas beneficiando igualmente de empréstimos importantes por parte do Banco Mundial.

Nas negociações com o FMI foi consensual, para as partes, a necessidade de uma orientação mais extrovertida das economias e uma abordagem preferencial pelo lado da oferta. A peça central do ajustamento das economias foi a reforma da política comercial. Os países ficaram obrigados a programa de liberalização e abertura da economia e a um controlo monetário rígido. De resto, os programas de ajustamento aplicados pelo FMI nas economias magrebina, ao longo destes anos, não diferem da receita habitual da Organização. E as suas consequências também não: os ajustamentos implicaram, na década de 80, a redução das despesas sociais, o que afectou sobretudo as populações mais pobres e contribuiu para o aumento das disparidades regionais e consequente êxodo<sup>34</sup>.

As reformas económicas removeram alguns dos maiores obstáculos à eficiente alocação dos recursos. A liberalização do sistema comercial, suportado por um regime de taxas de câmbio flexíveis, aumentou a importância do comércio externo, expôs as empresas à concorrência estrangeira e desviou os recursos da substituição das importações para as indústrias onde os países detinham vantagens comparativas.

Apesar dos resultados positivos, os desenvolvimentos da segunda metade da década de 80 evidenciaram a crise estrutural das economias: a abertura ao exterior tornou mais vulneráveis os (des)equilíbrios das economias e a competitividade da indústria. A competitividade das empresas exportadoras de Marrocos e Tunísia, (têxtil, confecção, couro) está condicionada pela concorrência muito forte dos sectores no mercado internacional, pela dependência externa de abastecimento de matérias primas e bens intermediários e pelo proteccionismo mundial dos sectores.

Durante este período, a indefinição da política económica, uma mescla de Keynesianismo e de liberalismo económico, não ajudou as economias a encontrarem o caminho do desenvolvimento.

### *3.1.3 Liberalização das economias*

Só quase no final da década de 80, em Marrocos e na Tunísia, e no princípio da década de 90 na Argélia, é que as economias adquiriram uma clara orientação de mercado<sup>35</sup>.

Os programas de ajustamento, apoiados pelo FMI e pelo Banco Mundial, orientaram-se para a transformação das economias em verdadeiras economias de mercado. O Estado abandonou a sua postura centralizadora e devolveu a economia à iniciativa privada. A dinamização do sector privado e o restabelecimento da "verdade dos preços", foram apoiados por programas de privatizações<sup>36</sup>, pela modernização dos códigos de investimento<sup>37</sup>, reformas fiscais<sup>38</sup>, convertibilidade das moedas<sup>39</sup>, liberalização e modernização do sector bancário e financeiro, alterações nos sistemas de apoio social<sup>40</sup> e por uma política de controlo dos principais agregados macroeconómicos.

As dificuldades estruturais e a frágil especialização das economias (obedecendo a uma tipologia característica dos países em vias de desenvolvimento) dificultam os resultados imediatos e a inserção das economias no mercado internacional. A adicionar, a concorrência nos sectores de especialização tradicionais tornou-se ainda mais intensa com a abertura das economias do leste.

O crescimento das economias é lento e irregular. A fragilidade das economias marroquina e tunisina ficou mais uma vez evidenciada com a crise do Golfo. As



mudanças estruturais balançam entre a necessária inserção no mercado internacional e os constrangimentos sociais internos. As perspectivas são da continuação de políticas de liberalização da economia. A evolução das economias está, no entanto, suspensa pela evolução da situação política. No período recente, em especial na Argélia, a abertura económica não tem paralelo na esfera política. Este é um desequilíbrio difícil de manter.

Apesar dos caminhos semelhantes da política económica, as diferenças de ritmos das economias e de dotações naturais traduzem - se nos diferentes resultados. Os quadros apresentam alguns dados que permitem evidenciar as diferenças de poder económico entre os países do Magrebe, lentidão do crescimento recente das economias e a crise no sector externo.

Quadro 1 - Dados gerais sobre a economia da Tunísia

População : 8530000 - PNB pc 1750 dólares - PIB 1993: 14,6 milhares de dólares			
Variação %	Média 1980-1992	1993	1994
Crescimento PIB	3.8	1.6	3.5
Inflação	7.2	4.2	4.0
Câmbios (a 31/12 - 1 dólar = em dinares)	(1992) 0.951	1.05	0.987
(milhões de dólares)	1992	1993	1994
Exportações	4014	3804	4000
Importações	6077	5872	6200
Saldo da conta corrente	-966	-912	-1000
Reservas em divisas	840	852	920
Dívida externa total	8476	9040	nd
Rácios financeiros para o ano de 1993			
Taxa de cobertura exportação/importações: 64.8%		Dívida/exportações bens e serviços: 152%	
Saldo dos pagamentos correntes/PIB: -6.2%		Serviço da dívida/exportação: 22%	
Reservas em divisas/ importações: 1.8 mês			

Fontes: ONU, FMI, Banco mundial

Quadro 2 - Dados gerais sobre a economia de Marrocos

População : 26900000 - PNB pc: 1060 dólares - PIB 1993: 28.6 milhares de dólares			
Variação %	Média 1980-1992	1993	1994
Crescimento PIB	4.0	-1.1	6.0
Inflação	6.9	5.2	5.5
Câmbios (a 31/12 -1 dólar = em dinares)	(1992) 9.05	9.65	—
(milhões de dólares)	1992	1993	1994
Exportações	3956	3682	3950
Importações	6692	6062	6560
Saldo da conta corrente	-427	-525	-680
Reservas em divisas	3465	3579	4100
Dívida externa total	21418	24750	na
Rácios financeiros para o ano de 1993			
Taxa de cobertura exportação/importações: 60.7%	Dívida/exportações bens e serviços: 345%		
Saldo dos pagamentos correntes/PIB: -1.9%	Serviço da dívida/exportação: 35%		
Reservas em divisas/ importações: 7 meses			

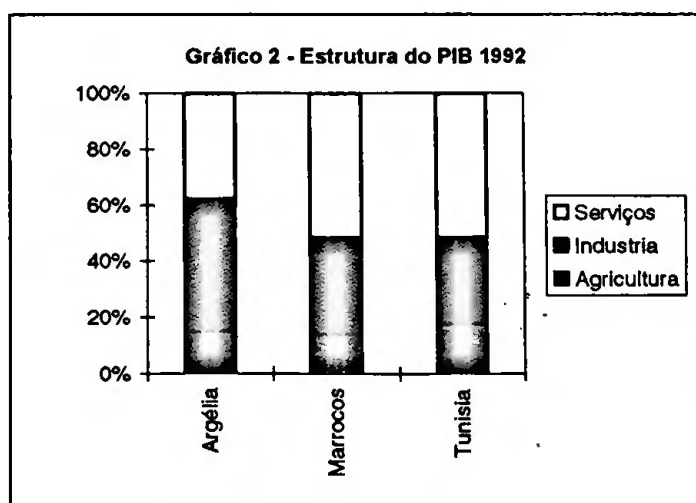
Fontes: ONU, FMI, Banco mundial

Quadro 3 - Dados gerais sobre a economia da Argélia

População : 26500000 - PNB pc:1760 dólares - PIB 1993:46.8 milhares de dólares			
Variação %	Média 1980-1992	1993	1994
Crescimento PIB	2.6%	-2.3	2.0
Inflação	11.4	20.5	34
Câmbios (a 31/12 - 1 dólar = em dínares)	(1992) 22.78	24.12	43.05
(milhões de dólares)	1992	1993	1994
Exportações	11472	10320	9480
Importações	8260	7780	8600
Saldo da conta corrente	1250	1000	-1200
Reservas em divisas	1456	1468	2600
Dívida externa total	26349	25200	na
Rácios financeiros para o ano de 1993			
Taxa de cobertura exportação/importações: 132.6%	Dívida/exportações bens e serviços: 225%		
Saldo dos pagamentos correntes/PIB: 2.1%	Serviço da dívida/exportação: 78%		
Reservas em divisas/importações :2.3 meses			

Fontes: ONU, FMI, Banco Mundial

### 3.2 Estrutura das economias.



Fonte: Banco Mundial

As economias do Magrebe distinguem-se no plano da estrutura económica e da dotação de recursos naturais. No gráfico 2, podemos confirmar a estrutura económica dos países do Magrebe em 1992, marcada pela terciarização das economias de Marrocos e da Tunísia e pela predominância do sector industrial na Argélia. A evolução da estrutura do PIB tem sido lenta nas últimas décadas, denunciando as dificuldades das alterações estruturais das economias.

O peso da agricultura no Produto Interno Bruto é irregular, devido à forte dependência das condições climáticas, e apresenta tendência para diminuir. O seu principal contributo não corresponde, porém, ao seu peso no PIB, mas à taxa de ocupação da população activa<sup>41</sup> e à importância para o equilíbrio do mundo rural<sup>42</sup>. O modelo de substituição das importações sacrificou o desenvolvimento do sector. A agricultura foi preterida em prol da indústria nos apoios concedidos pelo Estado à actividade produtiva. Mais do que isso, o sector, cuja função principal era garantir a entrada de divisas para financiar a industrialização e alimentar uma população urbana em crescimento, assumiu um papel subsidiário ao desenvolvimento da indústria.

As deficiências da agricultura têm carácter estrutural: uma população agrícola envelhecida e com pouca formação<sup>43</sup>, o tamanho das explorações<sup>44</sup> e as técnicas agrícolas arcaicas. A maioria dos agricultores não tem electricidade, os acessos são muito maus e a rede de distribuição é precária.

A crise no sector agrícola é um factor de forte instabilidade social. O desenvolvimento agrícola impõe-se para regular os fluxos migratórios para a cidade e garantir a segurança alimentar, factor chave da estabilidade nacional e regional.

A indústria no Magrebe é recente, datando do período da colonização francesa. A sua especialização espelha as vantagens comparativas dos países: a dotação de factores naturais e de mão de obra barata. O sector industrial tem pouco peso no total do PIB marroquino e tunisino revelando as debilidades das suas industrializações. O caso da Argélia é expressamente divergente, marcado pela importância da indústria de hidrocarbonetos.

De facto, na Argélia, o sector de energia, em particular os hidrocarbonetos é, desde 1975, o principal motor de crescimento da economia. O sector é dominado pela Sonatrach, empresa do Estado responsável, para além da prospecção, produção e distribuição, pela elaboração detalhada da política para o sector. O país é membro da OPEP mas não assegura mais do que 1% das exportações mundiais de petróleo e se o ritmo de extracção se mantiver as reservas durarão apenas cerca de 30 anos. Apesar dos esforços de diversificação, os hidrocarbonetos representam 95% das exportações argelinas. O potencial de exportação é agora mais favorável com o desenvolvimento do gás natural.

Nos anos 70, as elevadas receitas petrolíferas favoreceram o desenvolvimento das indústrias pesadas, à custa do desenvolvimento do sector tradicional. As indústrias favorecidas foram as ligadas ao aço e outros metais (representam actualmente cerca de 22% do total da produção da indústria manufacturera) e a indústria de transportes (cujo contributo é de cerca de 5.7% para o PIB da indústria manufacturera). Esta política industrial conduziu à

criação de gigantescos conglomerados públicos que mantêm um importante peso na economia argelina.

A indústria de transformação conheceu um período de grande crescimento na 1ª metade dos anos 80 (1980-85-Variação do VAB: 15,4%) e uma pronunciada estagnação nos anos seguintes (1985-1992-Variação do VAB: 0,6%)<sup>45</sup>, em resultado entre outros factores, da diminuição dos investimentos e da predominância de empresas estatais ineficientes. Actualmente, é a indústria com melhor desempenho do Magrebe<sup>46</sup>, representando, no entanto, apenas cerca de 14% do PIB, na sua maioria contributos das indústrias tradicionais. A indústria de alimentação tabaco e bebidas (os principais produtos são o açúcar e o azeite) representa mais de 20% da indústria de transformação e as indústrias têxteis e de calçado cerca de 16%. A produção destina-se quase exclusivamente ao mercado interno.

As dificuldades das economias marroquina e tunisina estão associadas à ausência de um sistema produtivo coerente e à crise dos sectores tradicionais no mercado mundial. Apesar da tendência para diversificação (Akesbi 1991), 2/3 das indústrias de transformação marroquinas e tunisinas são indústrias tradicionais (alimentares, têxtil, química). O sector transformador é dominado por empresas de pequena dimensão, com estruturas frágeis, sem poder de mercado, muito concentradas geograficamente e essencialmente exportadoras.

A possibilidade de crescimento das empresas exportadoras está limitada pela vulnerabilidade dos seus factores competitivos. A nível interno, a existência de poucas barreiras à entrada tem atraído um grande número de concorrentes para estes sectores. Este ambiente muito competitivo, aumenta a pressão concorrencial sobre o preço e reduz as receitas (Leymarie e Tripiet 1992).

Em Marrocos, o crescimento da indústria de transformação tem sido muito lento (O valor acrescentado aumentou cerca de 4,5% por ano durante o período de 80-85 e apenas 2,5% por ano entre 1985-1992) O sector representa cerca de 17% (1992) do PIB nacional (o valor mais alto do Magrebe), sendo que o sector tradicional representa cerca de 48 % da produção. Em 1992, nos sectores tradicionais a alimentação (açúcar, conservas de sardinha, ...) bebidas e tabaco contribuía com cerca de 25% desta produção, a têxtil com cerca de 19%<sup>47</sup> e o sector químico com cerca de 16%.<sup>48</sup>

A indústria de fosfato representa cerca de 92%<sup>49</sup> da indústria extractiva. Associada até 1974 ao crescimento económico do país, a indústria já não assegura a prosperidade de Marrocos, nem apresenta potencialidades para a criação de emprego e/ou para o desenvolvimento de indústrias aparentadas. A possibilidade de dinamização do sector por diminuição do número de concorrentes a nível mundial, defendida por Leymarie e Tripiet 1992) é, em nosso entender, um cenário optimista face à redução da procura mundial do fosfato. A extracção de fosfato é monopólio estatal e não consta da lista prevista de privatizações.

O sector energético da Tunísia garante a auto-subsistência energética do país, mas contribui apenas marginalmente para o PIB. A indústria transformadora contribuiu para a expansão económica dos anos 80, sendo actualmente o motor de crescimento da economia. Entre 1980 e 1992, o valor acrescentado das indústrias de transformação passou de 700 a 1446 milhares

de dólares. O crescimento foi particularmente forte na primeira metade da década de 80 (cerca de 7% ano). Actualmente representa cerca de 15.1 % do PIB e tem um papel saliente nas exportações.

Distinguem-se as indústrias tradicionalmente orientadas para a exportação (têxtil, couro) e as que se têm desenvolvido graças a uma forte dinâmica interna (alimentação em especial a produção de azeite, de vinho e produtos animais.).

A maior contribuição para o PIB marroquino e tunisino é o da rubrica "outros serviços" onde se inclui o sector do turismo. Graças à sua costa mediterrânica, às condições climatéricas e à vizinhança com países com divisas fortes, o turismo constitui uma actividade económica prometedora e uma importante fonte de divisas. O turismo beneficia de prioridade nos planos de desenvolvimento e é o sector que mais beneficiou com a integração magrebina.<sup>50</sup> Importa também referir a crescente importância do sector bancário que, nos últimos anos, tem sido privilegiado pelo investimento externo.

#### ***4 Um problema central das economias: o desemprego***

O conhecimento da verdadeira situação de desemprego no Magrebe, à semelhança dos outros países subdesenvolvidos, é difícil pela insuficiência de estatísticas, imprecisão dos conceitos e dos indicadores. O preocupante crescimento do desemprego e a degradação do emprego, resultado combinado de um elevado crescimento populacional, do aumento da população activa, das más opções económicas e da crise mundial é actualmente um dos problemas centrais das economias magrebina. A complexa situação política e social não se pode compreender, sem referência aos níveis de desemprego e ao estado degradado do emprego. O tema tem uma grande importância nas relações da Europa com a região, dado que a situação explica, em grande parte, a alta propensão dos jovens magrebinos para a emigração.

No quadro 4 e 5 podemos confirmar os valores do desemprego nos três países. A situação é particularmente difícil nos jovens. Em Marrocos a taxa de desemprego afecta sobretudo o meio rural, enquanto na Tunísia e na Argélia os meios urbanos e suburbanos são mais atingidos<sup>51</sup>. O desemprego aflige sobretudo as classes de formação intermédia. Uma situação que se justifica pela maior flexibilidade salarial dos trabalhadores sem formação e por uma cultura empresarial propensa ao autoritarismo. (Lahlou 1991).

As suas consequências sociais são agravadas pela precariedade do sistema social, que não prevê nenhum esquema de segurança social para os desempregados ou à procura do primeiro emprego.

Quadro 4 -Taxa de desemprego (em %) ou número de desempregados (milhares)

	1987	1988	1989	1990	1991	1992
<b>Argélia</b>	19.6%	20.1%	20.8%	19.2%	20.2%	21.9%
<b>Marrocos</b>						
<b>Total</b>	14.3%	14%	16%	15%	17%	16%
<b>Mulheres</b>				19.6	22.6	25.3
<b>Jovens (a)</b>	28.4%			31.1%	32.6%	30.0%
<b>Tunísia</b>						
<b>Total</b>	14.4%	91.54	105.92			
<b>Homem</b>		72.82	80.45			
<b>Mulher</b>		18.72	25.47			

Fonte: CNP, ONS, Autoridades marroquinas (a) Urbano, BIT 94

#### 4.1 A pressão demográfica

Não existe consenso na teoria sobre as consequências, na economia, de um rápido crescimento populacional.<sup>52</sup> Nos países do Magrebe o crescimento demográfico está associado aos problemas de excesso de mão de obra e à emigração. Os insuficientes progressos sociais e económicos esfriam o potencial do crescimento populacional como factor de dinamização da economia.

O aumento da população foi particularmente acentuado nas décadas anteriores, espelhando-se hoje na estrutura da população, caracterizada por uma elevada percentagem de jovens (quadro 5) e pelo crescimento da população activa (quadro 6). O crescimento da população activa foi igualmente determinado pela evolução da taxa de actividade feminina (quadro 7).

Quadro 5 - População com menos de 15 anos (em % da população total)

	1950	1980	2000	2025
<b>Argélia</b>	40.1	47.3	44.3	29.3
<b>Marrocos</b>	44.4	46.0	40.2	28.3
<b>Tunisia</b>	38.9	41.3	32.0	23.5

Fonte: Doc original, Prof Raimondo de Azevedo, Universidade de Roma.

Quadro 6 - Taxa de crescimento médio anual da população total e população activa (em %)

	1980 - 1985		1985 - 1991	
	População total	População activa	População total	População activa
<b>Argélia</b>	3.2	3.5	2.7	3.7
<b>Marrocos</b>	2.6	3.2	2.5	3.2
<b>Tunísia</b>	2.6	3.1	2.0	3.1

Fonte: Banco Mundial

Quadro 7 - Taxa de participação das mulheres na população activa (em %)

	1970	1980	1992
<b>Marrocos</b>	14	18.4	21
<b>Tunísia</b>	12	10.2	25
<b>Argélia</b>	6	8.2	10

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 1993 e 1994, Banco Mundial

Quadro 8 - Evolução prevista da população (em %)

	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2025
<b>Argélia</b>	29.5	33.4	37.1	40.6	43.9	47.2	50.6
<b>Marrocos</b>	27.2	29.5	31.7	33.8	35.9	38.1	40.1
<b>Tunísia</b>	8.7	9.4	10.2	10.9	11.6	12.2	12.9
<b>Total</b>	65.4	72.3	79.0	85.3	91.4	97.5	103.6

Fonte : Nações Unidas 1986

Quadro 9 - População Magrebina no total da população da Bacia do Mediterrâneo (em %)

	1950	1980	2000	2025
<b>Argélia</b>	3.97	5.49	8.01	10.38
<b>Marrocos</b>	4.06	5.89	7.9	9.79
<b>Tunísia</b>	1.6	1.85	2.07	2.16
<b>Magrebe</b>	9.63	11.43	17.98	22.23
<b>Países UE</b>	60.02	48.5	39.54	30.69
<b>Resto Bacia</b>	30.33	40.11	42.48	47.08

Fonte: Cálculos com base em Nigoul (1989)

A melhoria das condições sanitárias, a diminuição da taxa de mortalidade<sup>53</sup> e o aumento da esperança de vida, a baixa idade média da população, a falta de modernização das regiões rurais e o desemprego feminino<sup>54</sup> estão associadas a este crescimento da população. Os factores favoráveis à diminuição da fertilidade na região do Magrebe são a urbanização<sup>55</sup>, o acesso à cultura por parte da população jovem e em especial das mulheres<sup>56</sup>, o atraso na idade de



casamento, o desemprego do homem e os programas nacionais de controlo da natalidade<sup>57</sup>.

Esta estrutura jovem da população projecta problemas acrescidos à pressão demográfica e ao emprego. A modernização da estrutura demográfica tenderá, no entanto, ao envelhecimento da população (resultado da diminuição do ritmo de crescimento e do aumento da esperança de vida), especialmente a partir do ano 2000.

No ano 2025, segundo projecção do Banco Mundial (quadro 8), a população dos três países do Magrebe atingirá 103,6 milhões de pessoas, o que corresponde a um crescimento médio anual de cerca de 2.2%<sup>58</sup>. A região do Magrebe representará, talvez, a região do mundo com maior crescimento anual. No mesmo ano, a U.E. não deverá ultrapassar os 372 milhões de população o que significa que o crescimento previsto entre 1992 e 2025 será nulo. Em termos de população da Bacia, esta diminuição significa o aumento percentual da população do sul (quadro 9).

As projecções das Nações Unidas são definidas a partir de hipóteses precisas sobre a evolução da mortalidade, da fecundidade e das migrações. Elas não entram em conta com alterações sociais importantes. Se se considerar o cenário da ascensão ao poder do islamismo político, as previsões demográfica agravar-se-ão, tendo em conta as suas posições sobre o papel da mulher na sociedade e sobre o controlo da natalidade.

#### **4.2 Características do mercado de trabalho**

A estratégia de desenvolvimento na década de 60-70 de Marrocos e da Tunísia não foi, como já referimos, a mais eficaz em termos de criação de emprego.

Na Argélia apesar dos resultados insuficientes, a experiência de industrialização contribuiu para um volume significativo de criação de emprego. Freguère (1989), refere que essa insuficiência resultou fundamentalmente da tipologia do emprego criado (aumento da hipertrofia administrativa do Estado, emprego em obras públicas de carácter instável) e da incapacidade de compensar, em termos absolutos, a perda na agricultura.

De facto, nos três países, ao crescimento industrial das décadas passadas foi imputada a responsabilidade de assegurar a modernização da estrutura da população activa, isto é, absorver o emprego libertado pela agricultura e o crescimento da população activa. Representando cerca de 20% da população activa, a indústria transformadora teria que crescer cerca de 15% por ano para absorver 3% de crescimento da população activa (No ano de 1992 a indústria transformadora cresceu apenas 8.0% na Tunísia, 0.7% na Argélia e 3.0% em Marrocos).

De acordo com as conclusões do Bureau Internacional de Trabalho (1986) teria sido necessário criar durante a década de 80 cerca de 463 000 novos postos de trabalho (180 000 Argélia, 214 000 Marrocos e 69 000 Tunísia) anuais para não se ter agravado a situação de desemprego na região. O crescimento real ficou muito aquém destes valores. Depois de 1984<sup>59</sup> o volume de emprego

gerado anualmente pelas economias<sup>60</sup> não foi além de 100 000 para a Argélia e de 30 000 para a Tunísia.

A análise da tipologia da população activa por sector de actividade revela as lentas alterações estruturais das economias.

Quadro 10 - Tipologia da população activa por ramo de actividade (em %)

	Primário			Secundário			Terciário		
	60	80	90	60	80	90	60	80	90*
Marrocos	62	52	40	14	21	25	24	27	35**
Tunisia	56	35	26	18	32	34	26	33	41**
Argélia	67	25	20	12	25	30	21	50	50

Fonte : Relatório Mundial 1984-Banco Mundial, \* Eurostat (dados arredondados) \*\* 1991 \*\*\* 1989

A população activa agrícola tem vindo a diminuir, embora o seu valor seja ainda bastante significativo, particularmente em Marrocos. A diminuição da população do sector primário está condicionada pela baixa qualificação e pelas dificuldades da industrialização. A terciarização das economias é também evidente em termos de emprego.

Tal como a maior parte dos países pouco desenvolvidos, a política de industrialização teve efeitos negativos no mundo rural, provocando um êxodo para a cidade ou para o estrangeiro. Os custos com o crescimento da urbanização, mais pronunciada na Argélia, em termos de criação de emprego, de habitação e infraestruturas urbanas, revelaram-se insuportáveis (Sid Ahmed 1991). O esquema de urbanização da Tunísia caracterizado por um crescimento mais lento e pelo desenvolvimento de centros urbanos de média dimensão acarretou custos de urbanização menos elevados. Em qualquer dos casos, a nova distribuição geográfica das populações, em redor dos grandes centros urbanos determinou novas relações de trabalho, aumentando o número de assalariados e reduzindo consideravelmente o número de trabalhadores familiares, excepto em Marrocos (Khelladi 1991). A percentagem na população activa de trabalhadores familiares não remunerados, em especial no mundo rural, é ainda muito elevada em Marrocos (quadro 12).

As novas relações de trabalho e a crise da economia aumentaram a precariedade do trabalho: "os contratos de duração limitada uma "verdadeira revolução" na Argélia generalizaram-se"(Liabès 1991, p. 496).<sup>61</sup>

Quadro 11 - População ocupada por estatuto profissional

País	Ano	Total	Independentes		Assalariados		Ajudas familiares	
			1000	%	1000	%	1000	%
Argélia (1)	1989	4432	914	20.6		74.8		4.6
Marrocos(2)	1991	3400	925	27.2		65.2		7.6
Tunisia(3)	1989	2361	496	21.0		61.1		17.9

(1)Inquérito por sondagem; inclui os militares; (2)Unicamente regiões urbanas; (3)População activa

Fonte : StBA/Eurostat 1994

Quadro 12 - Trabalhadores familiares não remunerados no total da força de trabalho (em %)

	Mulheres	Homens	Total
Argélia	0.2	2.5	2.6
Marrocos	5.4	12.2	17.6
Tunisia	4.4	1.3	5.7

Fonte : African Development indicators 1994 - 95, Banco Mundial

Os esforços de educação e formação desenvolvidos têm tido um papel decisivo na adopção de novas atitudes de trabalho. Os jovens formados tornaram-se mais exigentes nos salários e condições de trabalho, apesar de na prática aceitarem trabalhos de baixo salário e sem condições de trabalho, e mais reivindicativos quanto ao simples direito ao trabalho (Liabès 1991).

A necessidade de sobrevivência faz engrossar o número da população activa em condições de sub emprego e/ou envolvida no sector informal.

#### 4.3 Alterações previsíveis do mercado de trabalho nos próximos anos

A situação do emprego tende agravar-se com a liberalização da economia e a servir de freio ao seu desenvolvimento. Em meados de 1992 as 38 empresas privatizadas de hotelaria, têxtil e construção reduziram os efectivos de 12300 para 7000. Estima-se que 20% das empresas privatizáveis despedirão cerca de 300000 assalariados<sup>62</sup>.

A desaceleração do crescimento da população não terá efeitos imediatos nas próximas décadas. Segundo as estimativas do BIT a taxa de actividade global dos países deverá aumentar sensivelmente.

Quadro 13 - O papel dos factores demográficos na evolução da taxa de actividade global:

(% de activos na população total)

	1980	2000		2010	
		Efeito Demográfico	Hipóteses BIT	Efeito Demográfico	Hipótese BIT
Argélia	21.7	25.4	24.1	29.3	29.5
Tunisia	29.9	35.7	35.8	38.8	39.3
Marrocos	29.3	35.0	35.6	39.4	40.7

Fonte: Agnès Chevallier et Véronique Kessler, 1988 p. 49

A tipologia da população activa continuará a alterar-se, de acordo com as estimativas do BIT<sup>63</sup>. As transformações mais significativas serão a diminuição do trabalho infantil<sup>64</sup>, que deverá estar totalmente eliminado no ano de 2010 na Argélia e na Tunísia, o atraso na entrada dos jovens na população activa devido ao alargamento do período de escolaridade<sup>65</sup>, a alfabetização da maioria da população activa no ano 2000 e, portanto, maior formação profissional, o que contribuirá positivamente para a produtividade.

As estimativas da população feminina no total da população activa são cautelosas. A participação feminina depende largamente de desenvolvimentos culturais que são difíceis de prever. O BIT estima que no ano 2010 a taxa de actividade feminina seja de 13% na Argélia e de 30.9% na Tunísia. A hipótese de um crescimento mais acelerado, aproximando-se dos valores do Sul da Europa (39%) não é de rejeitar, a não ser no caso de vitória dos integristas na região.

Com base nas suas expectativas o BIT estimou em 602 500 o número de empregos a criar até ao início do novo século, para acompanhar as alterações da população activa. Em face dos resultados passados e da situação da economia partilhamos a visão pessimista de El-Kenz (1991) sobre as perspectivas do mercado de trabalho, pelo menos durante a próxima década.

Quadro 13 - Empregos a criar

	1980 - 1990	1990 - 2000	2000 - 2010
Argélia	180 000	256 000	359 000
Marrocos	214 000	268 000	308 000
Tunísia	69 000	78 500	86 500
Total	463 000	602 500	735 500

Fonte: BIT 1986

## Capítulo II - As Rupturas

“Um dos mitos mais nefastos deste século XX que está a viver os seus últimos lustros num ambiente de miséria, opressão e terror, é o da igualdade. O facto de sermos diferentes uns dos outros não significa que valem mais ou menos”

Jorge Angel Livraga<sup>66</sup>

## **1 As rupturas no Mediterrâneo - as separações das margens**

A História do Mediterrâneo Ocidental revela o constante contacto que desde o sec. IX a.c. existe entre o Sul da Europa e o Norte e Noroeste da África. Os Cartaginenses e os Fenícios, os Gregos e os Romanos são referências obrigatórias da História das duas margens, remontando a períodos longínquos os seus encontros e desencontros.

A História da região não é resultado de um desenvolvimento linear, antes se caracteriza por dinâmicas de aproximação e ruptura entre os seus vários actores.

Ruptura significa: "acto ou efeito de romper, rompimento, interrupção, quebra, fractura".<sup>67</sup> No contexto deste trabalho queremos referir como ruptura os factos que concorrem para a separação das margens do Mediterrâneo Ocidental, do ponto de vista económico, político e social.

Embora as rupturas se possam identificar historicamente, este é um esforço académico de sistematização, que não pode anular a consciência de que elas são processos históricos e económicos lentos, que se perpetuam nas estruturas e na consciência colectiva dos povos.

Portadoras de germens de conflito, as rupturas não conduzem necessariamente a ele. São também fonte da diversidade do Mediterrâneo. Neste sentido, podemos referir, como faz Malki (1989, p.16), que elas possuem as bases para novos diálogos, entre as duas partes, favoráveis à reflexão sobre um novo sistema de interdependências.

### **1.1 As principais rupturas históricas**

#### ***1.1.1 O Mediterrâneo cristão e o Mediterrâneo muçulmano***

Durante a dominação romana, desde o primado de Constantinopla até às invasões árabes, a região foi cenário de uma próspera e brilhante civilização cristã. Pode-se considerar este um período dos mais notáveis de unidade (o único em que a unidade política foi possível) entre as margens do Mediterrâneo, perturbada, no entanto, pelo traço de resistência característico dos povos das regiões do sul. A dominação cristã conduziu à sedentarização e ao florescimento de cidades, mas não conseguiu penetrar nas tribos e nas regiões mais isoladas. A decadência do império foi rapidamente sentida nos territórios do norte de África, assinalando o fim de um período mediterrânico desta região. O império bizantino colocou de novo a região face ao Mediterrâneo, mas sem a antiga glória. A opressão bizantina e a incapacidade de penetração do império nas regiões de organização tribal, tornaram-no vulnerável às invasões árabes. Os povos da região acolheram o islamismo como uma libertação.

A islamização do sul do Mediterrâneo correspondeu, de acordo com Malki(1989), à primeira ruptura do Mediterrâneo. O Mediterrâneo divide-se em Mediterrâneo muçulmano e Mediterrâneo cristão. Desta separação nasce uma "nova Europa: conquistadora e intolerante" (Egdar Morin 1987). Para o historiador belga Henri Pirenne, a conquista islâmica "teve por consequência separar definitivamente o Oriente do Ocidente e pôr fim à unidade mediterrânica."<sup>68</sup>

O islamismo estendeu o seu domínio ao sul da Península Ibérica, deixando aí marcas culturais ainda hoje assinaláveis. Este contacto entre as duas margens não criou unidade, pelo contrário, a formação nacional de Portugal e Espanha é inseparável do sentimento de rejeição e luta contra o Islão.

A característica monoteísta das religiões poderá dificultar o diálogo, dado que a pretensão de serem detentoras no seu credo da verdade (única e universal) resulta numa crença de superioridade. Do ponto de vista doutrinal a existência de grande ruptura é, pelo menos, suspeita<sup>69</sup>, mas em redor de um Deus único, desenvolveram-se civilizações distintas na maneira de se relacionarem com Deus e com os Homens e, conseqüentemente, com diferentes concepções da vida e da sociedade.

A separação religiosa do mundo mediterrânico tem vindo a ser exaltada ao longo da História pelas manifestações de intolerância de ambas as partes.

Durante as primeiras fases, o Islamismo atingiu um nível de desenvolvimento e civilizacional muito superior ao da outra margem mas, ao longo da História não o conseguiu sustentar. O Renascimento "última grande criação do Mediterrâneo"(Boutaleb1989, p.40), aumentou o fosso económico e cultural entre as margens: enquanto a Europa se tornava capitalista e secular, o Magrebe fragmentava-se em regiões e ilhas linguísticas e culturais. Os dois grandes momentos míticos da construção cultural europeia, isto é, o Renascimento e o Iluminismo, têm em comum a rejeição ao Oriente e ao mundo árabe (Libera 1994). Dante "esturricou" Maomé no inferno, Lutero insultou-o e Voltaire numa carta a Frederico, o Grande, fez troça dos "comerciantes de camelos" (Rodrigues 1993). A cultura cristã satanizou o muçulmano e o humanismo universalista laicizou o anti-islamismo europeu.

A relação entre muçulmanos e cristãos não foi, porém, sempre de conflito. A coexistência das duas comunidades tem sido possível por períodos de paz prolongados.

### *1.1.2 As colonizações*

A segunda grande ruptura das margens, segundo Malki (1989), ocorreu com a conquista dos países do sul do Mediterrâneo, pelos países do norte, no sec. XIX. Após a ocupação pela Inglaterra de Gibraltar(1704), segue-se Malta(1800), Chipre(1878) e o Egipto(1882). Holanda e Espanha espalham igualmente os seus domínios à margem sul do Mediterrâneo assim como a França que conquista a Argélia (1830) e estabelece o seu protectorado na Tunísia (1882) e em Marrocos (1912). Este período foi decisivo para a decadência do Mediterrâneo, que se tornou "menos Mediterrâneo" (Malki 1989, p. 17) e perdeu interesse do ponto de vista económico, consequência da deslocalização da gestão dos seus interesses.<sup>70</sup> A experiência do colonialismo exprimiu-se pelo surgimento de economias dualistas, desarticuladas e com fortes assimetrias regionais, separando pelos diferentes estágios de crescimento as regiões mediterrânicas (e atlânticas) do resto do território. Duas economias se sobrepuseram (uma colonial capitalista e outra pré-capitalista) e corresponderam a duas sociedades em oposição: a sociedade europeia com alto nível de vida e uma sociedade autóctone que subsistia com baixos rendimentos.

A economia colonial caracterizou-se por uma economia do tipo mercantil que exportava matérias primas de origem vegetal e mineral, importava os produtos

fabricados e reservava, se possível, o mercado colonial para os produtos manufacturados da metrópole.

A responsabilidade do episódio colonial para a História do subdesenvolvimento da região não é pacífica. Para alguns economistas, as responsabilidades do subdesenvolvimento não são unilaterais (Galissot 1964), enquanto para outros (Bordieu 1964<sup>71</sup>, Amin 1988) o período colonial contribuiu fortemente para as deficiências actuais das economias. Sobre a problemática colonização-subdesenvolvimento, Brunel (1987, p. 64) concluiu que em regiões anteriormente pouco estruturadas, (onde podemos incluir Magrebe) "a colonização não teve por efeito bloquear um desenvolvimento pré-existente, já que este não tinha começado em sociedades "imóveis", no plano das técnicas (o que não significa que estas técnicas eram arcaicas). Ela provocou um salto tecnológico, desestruturando o tecido das solidariedades, introduziu um novo modo de governo, de administração, de consumo, de novas mentalidades nestas sociedades que não estavam preparadas, em razão do seu longo isolamento." Os apologistas do colonialismo sublinham os ganhos económicos, políticos e as melhorias na educação e na saúde (Holsti 1991).

Os povos da região identificam o período colonial com a opressão cultural e a tentativa de destruição da sua personalidade arabo-islâmica, no que consideram "a maior crise da História islâmica e da identidade muçulmana" (Eposito 1993, p. 15) . Apesar do período anterior à colonização estar longe de ser paradisíaco (guerras entre tribos, discriminação anti-berbere, baixíssimo nível de desenvolvimento...), os magrebinos viveram o jugo colonial com inconsolável nostalgia, contra a qual os movimentos de libertação organizados vão elevar o seu discurso e acções, exaltando a especificidade islâmica ou arabo-islâmica e gerando um sentimento anti-Ocidental.

Podemos constatar sinais da experiência colonial negativa nas relações institucionais dos países com a União Europeia, por exemplo, nas avaliações mais críticas ou em momentos particularmente difíceis das relações. A referência ao passado colonial é frequente<sup>72</sup>.

A importância da ruptura provocada pela colonização é actualmente agravada pela leitura que os movimentos radicais religiosos fazem do período.

## **1.2 Rupturas actuais - Os dois Mediterrânos: a consagração da ruptura económica e civilizacional?**

### ***1.2.1 Evidências da marginalização económica***

O Mediterrâneo deixou de ser uma "área de comércio", como preconizou Fernand Braudel, para se transformar na fronteira que se mostra mais difícil de diluir, a que separa Norte-Sul. No quadro 1 podemos observar a dimensão das diferenças económicas dos países do Mediterrâneo Ocidental.



Quadro - 1 As dimensões das diferenças no Mediterrâneo Ocidental

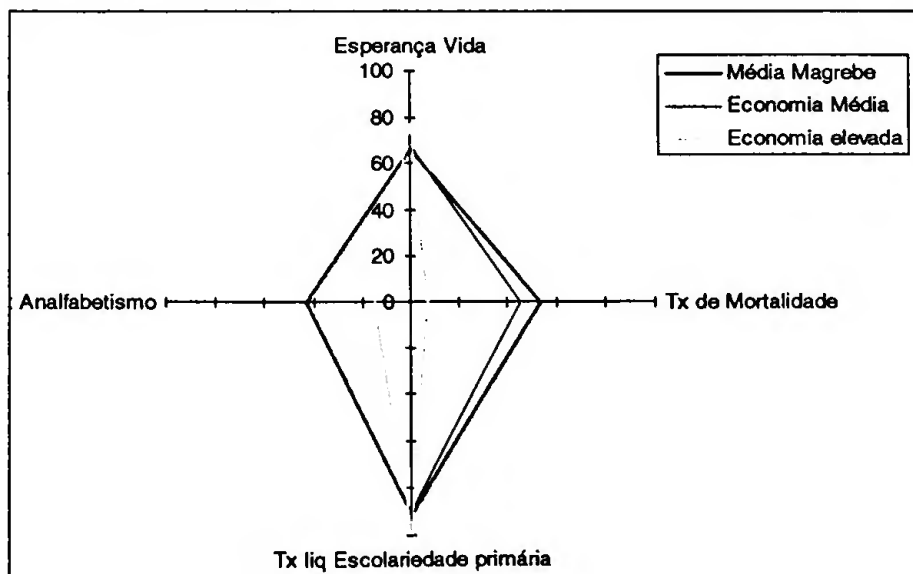
	5 países CEE	14 países extra-CEE
População (Em 1990-milhões)	173,0	222,7
PIB	87.7%	12.3%
Produção Agrícola	67.1%	32.9%
Trocas comerciais	84.1%	15.9%

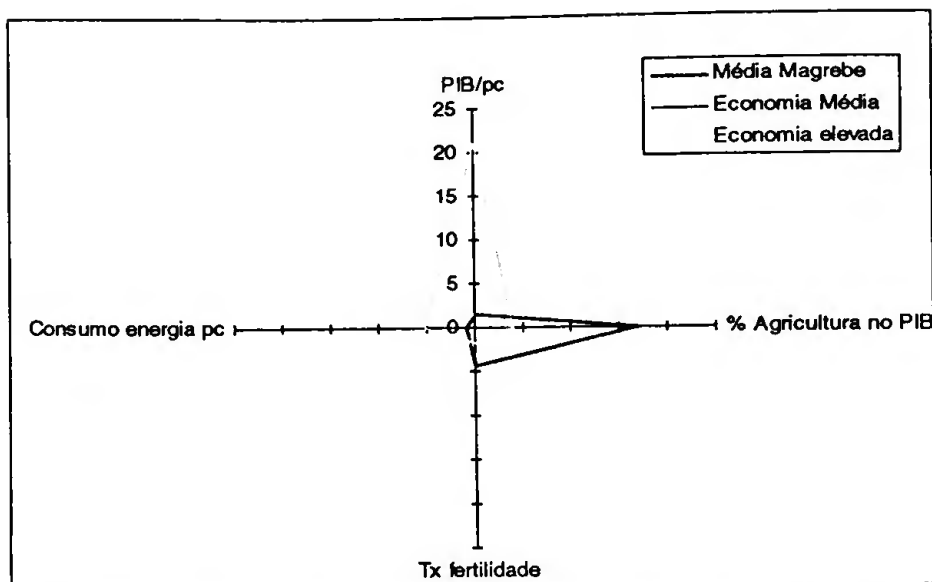
Fonte: Spataro 1993

O Comité Económico e Social descreve a situação vivida no Magrebe como “preocupante” e adverte que a “A Europa não se pode dar ao luxo da marginalização do Mediterrâneo<sup>73</sup> porque “a deriva económica a que se veria abandonada poderia ter consequências nefastas para a própria Europa: não só no plano económico (basta pensar no abastecimento de energia) e no plano social, mas também no ecológico, político e de segurança. Consequências tais divisam-se já na degradação do ambiente, nas tensões políticas, nos conflitos existentes<sup>74</sup>, mas os seus desenvolvimentos poderiam tomar proporções inimagináveis.”(CES 1992 p. 5).

Apresentamos alguns indicadores nos gráficos 1 e 2. A análise destes gráficos permite-nos evidenciar a distância de desenvolvimento do Magrebe em relação aos países mais desenvolvidos e, em alguns indicadores, em relação aos países de economia média.<sup>75</sup>

Gráfico 1 e 2 - Comparação de indicadores do Desenvolvimento





Fonte : elaborado com dados Relatório do Desenvolvimento Humano 1994, Banco Mundial

Para Amoroso et al. (1993, p. 16), o conceito de marginalização captura a “existência de um novo fenómeno penetrando à escala mundial todos os aspectos da vida económica e social” que decorre do actual modelo de desenvolvimento e é “a expressão do abandono e exclusão do centro tripolar do desenvolvimento mundial”. A marginalização dos países e regiões ocorre porque estes não são essenciais à nova economia baseada em alta tecnologia e neo-mercantilismo. Amin (1988), refere-se à marginalização como sendo a tradução da crise estrutural do sistema capitalista, onde o eixo central da crise são as relações Norte-Sul que encontrou, no final da guerra fria, o cenário adequado para se evidenciar. É, segundo o autor, uma crise que se seguiu a um período de pleno emprego e que resultou fundamentalmente de insuficiências e distorções a nível da procura a Sul, devido à ineficiente (re)distribuição dos rendimentos à escala mundial.

Amato e Amoroso (1993) ligam a marginalização económica às estratégias das empresas transnacionais (ETN's). Segundo os autores, a reprodução do sistema capitalista, através das multinacionais, enfraqueceu as economias nacionais e (re)orientou o consumo e a produção para as zonas ricas da tríade, pelo que a globalização da economia, anunciada como a era da “especialização flexível”, está a transformar a esperada “Aldeia global”, “numa nova era de colonização”. A teoria tradicional da dependência não consegue explicar esta “nova colonização”, cuja dinâmica transforma a dependência dos países e das regiões, na sua exclusão da ordem económica mundial.

Reconhecemos na acção das ETN's, esses “grandes actores” (Pierre Massé), um núcleo explicativo dos fenómenos de marginalização, mas não podemos cair na simplicidade de tentar apreender todo o processo nessas explicações. Os movimentos de capitais reagem a condições macroeconómicas de que, num primeiro momento, não são responsáveis. Os Estados do Magrebe não podem recusar o protagonismo da (co)responsabilidade na marginalização das suas economias. Ela resulta, antes de mais, dos erros e da falência das políticas nacionais, dos modelos económicos defendidos e da persistência de défice democrático nos países. A insistência em

modelos económicos, políticos e culturais terceiro-mundistas, nada mais fará do que continuamente os afastar do centro da economia mundial.

Como refere Vasconcelos (1992, p. 18), “a vontade da Europa de não marginalizar o sul, nada conseguirá, se o sul se auto-marginalizar e não tomar uma atitude face à Comunidade semelhante em certa medida, à dos países do Leste.”.

Chamada também à culpa a União Europeia (U.E.) e os outros países desenvolvidos, cujas políticas, em particular a prática proteccionista, se traduzem na marginalização das economias em desenvolvimento, bloqueando o seu desenvolvimento (Belaid 1989, Castel 1993). A comunidade, cujas políticas para a região se têm pautado pela ineficiência (CES 1992) poderá agravar este cenário se o reforço da sua integração caminhar no sentido do reforço da tríade. Segundo o Comité Económico e Social(1992, p.4) “é de prever que o reforço da economia europeia, para a qual contribuirá a constituição do Espaço Económico Europeu e a sua virtual extensão à Europa Central e Oriental, acabe por acentuar este aspecto da globalização, não só porque acentuará o carácter tripolar do modelo de desenvolvimento do planeta (...) mas também porque importará em modificações ainda menos controladas que as actuais, por sobrevindas na ausência de regras comuns, nomeadamente no domínio social da divisão internacional do trabalho.”<sup>76</sup>

A nova configuração da Europa aumenta os receios dos países do Sul, confrontados com a tendência da comunidade para favorecer os laços com os países do Leste.<sup>77</sup> A “ideologia do território” presente no movimento Europeu de reinserção da parte oriental é legítima, segundo Fabre(1993, p. 150), “Salvo se acompanhada de um esquecimento do mundo, de uma indiferença, de um contentamento de si que legitime a rejeição do outro.”. A rejeição do “outro” e particularmente a marginalização económica e cultural do Magrebe sairá reforçada se se cultivar a Ocidentalidade como entidade indissociável. Esta globalização é inconsistente e incapaz de reconhecer espaços intermédios, notoriamente aqueles que distinguem a Europa dos EUA, como o Magrebe. Culturalmente, a comunidade Euro-Atlântica promove a supremacia dos valores ocidentais e a desvalorização da identidade cultural singular da Europa, reduzindo o Mediterrâneo a uma evocação do passado. (Fabre 1993).

O Banco Mundial<sup>78</sup> prevê para os próximos anos, mesmo num cenário optimista do crescimento dos países do Mediterrâneo, o aumento das disparidades entre a Europa e os países terceiros do Mediterrâneo e entre os próprios países do Mediterrâneo. (Quadro 2). O Magrebe está numa posição intermédia mas muito longe dos melhores resultados. Para a Comissão (1994)<sup>79</sup>, o cenário do Banco Mundial exclui a dinâmica da integração em curso no espaço mediterrânico, que contribuirá positivamente para a região. Deixamos a questão para o final do trabalho.

Quadro 2 - Aumento da disparidade económica em relação à Europa (Pib pc - em dólares).

Região	1990	2010	Aumento
Magrebe	1410	1750	340
Maxerreque	810	940	130
Israel	10600	16860	6260
Europa	16000	24000	8000

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias (Com(94)427F)

## 1.2.2 Ruptura civilizacional<sup>80</sup>

### 1.2.2.1 Introdução

Apesar da recente ascensão, o debate sobre conflitos civilizacionais não é novo. A História da humanidade confunde-se com a História das civilizações e desde o início que o confronto entre elas constitui uma componente da sociedade humana. Na era contemporânea, o aparecimento, por um lado, de cada vez mais esferas institucionais e ideológicas semelhantes, bem como cada vez mais esferas de actividade comum, tornaram o mundo mais próximo e as diferenças mais evidentes. O diferente é valorado como elemento de identidade e expressa-se nos programas e interpretações da modernidade das sociedades ou civilizações.

A questão que nos colocamos é se as mutações do mundo actual estão a conduzir à formação de uma civilização moderna, que abranja a maior parte das sociedades contemporâneas, com variante e regimes locais, ou se, pelo contrário, estamos a assistir à formação de diferentes civilizações modernas com dinâmicas ideológicas e institucionais próprias.

A primeira visão corresponde à perspectiva da convergência da modernidade. Esta perspectiva defende como inevitável que a modernidade conduzirá ao encontro das civilizações em redor dos valores ocidentais, já que o desenvolvimento conduz à aceitação do corpo essencial desses valores<sup>81</sup>. Preside subjacente a ideia weberiana que apenas a civilização Ocidental pode aspirar a ser uma civilização universal.

Se, como acreditamos, a segunda visão se ajusta melhor à compreensão do mundo contemporâneo, a questão fundamental reside nos problemas levantados pela necessária convivência das civilizações, em especial face a movimentos radicais, que reivindicam a verdade exclusiva das suas civilizações, recusam a modernidade e preferem uma leitura homogénea da realidade a uma leitura pluralista que valorize as diferenças. O Islão político é o movimento radical com maior expressão na actualidade. Na sua acção recorre à doutrina universalista, politiza-a e com base nela desenvolve o conceito neo-islâmico de uma nova ordem universal dominada pelo Islão que, saliente-se, não encontra suporte no Alcorão nem nas outras fontes islâmicas (Rodrigues 1993).

### 1.2.2.2 A ideologia nacionalista e o Islão

Apesar do carácter laico e ocidentalista dos seus projectos políticos, os movimentos de libertação não desperdiçaram o potencial político que o Islão representava e utilizaram-no como instrumento ao serviço da luta nacionalista. O único

Islão capaz de servir de base ao desenvolvimento dos sentimentos nacionalistas foi o Islão reformista. A ideologia Salafista<sup>82</sup>, ajudou os movimentos nacionalistas contra o Islão popular, representado pelos *Zāwiyes* e *Morabits* cujo compromisso com o colonialismo e o sistema de lealdades religiosas particularistas e segmentadas constituíam um obstáculo ao desenvolvimento das ideias nacionalistas.

Após a ascensão ao poder, os novos dirigentes neutralizaram a hierarquia religiosa, por considerarem incompatível com um projecto nacional a prevalência dos centros autónomos de poder religioso. Livres, apropriaram-se do poder de interpretação dos preceitos religiosos e do Alcorão e manipularam-nos para se legitimarem, e à sua actuação, nos diversos campos<sup>83</sup>.

Todas as Constituições se referem ao Islão. Porém, enquanto a Constituição marroquina e a Constituição argelina proclamam o Islão como religião do Estado, a Constituição tunisina refere-se ao Islão como a religião do país.<sup>84</sup> Este fundamento constitucional evidencia a maior abertura religiosa que a Tunísia experimentou no período pós independência habilmente gerida pelo presidente Bourguiba. Bourguiba propôs "uma leitura racional, contemporânea e viva do Livro Sagrado" (Balta 1991, p. 142) capaz de sustentar a edificação de um estado quase laico, a valorização do papel da mulher e a modernização das estruturas da sociedade<sup>85</sup>.

Na Argélia, Boumedienne propôs um Islão da igualdade<sup>86</sup>, da justiça e da liberdade que reagiu contra o "afrancesamento" cultural do período colonial mas que foi incapaz de responder eficazmente à desestruturação cultural e social provocada pelo aumento de receitas do petróleo. O aumento dos recursos financeiros promoveu a industrialização massiva, a urbanização rápida e precária e a sociedade de consumo, chocando claramente com os valores tradicionais da sociedade argelina<sup>87</sup>. Os valores proclamados pelo Islão do Estado também não sobreviveram num modelo de Estado autocrata, clientilista e pouco tolerante.

Em Marrocos, o Islão é o pilar legitimador da dinastia Cherefiana. A figura do rei, descendente do profeta, é sagrada e inviolável, símbolo de autoridade e de união do povo marroquino<sup>88</sup>. O consenso em torno do monarca e a sua dupla legitimidade (Chefe de Estado e "Comandante dos Crentes") permitem-lhe dominar os acontecimentos na esfera religiosa. O problema do Saara tem sido um elemento aglutinador e revivalista do sentimento de nação que dificulta o desenvolvimento de movimentos de oposição.

### 1.2.2.3 O Integrismo no Magrebe

O Islão inscreve-se nas profundidades da realidade magrebina. O povo é extremamente religioso e o Islão vivido no Magrebe sempre se caracterizou pela sua intransigência moral.

Desde os anos 70 que o Magrebe, à semelhança dos outros países árabes, vê crescer a vaga do Islão político. Estes movimentos, que denominaremos de integristas<sup>89</sup>, preconizam o regresso absoluto à escritura como único fundamento de toda a crítica e renovação religiosa (Etienne 1987). O seu propósito é (re)islamizar a sociedade, a partir da base, criando verdadeiros "espaços islamizados" . (Roy 1990)

Face à crise do Estado - nação, a religião transformou-se cada vez mais em fonte de legitimidade da identidade dos povos<sup>90</sup>. A perspectiva adoptada por

Leveau<sup>(1993)</sup> liga a emergência do Islão político aos fenómenos complexos das mutações sociais. Pinto (1993, p.175) apresenta-o como um sintoma global da crise: crise da modernidade, crise do Estado e frustração das aspirações democráticas.

São movimentos de contestação populista<sup>91</sup> contra o poder vigente, a ordem social e cultural existente e a crise económica e preconizando a resolução destes problemas através da religião. Têm uma forte adesão entre os jovens urbanos (e sub urbanos), em especial os formados pela escola Ocidental, marginalizados no acesso ao poder oligarquizado e confrontados com a crise económica.

Reivindicam um outro projecto de sociedade e a transformação do Estado; por isso enfrentam o Islão oficial que classificam de "ímpios" e de "paus mandados do imperialismo Ocidental e coveiros do Islão", segundo expressão do líder integrista da Argélia, Abassi El-Mandani. Aspiram ao poder político, como o prova a FIS (Frente Islâmica de Salvação), mas excluíram a reflexão política e o discurso sobre o Estado, por uma acção de moralização da vida quotidiana e um discurso centrado na sociedade (Roy 1992)<sup>92</sup>. A sua estratégia de propagação foi o preenchimento das maiores lacunas do Estado, multiplicando-se em acções de apoio social.

Os movimentos reconhecem a sua filiação ao movimento Salafista<sup>93</sup>, mas abandonam a via reformista que tentava reconciliar o Islão e a modernidade dita Ocidental. A ruptura com esta modernidade é o pano de fundo do seu discurso e da sua acção.

As raízes desta oposição são numerosas e complicadas. Para individualizá-las precisamos recorrer à compreensão das rupturas anteriores, em especial ao período colonial. A expansão colonial conduziu à introdução do modelo Ocidental<sup>94</sup> nos espaços colonizados e a globalização das relações internacionais e da economia, após a II Guerra Mundial, reforçou a supremacia dos seus valores, facilmente confundidos com os valores da ordem mundial<sup>95</sup>. A modernização realizou-se através do êxodo rural, da emigração, do cinema, da roupa,...isto é da "mundialização da cultura" (Roy 1992, p125).

Após a independência, os movimentos do nacionalismo árabe radical importaram igualmente a sua proposta de modernidade do Ocidente<sup>96</sup>. Assim, a modernização recente realizou-se como invasão de uma cultura estranha, impulsionada a partir do exterior mas contando com a colaboração entusiasmada ou intervenção voraz de grupos de poder autóctones (Pinto 1994). Tal como Tonybee formula, a penetração de um elemento cultural é proporcional ao grau da sua futilidade e superficialidade, isto é, a sociedade agredida selecciona os elementos e acaba por aceitar os que lhe parecem mais fáceis e menos indesejados<sup>97</sup>. Em consequência, instaurou-se uma sociedade de consumo e fútil, que foi ao encontro dos interesses de grupos particulares minoritários, que se apropriaram do poder e da renda, promoveram o clientilismo político (*açabiyya*), instalando uma sociedade ausente das regras democráticas. A crítica radical que os integristas fazem ao Estado secularizado pela modernidade, não constitui apenas a rejeição às reformas julgadas contrárias ao Alcorão, ataca sobretudo os fundamentos morais dos Estados que invocam o Alcorão para se legitimar.

O que impulsiona a acção dos movimentos integristas, é a "lei da continuidade" que domina a existência histórica das civilizações (Pellicani 1992). Em rejeição à modernidade importada, os integristas encontraram no Ocidente um inimigo comum e combatem com obsessão a sua nefasta influência. O discurso contra o Ocidente é um discurso cultural, de supremacia dos valores do Islão, uma manifestação racista que

constitui um desvio à tolerância defendida pelo profeta. As críticas mais comuns ao Ocidente são as de racismo, de imperialismo e de inimigos de Deus e do Islão.

Portadores de um discurso de "retorno", são movimentos de continuidade (Burgat 1994, Roy 1992<sup>98</sup>, Addi 1993) e terceiro-mundistas (Roy 1992<sup>99</sup>, Maila 1993) como se pode comprovar pelos métodos e pelos actores. Neste sentido, não existe ruptura com os movimentos anteriores, nomeadamente o anti-colonialismo e o nacionalismo árabe

100

#### 1.2.2.4 A deterioração da situação no Magrebe

No Magrebe os Estados vacilaram entre a tolerância e a repressão aos movimentos. A estratégia de confronto, em especial na Argélia, desenvolveu-se como a estratégia de demonstração de poder para as partes. A partir do conflito no Golfo os integristas entraram numa fase caracterizada pelo "braço de ferro" com os Estados (Kepel 1993, p. 25). Em nome da segurança, os Estados passaram a utilizar a violência indiscriminada, estimulada pelos próprios movimentos que aproveitam o cenário dramático do sacrifício de vidas humanas para conquistar o apoio popular. A estratégia de confronto aparece também como solução possível dos Estados, sem projecto político e de sociedade alternativos. Na Argélia, o Estado tecnocrata, socialista e de massas está esgotado e vulnerável, pelo que é facilmente atacado por referência ao Estado muçulmano. Para Leveau(1994) a situação de violência na Argélia é favorecida pela hierarquia militar. A tese da repressão visa, segundo o autor, aproveitar ao máximo a ajuda externa, sem ter de responder por ela. A lógica do sistema resiste mesmo à potencial situação de derrota. Neste caso, após a acumulação a curto prazo dos lucros da ajuda internacional, abandonam, nas mãos dos islamitas, um país sinistrado e refugiam-se no estrangeiro.

Contrariamente aos seus vizinhos, a Argélia tentou integrar os movimentos integristas no processo de democratização. A partir de 1988, a abertura política permitiu aos movimentos integristas uma estratégia de legalização e acesso a meios de ataque ao poder vigente. A primeira grande expressão do poder político da FIS foi a vitória nas eleições municipais de 1990. Esta vitória foi particularmente importante porque é consonante com a estratégia da FIS de criação de "espaços islamizados", verdadeiros laboratórios da islamização da sociedade. Apesar de massiva, a entrada da FIS nos municípios não suscitou o pânico e coincidiu com um período de concertação entre o governo e o movimento. Porém, após a vitória da FIS nas eleições de 1992, o país entrou em profunda crise. O governo recusou os resultados das eleições e ilegalizou o partido. O mote da guerra civil estava lançado.

Para Addi (1992, 1994) e Girardon (1994), esta recusa de aceitar a tomada de poder dos integristas por um processo eleitoral foi um erro político. Equivale a condenar a democracia nas sociedades muçulmanas<sup>101</sup> e tornou a FIS mártir da democracia e do processo de sufrágio universal.

Apesar da interdição, a FIS aumenta o seu apoio popular e os confrontos caracterizam a vida quotidiana dos argelinos. O vazio político aumenta, pois o partido do poder não pode reivindicar representatividade. A tentativa feita em Janeiro de 1994, através de uma conferência nacional de todas as forças políticas, de criar uma

plataforma política de transição até às próximas eleições teve resultados desencorajantes. O Espaço de negociação diminui cada dia; conscientes do aumento de apoio popular, os grupos militantes mais radicais da FIS -Movimento Islâmico Armado (MIS) e Grupo Islâmico Armado (GIA) - extremam posições, recusando a conciliação. O tempo para interromper esta marcha suicidária é contado a conta gotas...

A situação da Argélia inquieta sobretudo os seus vizinhos. Se os integristas assumem o poder na Argélia dificilmente o governo tunísino resistirá e em Marrocos aumentará a repressão.

Na Tunísia, o movimento de contestação começou a tomar impulso aproveitando as crises no poder com a saída de Bourguiba. A contestação subiu de tom a partir de 1978 e multiplicou-se em movimentos mais ou menos organizados que radicalizaram os discursos nas mesquitas e na vida pública. Dos movimentos gerados pela contestação, o Movimento de Tendência Islâmica é o mais bem organizado e com maior adesão popular. Os seus objectivos são "ressuscitar a personalidade islâmica" e "pôr termo à situação de seguidismo, alienação e de dependência actual". O movimento teve de mudar de nome para obter a legalização devido à norma constitucional que impede a referência à religião. Denominado agora de EnNahda, afirma-se como um movimento de inspiração religiosa, com aspirações ao poder para concretizar o seu projecto de transformação global da sociedade. Nas eleições de 2 de Abril 89, o EnNahda mostrou a sua força ao afirmar-se como principal movimento da oposição, apesar de se ter apresentado às eleições como independente. A recusa governamental de legalizar este partido, fê-lo passar à clandestinidade e adoptar uma estratégia de desgaste do poder. Em resposta, o Estado reforça o seu discurso religioso.

A força do islamismo foi demonstrada, como em nenhum outro país do Magrebe, com as manifestações de apoio ao Iraque durante a guerra do Golfo. Este apoio popular no país que na região experimenta o maior grau de abertura da sociedade, mais do que paradoxal é um forte sinal das dificuldades em controlar a força do integrismo.

Em Marrocos, apesar do maior consenso em torno do poder, os movimentos integristas têm surgido. A Associação de Irmãos Muçulmanos é a principal força integrista. Face ao crescimento do movimento, o regime começa a alterar a sua tradicional atitude de tolerância<sup>102</sup> e a optar por uma via mais repressiva.

#### 1.2.2.5 Conflito de civilizações

Mais do que rejeitar o desenvolvimento da sua modernidade recente, o integrismo anseia pela exportação dos seus próprios modelos. O ideal expansionista do islamismo é claramente afirmado pelo xeque Sunita Said Shaaban: "A nossa caminhada começou e o Islão conquistará, por último a Europa e a América, porque o Islão, neste mundo de desespero, é o único caminho que ainda existe para a salvação"<sup>103</sup> ou ainda por Ali Khameney, sucessor de Khomeiny: "O Alcorão numa das mãos e na outra a espada foi assim que o nosso profeta realizou a sua missão. O Islão não é uma religião de hipócritas, mas fé de quantos prezam a guerra e a desforra"<sup>104</sup>

É este um grito de guerra que oporá civilizações? Ou a "ameaça" do Islão político não é mais do que um inimigo fantasma dos estrategas europeus?



Huntington(1993) defendeu num artigo publicado no "Foreign Affairs" após o atentado integrista ao *World Center* em Nova Iorque, que a cultura é a principal fonte de conflito do mundo moderno, pelo que embora os Estados-Nação continuem a ser os principais actores do mundo dos negócios, os principais conflitos ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações<sup>105</sup>. Huntington sintetiza esses conflitos na oposição entre "O Ocidente *versus* o resto"<sup>106</sup>. O poder do Ocidente conduziu à penetração dos valores da civilização Ocidental no resto do mundo, ainda que ao nível mais elementar os conceitos ocidentais difiram dos que prevalecem no resto do mundo. É desta dicotomia que, segundo o autor, surgirão os próximos conflitos. Também Jacques Delors defendeu que os "futuros conflitos serão desencadeados por factores culturais em vez de económicos ou ideológicos"<sup>107</sup> e o Parlamento Europeu (1991) refere o perigo do fundamentalismo redundar em conflito civilizacional. Bartley (1993), Binyan (1993), Kirkpatrick e al(1993) comentam o artigo de Huntington, recusando a perspectiva de um conflito civilizacional.

Isolar o efeito civilizacional da crise de relações entre o Ocidente e o Mundo Árabe parece-nos difícil. Uma leitura exclusivamente cultural, no sentido estrito, não nos parece conseguir justificar os problemas actuais da relação Ocidente-Islão. Da lista de civilizações apresentada por Huntington, a civilização Islâmica e a civilização Ocidental têm mais em comum do que, por exemplo, o Confucionismo e o Hinduísmo.

Outro argumento para suspeitar da natureza civilizacional deste conflito é a constatação de que as maiores diferenças ocorrem dentro do próprio Islamismo e que "primeiro objectivo do movimento integrista não são as outras civilizações mas os seus próprios governos" (Kirkpatrick e al 1993, p. 23) A utopia do integrismo é a islamização do mundo, mas em especial os 46 Estados Islâmicos. Impõe-se como prioritário o combate aos inimigos interiores, aos maus muçulmanos pois o maior perigo da UMMA decorre da desordem (*fitna*).<sup>108</sup> Com este argumento regressamos, porém, ao essencial do discurso integrista: a oposição à ocidentalização.

É necessário identificar as verdadeiras causas e a natureza da ruptura em causa. Estamos perante um confronto de dimensão essencialmente religiosa (cristão-muçulmano), económica (Norte-Sul), ou apenas perante uma crise interna de modernidade nas duas civilizações? Os muçulmanos reagem contra a sociedade Ocidental alienada pelo consumo ou apenas à impossibilidade de reproduzirem as mesmas condições de vida? Os Europeus não toleram as manifestações culturais muçulmanas ou apenas defendem os seus postos de trabalho? Uma leitura economicista da natureza da crise é claramente redutora, em face da complexidade do fenómeno. Como referiu Perroux(1981, p.275) sobre a crise do Ocidente, "esta crise de civilização tem raízes mais profundas do que as "falhas" do sistema económico; assenta no espírito e no coração dos homens."

No entanto, a simetria da crise civilizacional com a ruptura económica entre estes "dois mundos" indicia que o desenvolvimento harmonioso facilitaria o relacionamento civilizacional.

#### 1.2.2.6 Consequências do desenvolvimento do integrismo e as relações com a União Europeia

A crise de identidade e legitimação não é um exclusivo do sul do Mediterrâneo. Pisani(1989, p.251) questiona se "O Mediterrâneo não é o campo de fuga destas duas comunidades em crise de identidade?". Para Morin (1989)<sup>109</sup>, existe uma dupla crise simétrica: "Existe crise de identidade cá e lá, o que podemos chamar de crise da modernidade." Toda a procura de identidade implica mais ou menos conscientemente a busca das dimensões que de uma maneira ou de outra perduram para além das mutações da História (Caludio Margis 1991)<sup>110</sup> Fabre (1993, p.151) refere-se à "herança esquecida" das duas margens do Mediterrâneo como um entrave às suas relações.

No Magrebe, a percepção da Europa é duplamente negativa: "Europa-colonialista" e "Europa dos infiéis" (Liabés 1993) A dimensão mediterrânica aparece como marginal em face da ênfase concedida à personalidade e cultura arabo-muçulmana e é considerada até antagónica ao projecto de unidade árabe (Fabre1993, Arkoun 1994). Este sentimento de rejeição à Europa é imbuído de contradições profundas: os mesmos que o exprimem de forma sincera, aproveitariam se pudessem, qualquer oportunidade para emigrar para França e não resistem a espreitar o "demoníaco" oferecido pelas parábolicas.

Na Europa, a associação islamismo-integrismo-terrorismo e o crescente aumento da xenofobia, gera problemas de convivência com as comunidades migrantes, tende a agravar as relações Euro-Magrebina (Mahiou 1992, Fabre 1993), e provoca por si só um esmorecimento do projecto económico para a região, ao restringir o investimento. Para Roy (1992, p. 125) o discurso anti-imigrante na Europa é da mesma ordem que o discurso islâmico: "é o discurso que se tem quando já é tarde demais". Segundo Pisani(1991) o Islão ocupa o lugar de mito mobilizador da sociedade europeia, deixado pelo comunismo.

O conflito poderá ter apenas a dimensão das comunidades emigradas sem que, por isso, deixe de ser um problema relevante para países europeus, como a França, nem deixe de constituir uma ameaça ao desenvolvimento das relações económicas com a região. Um dos aspectos das preocupações da União Europeia tem sido o desenvolvimento do Islão como um vector de mobilização político-cultural dos imigrantes. O fenómeno integrista está particularmente enraizado nas comunidades magrebina da Europa, no que alguns autores denominam "o Euro-Islão" ou o "Islão de gueto". O receio da escalada do integrismo faz com que a União Europeia promova as relações com as organizações muçulmanas (Ireland 1991)<sup>111</sup>. Segundo Carvalho (1994) a preocupação da França com os muçulmanos bósnios revela a preocupação em não dar motivos aos fundamentalistas e pacificar as relações com a comunidade muçulmana emigrada.

Os receios da Europa incluem também as pressões migratórias. A vitória da corrente integrista no Magrebe pode provocar um êxodo de magrebinos em direcção à Europa, como adverte o xeique Sudanês Hassan al-Turabi, um dos mais influentes pensadores actuais do islamismo: "Se a FIS chega ao poder pela força, a Argélia rebentará; três talvez quatro milhões de argelinos fugirão"<sup>112</sup>. Charles Pasqua, ex-ministro do interior francês prevê igualmente o êxodo de argelinos para França no caso da situação se agravar<sup>113</sup>.

Os movimentos integristas defendem o cenário de desconexão económica e política com a União Europeia, particularmente com a França, e rejeitam a integração magrebina, em favor do reforço das relações com todo o mundo islâmico (em especial

o Mundo Árabe). Estas posições conduziriam ao fim do projecto Euro-Magrebino, pelo menos nos termos actuais. Apesar disso os islamistas não atacam interesses económicos da Europa, tais como o gasoduto e empresas estrangeiras. Actuam numa perspectiva de futuro poder que sabe que não poderá sobreviver sem as relações com a Europa e pelo interesse no apoio dos emigrantes. Os integristas dizem-se possuidores de um modelo económico (modelo da economia islâmica) moralmente superior ao modelo Ocidental, mas não menos eficiente.

A maior parte dos líderes integristas pode ser classificado de ultra-liberal (Beau 1995). Defendem uma economia de mercado, com mais transparência, mais iniciativa e mais justiça. O integrismo exprime sobretudo uma vontade de mudança social e uma política económica que favoreça as vítimas da política de industrialização massiva (classe média, comerciantes privados, ...).

### *1.2.3 Uma ruptura militar?*

As múltiplas dimensões da segurança no Mediterrâneo Ocidental são um dado adquirido para os académicos e políticos preocupados com a região. Existe o mesmo consenso quanto à sua importância para a segurança da Europa<sup>114</sup> e inclusive a sua dimensão planetária (Bennouna 1989). Existe igualmente a tendência para desmilitarizar o conceito de segurança no Mediterrâneo<sup>115</sup>, minimizando a potencialidade desta ameaça conduzir a conflitos militares entre as margens do Mediterrâneo<sup>116</sup>. Isto apesar da propaganda Ocidental ter apresentado o conflito do Golfo como a primeira evidência da mudança da ameaça do Leste para o Sul (Aliboni 1991<sup>117</sup>), do aumento do poder militar da região<sup>118</sup> e do desenvolvimento dos conflitos regionais.

O compromisso de segurança proposto pela União Europeia<sup>119</sup>, assente nos valores da igualdade de soberania, não ingerência, respeito pela base territorial, rejeição do recurso à força, compromissos em matéria de armamento e compromisso de desenvolver entre si boas relações de vizinhança, para discussão na conferência inter-ministerial nada mais fará do que validar compromissos adquiridos. Um grande quadro de segurança ultrapassa as discussões ministeriais.

É certo que os movimentos integristas parecem querer limitar a violência ao interior do território, em parte pela falta de recursos financeiros mas, como adverte Leveau (1994), esta posição pode não se manter, caso os governos estrangeiros não os reconheçam como interlocutores da crise argelina.

A evolução do Tratado de Maastricht, em matéria de Política Externa e de Segurança Comum, facilitará o diálogo político e de segurança entre a União Europeia e o Magrebe. Os primeiros passos foram dados em Petersberg (1992), onde os ministros dos negócios estrangeiros e da defesa mandataram a UEO para estabelecer um diálogo gradual com os países do Magrebe. A institucionalização do diálogo político inscrita nos novos acordos poderá igualmente contribuir positivamente para o desenvolvimento em matéria de segurança e abrir o diálogo sobre o domínio da defesa na cooperação Euro-Magrebina (Faria 1994).

As novas propostas nacionais de defesa orientadas para o novo quadro do após guerra fria marginalizam igualmente o perigo militar<sup>120</sup>. A cooperação militar, maioritariamente bilateral<sup>121</sup>, é superior à percepção de perigo. Esta cooperação concretiza-se em acordos de venda de armamento, treinamento de forças militares e,

no quadro dos acordos táticos da França com a Argélia, a participação na defesa dos países em caso de ataque militar.

Contrariamente à posição desenvolvida pela União e pelos EM's, a NATO vem a desenvolver um discurso de "ameaça do Sul"<sup>122</sup> que pode ensombrar as relações entre a NATO e os países do Magrebe. Este discurso começa a ser referido como parte da "ameaça" que vem do Norte.

## **2 Cenários tendências**

Os cenários tendenciais descrevem a situação da região, caso as situações de marginalização actuais não se alterem. Consideramos dois possíveis cenários -cenário tendencial e cenário tendencial agravado com a vitória integrista.

No primeiro cenário a União Europeia continuará líder económico da região, mas com uma imagem política cada vez mais desgastada. O segundo cenário caracteriza-se pela diminuição da posição da União Europeia na região e um aumento da tensão militar. No quadro 3 sintetizamos os dois cenários de acordo com várias variáveis<sup>123</sup>. Qualquer um destes cenários corresponde ao agravamento das disparidades económicas no Mediterrâneo Ocidental.

Quadro 3 - Cenários tendenciais no Mediterrâneo

	Cenário tendencial	Cenário tendencial agravado com vitória Integrismo
<b>Características</b>	Marginalização Conflitos interno Economias duais	(re)Islamização da sociedade Recusa (ou diminuição) de laços preferenciais com a Europa em especial com França
<b>Factores críticos</b>	Integrismo Conflitos regionais Reforço da Tríade Preocupações da U.E. centradas no leste	Extensão do integrismo à esfera civil
<b>Organizações sociais e políticas</b>	Estado Grupos religiosos Familia alargada	Mesquita. Estado controlado pela esfera religiosa.
<b>Política económica</b>	Crescimento dependente da evolução da economia internacional. Liberalização do investimento. Dificuldades na integração regional.	Modelo económico islâmico. (a) Aumento dos gastos militares. Defesa do pequeno e médio empresário e agricultor. Ênfase no aproveitamento económico dos recursos naturais. Reforço do Mito de unidade árabe globalizante
<b>População e emprego</b>	Crescimento populacional. Urbanismo incontrolável. Desemprego. Pressão migratória.	Aumento do crescimento populacional. Desemprego (b). Aumento da pressão migratória.
<b>Líder regional</b>	Europa.	Líder militar (Líbia, Argélia).
<b>Valores</b>	Exaltação da personalidade árabe. Divisão interna nos sentimentos em relação à Europa. Papel crescente da mulher.	Interpretação integrista dos valores do Islão. Rejeição ao Ocidente.
<b>Ambiente</b>	Degradação acelerada	Degradação acelerada.
<b>Cooperação</b>	Bilateral. Ajuda Humanitária. Relações comerciais.	Diminuição da ajuda e da cooperação. Potencial fonte de conflito.

(a) O Islão contém um certo número de prescrições, a partir das quais se pode definir um sistema económico implícito. Existem muitas referências económicas no Alcorão, *l'ijma* ( discursos ou acto do profeta ou dos seus discípulos) e nos *Qiyas* (opiniões pessoais a partir da análise e das doutrinas religiosas). A *Charia* definiu assim um conjunto de regras relacionadas com a alocação dos recursos, a produção, o consumo, a repartição da riqueza e o funcionamento geral da economia. Os aspectos mais salientes são a rejeição ao juro e a imposição da *Zakat* (significa caridade, dádiva. É um imposto sobre a riqueza, mas sobretudo um acto voluntário decorrente de uma obrigação divina, pelo qual um homem rico se torna melhor).

(b) Os islamistas defendem que a eliminação da população activa feminina e a dinamização da pequena e média empresa resolverá os problemas do mercado de trabalho. Estes efeitos dificilmente compensarão os custos em termos de trabalho perdido, do desinvestimento externo e da desestruturação da economia. Na Argélia a situação de instabilidade actual é a mais desfavorável.

## Capítulo III - Os fluxos e a interdependência

“O Mediterrâneo só tem unidade pelos movimentos de Homens,  
pelas ligações que eles implicam...”

Braudel (1966)<sup>124</sup>

## 1 Introdução

Interdependência é um conceito em destaque nas relações económicas e políticas internacionais em resultado da percepção da complexidade do seu sistema. O conceito tem vindo a ser objecto de estudo, em especial pela ciência política, sem que se tenha conseguido consenso (Rood 1991. É um "conceito vago", capaz de abranger praticamente qualquer transacção entre os Estados (Hveen 1991, p. 128), em parte pelo seu uso com fins de retórica política e pela aplicação da teoria dos sistemas (a interdependência é uma característica dos sistemas) ao estudo das relações internacionais.

Keohane e Nye (1977, p.8) referem-se ao conceito como "situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre actores em diferentes países", Angell (1938) refere-se à interdependência como "ligações estruturais de destinos"<sup>125</sup> e a OCDE como "facto ou condição de depender de outro, mútua dependência"<sup>126</sup>.

Estas definições não têm em conta as relações de poder e o custo de oportunidade nas relações. A introdução destas variáveis conduz-nos a um conceito mais preciso e dinâmico em que a interdependência se caracteriza pela possibilidade de, por acção unilateral, um Estado impor danos a outro (Streeten 1990, Hveen 1991). Segundo Baldwin(1980), os economistas utilizam-no o termo neste sentido, isto é, utilizam para se referirem às relações de poder entre os países.

A interdependência não implica igualdade. Mesmo no caso de ser benéfica para ambas as partes, a relação de interdependência pode ser muito assimétrica (Keohane e Nye 1977).O grau de interdependência é medido pelos custos de acabar ou alterar a relação (Holsti 1991); quanto maiores os custos para um dos parceiros mais assimétrica é a interdependência<sup>127</sup>.

Angell (1938) refere-se ao conceito de interdependência aplicado à economia, como interesses complementares resultantes da divisão do trabalho<sup>128</sup>.

Os fluxos resultantes da divisão internacional do trabalho, porém, se fundamentais para apreender a dinâmica da interdependência, não se referem necessariamente a ela. Em termos económicos, a interdependência refere-se a relações marginais entre economias e para a medir os autores utilizam, em geral, medidas marginais tais como propensão a importar, elasticidade de substituição dos produtos, etc...: Neste sentido, embora os conceitos se interliguem é possível distinguir, por exemplo, interdependência de "abertura" e de "integração", que são igualmente dimensões decorrentes da divisão internacional do trabalho<sup>129</sup>.

As relações da U.E. e os países do Magrebe desenvolvem-se na base de uma dupla interdependência: a U.E. tem interesse na paz na região por motivos de segurança e abastecimento energia e os países do Magrebe dependem economicamente da Europa. A Comissão (1991)<sup>130</sup> identificou o ambiente<sup>131</sup>, a energia, o comércio e investimento e as migrações como sendo as principais áreas de interdependência.

Estas são as áreas onde os fluxos entre as margens apresentam maior intensidade. Os seus indicadores (marginais) denunciam uma relação de interdependência fortemente assimétrica entre o Magrebe e a Europa.

A assimetria é politicamente importante (Russet e Starr 1992). Os actores menos dependentes geralmente usam a interdependência como uma fonte de poder nas negociações. Considerando este facto, alguns autores defendem o cenário de desconexão nas relações Euro-Magrebina, fundamentado-o essencialmente por referência à diminuição do poder nacional<sup>132</sup>, associado a fortes laços de interdependência



assimétrica.<sup>133</sup> O aumento da interdependência assimétrica pode conduzir a situações de marginalização<sup>134</sup>.

A maioria dos economistas e actores das relações Euro-Magrebina defende o reforço da interdependência<sup>135</sup> através da cooperação e coordenação, preferencialmente num cenário de integração económica que ajude a corrigir a assimetria.

O problema da pressão migratória do Sul e do fornecimento de energia são as áreas mais sensíveis para a U.E. e monopolizam grande parte das preocupações da Comunidade Europeia com a região. Corre-se mesmo o risco do desenvolvimento ser considerado um "objectivo intermédio" (Blin e Parisot 1992, p 83) para a realização destes "objectivos finais".

## **2 Migrações .**

Nas áreas onde é possível evidenciar a intensidade dos fluxos e a interdependência das relações, a emigração é possivelmente aquela em que as nossas teses mais facilmente se fundamentam e evidenciam. Em primeiro lugar, pela natureza dos fluxos e suas dimensões sociais e culturais. Em segundo, por ser uma área de interdependência e conflito dos objectivos da política económica<sup>136</sup>.

A questão da emigração magrebina para a Europa intersecta com as dificuldades internas das economias magrebina, com o problema do fundamentalismo e com as limitações da cooperação económica, social e cultural da U.E. com a região.

### **2.1 Os fluxos de população**

#### Os desencontros dos movimentos

A colonização dos países do Magrebe foi uma colonização de povoamento (especialmente na Argélia). A circulação de pessoas foi uma das partes mais importantes do sistema de trocas que Larbi Talha (1983)<sup>137</sup> denominou de "modelo migratório colonial". Durante todo século XIX para a Argélia, final de século XIX para a Tunísia e princípio do século XX para Marrocos, este movimento teve principalmente a direcção Norte-Sul. Os imigrantes eram oriundos das metrópoles, principalmente de França (cerca de 86% da população estrangeira em Marrocos e 60% da população estrangeira na Tunísia<sup>138</sup>). Ocupando diferentes lugares da vida activa, a população europeia constituía uma classe privilegiada, com rendimentos muito superiores à média dos trabalhadores nativos (Galissot 1964). Após a independência a maioria desta população regressou aos países de origem. Actualmente o seu número é insignificante, sendo na sua maioria pessoas ligadas a empresas europeias ou relacionadas com a cooperação com a Europa.

A presença de populações de origem magrebina na Europa também é uma realidade antiga. Os primeiros registos datam do período do segundo império (1860-1870). Após a 1ª guerra mundial o movimento tornou-se mais constante, mas só ganhou expressão após as independências, impulsionado pela recuperação económica da Europa conjugada com a precariedade da situação económica e as pressões demográficas da região magrebina.

Após a crise económica de 73/74 e com o aparecimento dos primeiros sinais de desemprego, a Comunidade Europeia aumentou a resistência à entrada de estrangeiros no espaço comunitário e multiplicou as tentativas de coordenação das políticas de emigração dos países membros<sup>139</sup>. O controle comunitário teve fundamentalmente motivos económicos: a incapacidade de absorver o excedente de mão de obra e o factor competitividade - a existência de mão de obra barata oriunda principalmente do Mediterrâneo viabilizava a existência de indústrias obsoletas pondo em causa a competitividade internacional das economias europeias. Esta política foi facilitada pela

redução da importância relativa da quantidade e custo da mão de obra na actividade produtiva e politicamente reforçada com o argumento da segurança (controle do terrorismo e do tráfico de droga).

O reforço do controle da emigração na U.E. corresponde a uma das mais profundas alterações nas relações Euro-Magrebina. A Comunidade Europeia deixou de depender da mão de obra magrebina, sendo que o mercado não foi capaz de compensar a diminuição dos fluxos humanos por um aumento de fluxo de capital em direcção ao Sul, como poderíamos teoricamente esperar (Pomfret e Toren 1980).<sup>140</sup>.

Merle (1991) não vê como operar, na prática, do Norte para o Sul as volumosas transferências de recursos susceptíveis de travar a pressão nas fronteiras. É que maiores restrições da U.E. também não foram acompanhadas da diminuição de pressão, antes pelo contrário. A crise económica e o crescimento demográfico aumentam o número de ansiosos por encontrar emprego na Europa. Os que conseguem escapar ao controlo engrossam o número de clandestinos que sustentam a economia subterrânea europeia.

A importância da emigração para o Sul é controversa, como iremos discutir, mas o modelo de uma "Europa Fortaleza" inquieta os responsáveis magrebinos preocupados em especial em assegurar as condições de igualdade social e profissional aos trabalhadores magrebinos e com os efeitos negativos das políticas restritivas nas suas economias.<sup>141</sup>. Estão particularmente discordantes dos acordos de *Schengen*, que Sid-Ahmed (1993, p.766) refere como mais uma forma de marginalização do Magrebe por parte dos responsáveis europeus.

## 2.2 Tipologia das populações

Os primeiros fluxos de emigração magrebina eram pretensamente temporários, de trabalhadores masculinos não especializados, na sua maioria jovens, casados, oriundos de famílias sem recursos e de regiões com altas taxas de natalidade e pobres<sup>142</sup>. Estes trabalhadores dispostos a aceitar salários baixos, tiveram um papel decisivo em favor do capitalismo europeu. Castle e Cosak (1973, p. 428) consideraram que " migração do trabalho é uma forma de ajuda ao desenvolvimento concedida pelos países pobres aos países ricos".

A característica "temporária" era sobretudo fomentada pelo discurso político, que apresentava as emigrações como uma consequência provisória da colonização, que desapareceria logo que o nível de desenvolvimento permitido pela industrialização fosse atingido. Esta visão idealista da emigração não coincidiu com a versão da realidade.

A expansão da emigração foi acompanhada de modificações estruturais: diminuição das taxas de crescimento da emigração (quadro 1), abandono do seu carácter temporário, passagem da emigração individual à emigração familiar (facilitada pela política de reagrupamento familiar dos anos 70) e o conseqüente aparecimento da segunda e terceira geração. As características emocionais dos emigrantes também mudaram. Se os que partiram, na década de 70, levavam consigo o sentimento de culpa de não contribuir para o desenvolvimento dos grandes projectos nacionais, o emigrante da década de 80 era um desiludido com a evolução da sociedade (Leveau 1994). Uma parte da emigração recente é baseada no reagrupamento familiar, favorecida segundo Vinay (1992) pela leitura estrita que o Tribunal Europeu fez do artº 8º dos Direitos Humanos. Em 1990, a imigração familiar em França era maioritariamente de origem magrebina (quadro 2).

Quadro 1 - População magreбина residente em França - Censos de 1968-90 (mil)

	Argelinos		Marroquinos		Tunisinos		Total	
	Total	Activa	Total	Activa	Total	Activ	Total	Activa
1968	474	256	84	55	61	<sup>a</sup> 31	649	342
1975	710	331	260	152	140	73	1110	556
1982	769	322	431	171	190	77	1390	570
1990	620	279	585	204	207	82	1412	565

Fonte: Institut National de la statistique et des études économiques

Quadro 2 - País de origem da imigração familiar em França em 1990

Região de origem	Número	%(a)
Países do Norte	3708	9.9
Países do Sul	33241	90.1
Magrebe	23088	62.5

Fonte: Vinay 1992

(a) % em relação a 36 949

Condicionada pela evolução do mercado de trabalho, a mão de obra magreбина na Europa está em mutação: regista-se a diminuição da percentagem da população activa (em valor absoluto para a Argélia) como consequência da emigração familiar e envelhecimento da população emigrada, o aumento da taxa de trabalho feminino, a terciarização crescente do emprego (Talha 1991) e o aumento do nível educacional<sup>143</sup>(Berrada1994). Apesar da evolução qualitativa dos trabalhadores magrebinos, estes continuam a enfrentar discriminação no mercado de trabalho europeu; na generalidade as taxas de desemprego são superiores à taxa de desemprego nacional (quadro 3) e são mais vulneráveis a situações de agravamento das condições económicas.

Quadro 3-Taxa de desemprego da população magreбина.(em %)

	1976	1980	1981	1982	1992(a)
França	5.6	8.9	12.4	(nd)	21.1
	(4.3)	(6.4)	(7.8)	(nd)	7.4(b)
RFA	5.1	5.0	8.2	11.9	(nd)
	(4.1)	(3.3)	(4.7)	(6.8)	(nd)
Bélgica	11.2	13.9	16.6	(nd)	(nd)
	(6.8)	(9.4)	(11.6)	(nd)	(nd)

N.B Em parêntises o desemprego total (a) Desemprego Homens; (b) Desemprego naturais de França

Fonte : "Problèmes économiques" nº 1917 Março 1985 p. 12; INSEE, para 1992

### 2.3 Destino da emigração

Em 1992, os emigrantes magrebinos residentes na U.E. ascendiam a 2002 mil<sup>144</sup>, cerca de 20.5% dos emigrantes não comunitários na U.E.. Marrocos é o principal país de origem (54.1%), seguido da Argélia de onde provêm 32.0% dos emigrantes magrebinos e da Tunísia cujo número de emigrantes é de cerca de 277.3 mil, ou seja 13.9%<sup>145</sup>.

Quadro 4 - Repartição da emigração Magreбина por país acolhedor e peso da comunidade magreбина no total de imigrantes (excluindo UE) 1992 (em %)

	B	DK	D	E	F	I	NL	UK
<b>Emigrantes Magrebinos na UE(12)</b>	8.1	0.2	5.7	2.6	69.8	4.7	8.3	0.6
<b>Comunidade magreбина /emigrantes (excepto UE)</b>	65.4	2.9	2.6	26.7	61.0	22.6	30.3	1.0

Fonte: Cálculos com base em *Satistiqués rapides*. Population et conditions sociales 7/94-Eurostat

França é o destino principal da emigração Magreбина. Este fluxo é explicado pelas razões históricas, pela língua e pela receptividade da França em acolher emigrantes no período após a IIª Guerra. A francofonia é o elemento comum dos outros principais destinos dos magrebinos (quadro 4).

## 2.4 A emigração e as estratégias de desenvolvimento

### 2.4.1 O efeito nos recursos humanos

A emigração é por vezes confundida com uma estratégia de desenvolvimento, com base nas expectativas de que a emigração permita a diminuição do sub-emprego e do desemprego, aumente a produtividade marginal da população não-emigrante e melhore o nível de vida das populações. A hipótese de que a emigração pode resolver os problemas do mercado é infundada (Straubhaar 1985<sup>146</sup>). Os perigos desta estratégia residem essencialmente nas consequências a longo prazo da espoliação de recursos humanos e da depressão da procura interna<sup>147</sup>.

No Magrebe, a característica não especializada dos trabalhadores teve duas vantagens: não afectou a qualidade dos recursos humanos e estes trabalhadores são tradicionalmente mais propensos ao envio de remessas para os países de origem (Gillis, Perkins et al 1992). No entanto, a emigração foi na sua maioria de pessoas jovens e de meios rurais, o que significou uma perda potencial de riqueza de recursos humanos e contribuiu para o abandono do sector primário. A emigração, municida das classes camponesas, redundou num desequilíbrio sociológico e económico, acelerando o êxodo rural sem resolver o problema central do emprego. Os sindicatos da Europa e do Magrebe reconheceram que o fenómeno migratório tem sido fonte de desbarato de recursos humanos<sup>148</sup>.

O retorno em idades avançadas e dedicando-se preferencialmente aos serviços diminui o impacto da potencial formação profissional adquirida nos países da Europa. Apesar disso, a formação profissional é uma área chave para a emigração ter impacto no desenvolvimento dos países de origem. O Conselho de Ministros francês aprovou um programa de formação para ajudar no regresso<sup>149</sup> cujos resultados são negligenciáveis. (Quadro 5).

Quadro 5-A evolução da formação-retorno por nacionalidades. (nº de participantes)

	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Argélia	28	27	201	312	761	1100
Marrocos						
Tunísia		36	01		05	15
Outros		15	15	21	76	50

Fonte: Mezdoor : Les relations économiques Maghreb-CEE. Thèse Mansourah Égypte 1990,p. 307.

Do ponto de vista social, os fluxos migratórios contribuíram para importantes mudanças nas sociedades magrebinsas, em especial a modernização da estrutura demográfica, a urbanização, a dignificação do estatuto da mulher (Berrada 1994)<sup>150</sup> e a alteração dos modelos de consumo (Mezdour 1993).

### 2.4.2 O impacto das remessas

Uma vasta literatura económica tem sustentado o debate sobre a utilização e o impacto das transferências dos emigrantes no desenvolvimento dos países de origem da emigração.

As transferências são constituídas por transferências de fundos (remessas), transferências em bens para beneficiar o regresso e os membros das famílias e as transferências "culturais"(cassetes, discos, roupa).

Quadro 6-Remessas de emigrantes/ Importações

	1971	1975	1980	1985	1990	1991
Argélia	17.8%	6.0%	2.8%	2.4%	2.8%	3.0%
Marrocos	10.4%	17.5%	18.1%	18.9%	22.7%	22.3%
Tunísia	9.2%	8.7%	7.7%	7.5%	9.0%	8.9%

Fonte: Cálculos com base no World tables 1993-Banco Mundial

O quadro 6 evidencia a importância do financiamento das importações pelas remessas, em especial em Marrocos. Pelo seu valor, as remessas são um elemento importante de equilíbrio da Balança de Pagamentos, obtenção de reservas, melhoria do rendimento disponível, um factor importante de equilíbrio do mundo rural e de financiamento do meio urbano e imobiliário.

As conclusões de várias pesquisas<sup>151</sup> apontam para a má valorização das transferências, o que reduz o seu impacto em termos de desenvolvimento. As transferências são dispersas, aplicadas no consumo, na construção de casas desproporcionadas e no pequeno comércio e serviços (cafés, táxis,...).<sup>152</sup> Esta aplicação beneficiou, em particular, as indústrias de bens de consumo e de imobiliário para além do sector bancário. Segundo Berrada (1994) em Marrocos pode-se identificar uma gradual emergência de uma cultura empresarial<sup>153</sup>. Nos meios urbanos, os fluxos financeiros contribuíram para o aumento vertiginoso dos preços dos terrenos.

Sobre a questão da alteração do padrão de consumo das famílias migrantes, aumentando a preferência por bens importados, a literatura geral apresenta pontos de vista divergentes<sup>154</sup>. No Magrebe, Nigoul (1989) valoriza os efeitos depressivos na economia causados pelas remessas devido ao aumento dos bens de consumo importados.

Inclinamo-nos a desvalorizar este impacto, tendo em conta que as remessas beneficiam principalmente uma população pobre e rural, cujo rendimento adicional será gasto em bens de consumo e domésticos. Os efeitos de alteração do consumo são sobretudo visíveis na população que regressa.

Garson (1994), encontra evidências de distorções no mercado monetário, provocadas pelas remessas, nomeadamente o desenvolvimento do mercado paralelo de moeda estrangeira e a desvalorização da moeda para atrair o dinheiro dos emigrantes

A dependência das economias face às remessas é duplamente perigosa (Paiva 1987) pela impossibilidade de se manter o ritmo da emigração e o consequente envelhecimento da população emigrada e porque o fundamental controle das remessas está nas mãos dos países que acolhem. Duas possíveis acepções da dependência magrebina nesta área, em relação à Europa: o impacto das políticas restritivas à emigração nas economias e a vulnerabilidade às variações das economias europeias (em particular a França) via remessas. É neste segundo aspecto que nos vamos concentrar.

## 2.5 Factores determinantes do volume das remessas

Como podemos ver no, quadro 7, o volume das remessas<sup>155</sup> é elevado e, realce-se, subestimadas nas estatísticas oficiais.<sup>156</sup>

Quadro 7 - Remessas, trabalhadores e população emigrada 1977-89 (média)

(Remessas-Milhões de Dólares; Emigrantes-Mil, remessas pc-em dólares)	Argélia	Marrocos	Tunísia
Remessas	216	1.007	338
Trabalhadores emigrados	293	237	90
População emigrada	816	696	217
Remessas/Trabalhadores	754	4.200	3.730
Remessas/População	267	1.430	1.530

Fonte: Dados de emigração: OCDE

Um inquérito realizado em 75 e reactualizado em 84<sup>157</sup> evidencia a forte propensão dos trabalhadores magrebinos a transferir rendimentos<sup>158</sup>. A decisão de enviar remessas para o país de origem<sup>159</sup> é justificada por factores sócio-demográficos (comportamento tradicional de poupança, nível de vida rural anterior, solidariedade familiar e à sua região de origem) mas também por factores relacionados com as políticas macroeconómicas dos países<sup>160</sup>. Garson (1994 p. 278) concorda que os determinantes do comportamento das remessas, podem envolver, de acordo com a trajectória do trabalhador e a história da família, a situação económica do país de trabalho mas, segundo o autor, não existe uma reacção imediata às mudanças políticas e económicas dos países.

Quadro 8 - Volume de remessas (em milhões de dólares)

	1971	1975	1980	1985	1990	1991	1992*
Argélia	238	412	406	313	348	352	211
Marrocos	95.3	533.3	1053.7	967.2	2006.4	1990.2	2147
Tunísia	44.1	144.5	318.6	270.8	598.9	570	567

Fonte World tables 1993- Banco Mundial ; \* Eurostat 1994

A leitura do quadro 8 sugere, porém, uma relação entre a evolução das remessas, as políticas de emigração e a situação económica da Europa. A queda do crescimento do volume das remessas pode ser explicada pela inversão das políticas de emigração, pela

política de reagrupamento familiar e pela crise económica da Europa, não contrariada por políticas de atracção de capital e investimento no Magrebe.

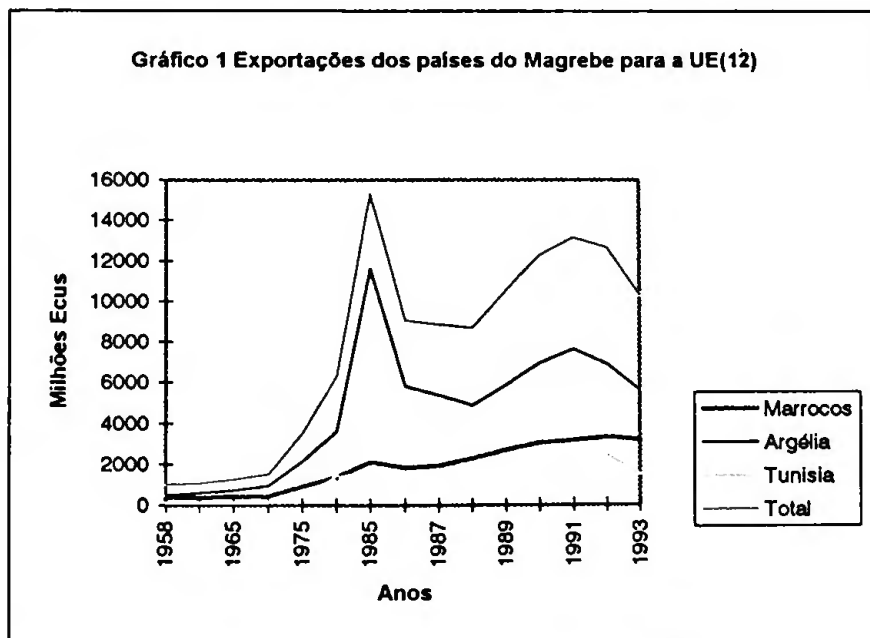
Os cálculos que elaborámos para o período de 71 a 91<sup>161</sup>, evidenciam uma forte correlação entre o volume das remessas dos emigrantes marroquinos e tunisinos e o PNBpc francês<sup>162</sup> (índice de correlação de Pearson: Tunísia: 0.97; Marrocos: 0.94). Estes valores indiciam que o comportamento dos fluxos de remessas está particularmente dependente da evolução da economia francesa. Podemos ainda, com base neste resultado, suspeitar da fragilidade do nível de vida dos trabalhadores marroquinos e tunisinos.

Contrariamente, o comportamento das remessas dos argelinos durante o mesmo período não coincide com os dos seus vizinhos. O envio de remessas é independente do PNB francês (índice de correlação: 0.15). Os dados das remessas dos trabalhadores argelinos são possivelmente os mais desvirtuados, dada a percentagem muito mais elevada do prémio do mercado negro<sup>163</sup>. A menor dependência da situação económica e o menor valor das remessas relaciona-se positivamente com a maior antiguidade dos trabalhadores emigrados argelinos<sup>164</sup>. A menor propensão dos argelinos ao envio de remessas pode -se ainda explicar pelo maior rendimento *per capita* da Argélia e pelas altas taxas de inflação. Por outro lado, numa economia com outras fontes de liquidez, o sector bancário e o Estado deram menor importância a incentivos ao envio de remessas.

Assumindo a correlação positiva entre o PIB francês e o volume de remessas (para Marrocos e Tunísia) e tendo em conta os efeitos das remessas nas economias é sustentável argumentar que o rendimento disponível das economias magrebina é influenciado pelos resultados económicos da Europa.

### 3 Comércio

#### 3.1 A importância da UE no comércio magrebino



Fonte : Eurostat

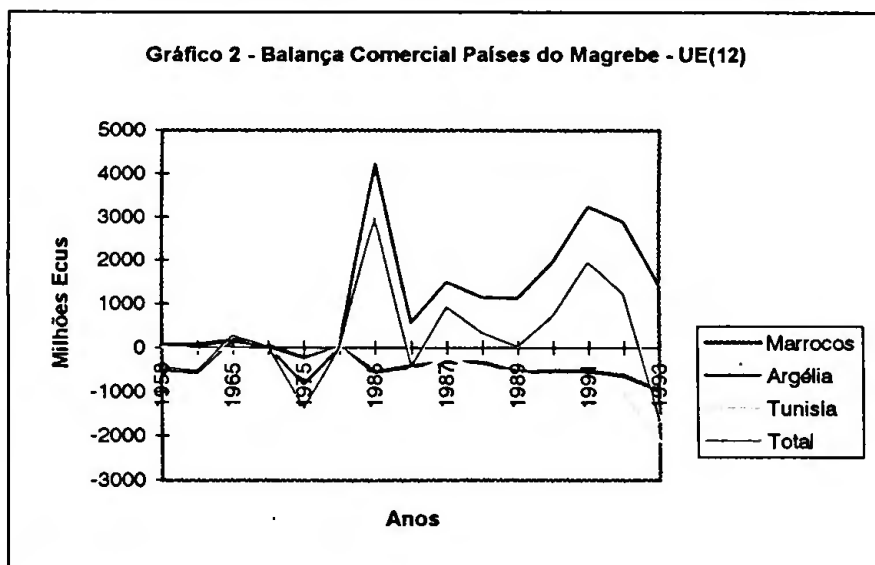
A Argélia é o principal fornecedor magrebino da U.E.. As exportações argelinas só marginalmente são determinadas por factores conjunturais internos das economias e/ou políticas comerciais dos países. Elas dependem essencialmente do mercado de hidrocarbonetos. Os períodos de maior crescimento das exportações correspondem a períodos de crises petrolífera. (70-75 +1.3% e 80-85 +2.22%).

As exportações tunisinas foram, até 1970, pouco sensíveis à maior abertura do mercado europeu (a partir de 1968). Na década de 70, que corresponde ao período de abertura da economia, o crescimento das exportações para a Comunidade Europeia foi acelerado (variação entre 1970-75 +2.68% e entre 1975-80 +2%). Desde 1980, porém que as exportações oscilam entre crescimentos lentos e quebras no valor.

Marrocos teve um comportamento mais estável nas suas exportações para a U.E.. O período de maior crescimento ocorreu na primeira metade da década de 70 (variação entre 1970-75 +1.05%).

As dificuldades das exportações marroquinas e tunisinas não foram acompanhadas pela diminuição das importações. Exceptuando o período entre 1965-70, que corresponde, grosso modo, à prática das políticas de substituição das importações, as balanças comerciais dos países registam um persistente défice.

Muito sensível a factores conjunturais o desequilíbrio da balança comercial de Marrocos e da Tunísia tem carácter sobretudo estrutural; resulta dos esforços de industrialização e das deficiências dos sistemas produtivos.



Fonte: Eurostat

### 3.2 A interdependência comercial

Uma medida de interdependência é a sensibilidade à evolução conjuntural do parceiro (Cooper 1985, Streenten 1990), o que em termos de comércio se traduz essencialmente nas respostas a variações de preços e rendimentos dos parceiros. Esta sensibilidade é função, entre outras, da concentração das exportações, da tipologia das trocas e da propensão a exportar das economias.

#### 3.2.1.1 Concentração das economias



A colonização francesa<sup>165</sup> moldou as economias magrebina no quadro duma integração completa à economia da ex-metrópole. (Oualalou 1988, Sid Ahmed 1993<sup>166</sup>, Mezdour 1994). O papel estruturante que o colonialismo exerceu nas economias reflecte-se no papel determinante que a U.E, particularmente a França ocupa nas trocas comerciais com a região (quadros 9 a 14). A manutenção desta inserção das economias magrebina é a herança mais directa da colonização europeia. Alguns autores, especialmente magrebina, não hesitam em considerá-la também a mais pesada<sup>167</sup>.

Como podemos confirmar no gráfico 3, a Tunísia é o país do Magrebe com maior grau de concentração das exportações, a Argélia é a mais irregular e Marrocos apresenta mas a maior estabilidade e a menor concentração.

A concentração das exportações magrebina no mercado da UE (gráfico 3) resulta também dos modelos de desenvolvimentos e da incapacidade política de relacionamento com os seus vizinhos árabes. O modelo de substituição das importações privilegiou a tipologia de produtos do modelo colonial, favorecendo assim a continuação das relações tradicionais. Por outro lado, a substituição das importações implicou o aumento das importações de bens de capital e intermédios, cujos principais fornecedores eram os países europeus. As importações de bens de capital contribuíram para a diversificação de fornecedores no mercado europeu, reforçando o papel dos países do Norte e Centro da Europa, em especial a Alemanha.

Quadro 9- Argélia-Importação

	75	80	85	90	91	92
ex -URSS	1.2	0.5	0.2	1.0	0.3	—
França	33.5	23.2	26.0	23.1	20.6	24.2
Alemanha	11.6	13.7	11.3	10.7	9.8	8.7
Itália	7.9	11.9	11.0	12.3	15.4	14.4
EUA	11.3	7.1	6.5	11.5	9.9	11.0
Espanha	3.7	5.2	1.4	6.2	8.4	9.6
Japão	3.7	4.3	5.8	4.6	4.8	4.5
Benelux	3.0	6.2	4.2	3.7	3.3	3.0
Canadá	2.1	3.0	4.1	3.3	2.6	2.1
RU	3.4	3.6	1.5	2.1	2.5	1.1
Holanda	1.8	2.8	2.9	1.7	1.5	1.4

Quadro 10-Argélia-Exportação

	75	80	85	90	91	92
ex -URSS	2.2	0.6	0.3	1.3	1.1	—
EUA	26.8	48.1	10.0	19.2	17.3	13.9
França	14.7	13.4	29.8	17.3	18.8	18.3
Alemanha	19.0	12.4	3.4	2.1	2.3	4.7
Itália	11.4	5.9	23.0	20.5	23.7	21.7
Holanda	3.4	5.2	9.2	9.3	8.4	8.0
Espanha	3.1	3.4	5.9	6.0	6.8	7.6
Japão	0.9	3.1		0.9	0.7	0.7
RU	4.0	1.7	1.8	2.2	2.6	3.4
Brasil	1.5	0.6	1.5	1.5	2.0	3.2
Austria	0.0	0.7	0.3	2.0	2.3	1.9
Portugal			0.5	2.0	2.0	1.4
Benelux			0.1	6.9	6.2	7.1

Quadro 11-Marrocos-Importação

	75	80	85	90	91	92	93
URSS	2.9	3.6	4.0	2.7	2.1	—	—
França	30.4	24.8	22.8	22.9	24.2	23.8	23.0
Arábia Sau	0.4	7.6	1.5*	2.7	4.9	5.5	5.6
Espanha	4.4	8.3	7.1	8.4	8.3	8.5	10.5
EUA	7.7	6.5	6.1	6.3	5.8	5.9	10.1
Iraque	5.4	9.5	3.7	2.8	—	0.0	—
Alemanha	8.0	5.8	6.6*	6.3	5.9	5.9	5.9
Itália	3.9	5.7	4.0	6.8	7.0	6.2	3.3
Benelux			2.1	2.6	2.9	2.7	2.3
RU	3.3	2.9	2.7	3.5	3.5	2.7	2.7
Holanda	3.8	2.4	2.6*	2.2	2.6	2.4	
Emirato	3.3	2.9	1.8	5.3	3.8	3.5	1.7
Canadá	3.8	2.4	3.7	2.4	3.3	2.1	1.5

Quadro 12-Marrocos-Exportação

	75	80	85	90	91	92	
França	21.7	25.2	27.3	31.5	31.8	32.8	33.2
Espanha	5.4	5.9	6.6	9.2	8.8	9.0	8.8
RFA	6.5	8.2	6.7*	5.3	4.9	4.7	4.4
Itália	7.5	5.6	5.5	6.9	6.2	5.6	5.2
URSS	3.0	5.0	3.4	0.2	—	—	—
RU	6.7	4.1	3.3	3.3	2.7	3.3	3.6
Holanda	3.6	5.9	3.6	3.2	2.5	3.1	2.6
Benelux	6.7	4.9	4.4	3.9	3.4	3.5	3.0
India	0.4	4.1	5.8	4.6	7.0	6.0	3.9
Polónia	7.0	2.0	1.7*	0.7	0.2	0.4	0.4
Japão	nd	nd	4.3	3.9	5.2	4.9	5.9
EUA	nd	nd		1.9	2.5	3.7	3.4

Quadro 13-Tunisia-Importações

	75	80	85	90	91	92	93
ex -URSS	0.4	0.8	0.6	1.7	1.4	—	—
França	34.4	26.0	27.6	27.9	26.1	25.5	26.9
Itália	9.4	14.8	12.7	15.9	17.5	18.2	18.3
Alemanha	8.5	9.5	12.1	12.5	14.3	14.0	13.0
EUA	6.7	7.6	5.8	5.2	4.8	5.0	5.8
Benelux	2.9	2.3	3.5	4.8	5.4	4.7	4.5
Espanha	2.5	3.3	5.5	3.1	3.1	3.3	3.2
Argélia	0.0	0.1	5.7	2.0	1.9	2.4	1.6
Holanda	2.4	2.6	2.3	2.6	2.2	2.2	2.2
RU	5.2	2.0	1.8	1.7	1.8	1.8	2.3
Grécia	2.6	3.0	1.0	1.0	0.8	0.6	0.8
Japão	nd	nd	1.8	1.8	2.3	2.3	2.3

Quadro 14-Tunisia-Exportações

	75	80	85	90	91	92	93
ex -URSS	1.1	0.2	0.6	1.2	1.1	—	—
França	19.1	15.4	26.6	26.6	25.2	27.1	30.0
Itália	17.0	15.8	16.8	21.2	19.7	14.1	16.3
Eua	10.3	14.5	0.7	0.9	0.7	0.8	0.8
Alemanha	7.6	12.9	16.0	15.1	16.4	17.0	17.4
Espanha	—	0.5	6.9	2.6	3.7	2.7	2.5
Holanda	2.5	4.5	2.2	2.5	2.7	2.6	3.1
Benelux	0.9	3.0	4.2	7.0	6.2	6.9	7.3
Libia	5.4	0.8	0.9	4.6	5.5	4.4	5.0
Argélia	4.2	1.9	3.2	2.3	2.1	2.4	1.8
RU	0.5	1.6	1.9*	1.6	1.3	1.8	1.3
Grécia	14.1	18.1	0.3	0.4	0.6	2.0	0.1

International Trade Statistics Yearbook, 1980, 1985, 1991, 93  
 (alguns cálculos nossos)

A estatização das empresas e do comércio<sup>168</sup> e os interesses ocidentais da classe no poder, contribuíram igualmente para a ausência de dinâmica de diversificação. As empresas públicas eram geralmente geridas com muita burocracia e sem poder de iniciativa, pelo que seria difícil esperar uma melhoria num padrão de comércio (Grissa1988).

A liberalização e os processos de ajustamento também não conseguiram aumentar a diversificação, antes pelo contrário. A partir da segunda metade da década de 80, a concentração aumentou, ainda que ligeiramente. As dificuldades políticas e económicas de integração magreбина e de relacionamento com o mundo árabe, a que se juntaram as dificuldades das economias africanas, contribuíram para este resultado.

No capítulo V discutiremos o papel que a política comercial da U.E. poderá ter desempenhado no reforço da concentração. Mesmo aceitando que o seu contributo possa ter sido positivo, não é por si só, elemento explicativo.

Mesmo no caso de sucesso de uma política de diversificação, a UE (e não exclusivamente a França), constitui um mercado "natural" do Magrebe, pela sua extensão e proximidade. Uma orientação para a diversificação dos produtos e dos mercados dentro do mercado europeu, constitui uma estratégia aliviadora dos efeitos negativos da concentração das exportações.

Como já referimos, a França é o principal parceiro comercial da região. Apenas nas exportações da Argélia, a França não aparece como o mais importante cliente. Neste caso é substituído pela Itália, posição justificada pelo comércio proporcionado pelo gasoduto.

A Itália é o segundo país mediterrânico melhor colocado nas relações comerciais com os países do Magrebe. O seu papel tem vindo a crescer nos últimos anos. A registar o esforço comercial recente da Espanha e a abertura do seu mercado ao comércio com os países magrebinos, em especial com Marrocos. Este crescimento traduz o empenho dos países no aprofundamento das relações no âmbito cultural, político e económico. Segundo Blin e Parissot(1992), a Espanha descobriu as potencialidades destes mercados. O maior envolvimento comercial destes países do Mediterrâneo com a região inscreve-se nos objectivos das suas políticas externas.

Portugal, cujas relações comerciais com o Magrebe são marginais (excepto com a Argélia pelo fornecimento de petróleo), impulsionado pelo exemplo espanhol e pela construção do gasoduto procura uma nova relação comercial, em especial com Marrocos. A fraca complementaridade com as economias magrebinas antecipa que o aumento do interesse pela região, no nosso país, conduza essencialmente a um maior envolvimento via deslocalizações dos sectores tradicionais.

Quadro 15- Balança comercial de Portugal com os países do Magrebe (em milhares de contos)

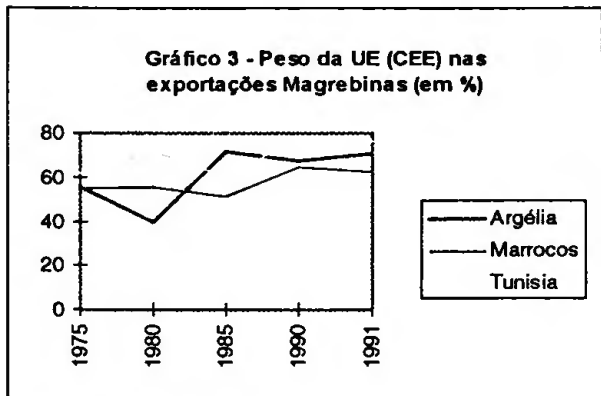
Países	1986	1987	1988	1989	1992
Tunisia	854.9	(683.2)	(150)	(632)	98
Marrocos	1500	(218.4)	68.8	895	3762
Argélia	(10642.6)	(10358.9)	(12411.5)	(18776)	(27248)
Magrebe	(8286.8)	(11260.5)	(12492.7)	(18513)	(23388)

Fonte: Faustino 1994

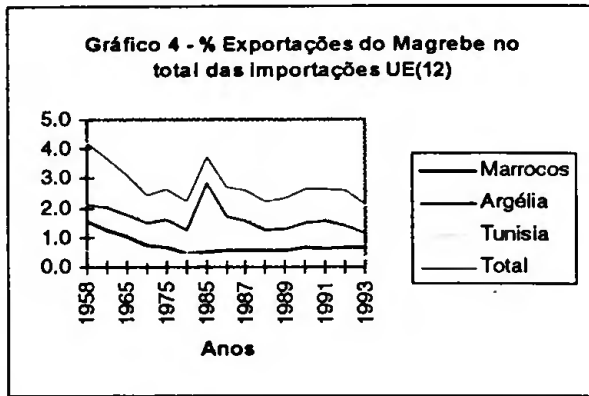
A construção do gasoduto Magrebe-Europa, vai redimensionar o volume de comércio dos Ibéricos no comércio com Magrebe.

Os países do Norte da Europa, apesar da pouca importância política das relações e da distância, representaram sempre importantes parceiros comerciais, em especial nos

períodos de forte industrialização, revelando a tradicional agressividade comercial dos mesmos.



Fonte: Eurostat



Fonte : Eurostat

Distribuição geográfica do comércio dos países Magrebinos por regiões e países (em %)

Gráfico 5

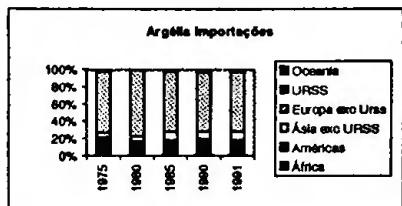


Gráfico 6

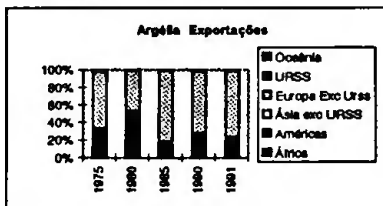


Gráfico 7

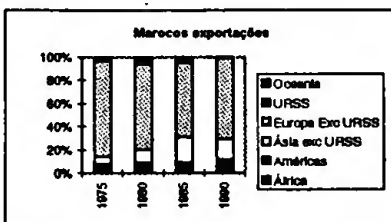


Gráfico 8

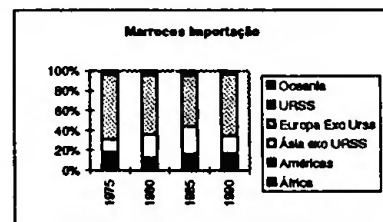


Gráfico 9

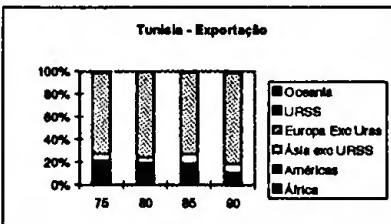
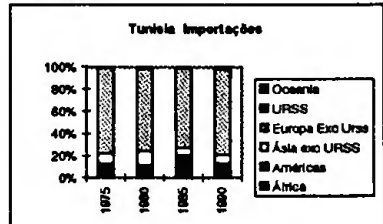


Gráfico 10



Fonte: International Trade Statistics Yearbook, 1980, 1985, 1991

### 3.2.1.2 A (falta de) importância do comércio para a Europa

A importância do comércio dos países magrebinos com a U.E., não tem paralelo nesta. Mais de metade do total das exportações magrebinas corresponde apenas a cerca 3 % das importações do espaço europeu. Esta é a situação típica do início da dinâmica de marginalização (Infante 1992, p. 70).

A posição relativa dos países magrebins no mercado europeu tem vindo a deteriorar-se constantemente (excepto 1985, 1990, 1991). Apenas a Argélia, em 1985, conseguiu uma posição relativa superior à de 1958 (2.11 em 1958 e 2.86 em 1985).

Se considerarmos nos valores das importações as relações intra-CEE, os três países representavam em 1958 cerca de 2.73% das importações europeias e apenas 1.05% em 1992<sup>169</sup>.

Enquanto clientes, a posição dos países magrebins subiu na última década, com excepção para a Argélia, cujo comportamento é irregular (quadro 16). Marrocos e a Argélia foram em 1993, respectivamente, o 14º e o 15º mercado de exportação da Comunidade Europeia de entre os países em desenvolvimento<sup>170</sup>.

Quadro 16-Lista de clientes da CE (nº de ordem)

	1980	1989	1990	1991	1992	1993
Marrocos	42	35	31	34	33	32
Tunísia	41	41	38	37	37	35
Argélia	17	19	16	17	18	25

Fonte: Eurostat

### 3.2.1.3 Tipologia das trocas comerciais

A balança comercial dos países magrebins espelha a estrutura das economias e a assimetria das relações com a Europa.

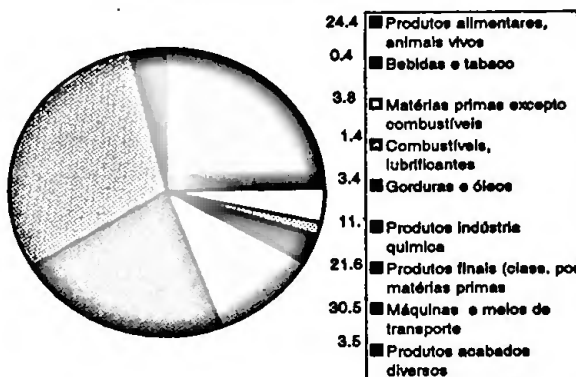
A Argélia caracteriza-se por ser uma economia mono-exportadora de hidrocarbonetos. Em relação a outros produtos para o mercado europeu, os produtos químicos. As importações são essencialmente compostas por produtos industriais, bens de equipamento e alimentação.

Marrocos com uma economia mais diversificada reparte as suas exportações entre os produtos do sector primários (cerca de 30.7% das exportações em 1990) e produtos manufacturados. Nos produtos manufacturados é acentuado o peso das indústrias tradicionais (têxtil e química). O contributo das indústrias extractivas em Marrocos tem vindo a decrescer, em favor das indústrias têxteis. As importações, tal como na Argélia, são constituídas por produtos industriais manufacturados e equipamentos. O combustível é uma parcela importante das importações marroquinas, mas satisfeita nos mercados árabes.

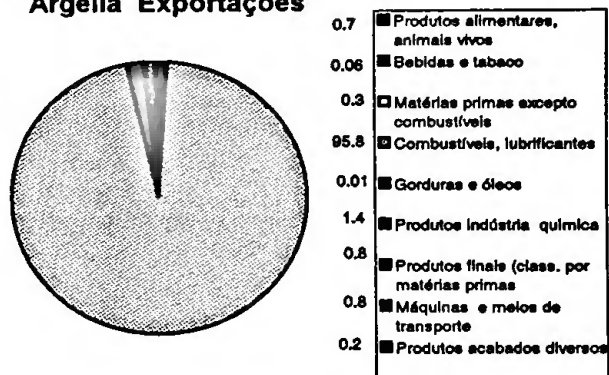
Na Tunísia, as exportações são compostas essencialmente por produtos manufacturados, com forte predominância para a indústria têxtil. A registar, a profunda alteração, na última década, da estrutura de exportações da Tunísia, caracterizadas anteriormente pelo maior peso dos hidrocarbonetos. O esgotamento desta fonte de riqueza não "forçou" mais que ligeiramente a diversificação da economia tunisina. As importações, tal como nos seus vizinhos, concentram-se nos produtos industriais manufacturados e nos equipamentos. Destacam-se, tal como em Marrocos, as importações de matérias primas para a indústria têxtil e de calçado. Este facto mostra a dependência externa da industrialização dos países.

Esta tipologia de trocas indica dependência alimentar e tecnológica, frequentemente referida pelos autores. Esta dependência pode ser contestada, no sentido em que os países e as empresas conseguiriam facilmente diversificar os seus fornecedores, recorrendo a outros fornecedores no mercado internacional.

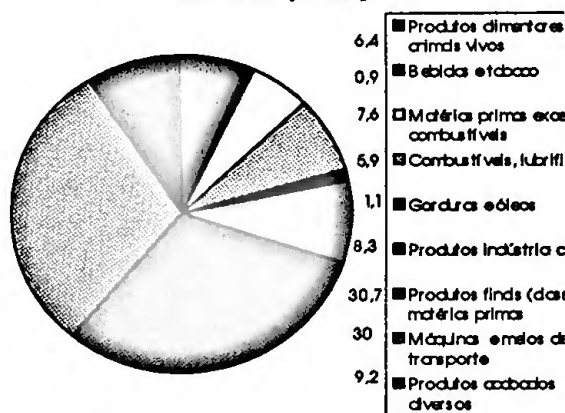
**Gráfico 11**  
**Argélia Importações**



**Gráfico 12**  
**Argélia Exportações**



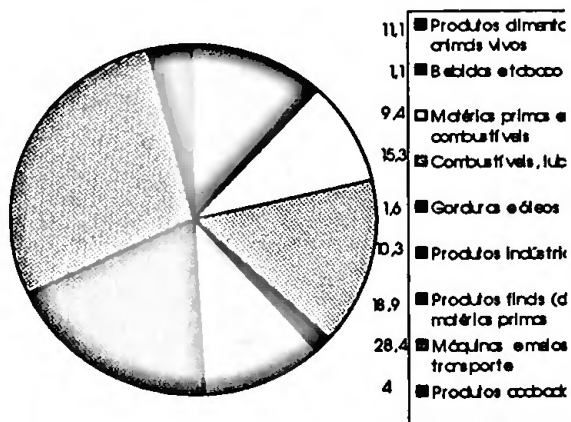
**Gráfico 13**  
**Tunísia Importações**



**Gráfico 14**  
**Tunísia Exportações**



**Gráfico 15**  
**Marrocos Importações**



**Gráfico 16**  
**Marrocos Exportações**



Quadro 17 - Comércio exterior da Tunísia com a UE por grupo de produtos (milhões de ecus)

Grupos de produtos	Importações provenientes da UE UE				Exportações para a UE			
	1988	1989	1990	1991	1988	1989	1990	1991
Cereais	51	109	61	22	0.02	0	0.03	0.02
Legumes comestíveis	9.1	7.9	6.5	9	3.1	2.9	8.7	4
Tomates	0	0	0	0	0.51	0.07	0.36	0.15
Madeira, artigos de madeira, papel	36	48	56	56	9.7	9	9.1	9.8
Produtos brutos e transformados em couro, peles e peles tratadas	23	26	31	35	12.7	15.1	17.6	17.1
Adubos	1.2	1.4	0.9	1	116	145	115	100
Produtos químicos	33	36	37	34	41	56	32	31
Produtos diversos da indústria química	117	121	119	141	6.3	6.3	7.6	7.4
Seda, lã, fios, fibras artificiais	279	346	424	429	33	48	43	33
Ferro e metais não ferrosos	179	206	220	225	24	38	34	26
Veículos e peças de veículos salvo caminhos de ferro e metro	124	183	244	220	11	15	19	24
Vestuário e têxtil	164	209	258	278	582	721	966	1073

Quadro 18 - Comércio exterior de Marrocos com a UE: grupo de produtos (milhões de ecus)

Grupos de produtos	Importações provenientes da UE				Exportações para a UE			
	1988	1989	1990	1991	1988	1989	1990	1991
Cereais	16	67	70	76	1.8	1.4	0.2	0.05
Legumes comestíveis	7.8	7.9	12.2	9.3	119	140	176	212
Tomates	0	0.01	0	0	61	60	98	112
Madeira, artigos de madeira, papel	73	86	84	89	42.3	56	45	37
Produtos brutos e transformados em couro, peles e peles tratadas	35	45	34	39	47.8	49.9	62.5	55.1
Adubos		14	10	21	110	192	221	202
Produtos químicos	86	79	92	81	94	46	35	12
Produtos diversos da indústria química	172	187	206	206	7.1	7.4	7.5	6.7
Seda, lã, fios, fibras artificiais	311	417	510	560	46	48	50	43
Ferro e metais não ferrosos	265	353	337	333	45	55	48	42
Veículos e peças de veículos salvo caminhos de ferro e Metro	269	242	255	305	16	15	17	16
Vestuário e têxtil	107	132	157	175	594	775	1026	1144

Quadro 19 Comércio exterior de Argélia com a UE: grupo de produtos (Milhões de ecus)

Grupos de produtos	Importações provenientes da UE				Exportações para a UE			
	1988	1989	1990	1991	1988	1989	1990	1991
Cereais	155	240	161	80	0	0	0	0
Legumes comestíveis	29	29	52	83	1	0.7	1	0.9
Tomates	0	0	0	0	0.1	0	0	0
Madeira, artigos de madeira, papel	64	65	60	70	2.4	4.2	3.1	2.6
Produtos brutos e transformados em couro, peles e peles tratadas	4.8	6.3	3.7	3.1	0.1	0.2	0.3	0.3
Adubos	9.5	11	15	7.9	4	5.7	4.3	8.9
Produtos químicos	88	81	70	79	24	32.9	33.8	40.5
Produtos diversos da indústria química	257	285	218	252	0.8	0.8	3.9	1.2
Seda, lã, fios, fibras artificiais	95	53	91	76	0.9	0.1	0.2	0.1
Ferro e metais não ferrosos	343	431	508	506	78.8	91.5	50.4	39
Veículos e peças de veículos salvo caminhos de ferro e Metro	370	583	713	578	5.4	3.4	2.1	2
Vestuário e têxtil	14	20	22	31	0.1	0.4	0.2	0.4

Fonte: Eurostat 1994

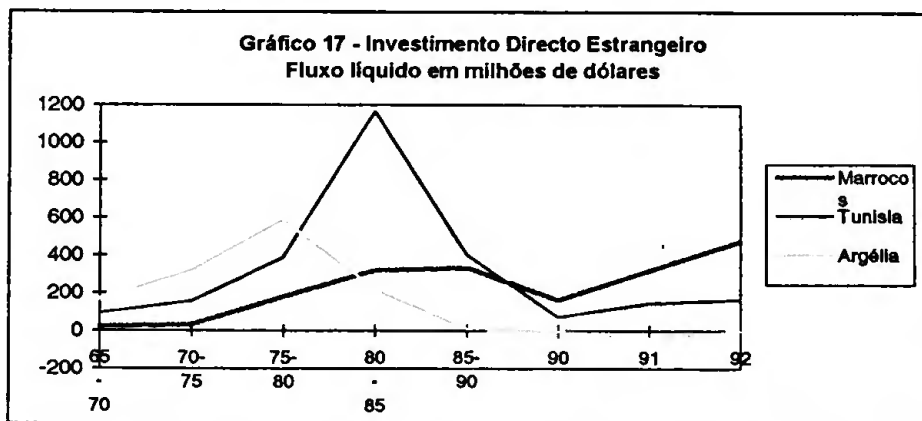
#### 4 Investimentos

Uma aceção possível do conceito de dependência é a nacionalidade da propriedade das empresas. Faz especial sentido falar do contributo das empresas estrangeiras para a riqueza nacional, como forma de dependência, quando existe risco de desinvestimento. Este risco é elevado no Magrebe, em especial em Marrocos e na Tunísia, face à vulnerabilidade das suas vantagens competitivas, no novo contexto internacional de concorrência.

O investimento no estrangeiro é um fenómeno que teve um importante crescimento no período após a IIª Guerra Mundial. Os fluxos de capital sob a forma de investimento directo estavam principalmente relacionados com a localização das matérias primas. Durante o período colonial o investimento estrangeiro no Magrebe, maioritariamente francês, foi motivado pela riqueza de subsolo.

A partir de 1950/60, o investimento externo começou a ser justificado como substituto das exportações, em resposta às políticas proteccionistas dos países em vias de desenvolvimento. Os factores críticos deste tipo de investimento são o tamanho do mercado e o grau de abertura dos países ao investimento externo. As políticas limitativas do investimento externo e o tamanho do mercado (com excepção da Argélia) condicionaram negativamente a evolução do investimento directo externo nestes países.

Em resposta às alterações da economia mundial, as empresas transnacionais alteraram a sua estratégia de mercado: passaram de uma lógica de multinacionalização para uma lógica de globalização. Neste novo quadro, os factores determinantes da localização das empresas passaram a ser fundamentalmente o custo unitário e os riscos associados ao investimento.



Embora mais aberto, o Magrebe continuou até aos anos 80 a tentar resistir à expansão de capital com o intuito de favorecer as indústrias nacionais, o que em conjunto com a atractividade do mercado asiático colocou o Magrebe num lugar marginal do investimento europeu.

A Tunísia usufruiu do facto de ter aberto mais cedo a sua economia ao investimento externo. As medidas favorecendo o investimento externo e o crescimento das economias durante a década de 70, impulsionaram o investimento externo. A parte do investimento estrangeiro no investimento total era cerca de 10% na década de 70 e 16% no início da década de 80.

Na década de 80, as políticas nacionais promoveram mudanças nas condições do mercado e na legislação para favorecer o investimento externo. Este, porém, não resistiu à crise das economias na segunda metade da década de 80, nem ao desvio dos interesses dos investidores, maioritariamente europeus, para outras regiões do globo. Em consequência, em 1986 a parte do investimento externo no investimento total não



ultrapassava os 9%. Em Marrocos, apesar de promulgação dos códigos sectoriais em 1983, 1984, 1987, que aumentaram as garantias ao investimento externo, a participação de capital estrangeiro no investimento total da economia marroquina passou de 3.7% em 1980 para 2.6% em 1985 e 3% em 1986<sup>171</sup> Foi principalmente no investimento industrial que as dificuldades da economia marroquina em atrair investimentos se fizeram sentir. Durante os anos 70, o IDE representava cerca de 30% do investimento industrial realizado (30% em 1970 e 35% em 1980), enquanto em 1987 a participação estrangeira no investimento não ultrapassava os 15%.<sup>172</sup> A queda do Investimento Europeu, durante esse período é visível no quadro 21.

Na Argélia, a figura jurídica de "sociedades mistas" representou, até meados da década de 80, a forma quase exclusiva de participação de capital estrangeiro na economia. A queda da renda petrolífera forçou uma abertura tímida a acordos com sociedades estrangeiras do sector energético.

O crescimento do final da década de 80, especialmente acentuado em Marrocos, é claramente inferior ao realizado em outras partes do globo, inclusive no Mediterrâneo (quadro 21). A posição marginal dos investimentos franceses realizados no Magrebe pode ser comprovada no quadro 22. Apesar da legislação favorável, da proximidade geográfica, da abundância e baixo custo da mão de obra, da existência de um sector privado em dinamismo crescente e do elevado rendimento dos investimentos (quadro 23), o Magrebe continua a não conseguir atrair o investimento europeu. No caso da Argélia, a abertura ao investimento externo não representou apenas uma mudança de política, mas "uma verdadeira revolução"(Talha 1993, p. 927). Revolução que foi abafada por outra bem mais profunda: a política.

Actualmente uma parcela importante do investimento externo nos países em desenvolvimento assume a forma de deslocalização de empresas. Esta "transferência para o território de um outro país de uma actividade e serviço anteriormente exercida no território nacional"(Chavannes 1993)<sup>173</sup>, resulta da mobilidade de factores característica da mundialização da economia. Não dispomos de dados concretos sobre o crescimento das deslocalizações, no Magrebe, mas as recentes discussões sobre o tema indicam que uma parte relevante do investimento está a assumir esta forma, em especial nas indústrias tradicionais<sup>174</sup>.

Quadro 20 - Parte do investimento directo estrangeiro na formação bruta de capital (em %)

	1971-1975	1976-1980	1981-1985	1986-1991
Argélia	1.9	1.4	0.01	0.05
Marrocos	0.4	1.6	1.7	2.6
Tunisia	5.2	6.1	8.4	3.5

Fonte: Eurostat 1994

Quadro 21 - Investimento líquido europeu (mil milhões ecus médias anuais)

	1983-84	1985-87	1988-90	1990
Argélia	0.5	3.0	8.3	-
Marrocos	46.5	27.0	139.0	165.0
Tunisia	148.5	87.7	65.7	58.0
Total	195.5	117.7	213.0	223.0
Egipto	609.5	1114.3	1250.7	947.0
Turquia	79.5	113.0	571.3	697.0

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias, The future relations between the Community and the Maghreb

Quadro 22 - Repartição geográfica dos investimentos franceses no estrangeiro.

Europa	58.3
África	2.9
Marrocos	0.3
Argélia	0.1
Tunísia	0.1
América	31.7
Estados	24.3
Brasil	2.5
Ásia	2.1

Fonte Hannachi 1993:

Quadro 23 - Rentabilidade por zonas dos capitais próprios franceses (1989)

País/zona	%
Magrebe	13.3
América Latina	9.6
CEE	8.9
Países Zona Franco	-1.8
América do Norte	-2.7

Fonte: Estudo do Banco de França - Cit. por "La Tribune de l'expansion", 13 de Setembro 1991, p.11

#### 4.1 Investimento da União Europeia.

Apesar da modéstia,<sup>175</sup> o investimento realizado pelas empresas da U.E. é a maior fatia do investimento externo total nos países do Magrebe. Representa metade do investimento realizado em Marrocos, com o contributo francês a atingir cerca de 23% do investimento total. Na Tunísia os dados disponíveis do investimento estrangeiro no sector *offshore* (representa cerca de 80 % dos investimentos directos totais) indicam que 86.2% dos empregos criados foram da responsabilidade de empresas da U.E., sendo 33% criado por empresas francesas e 29.1% por empresas alemãs<sup>176</sup>.

O peso do investimento francês, a maior fatia do investimento realizado no Magrebe (400 filiais de 80 grupos franceses estão sediados no Magrebe<sup>177</sup>), tende, porém, a diminuir. Em 1993, a Suíça era já o maior investidor em Marrocos e a Itália e a Espanha aumentam as suas posição no mercado.

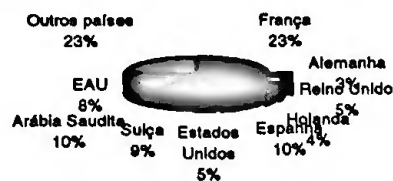
O capital italiano prefere a Tunísia enquanto o espanhol tem investido sobretudo em Marrocos. Como podemos ver no gráfico 20, o investimento português realizado em Marrocos é inexpressivo. Esta situação é válida para qualquer dos outros países magrebinos. No quadro 24 podemos comprovar o aumento do investimento dos países do Norte da Europa em Marrocos, em especial a Holanda e o Benelux, e o desinteresse do investimento árabe

Quadro 24 Investimento externo em Marrocos (em milhões de DH)

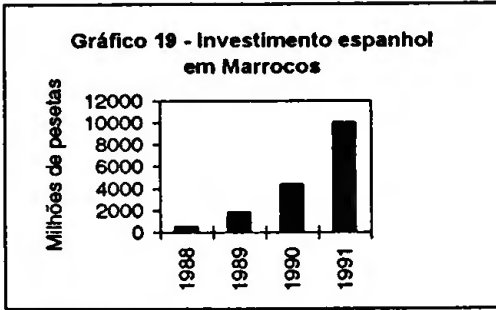
	1982-1987	1988-	Variação
França	1099.3	4216	284%
Alemanha	255	433	70%
Itália	62.9	274	336%
Grã-Bretanha	169.1	918	443%
Benelux	57.4	530	823%
Holanda	53.6	911	1600%
Espanha	215.8	2110	878%
EUA	172.1	894	419%
Suíça	315.3	1802	472%
Koweit	359.2	200	-44%
Árabi	859.3	1351	57%
EAU	666.2	1204	81%
Outros	1118.7	2530	126%
Total	5403.9	17373	221%

Fonte : ICEP 1994

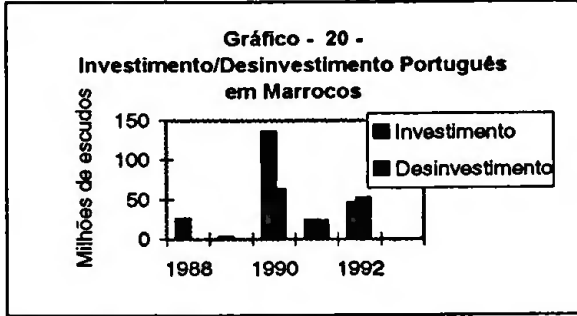
Gráfico 18 - Investimento estrangeiro por países realizado em Marrocos entre 1982 - 1993



Fonte: ICEP 1994



Fonte: ICEX



Fonte: Banco de Portugal

## 4.2 Hipóteses para a fraca atractividade comparativa do mercado magrebino

### Risco associado aos mercados

A percepção de existência de risco comercial e de investimento nos países magrebinos, por parte dos agentes económicos externos, vem a aumentar desde a guerra do Golfo (Blin e Parisot 1992) e é agravado com a escalada recente do integrismo.

No entanto, como podemos observar nos quadros 25 e 26, a Tunísia apresenta índices que permitem uma elevada confiança para o investimento. Os resultados são igualmente satisfatórios para Marrocos.

Os maiores riscos estão associados à Argélia. Parece-nos credível suspeitar que, por deficiência de informação, se associe a situação de risco político da Argélia a toda a região. Em qualquer dos casos, as dificuldades da democratização das sociedades condicionam a atractividade da região ao investimento externo.

Quadro 25 - Risco - País - Várias classificações

País	Risco de exportação			Riscos bancários			Riscos Investimento	
	C.R.I.	P.R.S.	COFAC	C.R.I.	EUROM	I.I.	C.R.I.	P.R.S
Argélia	3	D+	2	3	38.4	24.6	3	D
Marrocos	4	A-	3	4	50.7	37.8	5	B-
Tunísia	5	B+	4	5	53.9	43.4	5	B-

C.R.I. Classe 1 (risco elevado) a 7 (risco zona OCDE); P.R.S. (Politique risque service) Nota de A+ a D-COFACE(Paris) De 1 (risco muito alto) a 6 (muito bom risco)

EUROMONEY: Nota sobre 100 com base em nove critérios ponderados

I.I (Institutional Investors): sondagem a peritos dos grandes bancos mundiais (em %)

Fonte: La vie industrielle nº 380 de 5 Dezembro de 1994

Quadro 26 - Risco - País - Classificação Nord - Sud Consultant

	Risco Financeiro		Risco Político	
	93	94	93	94
Argélia	3	3	4	3
Marrocos	4	4	5	5
Tunísia	5	5	5	5

Fonte : Nord-Sud Export Consultant

Risco elevado : 3; Risco relativamente elevado: 4; Risco moderado:5

### Fraqueza das vantagens comparativas

Os estudos<sup>178</sup> mostram que a principal vantagem que a região magrebina oferece ao investimento reside na mão de obra abundante (barata). A abundância de mão de obra e o seu baixo custo tem sido apontada, pelas teorias<sup>179</sup> e pelos estudos empíricos<sup>180</sup>, como um dos factores determinantes do IDE em indústrias que utilizam mão de obra intensiva e produzem produtos estandardizados A importância deste factor tem vindo, no entanto, a ser questionada<sup>181</sup> ou recusada. Para Drucker (1990) a existência de mão de obra barata (e desqualificada) é um dos factores de repulsão do investimento no exterior.

Acompanhando as mutações da nova economia mundial, a importância do custo da mão de obra como factor determinante para o investimento no Magrebe tende a reduzir-se. Em primeiro lugar, pela diminuição do peso dos custos da mão de obra no total dos custos das empresas europeias, em segundo porque as vantagens da mão de obra são parcialmente anuladas pelas diferenças de produtividade<sup>182</sup> (Sid Ahmed 1991) e em terceiro lugar os países do PECO oferecem maiores vantagens em termos de custos e especialização de mão de obra (quadro 27) tendo vindo a atrair uma parcela determinante do fenómeno das deslocalizações de empresas.

Quadro 27 - Custos de mão de obra 1993

	Salário Mínimo Índice Base= França	Custo Horário por trabalhador			PNB Per Capita 91
		Quadro	Contramestre	Operário	
França	100				
Roménia	3.8	4	3.4	2.5	2.700
Polónia	5.2	13	5.5	5	3430
Marrocos	11.1	49	16.4	10	960
Tunísia	12.6	37	18	15	1.350
Tawain	29.4	94	34	23	8.670
Filipinas	2.1	15.7	5.8	4	870

Fonte: Postes d'expansion Economique-cálculos do DRE, Comissão de finanças do senado.

O "marketing" do investimento baseado no custo da mão de obra pode ter um efeito perverso na democratização destes países. Com efeito, a pressão competitiva sobre os custos salariais pode dificultar o normal desenvolvimento da actividade sindical e social nos países e arriscar o processo de desenvolvimento. Talha(1993, p 935) cita a definição de desenvolvimento proposta por C. Ominami "Uma situação na qual os factores estruturais internos entravam sistematicamente o crescimento salarial" para cimentar esta conclusão.

Segundo Sid Ahmed (1993<sup>183</sup>) impõe-se uma estratégia de construção de vantagens comparativas a longo prazo e a promoção de novos modelos na assimilação massiva de conhecimentos, de tecnologia e de pesquisa. Segundo o autor é através da mobilização de energias e de meios locais, em consonância com os conhecimentos tecnológicos disponíveis, que o Magrebe poderá criar uma verdadeira parceria com a Europa. Esta opção implica esforços consideráveis para promover as estruturas de educação, formação e de pesquisa e desenvolvimento. Este poderá ser um contributo relevante da U.E.

#### A abertura das economias a Leste

As transformações políticas e económicas do leste da Europa alteraram a direcção dos fluxos de investimento europeu, produzindo um "efeito-desvio" do investimento que afectou o Magrebe. As actividades mais lesadas são as actividades tradicionais. É na Tunísia, onde os custos de mão de obra são mais elevados, que as consequências se fizeram sentir primeiro. Durante o primeiro trimestre de 93, o nível de investimentos no sector têxtil caiu 56.6%, em relação a igual período transacto<sup>184</sup>, e o investimento em indústrias mecânicas e eléctricas decaiu 63%<sup>185</sup>. O quadro 28 evidencia o maior interesse do capital europeu pela região do Leste.

Quadro 28 - Investimento estrangeiro directo da U.E -1992 (Milhões de ecus)

Mediterrâneo	751
PECO	1612

Fonte: Eurostat

### 4.3 Contributos do investimento Europeu para o Magrebe

A controvérsia em relação à eficácia dos investimentos europeus na fixação das populações reside na probabilidade do efeito *crowding-out* do investimento externo. As condições de existência do efeito estão parcialmente diminuída no Magrebe, pelo facto deste efeito tender a ser maior em investimento orientado para a substituição de importações. A contribuição do investimento externo para a criação de emprego está a diminuir pela tendência das empresas estrangeiras aumentarem a intensidade de capital para compensar os diferenciais de produtividade.

Quanto aos efeitos do investimento externo na produtividade, Hadad e Harrison (1993), encontraram maiores níveis de produtividade nas empresas estrangeiras em Marrocos, no período entre 85-89, mas a ausência de efeitos *spill-over* na indústria doméstica.

Observando a tipologia do investimento realizado pelas empresas da U.E. podemos fazer algumas considerações sobre os seus possíveis contributos para o desenvolvimento do país.

Quadro 29 -Tipologia do investimento externo da U.E.em Marrocos (Milhões de DH)

	1982-89	1990	1991	1992	1993	Total	%
<b>Bancos</b>	477.5	150	494	495	1300	2916.5	13.8%
<b>Indústrias</b>	1777.8	483	859	1164	1200	5483.8	25.9%
<b>Petróleo</b>	0.8	2	3		510(a)	5.8	0.0%
<b>Imobiliário</b>	1980.3	423	518	334	350	3605.3	17.0%
<b>Holdings</b>	221	145	486	278	350	1480	7.0%
<b>Minas</b>	87.7	1	17	498	240	843.7	4.0%
<b>Obras públicas</b>	236.5	33	54	169	100	592.5	2.8%
<b>Turismo</b>	518.1	105	207	42	50	922.1	4.3%
<b>Comércio</b>	165.4	54	161	287	25	692.4	3.3%
<b>Agricultura</b>	65.7	20	22	32	20	159.7	0.8%
<b>Pescas</b>	413.5	22	20	4	20	479.5	2.3%
<b>Serviços</b>	97.6	53	99	100	15	364.6	1.7%
<b>Outros</b>	1282.1	381	336	895	770	3664.1	17.3%
<b>Total</b>	7325	1872	3276	4298	4950	21210	100.0%
<b>Varição</b>		-0.03	0.75	0.31	0.15		100.0%

(a) Crescimento devido à privatização de uma empresa de petróleo

Fonte : Office des changes

Quadro 30 - Repartição por sector industrial (%)

	1992	1993	93/92	a)
<b>Química</b>	34.2	34.7	20.9	21
<b>Têxtil e couro</b>	24.0	24.6	22.0	22
<b>Agro-alimentar</b>	12.6	11.5	8.8	9
<b>Eléctrica e electrónica</b>	7.7	4.9	15.0	37
<b>Metalurgia e mecânica</b>	5.1	15.5	13.0	15
<b>Diversas</b>	16.4	8.8		
<b>TOTAL</b>	100	100	19.3	17

a)Participação do IDE no total do sector

Fonte: Marchés tropicaux 18 out 91, La Vie Industrielle & Agricole nº368, 5 Abril 1994

A maior parcela do investimento europeu foi realizado na indústria tradicional, pelo que não favoreceu a diversificação industrial. No sector têxtil, os investimentos são destinados essencialmente aos mercados externos e as empresas têm uma forte integração com as empresas mãe europeias (Amato e Amoroso 1993). O investimento no sector tem como principais benefícios, a capacidade de gerar emprego e alguma transferência de tecnologia, mas o seu valor acrescentado é pequeno e não desenvolve fileiras industriais. O sector têxtil comporta um risco para o desenvolvimento: a sua rápida mobilidade para outras regiões que ofereçam melhores vantagens comparativas.

Os investimentos realizados nos sectores de materiais de construção, agro-alimentar e automóveis são essencialmente destinados ao mercado interno. Estes investimentos realizaram-se incentivados pelo aumento da taxa de urbanização e/ou relacionados com outros investimentos.. As suas principais vantagens residem nos efeitos dinamizadores na economia, mas o seu impacto é reduzido em termos de valor acrescentado. A indústria agro-alimentar apresenta como vantagem fundamental o aproveitamento dos recursos agrícolas naturais.

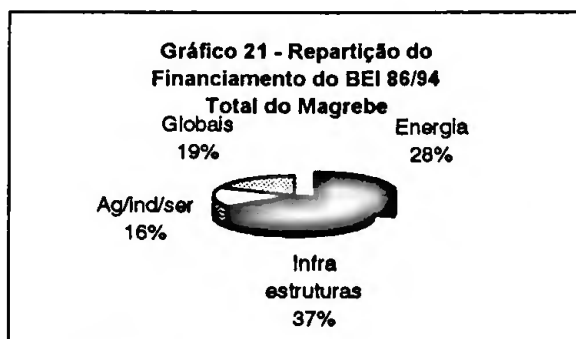
O sector turístico apesar de representar uma parte pouco significativa do investimento total<sup>186</sup> é de grande importância pelo seu potencial e pelo aproveitamento das vantagens comparativas do país. O desenvolvimento do turismo permite uma importante fonte de receitas e contribui para a divulgação do país no estrangeiro. O seu potencial reside nas privatizações em curso, que visa a total privatização do sector, na aproximação à Europa através da construção da ponte de Gibraltar e pela valorização crescente das férias "exóticas", pelos europeus. Como factores negativos, estes investimentos não comportam transferência de tecnologia e podem contribuir para a degradação do ambiente.

O crescimento do investimento na banca denuncia o recente dinamismo do sector privado na economia. O desenvolvimento do sector bancário poderá contribuir positivamente para essa dinâmica, especialmente para o sucesso das privatizações.

## 5 Energia

Separamos a energia dos fluxos de comércio pelas suas características particulares. A energia é um elemento fundamental das trocas comerciais do Mediterrâneo, gerando também laços de solidariedade e de trocas humanas e culturais (Colombo 1992, p. 134). Além dos macro-fluxos físicos de petróleo, gás natural e electricidade temos que considerar as trocas de experiência e tecnologia, os fluxos financeiros, os acordos de cooperação e colaboração entre empresas, universidades e centros de pesquisa. Por estas razões os fluxos de energia são um elemento chave para a cooperação entre as margens (Colombo 1992, Sid Ahmed 1992).

A importância do desenvolvimento do sector para a região e para a U.E. é confirmada pela repartição do financiamento do Banco Europeu de Investimento, onde o sector de energia recebe cerca de 28% do total (gráfico 21).



Fonte: Relatórios do BEI (86 a 94)



A intensidade dos fluxos físicos de produtos energéticos resulta da repartição desigual entre as dotações naturais e as necessidades de consumo dos mesmos: o petróleo e o gás partem do Sul para alimentar um Norte industrializado mas com poucos recursos naturais. Os países do Norte têm desenvolvido esforços para diminuir o consumo, em especial de petróleo, por razões económicas, ambientais e políticas. Em resultado deste esforço e da industrialização a Sul da bacia, o consumo tenderá para uma maior igualdade (Colombo e Grenon 1992)<sup>187</sup>

O quadro 31 evidencia dois aspectos importantes: o aumento da auto-suficiência em energia na U.E. e diminuição das diferenças de níveis de auto-suficiência entre os países da U.E..

Quadro 31 - Grau de auto-suficiência em energia (%)

	1974	1980	1986	1990	1991	1992
Bélgica	8	14	28	23	22	20
Dinamarca	0	1	25	50	57	59
França	14	21	44	44	44	45
Alemanha	53	49	55	55	47	45
Grécia	4	15	29	35	34	28
Irlanda	12	20	25	30	33	33
Itália	14	14	17	14	17	15
Luxemburgo	2	0	0	1	1	0
Holanda	93	93	82	77	82	83
Portugal	10	1	7	3	6	4
Espanha	23	24	39	33	33	30
Reino Unido	48	94	117	97	95	96
Média UE(12)	38	46	57	52	50	49

Fonte: Energy in Europe-Special issue

O objectivo último da U.E. é o de assegurar a estabilidade e a segurança do fornecimento .

Naturalmente a questão energética figurará nas discussões para criação de uma zona de comércio livre com os países do Magrebe, em especial face à denunciada posição da U.E. de favorecer as trocas de energia com os países do Leste, em desfavor dos países membros da OPEP. A Carta de Energia Europeia, pode servir de quadro à cooperação neste domínio com os países do Magrebe. Na "Declaração de Tunis", adoptada na conferência Euro-Mediterrânica sobre a cooperação energética, a U.E. e os Países do Mediterrâneo afirmaram o desejo de estabelecer relações energéticas mais estreitas, como elemento central para a criação de um espaço comum. Esta é aliás uma das propostas da U.E. apresentada nas conclusões da conferência de Cannes<sup>188</sup>.

As medidas de liberalização do sector na Argélia e o crescimento das exportações do gás natural aumentarão as relações de interdependência e poderão contribuir para o reforço da cooperação, na área da energia, com a U.E.

## 5.1 Petróleo

O petróleo, "nervo vital da civilização"(Nasser), é um elemento chave do interesse da U.E. com os países árabes e marcou as relações da U.E. com a região do Magrebe. A crise energética de 1973, evidenciou a frágil interdependência económica e a natureza finita dos recursos.

Apesar dos esforços de desenvolvimento de alternativas e da promoção do uso mais racional deste bem, o petróleo continua a ser a sua principal fonte de energia

comercial. A dependência petrolífera da U.E. (quadro 31) é uma das suas maiores vulnerabilidades económicas.

Quadro 31-Dependência petrolífera da UE (%)

1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991(a)
31.6	32.95	32.74	33.89	35.97	36.11	35.99

Fonte: Annual Energy Review 1993

Em termos do fornecimento de petróleo no Magrebe apenas a Argélia (estamos a excluir a Líbia), tem interesse comercial (dispõe das 40<sup>as</sup> reservas do mundo). As reservas da Tunísia esgotaram-se na década de 70 e Marrocos é importador líquido.

Quadro 32 - Magrebe A produção de petróleo e gás (Janeiro de 1991)

	Petróleo (Milhões de barris/dia)	Gás (Milhares de pés cúbicos)
Argélia	800	141.3
Tunísia	100	1.2
Líbia	1500	19.4
Magrebe	2400	161.9
OPEP	23000	694.4
Total Mundial	60201	7048.2

Fonte: The oil & Gas Journal 1991, P. 40

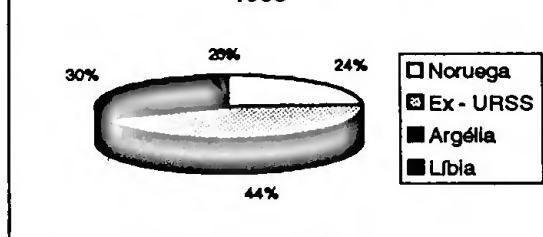
## 5.2 Gás Natural

Quadro 33 - gás natural

Importações extra comunitárias UE (12)- 1993  
(milhões de Ton de óleo equivalentes)

Noruega	21.7
Ex - URSS	40.5
Argélia	26.7
Líbia	1.5

Gráfico 22 - Importações Gás Natural  
1993



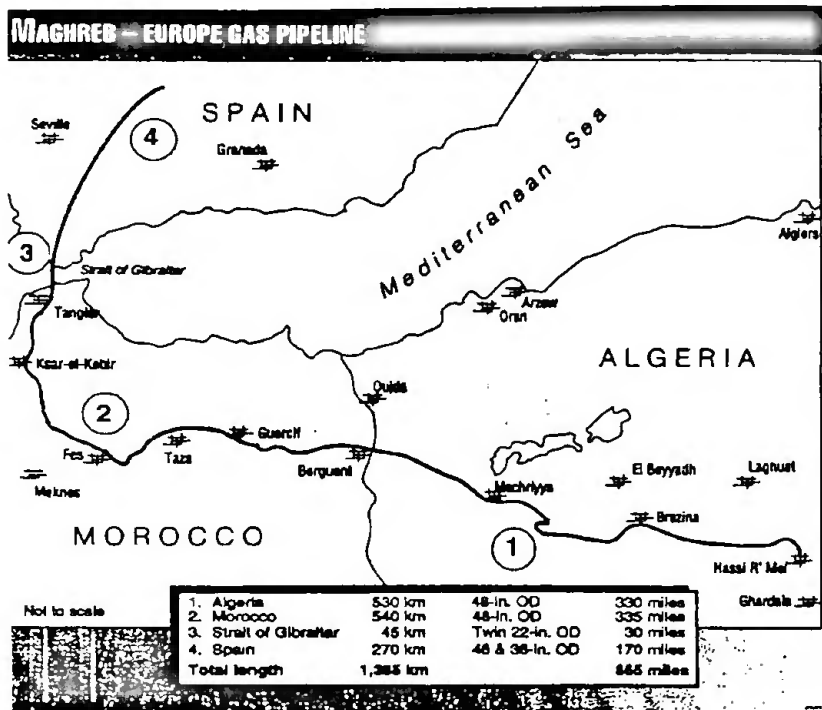
Fonte: Annual Energy Review 1993

O gás natural é actualmente a alternativa energética mais importante. No período de 1981 a 1992 o consumo mundial de gás natural aumentou cerca de 37%, enquanto, no mesmo período, o consumo de petróleo não cresceu mais de 9%. Prevê-se que até ao ano 2000 o consumo crescerá cerca de 63.5%, em relação a 1992<sup>189</sup>.

O desequilíbrio crescente entre a produção e o consumo nos países industrializados implicou o desenvolvimento considerável do comércio internacional de gás. Este crescimento constituiu uma oportunidade de diversificação de produção e oferta de produtos energéticos por parte da Argélia, cujas reservas de gás natural, ocupam o 5<sup>o</sup> lugar mundial.



Extraído de Warren (1994)



Extraído de Warren (1994)

Quadro 35 -Capacidades do gasoduto

1ª fase (1995)  $7,2 \times 10^9$  M<sup>3</sup>/ano

Fase final(2005) :  $16.5 \times 10^9$  M<sup>3</sup> /ano

Custos (estimados em mm dólares)

	1º Fase	Fase
Troço Argelino	0.65	1.50
Troço Marroquino	0.94	1.24
Estreito de	0.20	0.30
<b>Total</b>	<b>1.79</b>	<b>3.04</b>

Fonte:La Vie industrielle & Agricole 25 Junho de 1992

## Capítulo IV: Cooperação

"Condenados a viver em conjunto, em complementaridade, em osmose sobre as margens do mais belo dos lagos, modeladas por séculos de coexistência, é necessário não apenas que nos aceitemos, mas que nos encontremos. É a responsabilidade dos políticos, das escolas, dos media, de cada um de nós..."

Edgard Pisani<sup>191</sup>

## 1 Introdução

O aumento da interdependência entre os países aumenta as possibilidades de cooperação (Rood 1991, p. 65), isto é, as possibilidades de acção conjunta para a realização de um objectivo acordado<sup>192</sup>. A característica de interdependência assimétrica e o nível desigual de desenvolvimento, confere características especiais à cooperação. O conceito de cooperação entre estes países é imbuído de dois conceitos míticos das relações internacionais: o da "igualdade das partes" e da "comunidade de objectivos".

A igualdade entre as partes é tradicionalmente considerada um princípio jurídico de igualdade de soberania, cuja consagração no Direito Internacional imprime às relações pacíficas entre os Estados uma dinâmica de diálogo e de identificação de interesses mútuos. A igualdade conferida de direito, não tem, porém, paralelo na igualdade de facto. A diminuição das desigualdades económicas e sociais, utopia última das relações internacionais, exige, por vezes, o estabelecimento de desigualdades jurídicas destinadas a compensar a desigualdade de facto (Stern 1988). A cooperação assume o carácter de mecanismo de compensação, um meio de atingir o desenvolvimento. Esta cooperação dita para o desenvolvimento<sup>193</sup> é um novo modo de relações internacionais<sup>194</sup>.

A cooperação para o desenvolvimento pode ser um elemento integrante da política externa dos países. Os seus sistemas ideológicos não se resumem à consideração da cooperação como a expressão voluntariosa dos Estados; pode igualmente ser posta em prática em nome do interesse nacional, ou ainda como veículo de um sistema sócio económico das sociedades dominantes (Leca 1974). Neste último caso, a cooperação é fonte de conflito e contribui para a desestruturação das economias mais frágeis. A cooperação da U.E. para o Magrebe não vai estar isenta destas críticas<sup>195</sup>.

Cooper (1985) apresenta várias razões para a dificuldade de cooperação entre as nações: discordância de objectivos, diferentes previsões, falta de confiança e sentimento de preservação da liberdade nacional. Estas razões vão ser facilmente identificadas nas relações entre o Magrebe e a U.E. Em especial as dificuldades na determinação de objectivos.

A necessidade de determinação de objectivos comuns refoçar-se pelo facto da cooperação entre a União Europeia e o Magrebe não se dever resumir ao quadro típico de cooperação Norte-Sul. A interdependência deveria conduzir a um comportamento cooperativo entre as partes. Segundo Hamada<sup>196</sup>, nas relações de países com interdependência de objectivos o comportamento cooperativo é o que maximiza a vantagem mútua dos parceiros. Todavia, como sublinha Keohane (1984)<sup>197</sup>, mesmo no caso de os países terem interesse comum em cooperarem, eles podem não estar dispostos a coordenar os seus comportamentos no sentido do óptimo. Aparentemente os actores podem continuar a perceber os seus interesses em termos de jogador individual do "dilema do prisioneiro".

O carácter operacional acentuado da cooperação (Touscoz 1976), faz com que a cooperação se valide de acordo com os resultados obtidos. É em face dos resultados (ou da falta deles) e dos novos desafios das relações, que o debate sobre a cooperação entre a U.E. e o Magrebe se (re)actualiza.

## 1.1 Os Actores da Cooperação

Um dos aspectos que torna particularmente complexa as relações em estudo é a multiplicidade dos actores, os diferentes interesses e a rede de relações que estabelecem entre si. Vamos procurar ter presente neste capítulo em especial a cooperação estabelecida ao nível institucional focando a nossa análise particularmente na acção dos Estados. Esta envolve porém, cada vez mais, muitos outros grupos de actores.

Actores institucionais - Nas relações entre a U.E. e os países do Magrebe não é possível resumir os actores apenas a 2 (U.E.+Magrebe) nem tão pouco a 1+3 (U.E.+países do Magrebe). Em primeiro lugar, as relações são de carácter bilateral e inscrevem-se no quadro institucional e instrumentos da política da U.E. para a Bacia do Mediterrâneo. Em segundo, porque os países da U.E. são também actores individuais da cooperação. O seu papel não se resume à participação na U.E.. Os Estados Membros foram igualmente signatários de acordos, quando estes ultrapassavam as competências da Comunidade Europeia, e a política mediterrânica não evoluiu à margem dos seus interesses individuais. As ligações de alguns países da U.E. à região são ainda reforçadas por um vasto conjunto de acordos de natureza bilateral.

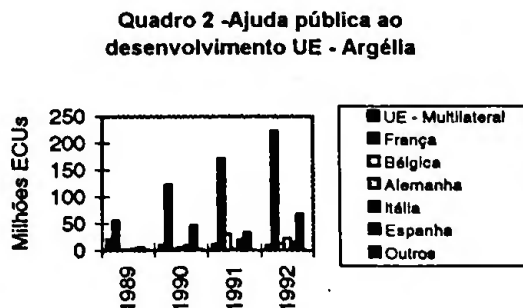
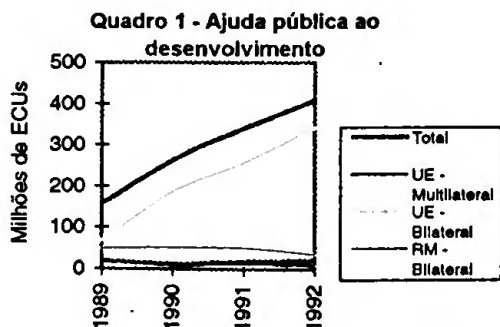
A acção destes actores é marcada pela interdependência económica e política, que tende a reforçar a cooperação multilateral, mas também pelo conflito de interesses que tende a reforçar o bilateralismo.

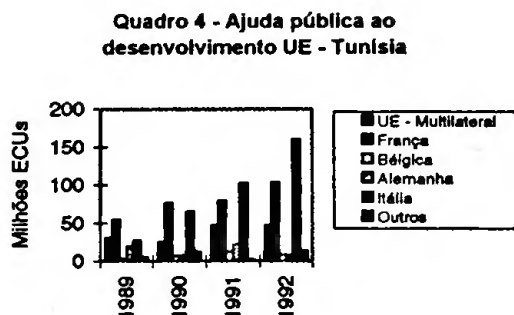
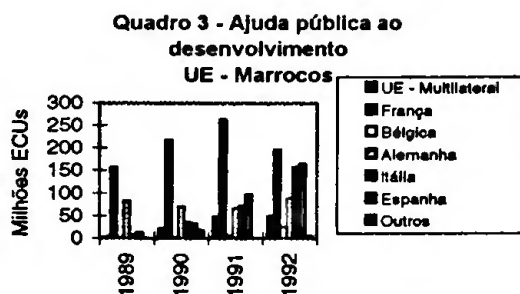
Tendência para o bilateralismo - A influência e as preocupações dos países da U.E. no Magrebe são diferentes, assim como as suas preocupações face à região. Decorrem da sua experiência histórica, comercial, exposição geográfica e filosofia de cooperação.

A França é o país da Europa com relações bilaterais mais fortes com a região, tendo-se vindo a destacar o esforço e os resultados da Espanha e Itália para desenvolver uma política de relação estreita com o Magrebe em várias áreas de cooperação.<sup>198</sup>

Os dados da ajuda pública ao desenvolvimento concedida ao Magrebe, ilustram o que acabamos de referir (gráficos 1,2,3,4). A ajuda pública ao desenvolvimento bilateral é muito superior à ajuda multilateral e a diferença tem vindo a aumentar, nos últimos anos.

Os acordos entre a U.E. e os países do Magrebe são bilaterais, isto é, realizados em particular com cada um dos países da região.





Fonte: Stba/Eurostat, 1994.

A tendência para a Cooperação Multilateral - Esta tendência decorre da evolução da U.E., da comunitarização da política externa e de cooperação e do processo de integração a Sul.

A cooperação de âmbito multilateral não se libertou dos interesses individuais dos países membros. A influência das percepções nacionais é tão forte e as posições tão díspares que concordamos com Cheysson (1993), quando questiona a existência de uma política comunitária com a região.

O desenvolvimento da política revela a predominância da visão dos países do Norte da U.E., mais dispostos a cooperar através da abertura do mercado do que de apoio financeiro, em detrimento das posições dos países do Sul que pretendem maior protecção dos mercados, compensado por maiores dotações na cooperação financeira.

Do lado Sul, o desenvolvimento da União Magreбина Árabe (U.M.A.), poderá possibilitar o abandono do carácter bilateral das relações.

Podemos agrupar os restantes actores de acordo com a tipologia proposta por Rojo (1994):

Actores sociais, cujos interesses estão ligados ao futuro da região - Neste grupo incluímos agentes com laços privados e económicos, científicos e culturais na região, especialmente os emigrantes, as empresas, as universidades, as associações, etc... A participação deste grupos, num quadro institucional, tende a aumentar com a nova perspectiva de descentralização da política mediterrânica da Comunidade Europeia.

Actores com acção normativa, financeira, capacidade tecnológica e poder - São actores cuja influência pode operar alterações estruturais e das regras do jogo na região. Incluem-se neste grupo os grupos financeiros da U.E. e as organizações internacionais.

Organizações inter-magrebina e inter-mediterrânicas, Referi-mo-nos aos grupos inter-regionais, tais como a UMA, Conferência de Segurança para o Mediterrâneo, Forum Mediterrâneo e o Clube Mediterrâneo.

Outros actores internacionais - São actores como os EUA e o Japão, cujo interesse pela região tem crescido, motivados por preocupações estratégicas e económicas (Rojo 1994).



## **1.2 Evolução das relações de cooperação União Europeia -Magrebe**

Não é possível evocar relações entre a U.E. e o Magrebe. Só nos permitimos referir as relações entre a U.E. e os países do Magrebe, porque não existe uma política comunitária dita magrebina, e o Magrebe, se existe, é recente. As relações são de âmbito bilateral e o seu quadro institucional e instrumentos inscrevem-se na política da U.E. para a Bacia do Mediterrâneo.

### ***1.2.1 A criação da Comunidade Europeia e o início das relações***

#### **1.2.1.1 A situação das relações em 57**

A criação da Comunidade Económica Europeia ocorreu em plena guerra fria, num período caracterizado por uma grande complexidade no Mediterrâneo. Coexistiam na área o socialismo e o capitalismo, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, a riqueza e a pobreza de recursos humanos. A vulnerabilidade económica e política dos países da margem Sul tornou-os agentes privilegiados da guerra fria, aumentando as tensões vividas na região.

Neste contexto, a Comunidade Europeia surgiu como promessa de equilíbrio na confrontação das duas superpotências, libertou a região de tanta tensão e reorientou as suas relações com ela para o desenvolvimento.

O momento político não favorecia a "natural" aproximação da Comunidade Europeia ao Magrebe. As relações da Europa com a África do Norte e a Comunidade árabe em geral estavam abaladas: a guerra da Argélia tornava sangrentas as relações dos árabes com a França; a Comunidade Internacional (principalmente os países da Europa e os Árabes) ainda vivia os efeitos negativos do conflito do Suez. A França e a Grã-Bretanha, vencidas no confronto com Nasser, ficaram arredadas da sua posição de potências e perderam credibilidade na região, a favor da URSS e dos EUA.

Condicionado a ter um papel político discreto na região, o projecto comunitário mostrou-se, no entanto, decisivo para o fim do colonialismo ao promover o (re)encontro das duas margens num novo diálogo de "iguais". A formação da Comunidade Europeia, um ano após a independência da Tunísia e de Marrocos, representou a oportunidade de recriar, no novo contexto comunitário, as relações e ultrapassar os constrangimentos dos laços impostos pela lógica colonialista. A experiência colonial da França contribuiu decisivamente para a iniciativa comunitária de diálogo com os países magrebinos e a nova Comunidade foi também determinante para o fim da guerra na Argélia.

Com poucas excepções, os países mediterrânicos pareciam ter mais a ganhar do que a perder em resistir muito à forte atractividade dos vizinhos. A Bacia do Mediterrâneo gravitava política e militarmente em torno das superpotências mas, do ponto de vista económico, o seu centro era a Europa. O peso da Comunidade Europeia era de tal modo importante que a maior parte dos países mostraram interesse em concluir acordos, principalmente quando fosse evidente que os Estados Membros não desejavam participar individualmente. Quanto à Comunidade Europeia, a sua aproximação à região foi política (Henig 1976, Shlaim e Yannopoulos 1976, Tovas 1977, Pomfret 1986).

É com base nesta bipolaridade de intenções que a política de cooperação se desenvolveu.

## *1.2.2 Bases legais da relação*

### 1.2.2.1 Tratado de Roma

Um dos factores críticos da criação da Comunidade Económica Europeia era a aspiração do velho continente de (re)assumir um lugar relevante na cena mundial, promovendo a mudança das bases das suas relação com o exterior. Esta pretensão não teve, porém, expressão explícita no Tratado de Roma. Apesar das aspirações e da consciência da complexidade de reorganizar uma nova ordem mundial com a Europa dividida, os Estados Membros não abdicaram do seu estatuto soberano nas relações externas, pelo que o Tratado de Roma é parco nesta matéria e na de cooperação.<sup>199</sup>

O Tratado limitou a competência da Comunidade Europeia<sup>200</sup> em matéria de acordos internacionais, aos acordos de natureza comercial<sup>201</sup>. A Comunidade Europeia estava expressamente autorizada a concluir determinados tipos de acordos com terceiros, a saber: acordos tarifários -previstos no artº 111<sup>202</sup> e artº 112<sup>203</sup>; acordos comerciais -previstos no artº 113<sup>204</sup>; acordos de associação -previstos nos artigos 237<sup>205</sup> e 238; outros acordos com organizações internacionais, igualmente previstos nos artº 229 e 238 do Tratado.

A possibilidade de concretizar acordos de conteúdo mais diversificado ficou em aberto no artº 238. Lê-se aí que a Comunidade Europeia pode "concluir com qualquer Estado Terceiro, União de Estados ou Organização Internacional acordos destinados a criar uma associação caracterizada por direitos e obrigações recíprocas, acções em comum e procedimentos especiais(...).

A inclusão do artigo nas disposições Gerais e Finais e a sua vacuidade não nos permite concluir sobre as suas ambições iniciais, mas é com base nele que se vai gerar uma complexa rede de relações com o exterior.

Com estas limitações, a Comunidade Europeia não podia pretender mais, em matéria de relações externas, do que a criação de uma "esfera de associação" com base na política comercial. Duchêne (1973) usou o termo "poder civil" para descrever a realidade de um bloco económico com constrangimentos ao nível da sua política externa e de defesa. A noção de "poder civil" implicitamente rejeita o poder político e militar, exaltando a construção económica e cultural. A preferência pela cooperação e o reforço das relações com o terceiro - mundo vão distinguir a "política externa" da Comunidade Europeia, da do seu principal parceiro: os EUA.

As relações da Comunidade Europeia com o exterior beneficiaram, no entanto, da dinâmica de integração provocada pelo Tratado de Roma, pelo que a Comunidade Europeia se tornou rapidamente num actor internacional (Serra 1989).

Não existe, no Tratado, nenhuma referência ao Mediterrâneo. Este facto não é de estranhar pois além do Tratado não expressar preocupações externas particulares, o Mediterrâneo também não era mencionado na política externa dos países com maior peso mundial (Balta 1992, p.28).

Pode-se, no entanto, afirmar com confiança que os países da região mediterrânica (mais do que a região como uma entidade) estavam na mente do

legislador na redacção do artº 238 do Tratado de Roma (Biroli 1980). Esta ideia é reforçada pela Declaração anexa ao Tratado (Tovias 1977

) que conjuntamente com o artº 238 são as bases legais das relações preferenciais da Comunidade Europeia com os países da zona franco, independentes (à data Marrocos e a Tunísia). A situação particular da Argélia ficou consagrada no artº 227 do Tratado de Roma.

#### 1.2.2.2 Declaração de intenções para a relação com Marrocos e Tunísia

Na declaração de intenções, os Estados Membros assumiram o compromisso de realizar negociações para a conclusão de convenções de associação económica com os países independentes da zona franco.

Esta declaração é um dado original nas relações da Comunidade Europeia com o Mediterrâneo. A declaração foi justificada pela existência de "acordos e as convenções de natureza económica, financeira e monetária entre a França e os países independentes pertencentes à zona do franco e a preocupação em manter e intensificar as correntes tradicionais de trocas comerciais (...) e em contribuir para o desenvolvimento económico e social destes últimos". Razões que se referem em particular ao desejo da França de não abdicar das suas relações privilegiadas com estes países, e de as enquadrar no novo contexto comunitário.

A cooperação iniciou-se assim, como extensão das relações anteriores. Não correspondeu a uma ruptura com a colonização mas a uma nova fase das relações entre o capitalismo e a periferia. O perigo de que uma Comunidade organizada pudesse instaurar mais facilmente um neo-colonialismo foi afastado pelos propósitos expressos da Comunidade Europeia e pela posição dos países Europeus sem experiência colonial.

#### 1.2.2.3 A Questão da Argélia

Quatro, dos seis países fundadores da Comunidade Económica Europeia (entre os quais a França), eram países colonialistas. Esta circunstância levantou o problema da aplicação territorial do Tratado. Juridicamente a Comunidade Europeia é entendida como uma organização supranacional, pelo que em princípio as suas competências estendem-se a todo o espaço nacional, ou seja, ao território sujeito à soberania de cada país membro. No entanto, um exame à prática internacional permitia concluir que o Direito Internacional Público não tinha uma única posição face a esta questão e que as decisões sobre a aplicação territorial eram decididas pelos próprios estados coloniais.

Na prática, os Estados Membros tinham que optar por uma Comunidade que incluísse os "países do Ultramar" ou estabelecer um quadro político particular com esses países. Dados os interesses económicos e políticos, era impensável supor que os países (em especial a França) consentissem em romper as suas ligações privilegiadas com os países coloniais pelas "hipotéticas vantagens do mercado comum"(Gonidec 1958,p. 595).

A ordem jurídica Francesa clarificou a aplicabilidade territorial do Tratado. A Constituição francesa distinguia entre as colónias que faziam parte integrante do território nacional e as que lhe eram exteriores. No primeiro grupo, ao qual a Argélia

pertencia, as colónias eram consideradas território metropolitano, pelo que não era possível separá-las da França continental. No estatuto argelino de 20 de Setembro de 1947, artº 11, tinha sido declarada a aplicabilidade dos Tratados realizados pela França à Argélia. Neste sentido, o território argelino foi considerado como, parte integrante do mercado único<sup>206</sup>.

O Tratado de Roma dispõe, no artº 227, que lhe são aplicáveis as disposições especiais e gerais do Tratado relativas à livre circulação de mercadorias, à agricultura, salvo o disposto nº 4 do artº 40 (fundo agrícola), à liberalização dos serviços, às regras de concorrência, às medidas de protecção previstas nos artigos 108, 109 e 226 (desequilíbrios da BP e crise económica), e às instituições. Ficam sob reserva as disposições relacionadas com o Fundo de Orientação e Garantias Agrícolas, a livre circulação de pessoas, os transportes, as disposições fiscais e de harmonização da legislação e a política económica, salvo as medidas de salvaguarda. “As condições de aplicação(...)serão determinadas o mais tardar dois anos, após a sua entrada em vigor, por meio de decisões do Conselho (..)” (artº 227, ponto 2).

A Argélia beneficiou ainda do disposto nos artigos 1 a 8 da convenção de aplicação relativa à associação de países e territórios do Ultramar, referentes a ajuda financeira para a promoção do desenvolvimento e ao direito de estabelecimento de nacionais e sociedades dos Estados Membros.

A independência criou um vazio legal na relação com a Argélia. Em consequência, a Argélia solicitou à Comunidade Europeia poder continuar a beneficiar da convenção aplicada aos países e territórios do Ultramar. A Comunidade Europeia aceitou e admitiu que os antigos compromissos seriam respeitados especialmente os de domínio financeiro<sup>207</sup>. O princípio era o de manter o estatuto comercial em vigor à data da independência para não prejudicar a Argélia, pelo facto de ter obtido a independência mais tarde que os outros países do Magrebe.

Em Junho de 63, a Comunidade Europeia considerou conveniente continuar a aplicar provisoriamente o artº 227 e convidou a Argélia a precisar as suas intenções. Em resposta, a Argélia anunciou a decisão de aplicar, aos 5 países parceiros da França, um regime aduaneiro favorável e solicitou o início de negociações que conduzissem ao estatuto de associado. A crise europeia de 65, a pouca pressa dos parceiros comunitários e a satisfação de Argel pela manutenção de um *statu quo* favorável, tornaram vãos os esforços da Comissão para harmonizar os regimes aplicados pelos seis à entrada de produtos argelinos na Comunidade Europeia. As negociações só começaram em 1972. Durante esse período a situação da Argélia não foi formalizada, conduzindo a uma anormalidade jurídica que se manifestou no tratamento diferenciado dos países membros à Argélia<sup>208</sup>.

O problema das relações com a Argélia põe-se em termos de “Sucessão de Estados” e o tema dos “Direitos adquiridos” estará presente nos trabalhos jurídicos e declarações relativas à Argélia. A Argélia recordará com frequência o seu antigo estatuto de membro para reforçar os laços ao projecto comunitário.<sup>209</sup>

### *1.2.3 Os acordos assinados de 1962 a 1972*

A Grécia foi o primeiro país Mediterrâneo a concretizar um acordo com a Comunidade Económica Europeia. A Comunidade Europeia respondeu assim à pressão dos Estados Unidos da América que inscreviam o reforço das relações da Grécia com a Comunidade Europeia na sua estratégia, face à tomada de posições

que a URSS vinha a assumir na região. Apesar da interferência externa e do carácter estratégico, o acordo confirmou a boa aceitação internacional da Comunidade Europeia. A opção da Grécia pela Comunidade, preterindo a EFTA, foi lida como uma vitória comunitária face ao outro bloco económico Europeu. O acordo foi assinado em Julho de 1962.

Em Setembro de 1963 foi a vez da Turquia estabelecer formalmente relações de associação com a Comunidade Europeia. Dada a situação económica da Turquia, a Comunidade Europeia teria preferido um acordo de concessões especiais no comércio e de ajuda financeira. Essas concessões não se traduziriam, porém, em vantagens reais devido ao princípio da Nação Mais Favorecida. Além do mais, a Turquia evocou o seu estatuto europeu, pelo que a Comunidade Europeia não teve como recusar a negociação de um acordo similar ao da Grécia.

Os membros do G.A.T.T.<sup>210</sup> tiveram dificuldades em aceitar o acordo, por este não prever nenhum esquema de redução das tarifas. O acordo acabou por ser aceite devido ao apoio explícito dos Estados Unidos. A sua concretização marcou o início da discriminação no comércio externo da Comunidade, com a aceitação consensual dos seus membros e o aval da Comunidade Internacional (Tovias 1977, Pomfret 1986).

Apesar da associação com a Grécia e a Turquia ser formalmente baseada no disposto artº 237, na prática os acordos restringiram-se ao artº 238 por não projectarem num período razoável a adesão<sup>211</sup>.

O acesso preferencial dos produtos agrícolas concedidos *inter-alia* à Grécia e à Turquia, nomeadamente aos produtos tipicamente mediterrânicos (laranjas, azeite, vinho e tabaco) "mexeu" com os interesses dos outros países do Mediterrâneo, desencadeando assim uma série de pedidos de associação. Não se pode entender o desenvolvimento da política com os países da região sem referência a este "efeito de arrastamento" da política de preferência. O desenvolvimento da política vai escapar em parte ao controle da Comunidade Europeia e aos seus próprios desejos.

Foi o "mau começo - um acidente não planeado", segundo Curzon(1977)<sup>212</sup>, de uma política para o Mediterrâneo que se iria precipitar nos anos seguintes, causando alguns constrangimentos a Bruxelas e a Washington. Entre eles, o golpe dos coronéis gregos em 67, que serviu de sinal vermelho à Comunidade Europeia para (re)pensar a sua posição face aos países com base política instável ou anti-democrática. A primeira consequência da instabilidade grega foi o a suspensão do acordo que estabelecia a base de trabalho para o futura harmonização das políticas e apoio à convergência da economia grega. Apenas a administração corrente dos aspectos institucionais ficou assegurada.

As restantes consequências fizeram-se sentir particularmente nas negociações dos acordos com o Irão, Israel e Espanha. Estes países não gozaram de um momento internacional favorável para a negociação. Para além do golpe na Grécia, a guerra dos seis dias favoreceu uma posição cautelosa da Comunidade Europeia, nas negociações, que se reflectiu nos resultados finais dos acordos. Estas negociações evidenciaram a sensibilidade da celebração de acordos à situação política dos países, à conjuntura internacional e aos interesses nacionais dos países membros. Os interesses nacionais eram difíceis de ultrapassar e a Comunidade Europeia limitava-se a tentar situações de compromisso: a França não desejava estabelecer contactos com Israel e apoiava o reforço da relação com a Espanha, enquanto Benelux recusava contactos com Espanha e advogava a causa israelita.

Os países tinham solicitado, em Fevereiro de 1962, a concessão de um estatuto de associado. Depois de negociações prolongadas, os resultados ficaram muito além do esperado. Ao Irão e a Israel a Comunidade Europeia ofereceu apenas a possibilidade de realizarem acordos não preferenciais de comércio e Espanha apenas recebeu uma carta simpática. Apesar do apoio francês, a situação política do país tornava insustentável qualquer tipo de acordo.

Não conformada, Espanha insistiu na concretização de um acordo de comércio com a Comunidade Europeia, a que o Conselho acedeu em 1964. Nessa altura iniciaram-se as conversações explanatórias que deveriam conduzir à concretização de um acordo não preferencial, à semelhança dos realizados com o Irão e Israel.

A meados dos anos 60, a política mediterrânica, assim como as relações externas da Comunidade Europeia, esteve praticamente em ponto morto. As atenções comunitárias centraram-se em problemas internos. Nesse período há a salientar a proposta da Itália para uma nova abordagem dos acordos do Mediterrâneo, formalizada num memorando apresentado à Comissão em 1964 - "Memorandum Moro"<sup>213</sup> - mas que não teve êxito<sup>214</sup>.

O reinício das negociações em 1967, corresponde a uma segunda fase dos desenvolvimento dos acordos e tem como principais protagonistas Espanha, Israel e um produto: a laranja. (Heing1976, p. 316)

Israel insatisfeita com o primeiro acordo não solicitou a sua renovação quando expirou em 1967. Os seis mantiveram as concessões unilateralmente. A França, hostil à aproximação de Israel, defendeu um maior envolvimento com Espanha. As posições dividiram-se. As perspectivas da realização dos dois acordos perturbava sobretudo a Itália, que temia a erosão da sua preferência de membro, já que ambos os países eram os maiores produtores de citrinos e entravam em directa concorrência com a Itália. Em Setembro de 69, a Comunidade Europeia concedeu unilateralmente preferências tarifárias aos citrinos de Espanha e Israel prolongando-se as negociações até 1970.

Face aos receios da Comunidade Europeia e à consciência de que os países tinham pouco a ganhar com acordos não preferenciais, os artigos 111º e 113º (o artº 111º aplicado durante o período de transição do Tratado de Roma e o artº 113º depois) foram o instrumento ideal para viabilizar estes acordos. A Comunidade Europeia pôs fim a longos processos de negociação, garantindo um comércio preferencial mas sem o envolvimento político que a associação pressupunha. A posição francesa saiu vitoriosa e Espanha conseguiu um acordo mais vantajoso do que Israel.

Após o acordo com Israel, a Comunidade Europeia empenhada em não alterar o equilíbrio Israel-Árabe, mostrou-se receptiva a acolher favoravelmente os pedidos dos países árabes para a realização de acordos similares. Os acordos com Marrocos e a Tunísia foram assinados em 69. Em sequência, realizaram-se acordos com o Egipto(1972), Líbano(1972), e a Jordânia (1972).

Em Dezembro de 1970 foi concluído um acordo de associação com Malta e dois anos mais tarde com Chipre. Apesar de serem países europeus, nenhum dos acordos fez referência à possibilidade de adesão. Particularmente importante pelo seu carácter simbólico e estratégico foi o acordo não preferencial realizado com a ex-Jugoslávia em 1970. A situação da Turquia continuou pouco definida. Em 1972, foram negociados ajustamentos ao tratado de associação e em 1973 foi assinado um novo acordo sem qualquer referência a uma futura adesão.

No final de 1972, com excepção da Argélia, Síria, Albânia e Líbia, a maioria dos países da Bacia tinha celebrado acordos com a Comunidade Europeia. Apenas os últimos dois mostravam desinteresse em estabelecer relações especiais com a Comunidade.

Os acordos realizados eram essencialmente de natureza comercial, prevendo a quase total liberdade dos produtos industriais e variando o grau de generosidade nas concessões agrícolas. Os aspectos de política comum e ajuda financeira, variavam significativamente entre os acordos, sem nunca exigir grandes esforços orçamentais aos Estados membros. Qualquer tentativa de tentar uma política mais ampla, chocava com interesses dos países comunitários. Era mais fácil aceitarem uma concessão pragmática do que o estabelecimento de uma política liberal como base da política comercial externa.

Os acordos com Marrocos e a Tunísia destacam-se pela importância que assumem nas relações com o mundo árabe e pelo grau de generosidade das concessões.

Quadro 1 - Acordos comunitários no Mediterrâneo, 1962-73<sup>215</sup>

País	Tipo de acordo	Base de negociação (Artº Roma)	de Tratado	Duração	Data entrada de vigor	de em	Data expiração de
Grécia	A.A.a	238		ilimitada	1/11/62		-----
Turquia	A.A.	238		ilimitada	1/12/64		-----
Tunísia	A.A.	238		5 anos	1/9/69		31/8/74
Marrocos	A.A.	238		5 anos	1/9/69		31/8/74
Espanha	A.P.b	113		6 anos mínimo	1/10/70		30/9/75 (pelo menos)
Israel	A.P.	113		5 anos	1/10/70		30/9/75
Malta	A.A.	238		5 anos	1/4/71		31/3/76
Libano	A.P.	113		5 anos	18/12/72c		30/6/77
Chipre	A.A.	238		4 anos	1/6/73		30/6/77
Egipto	A.P.	113		5 anos	1/11/73		31/10/78

a-Acordo de associação; b-Acordo preferencial; c-Nunca entrou em vigor por falta de ratificação do Líbano

Fonte: Tovas (1977, p. 66)

## 1.2.4 Os acordos com o Magrebe

### 1.2.4.1 As negociações

Só após a independência da Argélia é que Marrocos e a Tunísia solicitaram oficialmente o início de conversações com o objectivo de concretizar a Associação prevista na Declaração de Intenção anexa ao Tratado de Roma. Os países pretendiam uma Associação por tempo ilimitado que cobrisse interesses comerciais,

assim como a cooperação financeira e técnica e os problemas de mão de obra. Os países procuravam mais do que “simples acordos de comércio”; eles pretendiam ver compensados o fim dos privilégios do mercado francês (Tovias 1977)

As negociações prolongaram-se durante vários anos. As reuniões explanatórias decorreram nos finais de 1963, início de 1964, onde se fixaram três fases de negociação a primeira a decorrer em Julho 1965, a segunda em Novembro de 1967 e última em Fevereiro de 1969. A assinatura dos acordos ficou prevista para Março de 1969. Este calendário de negociações prolongadas demonstra, por si só, as dificuldades antevistas pelos participantes em encontrar soluções conciliadoras dos interesses de ambas as partes, especialmente nos aspectos agrícolas para os produtos abraçados pela política agrícola comum, tais como o vinho, o azeite e os citrinos.

Os acordos foram favorecidos por um momento político de maior aproximação da França ao mundo árabe. Em busca da glória perdida no Suez, a França do General de Gaulle empreendeu uma “política árabe”, marcada pelo reconhecimento do Estado palestino, que a Comunidade Europeia foi progressivamente adoptando (Diab 1993).

#### 1.2.4.2 Princípios dos acordos

O artº 238º e a Declaração de Intenções, redigidos em termos vagos, definem os acordos a realizar;

##### Acordos de associação

Os acordos de associação traduzem a noção de “poder civil”, que tem subjacente o ideal de que as relações internacionais podem ser sujeitas a relações contratuais, de associação entre os actores.

A vacuidade por que se define o conteúdo do termo “associação”, tornou impreciso o alcance das relações a estabelecer e levantou o problema metodológico de investigar o conteúdo dos acordos que a instituem. O Direito Internacional Público (DIP) não nos dá uma ideia exacta deste conceito e a sua História dá-nos exemplos díspares de utilização do termo (Xavier 1970). Por outro lado, existe ainda a dificuldade da transposição de conceitos do Direito Internacional Público para o Direito Comunitário.<sup>216</sup> Segundo Alberto Xavier (1970, p.47) a associação baseada no artº 238º é “uma associação Internacional em sentido estrito constituída numa base plurilateral<sup>217</sup> e funcionando em bases bilaterais” Acrescenta que “porque é despida de personalidade jurídica, integra-se no grupo de uniões simples que representam uma mera fórmula de cooperação dos sujeitos através dos órgãos próprios destes.”

O Tratado de Roma deixa a possibilidade de conteúdos diferentes para os acordos de associação. O conceito de associação foi também usado no Tratado para o quadro particular das relações da Comunidade Europeia com os países e territórios ultramarinos mas, neste caso, a especificação dos conteúdos estava mais discriminada, em protocolo anexo ao Tratado.

Para reduzir a ambiguidade, o Parlamento Europeu em 15 de Janeiro de 62, analisou as condições políticas e económicas necessárias aos candidatos a associados. O relatório “Birkelbach”<sup>218</sup> e os debates que se seguiram fixaram como doutrina da Comunidade Europeia ser condição necessária para um país terceiro



aspirar a um acordo de associação ter instituições políticas semelhantes às dos Estados membros da Comunidade Europeia. Esta posição foi enfatizada pela Comissão num documento enviado ao Conselho (1967)<sup>219</sup> recomendando que, com os países cujo nível desenvolvimento não permitisse a associação, a Comunidade Europeia deveria apenas realizar acordos de comércio. Na prática, o termo extravasou qualquer significado jurídico, assumiu um significado político e sua utilização foi discriminatória. Claramente o cenário político Magrebino não coincidia com as exigências do estatuto.<sup>220</sup>

#### Baseados no princípio da reciprocidade

Fiel aos princípios do GATT, a reciprocidade é um elemento constitutivo da definição de associação, nos termos do artº 238º.

O relatório Loeff (1972) sobre os primeiros acordos com o Mediterrâneo justificava a reciprocidade deste modo: "constituem entretanto, no espírito dos parceiros dos acordos, um elemento de equilíbrio, revestindo no plano psicológico e político uma certa importância. As preferências podem, para além disso, contribuir para a divisão do trabalho e promover a abertura dos mercados para fora da zona preferencial".

Uma concepção menos rígida de reciprocidade foi posta em prática nos acordos. Um membro do serviço jurídico do Conselho classificou "reciprocidade temperada", a reciprocidade proposta nos acordos.<sup>221</sup> Vergès(1981) classifica o regime comercial criado pelos acordos de "Zonas de comércio livre desequilibradas", desenvolvendo uma economia de preferências discriminatórias que vai caracterizar a evolução das relações da Comunidade Europeia com os países do Magrebe.

#### -Para a promoção do Desenvolvimento

Embora nos pareça implícito que os acordos de associação, na versão original do artigo, se destinavam preferencialmente a países com um grau de desenvolvimento diferente, a referência não é feita. A promoção do desenvolvimento é mencionada na declaração de intenção.

A introdução do objectivo da promoção do desenvolvimento nos acordos, dilata o espírito do artº 238, porque torna exigente o conteúdo da associação e desvirtua o sentido literal de reciprocidade, dado que o desenvolvimento não pode ser entendido nestas relações como uma obrigação recíproca.

As preocupações com o desenvolvimento, tidas como centrais na cooperação, ligaram a evolução das políticas e instrumentos de cooperação às ideias sobre o desenvolvimento expressas na literatura económica e nas crenças económicas do momento. Assim o liberalismo económico foi eleito com vencedor absoluto (Lorca e Castro 1992,p. 17). Advogou-se a ideia de uma correlação positiva entre o crescimento económico e o comércio internacional, pelo que a cooperação deveria traduzir-se essencialmente na abertura do mercado europeu aos países do Sul. As premissas básicas deste "paradigma liberal", assumem uma harmonia essencial entre as nações, tendo por base teórica as posições neoclássicas e as conclusões da escola de convergência sobre os efeitos positivos das uniões aduaneiras para os países situados na periferia. O paradigma foi desvirtuado pela ausência de reciprocidade e pelo desenvolvimento de uma política comercial discriminatória.

Apesar da ansiedade dos países do Magrebe, os instrumentos financeiros foram um recurso paralelo das relações, concebidos mais para viabilizar a realização dos acordos do que como uma verdadeira transferência em ordem ao desenvolvimento.

Ao centrar-se nos aspectos mercantis, a cooperação privilegiou um conceito de desenvolvimento monocêntrico, assente num modelo de difusão hierarquizado, caracterizado por cedências do centro à periferia. Para os mais críticos, tal como Amin (1988), este modelo foi responsável pelo euro-centrismo característico das primeiras fases da política mediterrânica.

O desenvolvimento de uma política coerente e concertada foi igualmente afectada pela bipolaridade da ordem mundial vigente: a cooperação internacional era dominada pela preocupação tanto de manter os países num ou noutro campo, como de assegurar o desenvolvimento

#### 1.2.4.3 Conteúdo

Em 1966, a Comissão propôs ao Conselho uma abordagem global para as negociações com os países do Magrebe. Como a proposta não teve apoio no Conselho, a Comissão decidiu explorar o único instrumento que dispunha : o comércio. Segundo Biroli (1980) os acordos foram confusamente denominados de "associação" já, que estritamente falando, não passaram de acordos comerciais.

Os três acordos discutidos paralelamente divergiram entre si, apenas nos produtos cobertos. Pelos acordos, as partes comprometeram-se a "manter e reforçar as suas relações amigáveis no respeito pela carta das Nações Unidas", "eliminar os obstáculos para o essencial das trocas" e "contribuir para o desenvolvimento das relações económicas internacionais".

O texto do acordo é dividido em dois capítulos: "Trocas comerciais" (cap.I) e "Disposições gerais e finais" (Cap. II), que evidencia o monopólio dos assuntos comerciais e a pouca importância de outras áreas de cooperação. A pobreza do seu conteúdo faz com que o seu maior mérito seja o facto de ter iniciado um processo de cooperação mais estreita.

Orientados para o estabelecimento de uma zona de comércio livre, os acordos de 69 asseguravam à Tunísia e a Marrocos o livre acesso ao mercado comunitário de quase todos os produtos manufacturados e um regime privilegiado para os produtos agrícolas. No plano agrícola, a posição é menos favorável do que aquela que beneficiavam no mercado francês Para os produtos não cobertos pelos acordos, a França continuou porém a manter o regime preferencial anterior.

A reciprocidade dos acordos com os países do Magrebe foi, desde o início, tímida e caracterizada pela desigualdade de concessões comerciais. A Tunísia garantiu tratamento preferencial a cerca de 40% das importações comunitárias. Marrocos fez concessões apenas a cerca de 10% das importações.<sup>222</sup>

As regras de origem foram fixadas, em protocolo anexo, conforme o artº 5 dos acordos. A Comunidade considera produto originário dos países os produtos totalmente obtidos no país e os produtos com "transformação significativa" de acordo com lista anexa (lista discriminatória do grau de transformação considerado significativo). Esta condição não se põe para produtos originários da Comunidade Europeia. Os critérios de origem de produtos da Comunidade Europeia na Tunísia e Marrocos seguem regras semelhantes.

Institucionalmente os acordos criaram a figura do “Conselho de Associação”, encarregue de gerir o acordo e velar pela sua boa execução (artº 10). O Conselho não possui personalidade jurídica, de acordo com a natureza da associação. É composto por membros do Conselho e da Comissão Europeia e por membros do Governo do país. A presidência é assegurada rotativamente por um membro do Conselho e por um membro do governo, que convoca o Conselho, pelo menos, uma vez por ano.

Os acordos realizados com Marrocos e com a Tunísia eram aplicados na Argélia.

### *1.2.5 Política Global*

#### 1.2.5.1 Razões para uma política comunitária

Desintegração do Mediterrâneo - O papel (descoordenado) da Comunidade Europeia no Mediterrâneo não tinha atingido os propósitos iniciais. O mosaico económico e cultural do Mediterrâneo ameaçava desintegrar-se e a expansão soviética fazia-se sentir na região. A intensificação dos conflitos regionais e a penetração externa aumentaram a perigosidade, sacrificaram as aspirações ao desenvolvimento económico e diminuíram a posição política da Comunidade Europeia na área.

Efeitos perversos da multiplicação dos acordos - A multiplicação correspondeu à diversidade dos acordos, seja na base legal, na reciprocidade exigida e/ou nos conteúdos. Esta diversidade favoreceu o aumento do “gap” de desenvolvimento entre os países mediterrânicos e teve efeitos negativos na pretendida criação da “esfera de influência”. A multiplicação de acordos comerciais bilaterais discriminatórios fizeram ainda elevar algumas vezes contra a ausência de preocupações da Comunidade Europeia para o impacto cumulativo que estes acordos podiam ter na credibilidade do sistema de comércio multilateral.

Erosão do sistema de preferências - A adesão da Comunidade Europeia aos propósitos do Sistema de Preferências Generalizadas do CNUCED, formalmente apresentada no Conselho de Ministros de Março de 1971, o futuro alargamento da Comunidade Europeia e o desmantelamento das tarifas nos encontros do GATT contribuíram para a erosão do tratamento preferencial concedido aos países do Mediterrâneo.

A adesão do Reino Unido abria o mercado comunitário aos 20 países do *commonwealth* elegíveis para o estatuto de associado e dificultava a entrada dos produtos no mercado britânico, país europeu mais generoso no tratamento dado ao comércio externo.

Em relação ao Sistema de Preferências Generalizadas, a sua aceitação traduzia-se na supressão, a partir de Julho de 1971, dos direitos aduaneiros sobre a importação de produtos manufacturados com origem em países do terceiro mundo, independentemente de estatuto de associado<sup>223</sup>. O fim da exigência da reciprocidade é mais formal do que prático, já que era praticamente nula nos países da Bacia. O efeito SPG, corrosivo das preferências, decorre do alargamento de privilégios comerciais a um grande número de países.

Pressão dos Estados Unidos da América - Os Estados Unidos da América, após a IIª Guerra Mundial, gozando de estatuto de líder do mundo ocidental,

defenderam incondicionalmente o comércio livre. O conceito "preferência" foi tema para longos e profundos estudos económicos que concluíam em geral dos seus malefícios para o bem estar mundial.

O tema deixou de ser tão aceso em meados de 50, quando, na prática, a "preferência" deixou de ser tabu para os EUA, ao animar a promoção da união política da Europa Ocidental e a formação da Comunidade Europeia e da EFTA.<sup>224</sup> Em sua defesa, os EUA, advogaram que a Comunidade proposta pela Europa correspondiam ao espírito e à lei do artº XXIV do GATT. Não conseguiram porém reunir argumentos para justificar o acordo do comércio livre de automóveis e acessórios nem o apoio, em oposição a outros membros do GATT, aos acordos da Comunidade Europeia com a Grécia e a Turquia. Os EUA vão balancear nestas contradições<sup>225</sup>.

A aceitação da discriminação do comércio comunitário não traduz a inversão na posição teórica de defesa do comércio livre. Os Estados Unidos apenas descobriram o outro lado da preferência: a sua eficácia estratégica.

O debate incendiou de novo os meios políticos dos EUA, em 68. Aquando dos graves problemas de Balança de Pagamentos, muitos políticos defenderam a necessidade de medidas proteccionistas, que se tornaram visíveis nas emendas no "Mills BILL" e nas pressões proteccionistas. O problema das preferências comunitárias foi considerado um apêndice ao problema geral das preferências. Os EUA manifestaram o desagrado pela multiplicação dos acordos preferências da Comunidade Europeia com terceiros, cujos efeitos práticos (económicos) nas exportações americanas eram irrelevantes, por afectarem negativamente o acordo do GATT.<sup>226</sup>

No início de 72, a máquina da Comunidade Europeia parecia caminhar muito lentamente nas questões básicas sobre as preferências tarifárias, enquanto a América produzia numerosos relatórios, com vista à preparação das negociações multilaterais que se esperavam ter início em 73. Os EUA desejavam que estas negociações/conversações acentuassem a liberalização do comércio mundial, pelo que os documentos aumentavam a pressão americana contra as práticas discriminatórias da Comunidade Europeia.

#### 1.2.5.2 As primeiras inquietações

Tornou-se necessário repensar o Mediterrâneo. Não se tratava apenas de compensar distorções do mercado, nem tão pouco garantir a esfera de influência, mas sobretudo lidar com a complexa matriz de segurança da região.

Era também necessária uma compensação interna. A inclinação para Norte dos interesses comunitários, pelo alargamento, implicava salvaguardar a manutenção do esforço a Sul, nomeadamente na área mediterrânica.

As primeiras reacções de indignação e críticas formais surgiram em 1971, das bancadas do Parlamento Europeu. O relatório Rossi<sup>227</sup> suscitou um importante debate que dividiu os parlamentares<sup>228</sup>. Algumas vozes acusaram a Comissão e o Conselho de Ministros pelo desempenho desordenado e meramente reactivo em relação ao Mediterrâneo. Em sua defesa, a Comissão alegou que a diversidade de acordos no Mediterrâneo correspondia à diversidade de situações políticase económicas dos países.

Na sequência do debate, o Parlamento Europeu solicitou à Comissão e ao Conselho a definição dos objectivos e instrumentos de uma política "global" para a região, até ao final de 1971. A proposta encontrou receptividade junto da Comissão, que apresentou, ainda nesse ano, um documento-balanço das relações. A Comissão reconheceu que "Os acordos concluídos com esses países representam apenas uma expressão insuficiente do interesse que a Europa demonstra pela região(...) A Comunidade ainda só forneceu uma contribuição limitada ao desenvolvimento económico desta parte do mundo" e "a estreita ligação dos interesses políticos e económicos, em presença, e a influência que a Europa pode exercer nesta região contribuem para que o desenvolvimento da Bacia mediterrânica seja colocada no prolongamento natural da integração europeia."<sup>229</sup>

Convergentes nestas conclusões, a Comissão e o Parlamento estabeleceram diálogo para encontrarem as orientações para a acção comunitária. As discussões centraram-se em torno da amplitude do conceito Global. As primeiras discussões foram confusas (Pomfret e Torem 1980). A principal dúvida era a inclusão de uma dimensão política e de segurança nos acordos. Quanto à dimensão económica estava clara: pretendia-se a criação de uma área de comércio livre<sup>230</sup> em toda a região.

#### 1.2.5.3 Plano da política Global

Em Setembro de 72, a Comissão apresentou o plano para o desenvolvimento de uma política global para a região. A proposta da Comunidade Europeia representa um esforço de harmonização das políticas dos EM's e de credibilidade face ao GATT e aos EUA<sup>231</sup>. A política comum foi justificada pela proximidade, consequentes laços históricos e partilha das mesmas características climatéricas, ecológicas e agrícolas, pelos interesses recíprocos da Comunidade e da região em matéria de fornecimento de energia e de oferta de trabalho e pelo papel que o Mediterrâneo pode representar como ponte para a relação com África.

Algumas considerações devem ser feitas a estas justificações que se perpetuaram no desenvolvimento da política. A primeira é que a ideia de vizinho pressupõe uma fronteira comunitária, inexistente no imaginário e nas práticas dos EM<sup>232</sup>. A segunda é que o argumento de aproximação a África tem pouca capacidade mobilizadora: a dimensão africana está pouco integrada na visão arabo-muçulmana do Magrebe (Arkoun 1994) e a relação da Europa com a África Subsariana é tradicionalmente atlântica.

A proposta da Comissão foi ampla nas propostas de cooperação. Para além do comércio, os acordos deveriam promover a cooperação em matéria de fluxo de capitais, financeira, ajuda técnica, tecnologia, emprego e ambiente. Em relação às trocas comerciais, a Comissão defendeu a reciprocidade, como forma de evitar a dependência, e a extensão das preferências aos produtos agrícolas. Em relação aos produtos manufacturados, o plano previa a liberalização até 1977.

Apesar do seu princípio global, o plano distinguia vários grupos de actores: (i) países não europeus que nunca poderiam ascender à categoria de membros, (ii) países com possibilidade de ascender a membros numa data futura sujeitos a determinadas condições, (iii) países que poderiam ser membros logo que os acordos existentes fossem postos em prática (caso da Turquia e da Grécia), pelo que foram excluídos da política global.

#### 1.2.5.4 A Conferência de Paris

Os poderes de Bruxelas continuavam limitados pelo que a nova posição face ao Mediterrâneo tinha que ser corolário de uma nova postura dos Estados Membros e de Bruxelas face às relações da Comunidade Europeia com o exterior.

A Comissão lançou várias propostas sobre a cooperação<sup>233</sup> que suscitaram um debate cujo ponto alto foi a Conferência de Paris, em Outubro de 1972, onde os países decidiram "adoptar progressivamente uma política de cooperação à escala mundial." A conferência celebrou-se sob o signo do alargamento mas e apesar disso, encerrou um período de forte euro-centrismo, em que as preocupações comunitárias estavam dominadas por questões internas, e abriu a Comunidade Europeia ao mundo. A declaração final expressou a vontade da Comunidade Europeia continuar fiel às alianças antigas<sup>234</sup>. Em relação ao Mediterrâneo, os Estados Membros salientaram a importância de concluir acordos que se enquadrassem numa abordagem global e equilibrada para a região. Neste contexto, nasceu formalmente um novo olhar para o Mediterrâneo traduzido na nova política para a região: "Política Global para o Mediterrâneo".

#### 1.2.5.5 Características da nova política

Uma das críticas mais comum ao papel desenvolvido na região considerava os limites da política de preferências em face da complexidade e da diversidade de interdependências no Mediterrâneo. Apesar de reconhecer a crítica, a Comissão não introduziu alterações significativas na sua proposta: as concessões tarifárias continuaram a ser o instrumento de cooperação por excelência.

A discussão do plano pelo Conselho, em Novembro de 72, confirmou no geral as orientações da Comissão. Foi aprovada a liberalização do comércio de produtos industriais e de mais de 80% das exportações agrícolas. Em contrapartida, apenas alguns dos países beneficiariam da cooperação financeira.

A questão mais polémica foi a reciprocidade das preferências. A França, partilhou a posição da Comissão enquanto que o Reino Unido, secundado pela Dinamarca (convidados a participar na discussão), defendeu a distinção entre países com potencial para se tornarem Membros (Espanha, Grécia, Malta, Chipre, Turquia e Portugal) e os outros que com menor grau de desenvolvimento não deveriam garantir a reciprocidade das preferências da Comunidade Europeia

No Conselho de Ministros, em Março 73, os apoiantes da posição da Comissão ficaram em desvantagem, com a Alemanha e a Holanda a juntarem-se aos que defendiam a exclusão da reciprocidade. O consenso foi conseguido com uma política que teve em conta o nível de desenvolvimento do parceiro. Substituiu-se uma solução global, pela análise caso a caso.

No essencial, os princípios da abordagem global da política saídos do Conselho correspondiam: à harmonização da política externa dos Estados Membros em relação aos países mediterrânicos, ao progressivo estabelecimento de área de comércio livre para os produtos industriais, à definição de uma política comum nas relações com países terceiros produtores de petróleo, refinadores ou exportadores, à revisão periódica das concessões no sector agrícola.

#### 1.2.5.6 Desenvolvimento da política

As negociações paralelas com os países do Mediterrâneo, para a concretização de novos acordos, iniciaram-se em 1973. A situação internacional não era favorável o ano de 1973 marcou o início de uma crise caracterizada pelo aumento galopante da inflação, do desemprego e da perda da competitividade europeia. Com a crise ressurgiram as tendências proteccionistas das economias, visíveis no desenvolvimento da PAC e no aumento da realização de acordos voluntários de restrições à exportação.

Os países mediterrânicos, preocupados com a erosão das preferências e com o aumento do proteccionismo, recusaram negociar protocolos adicionais que considerassem apenas aspectos técnicos. Esta recusa, liderada por Espanha e Israel, trouxe um clima difícil à negociação dos protocolos adicionais, que acabaram por se realizar com o compromisso de serem revistos.

A revisão, tendo já em vista a implementação dos novos princípios da política comunitária, começou em Julho de 1973. Nesta data, a Comissão iniciou as conversações com Espanha, Israel e igualmente com Marrocos e Tunísia. A data prevista para o *terminus* era 31 de Dezembro do referido ano.

A perspectiva optimista da Comunidade Europeia esbarrou com a dificuldade de conciliar os interesses dos países terceiros e os interesses nacionais dos Estados Membros. A proposta feita pela Comunidade nos primeiros encontros foi alvo de críticas por parte de todos os países terceiros. Estes mostraram a sua insatisfação quanto ao grau de abertura concedida aos produtos agrícolas, ao tratamento oferecido aos emigrantes residentes no espaço comunitário, à pouca relevância dada à "cooperação". Espanha e Israel recusaram ainda a proposta comunitária relativa ao período para desmantelamento das tarifas dos produtos industriais. A segunda ronda de negociações realizou-se em Outubro de 73. A Comissão apresentou a proposta revista, com concessões mais generosas para os produtos agrícolas e melhoria do tratamento para os produtos petrolíferos do Magrebe. Apesar de maior abertura, a proposta foi igualmente rejeitada e os acordos não se realizaram.

As pressões aumentavam com o Magrebe devido à sensibilidade do diálogo Euro-Árabe. Marrocos aproveitou para realçar a sua dimensão árabe fazendo notar a possibilidade do diálogo falhar, caso uma solução rápida não fosse encontrada para as relações da Comunidade Europeia com a região. Para evitar mais pressões, e não inviabilizar a participação na política mediterrânica dos países directamente envolvidos ou apoiantes do embargo, a Comissão indicou claramente, em Abril de 1973, que a política energética deveria manter-se separada da política mediterrânica. Decisão que, na prática, era difícil de sustentar.

Apesar das dificuldades, o Conselho não abandonou os seus propósitos, e em Julho de 1974, concordou com a forma de implementar a política global em seis países: Espanha, Israel, Tunísia, Argélia, Marrocos e Malta e mandou a Comissão para recomeçar as negociações. Uma segunda ronda de conversações foi realizada com o Egipto, o Líbano, a Síria e a Jordânia.

O início das negociações foi abalado com a alteração da situação política da Grécia, Portugal e Espanha em 1974 e 1975. Os novos regimes democráticos destes países manifestaram a intenção de se aproximarem da Comunidade Europeia. A

Grécia pediu a adesão em 1975, seguida por Portugal e Espanha em 1977. As preocupações da Comunidade Europeia com a Bacia ganharam, assim, contornos europeus.

A concretização da política só começou a tomar forma na segunda metade de 1975. O primeiro acordo de comércio foi conseguido em Maio desse ano com Israel, três anos depois da política mediterrânica ter sido aprovada. Em Dezembro de 1975 um novo passo foi dado com um novo acordo de associação com Malta, alargado à cooperação financeira.

Os desenvolvimentos mais importantes da política começaram apenas em 1976 com a assinatura dos acordos de cooperação com os países do Magrebe. Em Janeiro de 1977, foram finalizados os acordos com o Egipto, a Jordânia e a Síria. Quatro meses depois realizou-se o acordo com o Líbano. O acordo de cooperação com a Jugoslávia, em Abril de 1980, fechou este ciclo de acordos de cooperação.

#### 1.2.5.7 Taxinomia dos acordos

Os vários acordos podem ser caracterizados, seguindo a taxinomia proposta por Pomfret e Toren (1980 p.10), pela extensão com que incluem os seguintes aspectos:

1(a) Aspectos institucionais

1(b) Assistência financeira e técnica

2(a) Preferências directas

(i) nos produtos industriais

(ii) nos produtos agrícolas

2(b) Reciprocidade das preferências

(i) nos produtos industriais

(ii) nos produtos agrícolas

Os aspectos institucionais foram mais importantes para os acordos que previam a ascensão a membro. Para os países com menor grau de desenvolvimento, os aspectos 1(b)i e 2(a) ii eram os mais importantes. Devido às dificuldades das negociações em produtos agrícolas e às propostas comunitárias de apoio financeiro e tecnológico ficarem aquém das expectativas dos países, as negociações foram particularmente difíceis .

A abertura do mercado comunitário aos produtos manufacturados, centro da política global, apresentada como o progresso possível para a criação de uma zona de comércio livre, beneficiava principalmente os países desenvolvidos da Bacia. Estes defendiam também com interesse as preferências em produtos agrícolas dado o peso que, para a maioria, a agricultura continuava a ter na economia.

Os países, excluindo Israel, asseguraram apenas o tratamento dado à Nação Mais Favorecida à Comunidade Europeia. Israel garantiu a reciprocidade às preferências concedidas pela Comunidade.



#### 1.2.5.8 Posição dos países membros e dos EUA

O atraso na implementação da política global foi em grande parte devido à dificuldade encontrada em conciliar as posições de "abordagem orientada para o consumidor" defendidas sobretudo pela Inglaterra e a "abordagem orientada para o produtor" defendida pela França e a Itália.<sup>235</sup> As várias sensibilidades dos países mostraram as dificuldades de convergência em matéria de política externa. Sinteticamente a posição dos membros individuais foi a seguinte:

França - Defendeu a abordagem global, mas o seu apoio à política mediterrânica foi sobretudo tático. Por razões históricas e geográficas a França estava muito ligada ao Mediterrâneo. A França alimentava o "mito do Mediterrâneo", um misto de saudades, de responsabilidade e de interesse económico-político. A Comunidade Europeia representou o meio de reaparecer politicamente na região Sul, depois do fim difícil da sua gestão colonial. Esperava que as suas relações especiais com o lado de lá lhe concedessem uma margem de crédito no rumo da política externa da Comunidade Europeia<sup>236</sup>.

Do ponto de vista comercial, as exportações francesas para a região estavam muito concentradas no mercado magrebino e no espanhol. A política comercial do Magrebe, que procurava a diversificação das suas relações e em especial a libertação do monopólio francês, estava a diminuir a presença francesa no mercado. Em particular, os franceses defendiam a concretização de um acordo de comércio livre com a Espanha, à semelhança do realizado com Portugal. Os maiores receios de França foram os custos das concessões previstas no vinho, frutas e vegetais.

A França preferiria que a componente política estivesse consagrada nos acordos. A sua tese não saiu vitoriosa, o que demonstra a perda de protagonismo da França nas orientações mediterrânicas da Comunidade Europeia.

Itália - Era o país europeu com maiores relações comerciais com a região, a que ele próprio pertence geograficamente. A posição da Itália é a mais interessante e complexa (Biroli 1980). O plano da política mediterrânica não se afastava muito da sua anterior proposta (Memorandum Moro) e a política mediterrânica representava a oportunidade da Itália se deslocar da periferia da Comunidade Europeia para o centro de uma vasta área. No entanto, o conteúdo dos acordos dividiu-a: o industrializado Norte ficou satisfeito, enquanto no Sul, predominantemente agrícola, a política provocou constrangimentos.

Dividida no interesse económico, a Itália apoiou a nova política essencialmente por preocupações políticas e de segurança, mas exigiu compensações para os sectores afectados pelas concessões. Em Abril de 1975 recusou aceitar as concessões para os produtos agrícolas do Magrebe a não ser que a Comunidade Europeia compensasse os seus agricultores do Sul. Em relação à emigração, a Itália apoiou a inclusão de aspectos de migrações nos acordos, mas com a condição dos privilégios dos trabalhadores comunitários ficar claramente estabelecido.

Tal como a França, a Itália gostaria que a política global tivesse orientações políticas.

Benelux - Apesar da distância, as trocas comerciais com estes países tinham crescido nos últimos anos. A industrialização dos países do Mediterrâneo e a eficiência destes países no comércio internacional justificam este crescimento. Ficaram satisfeitos com o ganho para o consumidor que os acordos proporcionariam, como resultado do mais baixo custo dos produtos agrícolas. A aceitação do

tratamento regional preferencial resultou do facto político de não se ter excluído Israel das relações com a Comunidade Europeia

Reino Unido - O mercado Mediterrâneo era importante para o Reino Unido. As suas exportações estavam, no entanto, muito concentrados em Espanha, Portugal e Líbia. Os outros países não representavam mais do que mercados secundários. Devido à repartição das suas trocas comerciais o Reino Unido não considerava necessária uma política global. Além do mais o Mediterrâneo não era uma prioridade para o Reino Unido pelo que não justificava a necessidade de dispêndio de recursos financeiros.

Alemanha e Dinamarca - Apoiaram a política mediterrânica mas sem grande entusiasmo. Defendiam uma abordagem mundial da cooperação em vez duma abordagem regional. Os pontos fortes da política consistiam em amenizar as relações com os EUA e o diálogo Euro-Árabe.

Quando a política global foi publicada, no final de 73, a resposta americana já estava preparada. Os EUA não contestavam que a Comunidade Europeia decidisse favorecer alguns países em vez de outros. Alguns deles recebiam também ajuda dos EUA, pelo que a partilha era bem vinda, e a sua oposição dizia respeito à ânsia comunitária de criação de uma esfera de influência.

Perante o facto de que a Comunidade Europeia levaria adiante o seu projecto, os Estados Unidos focaram o seu ataque em características mais objectivas: a questão da reciprocidade das preferências. A crítica da administração americana distinguiu os acordos com o Norte do Mediterrâneo e a política envolvendo os países da margem Sul. Os acordos com a Espanha, Grécia, Portugal, Turquia e Israel foram apoiados por se entender que poderiam contribuir em favor da integração da Comunidade. A política para o Sul foi rejeitada com o argumento de que a associação com países africanos não era necessária para o reforço da integração comunitária. Mais uma vez a América avaliou de acordo com os seus interesses estratégicos: apoio à integração europeia para assegurar a sua presença militar na região. A parte Sul do Mediterrâneo era considerado no mapa de estratégia americana como terceiro mundo, a merecer, portanto, outras considerações.

### *1.2.6 Os acordos com o Magrebe*

#### *1.2.6.1 Objectivos dos acordos*

As relações com a região ficaram marcadas pelo trauma histórico da Comunidade com a crise petrolífera de 73 quando, face ao mundo árabe, a Comunidade Europeia mostrou a sua vulnerabilidade económica e a sua debilidade diplomática. A dependência petrolífera da Comunidade Europeia conferiu novas dimensões às relações com a região: a dimensão árabe e a dimensão económica.

Neste contexto, a Comunidade procurou enquadrar os acordos com o Magrebe no quadro do diálogo Norte-Sul e no reforço do diálogo Euro-Árabe em curso, como testemunham as palavras de Claude Cheysson, em Rabat: "A Europa inicia, consequentemente convosco e com os vossos vizinhos do Magrebe, e amanhã com o vossos irmãos do Maxerreque, um diálogo, uma cooperação integrada. Age do mesmo modo com toda a África negra através do acordo de Lomé.. do vosso lado a vontade de realizar a unidade árabe está afirmada...Se recuarmos, vemos aparecer um quadro singular interessante em que cada um dos três conjuntos: a África, o mundo árabe e a Europa, se obstina a desenvolver a sua coesão, a afirmar a sua

vontade de independência e a rejeitar intervenções externas e cada um desses conjuntos decide, resolutamente, apoiar-se nos dois outros e apoiá-los.”<sup>237</sup>

Os acordos foram assinados em 25, 26 e 27 de Abril e entraram em vigor em 1 de Novembro de 78. As negociações foram difíceis e lentas, devido às divergências no dossier agrícola.

A negociação paralela resultou em três acordos globalmente semelhantes. De acordo com o artº 1º, as partes propunham-se promover uma “cooperação global” com vista a contribuir para o “desenvolvimento económico e social” dos países do Magrebe. Os acordos salientaram, no entanto, o carácter complementar da cooperação e de benefício mútuo dos dois países (artº 2).

A criação da zona de comércio livre industrial é o aspecto económico mais relevante dos acordos. Embora a liberdade dos produtos industriais não correspondesse aos maiores interesses dos países do Magrebe (particularmente Marrocos e a Tunísia), limitados na sua industrialização (ver capítulo I), representava um potencial a valorizar. A cooperação financeira e técnica e o carácter temporal ilimitado dos acordos favoreciam a eficácia das concessões em produtos industriais. Aliás, em nosso entender, a dimensão intemporal dos acordos é um dos elementos mais importantes, em relação ao anterior. “Esta abertura ao futuro é, nas palavras da Comissão (1982, p. 3)<sup>238</sup>, o primeiro factor de uma cooperação dinâmica”

Os aspectos institucionais ficaram favorecidos. Os poderes do Conselho ficaram reforçados e criaram - se comités especializados.

## 1.2.6.2 Conteúdos dos acordos

### 1.2.6.2.1 Regime de trocas

Os aspectos relacionados com o regime de trocas continuaram a cobrir a parte mais substancial dos acordos. Os acordos previam a livre circulação de produtos manufacturados, com excepção para os produtos cobertos pela PAC e com restrições no acesso aos produtos têxteis e aos produtos de couro e petrolíferos (cujo acesso tornou livre em 79). Esta abertura cobria a parte mais substancial das exportações magrebina para a Europa<sup>239</sup>.

A negociação agrícola foi particularmente difícil, pese embora o valor marginal do Magrebe no total das importações agrícolas da Comunidade Europeia<sup>240</sup>, devido aos interesses dos países mediterrânicos europeus. Os produtos mais sensíveis das negociações foram o vinho (Argélia, Marrocos e Tunísia), azeite (especialmente a Tunísia), citrinos (Marrocos e Argélia), frutas e legumes frescos (em especial tomates de Marrocos), as conservas de sardinha (Marrocos e Tunísia), concentrado de tomate (Marrocos e Argélia), saladas de frutas (Argélia, Marrocos e Tunísia), farelos e derivados (Argélia, Marrocos e Tunísia). As concessões agrícolas acordadas corresponderam a um regime privilegiado, em relação aos outros acordos mediterrânicos. As concessões tarifárias variaram entre 20% a 100%, e cobriam 80%-90% das exportações agrícolas.

O acordo remete para o acordo do GATT as medidas *anti-dumping* e anti subvenções

#### 1.2.6.2.2 Meios financeiros

Na cooperação financeira os acordos objectivaram uma melhor adequação dos meios aos objectivos, embora os primeiros ficassem sempre aquém dos últimos. Os 2º Protocolos financeiros previstos nos acordos tiveram a duração de 5 anos e foram renovados para o período de 1981-86. Os valores dos Protocolos foram de 330 milhões de ecus (1º Protocolo) e 389 milhões de ecus (2º Protocolo), repartidos entre empréstimos do BEI e acções financiadas pelo orçamento comunitário.

#### 1.2.6.2.3 Cooperação económica, técnica e social

Os acordos exprimiram o desejo de promover o desenvolvimento de infraestruturas e a cooperação industrial. A cooperação industrial deveria favorecer o encorajamento dos investimentos privados, a cooperação no domínio científico e tecnológico, o apoio à comercialização e vendas e, sectorialmente, o apoio às pescas (Marrocos e Tunísia) e cooperação no domínio da energia (Argélia e Tunísia).

O acordo deu acento particular à cooperação no domínio da integração regional.

Um dos aspectos mais importantes dos acordos de 1976 foi a inclusão de cláusulas relacionadas com as questões sociais dos trabalhadores magrebinos na Comunidade Europeia.

#### 1.2.7 Política mediterrânica da Comunidade alargada

As relações de Portugal com a Comunidade Europeia datavam de 1972, inscritas na relações da Comunidade com a EFTA. Após a aceitação do pedido de adesão, o período de transição de Portugal foi preparado no quadro institucional e com os instrumentos disponíveis pela política mediterrânica. As características mediterrânicas de Portugal são exaltadas, pela semelhança com as dificuldades estruturais económicas e sociais da região. As relações com Espanha regiam-se segundo o acordo de comércio já referido.

As "conversações exploratórias" com os países candidatos, decorreram no período de 1983-1984, tendo a adesão sido formalizada em 1985. A entrada dos países do Sul do Mediterrâneo reforçou a vocação mediterrânica da Comunidade Europeia, mas também, em larga medida, a europeização<sup>241</sup> do Mediterrâneo. Os alargamentos não se inscreveram no quadro de um verdadeiro desenho mediterrânico que traduzisse uma nova política mais audaciosa e coerente (Malki 1989).

Desde o início das conversações era evidente que a adesão dos países ibéricos representava uma alteração sensível no equilíbrio do Mediterrâneo (Drevet, 1986, Taylor 1993), com repercussões na estabilidade económica, política e social da região (Galluzzi 1988).

O projecto político da Comunidade Europeia para a Bacia do Mediterrâneo não foi posto em causa pelos novos membros. Portugal salientou "o verdadeiro interesse da manutenção e aprofundamento de uma política mediterrânica coerente" e para Espanha "a estabilidade desta zona constitui um elemento central da política externa espanhola e que essa estabilidade está estritamente ligada à estabilidade económica..."<sup>242</sup> As mesmas afinidades não são conseguidas no projecto económico apesar de ser um elemento central da estabilidade política.

O confronto de interesses foi maior nas áreas mais frágeis do Sul, nas quais os acordos com a Comunidade Europeia eram tradicionalmente mais difíceis: a agricultura, os sectores sensíveis (têxtil e calçado), a livre circulação de trabalhadores portugueses e espanhóis, a diminuição dos recursos financeiros disponíveis e, por último, o desvio do investimento para a periferia Sul da Europa.

As maiores perturbações do alargamento decorrem da adesão de Espanha, conforme indicam os índices de similaridade das importações primárias (Quadro 2). A adesão da Espanha representa, por exemplo, para a agricultura, um aumento de 27% das terras cultivadas, 8% das terras irrigadas, um acréscimo de 28% na população agrícola e 30% no número das explorações agrícolas.

Quadro 2 - Similaridade das importações primárias dos três novos países da Comunidade Europeia e os países do Magrebe

	Grécia	Portugal	Espanha	Três
Marrocos	43.9	22.5	55.7	55.4
Tunísia	30.6	16.8	36.9	37.7
Argélia	37.6	24.0	54.1	55.1
Média MED	31.3	11.2	38.8	36.2

Fonte: Pomfret 1981.

(O índice varia entre 0 e 100 e foi construído com estatísticas desagregadas até 3 dígitos, de SICT 1,2 e 4).

As adesões provocaram a divisão na política comunitária para o Mediterrâneo: separou-se a política para países terceiros mediterrânicos da política regional de apoio à convergência dos países europeus da região (Programas Integrados para o Mediterrâneo).

Estes factores tornaram imperiosa a (re)negociação dos acordos com os Países Terceiros Mediterrânicos (PTM's), o que representou um novo impulso na política da região (Galluzzi 1988).

Na declaração de 30 de Maio de 85, o Conselho propôs que "A política mediterrânica da Comunidade alargada deverá possuir um carácter evolutivo e permitir alcançar no plano do desenvolvimento económico, resultados importantes e estáveis a médio prazo. Numa óptica global e de longo prazo, a Comunidade Europeia empenhar-se-á em manter com os parceiros mediterrânicos uma cooperação financeira e técnica com vista a contribuir de modo adequado para o desenvolvimento económico e social desses países."<sup>243</sup>

Os protocolos adicionais foram negociados com base num conjunto de princípios acordados entre as partes envolvidas: vantagens comerciais mantidas, ajuda mais adaptada e ligeiramente aumentada, novas cooperações regionais e/ou multilaterais, estruturas de diálogo político menos formais. De acordo com o princípio das vantagens comerciais mantidas<sup>244</sup>, foram assumidas duas orientações a aplicar nos acordos: os direitos aduaneiros seriam eliminados progressivamente, paralelamente às medidas equivalentes aplicáveis a Portugal e Espanha<sup>245</sup>; previam-se disposições específicas para determinados produtos tendo em conta, simultaneamente, as estratégias dos países terceiros e as especificidades da PAC.

A prioridade dos novos protocolos financeiros foi a promoção da cooperação, procurando uma melhor adequação da ajuda aumentada, com o objectivo de reforçar a complementaridade e o equilíbrio da balança comercial, diminuir a dependência alimentar, favorecer o desenvolvimento da cooperação industrial e tecnológica e contribuir para o reforço da cooperação regional e multilateral. O aspecto mais significativo foi a introdução de capitais de risco como forma de estimular o investimento e desenvolver uma estratégia de complementaridade. Uma nova rubrica orçamental (acções a favor de uma abordagem da cooperação regional e sub-regional no Mediterrâneo) foi incluída no orçamento comunitário com vista a apoiar os esforços tendentes a cooperação mais estreitas no Mediterrâneo, na perspectiva de um espaço económico comum.

Baseados exclusivamente na leitura simples das estatísticas referentes ao comércio, não é possível confirmar o impacto negativo do alargamento para os países do Magrebe<sup>246</sup>. Para Yannopoulos (1988) apesar da manutenção em volume das exportações (garantidas pelos acordos), o alargamento da Comunidade Europeia teve efeitos perversos no acesso dos produtos magrebinos<sup>247</sup>. A coincidência da adesão com a descida do preço das matérias primas, em especial o petróleo, dificultou ainda mais as posições dos países do Magrebe.

Em resposta à situação criada, vários países do Mediterrâneo (Chipre, Malta, Marrocos e Turquia) solicitaram a adesão à Comunidade Europeia (Aliboni 1992).

## *1.2.8 Política Mediterrânica renovada*

### 1.2.8.1 O interesse renovado pelo Mediterrâneo

Uma vez terminados os ajustamentos provocados pela adesão, a discussão centrou-se na avaliação crítica dos seus resultados e dos seus limites face aos novos desafios. A discussão foi ambígua e dispersa pela falta de critérios que permitissem ajuizar da eficácia e eficiência da política. O debate incidiu particularmente em torno de três aspectos: a globalidade, o agravamento da situação económica e social dos países do Sul e a nova arquitectura da Europa.

#### *1.2.8.1.1 Globalidade*

A globalidade revelou-se sempre o ponto crítico da reflexão sobre a política. O conceito nunca chegou a ter uma tradução efectiva, e foi sempre, apesar de apontado como central, ambíguo e vago. O conceito de globalidade remete:

- para a totalidade dos países da região;
- para a totalidade das variáveis que deveriam ser tidas em conta pela cooperação, por forma a contribuir para o desenvolvimento.

Do ponto de vista geográfico, o propósito de globalidade implicitamente assume o reconhecimento da região mediterrânica como uma entidade. A discussão da sua viabilidade e da sua amplitude envolve a discussão sobre a unidade e a diversidade do Mediterrâneo. A "unidade original", de Braudel permanece mais lírica que real. Ela afigura-se difícil no plano geográfico, humano<sup>248</sup>, económico, político e estratégico.<sup>249</sup> Uma abordagem pragmática (*à la carte*) representa o risco, pelo menos teórico, de serem desvalorizados os problemas comuns e dificulta a sinergia das soluções. Uma abordagem muito sistemática falharia, poderia esquecer, as

diferenças e os conflitos entre os países do Mediterrâneo. (Tovias 1977, Jósephidés 1992).

Segundo Tovias, a Comunidade Europeia não optou por uma abordagem global mas antes por uma abordagem comum a vários grupos de países: acordos não preferenciais (ex-Jugoslávia); acordos preferenciais (Israel); acordos cooperação (Magrebe e Maxerreque); associação com vista à adesão (Grécia e Turquia). Se compararmos a agregação proposta por Tovias com a agregação implícita nos acordos anteriores, podemos facilmente concluir que a política não trouxe nada de novo ao agrupamento de interesses da Comunidade Europeia face à região. Para Pomfret (1986 p. 23) esta tipologia, "distrai a atenção para as características comuns dos acordos, excepto o da Jugoslávia."

Associando o conceito de globalidade à amplitude dos conteúdos dos acordos, Tsoukalis(1991) considera que a política proposta em Paris foi erradamente denominada, porque longe de ser global ela se reserva unicamente a aspectos de "comércio e ajuda". A falta de globalidade ficou também evidente na intensificação das políticas nacionais, com um crescente interesse da Europa mediterrânica pela área, de forma dispar e, por ventura, contrárias aos princípios expressos na política global.

O memorando da Comissão "Desenvolvimento de uma abordagem global do comércio em preparação das próximas negociações multilaterais do GATT", em Abril de 73, parecia querer dar uma orientação global à política comercial, onde se enquadraria a política global para o Mediterrâneo. No entanto, o Conselho de Ministros modificou-o nos seus aspectos mais liberais e não apresentou uma verdadeira estratégia para as relações comerciais, essencialmente porque prestou pouca atenção à estrutura de preferências comerciais da Comunidade Europeia.

#### *1.2.8.1.2 Situação dos países do Mediterrâneo*

Este debate vai constituir um importante momento de reflexão sobre a posição da Comunidade Europeia no mundo. A segunda metade da década de 80 foi contraditória em termos de crescimento mundial. As experiências de ajustamento estrutural, patrocinadas pelo FMI, tiveram respostas diferentes nos países em desenvolvimento. Em consequência, aumentaram as disparidades entre os países. As respostas mais eficientes da cooperação para o desenvolvimento deram-se ao nível dos indicadores sociais, sendo os méritos essencialmente para a acção de organizações não governamentais.

Os movimentos de integração, universalismo, globalização, forçaram a regionalização e reivindicação das identidades e geraram novas interdependências mas igualmente novas rupturas na relação Norte-Sul. A cooperação vai estar no centro destes processos contraditórios. A perspectiva da criação do mercado único<sup>250</sup> e o desvio do apoio europeu para o Leste, tendiam a agravar estes cenários, aumentavam as preocupações dos PTM's e a pressão para a renovação do interesse europeu pelo Mediterrâneo. O Mediterrâneo sintetiza essas experiências que se traduzem na marginalização, mas também na busca de novos modelos de cooperação. A cooperação vai ser um factor de integração entre as margens e ao mesmo tempo de compensação.

### 1.2.8.1.3 A nova Europa

O final da década de 80, na Europa, foi marcado por dois movimentos contraditórios: o reforço da integração da Comunidade Europeia e a desintegração do bloco de Leste. Em termos de cooperação, a alteração da arquitectura do continente significou um maior esforço da Comunidade Europeia para a região Oriental da Europa, em prejuízo das restantes áreas tradicionais de cooperação. O factor "Leste" perturba os equilíbrios da U.E, internamente, em favor da Alemanha (e dos países da Europa central) e, externamente, contra os países do Mediterrâneo e ACP.

Ao nível institucional, o Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht), consagrou 30 anos de política de cooperação da Comunidade Europeia, inserindo-a nas políticas comunitárias, no Título XVII. O artº 130º-U<sup>251</sup> refere o carácter complementar da política e amplos domínios de acção.

Atendendo ao disposto no Tratado de Maastricht, em matéria de cooperação e à perspectiva de União Política, a Comissão estabeleceu as principais orientações da política de cooperação da Comunidade Europeia<sup>252</sup>, reforçando a comunitarização da política em respeito pelo princípio da subsidiariedade, e a necessária ponderação geográfica em face da diversidade das situações dos países em desenvolvimento. O Mediterrâneo é considerado uma área geográfica específica, cujos problemas políticos, ambientais e sociais são dominantes. O Magrebe não é referido em particular.

### 1.2.8.2 A renovada política

A nível institucional os primeiros passos foram dados em Abril de 1989, com a "Conference for Comprehensive Cooperation in Mediterranean" promovida pelo Parlamento Europeu.

Em Julho de 1989, o Comité Económico e Social apresentou um relatório muito crítico sobre os caminhos da política mediterrânica. Em sequência, a Comissão, apresentou ao Conselho, em Novembro de 1989, um documento intitulado "Para uma Política Mediterrânica Renovada"<sup>253</sup> em que reitera várias críticas do Comité e propõe a renovação da política.

Na proposta, a Comissão identificou várias prioridades de acção: o acompanhamento do processo de (re)equilíbrio económico; a promoção do investimento; o aumento dos financiamentos bilaterais e comunitários; a manutenção ou melhoria do acesso ao mercado comunitário; a maior participação na evolução da Comunidade Europeia para o mercado único; e, finalmente, a intensificação do diálogo económico e político.

O Comité Económico e Social, num documento posterior<sup>254</sup>, felicitou o reconhecimento da necessidade da nova política, mas criticou a Comissão pela falta de propostas de alteração de fundo onde se enquadrassem os seis campos de acção propostos e insistiu na necessidade de actualizar o carácter global da política e promover uma "política de proximidade". A política deveria favorecer a posição competitiva global da Comunidade Europeia em relação aos EUA e ao Japão.

A 1 de Junho de 1990, a Comissão enviou ao Conselho a versão final da nova política num relatório intitulado: "Rumo a uma Política Mediterrânica Renovada-



propostas para 1992-1996"<sup>255</sup> Em consonância com as propostas da Comissão, o Conselho de Ministros aprovou em 18 de Dezembro 1990, durante a presidência italiana, aumentar o pacote de medidas para o Mediterrâneo. As resoluções do Conselho desdobram-se em três vertentes:

-Renovação dos acordos financeiros bilaterais para o período de 1991 a 1996 com cada um dos países do Magrebe, Maxerreque e com Israel;

-criação de uma vertente de cooperação financeira horizontal extra-protocolos financeiros, destinada a financiar projectos de investimento de âmbito regional e de interesse comunitário;

-melhoria dos termos de troca comerciais e aplicação de um regime de franquias pautais a partir de 1 Janeiro de 1993 (em vez de 1996) para os produtos do Magrebe e Maxerreque. Esta vertente inclui ainda uma ajuda comunitária no valor de 300 milhões de ecus destinados a apoiar as reformas económicas.

A política mediterrânica saída do Conselho foi, no entanto, menos efectiva do que a proposta da Comissão (Amoroso et al 1993). Esta continuou fiel à abordagem clássica de cooperação económica bilateral (comercial e ajuda ao desenvolvimento), ignorando algumas das mais importantes propostas do Comissão, tais como o estabelecimento de um diálogo permanente entre a Comunidade Europeia e os PTM's e o problema da dívida externa dos países.

Os observadores vacilaram entre a desconfiança e a expectativa em relação à nova orientação. Enquanto Joséphidès(1992), Aliboni(1990)<sup>256</sup>, salientam sobretudo as suas insuficiências, Vergès(1992), Renault(1992), Gizard(1992) salientam o esforço quantitativo e/ou qualitativo que representa. A utilização do termo renovar, parece indicar que o projecto anterior não se tinha esgotado e que não se pretendiam alterações de substância ao rumo da política.

### 1.2.8.3 O co-desenvolvimento

Em nosso entender, o maior contributo das propostas para a renovação da política mediterrânica são a introdução de novos conceitos na relação: o co-desenvolvimento e a parceria. Pela riqueza dos seus conteúdos estes conceitos correspondem à proposta de um novo modelo de cooperação.

Sem dúvida, o aparecimento de um novo termo revela um cansaço em relação à cooperação tradicional, mas traduz também a voz dos defensores da necessidade de uma nova dinâmica de cooperação para promover o desenvolvimento que ultrapasse a tirania do curto prazo imposta pela teoria económica da década de 30 (Lorca e Castro 1992). Fundamentalmente o conceito de co-desenvolvimento difere de cooperação porque enfatiza a necessidade de novos modelos de integração e desenvolvimento, em resposta ao tempo de pessimismo das relações no final da década de 80.

O conceito não se define com precisão. Ele apareceu, no final dos anos 70, no discurso dos socialistas franceses sobre o terceiro mundo e exprime, "o desejo de dar uma tradução concreta, imediata e permanente à solidariedade da França com certos países africanos, com os quais ela tem relações preferenciais, combinando a necessidade de ajustamentos estruturais numa nova ordem económica internacional"

(Cot 1984, p 69). Jean Pierre Cot refere ainda que "se a expressão deve conservar um sentido, ela deve apoiar-se sobre uma verdadeira co-planificação dos esforços económicos. Ela implica uma maturidade de transacções, uma regularidade de relações e uma vontade de parte a parte de afirmar a natureza privilegiada da relação e disso tirar consequências."

Claude Cheysson, enquanto Comissário da Comunidade Europeia, retomou o conceito para o tornar um dos eixos centrais da política mediterrânica, mas sem sucesso: a política comunitária continuou fiel à sua visão tradicional, orientada para a sensibilidade comercial, que não ultrapassava o curto prazo.

O conceito apareceu, de novo, nos documentos preparatórios da política mediterrânica renovada do Comité Económico e Social. Embora a Comissão recorra a outro conceito, a parceria, no essencial as duas perspectivas coincidem, distinguindo-se pela maior amplitude do co-desenvolvimento e o maior pragmatismo sugerido pelo termo parceria<sup>257</sup>.

O Comité Económico e Social definiu a política de co-desenvolvimento para o Mediterrâneo do seguinte modo:

"A ideia subjacente a esta política é a de que o crescimento de duas economias afectadas de graus de desenvolvimento diferentes passa pela transformação das relações entre os dois grupos de países no sentido de uma superação das relações tipo "assistencial, assim como das relações económicas até agora imperantes. Mas passa também pelo questionamento, em cada margem do Mediterrâneo, de orientações políticas e comportamentos incompatíveis com os objectivos que se têm vindo a definir, de superação dos desequilíbrios e das dependências e da construção de uma área euro - mediterrânica económica, social e politicamente coesa."(CES 1992 p.8). Refere ainda que "O co-desenvolvimento tem de ser, antes demais, uma coerente revisão das políticas económicas e produtivas da Comunidade Europeia e dos seus membros em relação a uma nova divisão do trabalho na Bacia do Mediterrâneo". Esta abordagem corresponde igualmente às expectativas dos países do Magrebe.<sup>258</sup>

Para Amoroso e outros (1993), o co-desenvolvimento está entre a globalização e o Estado Nação e opõe-se à lógica espontânea de desenvolvimento do mercado. Por seu lado, Castro e Lorca (1992), na leitura que fazem do conceito, reforçam o papel do mercado, sublinhando, no entanto, a necessidade de crescimento com redistribuição, do reconhecimento do Homem como centro da economia e do protagonismo das sociedade civil", que é o grande actor do desenvolvimento"(p. 25)

O Co-desenvolvimento implica o reconhecimento do policentrismo, da impossibilidade de exportar modelos de industrialização e de crescimento para realidades diferentes. Nesse sentido, uma apropriada política de desenvolvimento não pode ser moldada de acordo com modelos de sucesso anteriores mas requer uma reflexão que atenda às características dos países (ou regiões).<sup>259</sup>

Valle(1991, p. 12) refere-se ao conceito de co-responsabilidade como uma "escola de interesse mútuo que favoreça o desenvolvimento económico e social das margens do Mediterrâneo, cujo futuro, quer se queira ou não, está extremamente vinculado." Bistolfi<sup>260</sup>e Regnault (1992) apresentam duas alternativas: confronto ou co-desenvolvimento e Gizard (1993) fala de cooperação ou fractura<sup>261</sup>.

No quadro 3 procuramos pôr em evidência as diferenças entre a cooperação tradicional, até então desenvolvida, e as novas propostas que o conceito de co-desenvolvimento nos sugere.

Quadro 3 - Síntese dos modelos de cooperação

	Políticas tradicionais	Novas propostas
<b>Cenário/Desafio</b>	Interdependência	Marginalização
<b>Conceitos</b>	Cooperação Assistência	Co-desenvolvimento Parceria Ancoragem
<b>Modelo de desenvolvimento</b>	Monocêntrico	Policentrismo Cooperação descentralizada
<b>Princípio cultural</b>	"Ocidentalização"	"Diversidade"
<b>Premissas</b>	Cedências do centro à periferia	Solidariedade Interesse comum
<b>Factores críticos</b>	Abertura e liberalização das economias	Reforma das políticas Nova divisão regional do trabalho Diálogo-Democracia
<b>Áreas de cooperação/ Instrumentos</b>	Política comercial - preferências tarifárias. Assistência financeira Cooperação técnica	+ Projectos de I&D conjuntos Apoio à Formação Protecção ao ambiente Promoção de investimentos conjuntos Cooperação no domínio social
<b>Actores</b>	Institucionais Tendência para o bilateralismo	Institucionais Actores civis privados e públicos Tendência para o multilateralismo

#### 1.2.8.4 Conteúdos da nova política: os instrumentos do co-desenvolvimento

##### 1.2.8.4.1 *Cooperação financeira*

O apoio financeiro serviu sempre de termómetro ao envolvimento da Comunidade Europeia na Bacia. Os protocolos financeiros propostos pela política renovada (4º Protocolos Financeiros), para o período entre 1992-1996, aumentaram a dotação total da ajuda ao Mediterrâneo em cerca de 170%. Este crescimento é, no entanto, inferior ao proposto pela Comissão (6745 milhões de ecus), o que revela a predominância da visão dos países do Norte da U.E na definição da política

Quadro - 4 Cooperação Financeiros com o Mediterrâneo

	86-89 (3º protocolos)	91-96 (4º Protocolos)
<b>Protocolos</b>		
<b>Fundo orçamental</b>	615	775
<b>Recursos BEI</b>	1003	1300
<b>Ajustamento estrutural</b>		300
	1618	2375
<b>Cooperação Horizontal</b>	10	
<b>Fundo orçamental</b>		230
<b>Recursos BEI</b>	10	1800
<b>Total</b>	1628	4405

Enquanto Joséphidès (1992 p.93) considera que o aumento dos valores dos protocolos financeiros é a novidade mais espectacular da Política Mediterrânica Renovada que entende como uma mensagem política dos Estados Membros "do interesse que eles continuam a dar a esta região", outros observadores (Slim 1993, Aliboni 1990, Bistolfi 1991) e o Parlamento Europeu consideram a cooperação financeira destinada aos países do Mediterrâneo insuficiente face ao diagnóstico feito sobre a região.

O crescimento dos 4º Protocolos (excluída a dotação para ajustamento estrutural pelas características da sua distribuição)<sup>262</sup> realizados com o Magrebe, foi o menor em comparação com os protocolos anteriores (acréscimo de 36% do valor total para o Magrebe, enquanto os 3º Protocolos tinham aumentado em relação aos segundos 61% e estes, em relação aos primeiros, 44%), para um período substancialmente superior (5 anos contra 3 anos e 8 meses para a Argélia, 3 anos e seis meses para a Tunísia e 3 anos para Marrocos) e em termos médios anuais, para o Magrebe relativamente aos protocolos anteriores, houve uma diminuição do valor atribuído (237.3 milhões ecus ano contra 214.4 - estes valores não incluem os valores do ajustamento estrutural) .

O aumento do valor da cooperação financeira resulta da dotação para a cooperação horizontal, sinal de que a cooperação bilateral está a enfraquecer. O aumento percentual dos empréstimos do BEI, no total da cooperação, reduz a leitura de aumento de esforço comunitário e poderá contribuir para o agravamento da dívida da região.

O volume de financiamento da Comunidade confirma a inclinação para Leste da Comunidade. De facto, a importância da ajuda Comunitária ao Mediterrâneo fica diminuída quando comparada com a ajuda da Comunidade Europeia aos países da Europa Central e de Leste (quadro 5). O valor afecto para a cooperação financeira com 8 países do Mediterrâneo (excluindo Malta, Chipre, Jugoslávia) é de 2.4 por habitante contra 6.8 por habitante para a Europa Central e de Leste.

Quadro 5 - Dotações para autorizações previstas no orçamento comunitário (91-94)

(milhões de ecus-valores arredondados)

MED (b7-4)	1357
PECO (B7-60)	3781

Fonte: COM(94) 427

Quadro 6 - Evolução dos protocolos financeiros com o Magrebe (Valores em milhões ecus)

Financiamentos sobre os recursos orçamentais da Comunidade Europeia							Garantias empréstimos BEI	Envelope especial com BM p/ reformas estruturais
	Empréstimos recursos próprios BEI	Bonificação Tx Juro	Operações de Capitais risco	Empréstimos em condições especiais	Ajudas sem reembolso	Total recursos orçamentais	Total Protocolo	
<b>Tunísia<sup>263</sup></b>								
1º Protocolo	41	2%		39	15	54	95	
2º Protocolo	78	3%		24	37	61	139	
3º Protocolo	131	2%	6		87	93	224	40
4º Protocolo	168		15		101	116	284	
<b>Argélia<sup>264</sup></b>								
1º Protocolo	70	2%		19	25	44	114	
2º Protocolo	107	2%		16	28	44	151	
3º Protocolo	183		4		52	56	239	60
4º Protocolo	280		18		52	70	350	
<b>Marrocos<sup>265</sup></b>								
1º Protocolo	56	2%		58	16	74	130	
2º Protocolo	90	2%		42	67	109	199	
3º Protocolo	15		11		162	173	324	
4º Protocolo	220		25		193	218	438	25
								60

#### 1.2.8.4.2 Cooperação horizontal

A Política Mediterrânica Renovada teve o mérito de reconhecer as limitações dos acordos bilaterais. Tentando compensar a manutenção das relações bilaterais a Comunidade Europeia, introduziu novos instrumentos de cooperação cujo objectivo é promover a cooperação horizontal. Esta é segundo o BEI(1991), a principal inovação dos instrumentos da Política Mediterrânica Renovada. Para Rojo (1992) a Política Mediterrânica Renovada, é essencialmente uma política que tenta promover a cooperação horizontal.

Esta nova vertente de cooperação envolve empréstimos de recursos próprios do BEI (até a um máximo de 1800 milhões ecus) e créditos orçamentais no valor de 230 milhões ecus (com bonificações de juros de 3% no sector da protecção do ambiente). O ambiente é a área com maior dotação de fundos, plenamente justificados pela necessidade de salvar e proteger o Mediterrâneo e pela natureza marcadamente horizontal do problema. A crise ecológica do Mediterrâneo, consequência dos modelos políticos e económicos de ambas as margens, passou a converter-se numa agravante ao desenvolvimento. Não sendo discutível a necessidade de apoio ao ambiente, complementar a outras acções internacionais (Programa de acção para o Mediterrâneo e "Plano Azul"), a protecção ao ambiente Mediterrânico envolve, entre outros aspectos, a reorganização do espaço industrial, a melhoria do uso da terra e aspectos demográficos, que o Conselho não contemplou.<sup>266</sup>

O limitado número de acções suportadas pela cooperação horizontal é uma das mais importantes limitações da Política Mediterrânica Renovada. O instrumento deveria incluir outras áreas de acção como sejam a questão da dívida externa, energia, transportes, turismo, a segurança e a cultura, cujo envolvimento conjunto poderia resultar em importantes sinergias.

Quadro 7 - Plano de distribuição dos 230 milhões de ecus

<b>Cooperação regional em educação e formação profissional</b>	
Preparação de estudos	15
Seminários e conferências	5
<b>Ambiente</b>	100
<b>Cooperação regional PME's</b>	
Capital de risco	25
EC IIP	15
Med-Invest	10
<b>Cooperação regional de portos</b>	
Med-Urbs	25
MEDITEL+EDI	5
<b>Cooperação regional cultural</b>	
MED-CAMPUS	22
Comunicação	5
CIHEAM	3
<b>Total</b>	230

Fonte : Rojo, 1994 p. 96

A extensão da cooperação horizontal apenas aos PTM's associados da Comunidade Europeia, excluindo assim a Líbia, Albânia e a Mauritânia, é um entrave ao princípio da globalidade, no sua acepção geográfica, e ao papel horizontal, que

poderia desempenhar no processo de integração sub-regional (saliente-se que a Líbia e a Mauritânia integram a UMA).

#### *1.2.8.4.3 Programas MED*

Desde 1992, a Comunidade Europeia, por iniciativa da Comissão, iniciou uma série de acções agrupadas sobre o nome de "Programas MED". A característica principal destes programas é o seu nível de concretização descentralizado. A cooperação descentralizada visa envolver múltiplos actores públicos e privados em programas e projectos horizontais. Os actores são chamados a participar em todas as fases dos projectos, desde a tomada de iniciativa à avaliação dos resultados finais. Nesta perspectiva, a cooperação descentralizada tem por vocação enriquecer, na diversidade, a política de desenvolvimento comunitário (Alégro 1993) e é a tradução mais conseguida dos objectivos de co-desenvolvimento.

O "Programa MED", apresentadas ao Comité MED<sup>267</sup>, é constituído por um número limitado de programas, cujas acções estimulam a cooperação entre universidades (MED Campus)<sup>268</sup>, entre cidades (MED Urbs)<sup>269</sup>, entre agentes de comunicação (MED Media)<sup>270</sup> e entre PME (MED Invest)<sup>271</sup>.

#### *1.2.8.4.4 Cooperação*

Repetindo o discurso dos planos anteriores, a Comissão apresentou uma vasta lista de áreas de cooperação. A política renovada foi enriquecida pela inclusão da dimensão ambiente e de novas áreas de cooperação económica. A lista incluía a manutenção de um diálogo permanente numa grande diversidade de questões relacionadas com o comércio e com o investimento: intensificação da cooperação industrial; reforço da cooperação no domínio da energia; promoção da dimensão social; protecção do mar Mediterrâneo; intensificação dos esforços para a promoção de um desenvolvimento sustentado; promoção de intercâmbios e cooperação relativos à sociedade de informação; alargamento da cooperação comercial a outras áreas (transportes, bancos ...); liberalização da circulação de capitais; colaboração em problemas comuns e combate ao tráfico e consumo de droga.

1.2.8.5 A evolução das relações com o Magrebe: venturas e desventuras do co-desenvolvimento.

##### *1.2.8.5.1 A Problemática dos Direitos Humano em Marrocos*

A concretização da política mediterrânica renovada iniciou-se com as negociações dos protocolos financeiros com os países do Magrebe e o Maxerreque e Israel. Em Fevereiro de 91, a Comissão apresentou uma proposta de regulamento da cooperação financeira com os PTM's e, em Maio, recomendações acerca das negociações com Marrocos, Tunísia, Egipto e Argélia e um relatório sobre a implementação das medidas de comércio.



Com o novo processo de decisão, após o Acto Único, os acordos baseados no artº 238, necessitam do voto unânime do Conselho de Ministros e da aprovação por maioria absoluta no Parlamento Europeu. O Protocolo financeiro com a Tunísia foi aprovado pelo Parlamento a 13 de Dezembro de 1991, por maioria absoluta confortável, mas os acordos com a Argélia e Marrocos (assim como com o Egipto, a Síria, Israel, a Jordânia e o Líbano) suscitaram um aceso debate sobre a condicionalidade do apoio da Comunidade Europeia ao cumprimento dos Direitos do Homem e da Democracia. Esta questão não é nova, na medida em que desde o início, o grau de associação estava condicionado teoricamente a um grau de entendimento democrático.

O debate no Parlamento Europeu (16 de Janeiro de 1991) evidenciou duas tendências: os que defendiam que a garantia da democracia deveria ser preâmbulo para a ajuda ao desenvolvimento e os que consideravam que a ajuda ao desenvolvimento contribuiria para apoiar o estabelecimento da democracia. A primeira corrente saiu vitoriosa. O Parlamento Europeu insistiu na inclusão da “cláusula democrática e de respeito pelos Direitos do Homem” e na suspensão dos acordos com os países em que as condições de democracia e políticas não estejam claras.<sup>272</sup>

O acordo com a Argélia, apesar de solicitação em contrário, foi aprovado (306 votos a favor, 38 contra e 21 abstenções). Quanto a Marrocos ( e à Síria), a proposta não conseguiu a maioria absoluta. A denuncia de violação dos Direitos Humanos e as revelações recentes acerca do tratamento dado a prisioneiros políticos foram determinantes para o protocolo apenas obter 245 votos dos 260 necessários; 129 dos deputados votaram contra 14 abstiveram-se.

O voto causou reacções de descontentamento da classe económica e política Marroquina<sup>273</sup>. O voto foi considerado um acto anti-Marrocos do Parlamento Europeu e o governo renunciou a qualquer interesse no quatro protocolo financeiro referindo que “a dignidade dos povos não se mede por somas de dinheiro”.<sup>274</sup>

O resultado foi incómodo para a Comissão e desagradou ao Conselho que viu inviabilizada uma política global para toda a região. A decisão do Parlamento foi considerada inoportuna face ao processo de democratização em curso no país e ao processo de paz no Médio Oriente.

O governo de Espanha, preocupado com a possibilidade da não renegociação do acordo de pescas, propôs, secundado pelo comissário responsável pela política mediterrânica (Sr. Matutes), uma alteração radical nas relações da Comunidade Europeia com o Magrebe. Esta proposta impulsionou um novo documento da Comissão, intitulado “O futuro das relações entre a Comunidade e o Magrebe”.<sup>275</sup>

Este documento, permitiu um clima mais sereno às relações e o acordo de pescas assinado a 15 de Maio. Em 28 de Outubro de 1992 o Parlamento deu luz verde ao quarto protocolo financeiro com Marrocos, concluído a 17 de Novembro do mesmo ano.

A questão dos Direitos Humanos e da democracia não foi porém abandonada. Estas dimensões merecem destaque nos documentos que se seguem. Existe consenso sobre a necessidade de incluir estas dimensões nos acordos magrebinos e empreender uma política activa pelo respeito dos Direitos Humanos e da democracia; Apenas o Comité Económico e Social afirmou categoricamente rejeitar o vínculo de condicionalidade na cooperação financeira.

Os aspectos relacionados com os Direitos Humanos e a democracia é um vector importantes da cooperação da U.E. com o Magrebe. O desenvolvimento do Magrebe só se poderá realizar com o aprofundamento da democracia e do Estado de Direito. A abordagem da cooperação nesta matéria terá de ser cultural e de diálogo e determinada.

No Magrebe existe um variado mosaico institucional de defesa dos Direitos Humanos composto, de movimentos não governamentais e de órgãos governamentais<sup>276</sup> e por um conjunto de declarações<sup>277</sup>, das quais os países são signatários.

#### 1.2.8.5.2 *Uma Política Magrebina?*

O debate da renovação da política mediterrânica suscitou a reflexão sobre o estabelecimento de uma política magrebina e a sua relação com a política mediterrânica. Alguns observadores (Bistolfi 1992, Barre 1993) defendem o reconhecimento do Magrebe como entidade e o desenvolvimento de uma política especificamente magrebina. Argumentam razões geo-estratégicas, de reorganização da U.E. no mundo, sendo que "as mesmas razões que tornam a região mediterrânica prioritária advogam em favor de uma política magrebina com contornos mais afirmados"(Bistolfi, p. 20).

A nível institucional, a comunicação enviada ao Conselho sobre "o Futuro das relações da Comunidade com o Magrebe"<sup>278</sup>, o parecer do Comité Económico e Social<sup>279</sup> sobre a "Cooperação económica com os países do Magrebe"<sup>280</sup> e as várias declarações do Conselho da Europa<sup>281</sup> referem-se ao Magrebe como uma entidade. O Banco Mundial (1994) felicitou a U.E. por este reconhecimento, salientando que poderá orientar as relações com o Magrebe numa perspectiva mais ampla e de longo prazo<sup>282</sup>. Nenhum destes documentos defende porém o nascimento de uma política especificamente magrebina, desligada da política mediterrânica.

A Comissão inseriu o reforço da cooperação com o Magrebe numa política de vizinhança, acentuando a importância de Marrocos, sem se referir a uma política magrebina. Exceptuando a referência ao carácter mediterrânico dos instrumentos, não existe igualmente nenhuma menção à política mediterrânica e ao enquadramento do Magrebe nesse contexto. O carácter árabe do Magrebe, pelo contrário, é exaltado, relembrando o seu papel mediador nas relações da U.E com o mundo árabe. A referência à arabilidade do Magrebe é impulsionado pelo cenário de inquietações levantadas com a guerra do Golfo. De facto, apesar da U.E e os próprios países terem sempre acentuado o carácter árabe da região e a importância das (boas) relações no contexto do relacionamento com o mundo árabe, o certo é que este nunca passou preferencialmente pelo Magrebe.

O Conselho Europeu de Lisboa (1992), por seu lado, enquadró a solidariedade com o Magrebe na sua vontade de prosseguir uma política global mediterrânica.<sup>283</sup>

O Comité Económico e Social (1992, p.1), fiel ao seu conceito de co-desenvolvimento, defendeu a prioridade das relações com o Magrebe "antes de mais, porque o Magrebe, pela vizinhança geográfica, pelos fortes laços sobretudo históricos e culturais, económicos e comerciais, por ser lugar de proveniência de tanta imigração para a Comunidade poderia ser a região do Mediterrâneo privilegiada para se

experimentarem os conteúdos da nova política mediterrânica.” Referiu ainda e pelo processo de regionalização do Magrebe e propôs uma convenção Euro-Magrebina, enquadrada e coerente com política mediterrânica, que substituísse os acordos bilaterais.

#### *1.2.8.5.3 Conselho de Segurança para o Mediterrâneo*

O conceito de “Mediterrâneo Ocidental” (5+4+1) começa a ganhar expressão, reforçando a especificidade magrebina no Mediterrâneo e o papel da Europa latina nas relações com a região. A ideia de uma reunião de países do Mediterrâneo ocidental foi lançada pelo presidente Francês Mitterrand em 1983, durante uma visita a Marrocos. Foi retomada pelo Primeiro Ministro italiano Bettino Craxi e pelo Primeiro Ministro espanhol Felipe Gonzalez e concretizada em 1988 sob a forma de encontros de discussão e a partir de 90, através de reuniões informais entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros. A Conferência de Segurança e Cooperação para o Mediterrâneo reúne os países mediterrânicos da U.E (Itália, Espanha, França e Portugal), os países do Magrebe Árabe (Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia). É uma iniciativa de cooperação em vários domínios de natureza informal, que apesar do revés provocado pela guerra do Golfo, vem a ganhar força impulsionada pelos países do Sul da Europa, atentos aos desequilíbrios internos que a mudança dos interesses estratégicos da U.E. para o Leste, pode provocar. A iniciativa que deve enquadrar-se no quadro das relações U.E-União Magrebina Árabe, (Aliboni 1989), representa a escala a que se pode desenvolver actualmente uma política magrebina e uma oportunidade da UMA se assumir como uma entidade no exterior. A sua eficácia depende da capacidade de influenciar a política institucional da U.E.

As relações não são porém fáceis. É exactamente com o Sul da Europa que as pretensões magrebina de acesso ao mercado de produtos agrícolas e das indústrias tradicionais são mais difíceis e as restrições à emigração são mais rígidas (Os países mediterrânicos são signatários do acordo de Schengen).

A proposta inicial italiana-espanhola de organizar a CSCM inspirada no modelo da CSCE, divide os observadores; Djebaili(1992, p. 196), considera-a atraente mas numa perspectiva a longo prazo, enquanto Nair (1991) classifica as analogias de superficiais. Fundamentalmente, segundo o autor, as duas organizações têm uma diferença fundamental: a CSCE tinha como fim destruir a ordem totalitária, enquanto o CSCM se destina a promover o co-desenvolvimento. Se aceitarmos a perspectiva da baixa perigosidade na região, podemos claramente defender a natureza diferente das organizações.

#### *1.2.8.5.4 As propostas das relações Euro-Magrebina*

Os documentos referentes ao Magrebe, constituem um avanço de facto nas propostas da política mediterrânica. A Comissão (1992, p.5)<sup>284</sup> propõe a “ancoragem” do Magrebe à U.E., através de uma Parceria Euro-Magrebina que “para além da mensagem política que comporta deverá ter traduções práticas em todos os domínios onde se poder aplicar com o objectivo último da constituição de um espaço Euro-Magrebino, com tudo o que isso implica nos planos político, económico, comercial ,

psicológico, cultural, etc....” A credibilidade da política implica que a Comunidade deva “investir não apenas nos diferentes tipos de cooperação existente com o Magrebe, para lhes dar sentido prático e coerência política, mas igualmente desenvolver instrumentos e novos quadros susceptíveis de dinamizar a cooperação e assegurar o impacto económico, político e psicológico.” Os países do Magrebe, por seu lado, terão de prosseguir com políticas de crescimento e liberalização da economia.

As áreas e os objectivos de cooperação propostos não constituem novidade em relação às propostas pela política mediterrânica renovada. De salientar, no entanto ênfase dada às reformas económicas, à integração regional e à cooperação no domínio dos Direitos do Homem.

O instrumentos tradicionais desenvolvidos no âmbito da política mediterrânica (Protocolos financeiros, capitais de risco, apoio às reformas económicas) são reforçados com novos instrumentos<sup>285</sup>: assistência técnica, empréstimos à Balança de Pagamentos, financiamento de investimentos e a proposta de criação de uma nova instituição financeira (Banco de desenvolvimento Euro-Magrebino).

### *1.2.9 A renovação da Renovada Política-A parceria Euro-Mediterrânica*

#### *1.2.9.1 O reforço da parceria*

O Conselho Europeu de Corfu (24 e 25 de Junho de 1994) conferiu “o mandato ao Conselho para, juntamente com a Comissão, avaliar a política global da U.E para o Mediterrâneo e as eventuais iniciativas para reforçar essa política, a curto e médio prazo, não esquecendo de convocar uma conferência sobre estas questões com a participação da U.E. e dos seus parceiros.”<sup>286</sup>

A convite do Conselho, a Comissão enviou-lhe, em Outubro de 1994, uma comunicação intitulada “Reforço da política mediterrânica: estabelecimento de uma parceria Euro-Mediterrânica.”<sup>287</sup>. As propostas deste documento foram mais definidas na Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: “Reforço da política Mediterrânica da União Europeia: Propostas para a criação de uma parceria Euro-Mediterrânica”, enviada em Março de 1995<sup>288</sup>.

Os objectivos da política comunitária para o Mediterrâneo ficaram assim estabelecidos:

A curto prazo - Ultime rapidamente as negociações para a conclusão de acordos com Israel, Marrocos e a Tunísia, bem como prosseguir as negociações com outros países que pretendam concluir acordos.

A médio prazo - Transformar o Mediterrâneo numa zona de relativa prosperidade e estabilidade com um alto nível de cooperação regional e comércio livre.

A importância destes documentos decorrem da maior definição que propõem em relação à criação de um espaço Euro-Mediterrâneo como uma zona de estabilidade política e de segurança e uma zona económica, o que “requer uma participação mais ampla e activa da Comunidade no desenvolvimento sócio-económico dos seus parceiros mediterrânicos.” (Comissão 1994, p.9)<sup>289</sup> e comporta a criação de uma zona de comércio livre, cooperação financeira, económica e social.

Os grandes temas de intervenção propostos pela Comissão estão sintetizados no quadro 8.

Quadro 8- Áreas prioritárias da parceria Euro-Mediterrânica

	Domínio de intervenção
Apoio à transição económica	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Criação de uma zona Euro-Mediterrânica de comércio livre</li> <li>* Dinamização do sector privado nos PTM</li> <li>* Dinamização do investimento privado europeu nestes países</li> <li>* Adequação das infra-estruturas económicas e sociais</li> </ul>
Apoio a um maior equilíbrio sócio-económico	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Melhoria dos serviços sociais, nomeadamente nos meios urbanos</li> <li>* Desenvolvimento harmonioso e integrado do mundo rural</li> <li>* Reforço da cooperação no domínio das pescas</li> <li>* Protecção do ambiente</li> <li>* Participação das sociedades civis no desenvolvimento</li> <li>*Desenvolvimento integrado dos recursos humanos, designadamente da educação e da formação profissional</li> <li>* Reforço da democracia e dos Direitos do Homem</li> <li>* Apoio aos intercâmbios culturais</li> <li>* Cooperação e assistência técnicas a fim de reduzir a imigração clandestina, o tráfico de droga, o terrorismo e a criminalidade internacional</li> </ul>
Apoio à integração	

A grande novidade da nova política é a proposta da criação de uma vasta zona Euro-Mediterrânica envolvendo a U.E., a EFTA, a Europa Central e de Leste e a Bacia do Mediterrâneo. A Comissão prevê a criação desta zona para o ano 2010. A realizar-se, será a maior zona de comércio livre do mundo: cerca de 600-800 milhões de pessoas e cerca de 30 a 40 países.

A Comissão recomenda que a U.E. incentive a realização desta zona entre países não membros, propondo a acumulação de origem e aplicação de regras de origem idênticas, acompanhada por uma alinhamento das regras de origem dos países terceiros com as da União<sup>290</sup>.

Os acordos a realizar (e em realização) entre a U.E e os PTM, pretendem pôr em prática uma parceria baseada em 4 pilares: diálogo político, cooperação nos domínios de interesse comum, realização progressiva de uma zona de comércio livre, cooperação financeira<sup>291</sup>.

A nível institucional, as questões políticas e institucionais serão tratados em reuniões ministeriais. A comissão propôs a anualidade dos encontros mas a Conferência de Cannes deixou para fixar em conjunto com os parceiros.

### 1.2.9.2 Conferência de Cannes-a globalidade da parceria

No Conselho de Cannes de 1995, a política Mediterrânica da U.E. deu um importante passo - a proposta do Conselho para o desenho de um quadro multilateral das relações mediterrânicas. Esta proposta deverá ser apresentada na Conferência ministerial Euro-Mediterrânica de 1995 (Barcelona, 27/28 de Novembro). As novas propostas não são inovadoras em termos de conteúdo da cooperação e das prioridades apresentadas, mas representam um avanço de facto no reconhecimento da definição de um quadro multilateral para a região. Não existe, porém, manifesta a intenção de acabar com a bilateralidade dos acordos. Para o Conselho " a definição de um quadro multilateral entre a Europa e a outra margem do Mediterrâneo complementa o reforço das relações bilaterais vigentes. Os acordos bilaterais vigentes permitirão preservar senão mesmo acentuar a especificidade de cada uma dessas relações bilaterais no novo quadro multilateral".

De novo a procura de uma globalidade "efectiva", que o conceito de parceria, por si só, não encerra.

Quadro 9 - Síntese da proposta de um Quadro multilateral para a parceria Euro -Mediterrânica

Vectores da Parceria	Objectivo	Domínios
Político e de segurança	Determinar um certo número de princípios e interesses comuns .	A. Direitos Humanos, Democracia e Estado de direito B. Estabilidade, segurança , relações de boa vizinhança
Económico e financeiro	Criar uma zona de prosperidade partilhada	A. Zona Euro -Mediterrânica de comércio livre B. Cooperação <u>Prioridades:</u> Investimentos, Cooperação regional, Empresas, Ambiente, Pescas, Energia <u>Outros Domínios:</u> Agricultura e desenvolvimento rural; Desenvolvimento de infraestruturas; Autarquias locais e desenvolvimento; I&D; Estatísticas
Social e Humano	Intercâmbio entre sociedades civis	A. Cooperação <u>Prioridades:</u> Educação e formação, Desenvolvimento social, Migrações, Tráfico de estupefacientes, Terrorismo, Criminalidade internacional, Cooperação judiciária, Racismo e Xenofobia, Luta contra a corrupção <u>Outros Domínios:</u> Cultura e meios de Comunicação, Saúde, Juventude

No geral as propostas de Cannes confirmam as propostas da Comissão.

A criação da zona de comércio livre e a primazia do investimento nas área de cooperação traduzem a filosofia de cooperação liberal da parceria proposta pela Comunidade.

Será este o co-desenvolvimento sonhado? Se compararmos as propostas do Conselho com o quadro 7 podemos concluir que as propostas do Conselho traduzem no essencial a proposta de um modelo de cooperação baseado no co-

desenvolvimento. Essencialmente em duas dimensões: ao propor um quadro multilateral para a Cooperação e uma nova divisão regional do trabalho.

Podemos salientar ainda o acento dado ao interesse comum, à participação das sociedades civis e as áreas de cooperação. O modelo liberal deve porém ser ajustado permitindo mecanismos que contribuam para uma distribuição mais equitativa dos ganhos do comércio e novas relações comerciais.

A proposta do Conselho continuou a ignorar a demografia (embora obviamente as outras áreas de cooperação a possam influenciar) e desvalorizou a integração regional. No domínio social e humano a proposta do Conselho confirma uma maior importância do dossier de migrações, que a Comissão reduzia ao problema das migrações clandestinas. Este domínio parece-nos, no entanto, desvirtuado em termos de prioridades. Não negando o interesse da cooperação em áreas de "terrorismo" e "cooperação judiciária", os "outros domínios" tais como cultura e media<sup>292</sup> e juventude são domínios de cooperação que apresentam uma importância acrescida pelas dificuldades de relacionamento civilizacional que se desenham na Bacia e portanto, em nosso entender, mais prioritários.

### 1.2.9.3 Cooperação financeira - os novos valores

Consciente das necessidades da região, e face às necessidades financeiras da construção da zona Euro-Mediterrânica, a U.E. reforçou consideravelmente o seu apoio para o período de 1996-1999. A primeira proposta da Comissão foi de 5500 milhões de ecus<sup>293</sup> mas, em Abril de 1995, diminuiu o valor para 5160 milhões de ecus, 2180 milhões (42.2%) para apoio à transição económica, 2380 (46.1%) de apoio a um melhor equilíbrio sócio-económico e 600 milhões (11.6%) para apoio à integração regional<sup>294</sup>. Só na conferência de Cannes é que o Conselho finalmente fixou a ajuda financeira para a região: 4.685 milhões de ecus (menos 9.2% em relação à última proposta da Comissão). O Conselho reafirmou mais uma vez a complementaridade da ajuda da U.E que "não poderá substituir os importantes esforços desenvolvidos pelos países em causa com vista a melhorar a sua situação, bem como o respectivo desenvolvimento económico e social"(conclusões da conferência de Cannes p.16).

Na conferência de Cannes, particularmente na divisão do bolo da cooperação financeira da U.E., ficaram de novo evidentes as diferenças entre os interesses do Sul e do Norte da Europa. Na discussão opuseram-se o Chanceler alemão e o primeiro ministro espanhol. A Alemanha defendia que até 1999, o Sul deveria receber menos de 70% da ajuda concedida ao Leste. Após persistente insistência da Espanha, a Alemanha flexibilizou e o valor acordado acabou por ser fixado em 70% da ajuda concedida aos países do PECO (6.692 milhões ecus) Esta discussão na conferência confirma o interesse da Alemanha na Europa de Leste e indicia uma possível mudança dos interesses a Sul. É que, quer a França, quer a Itália, estiveram à margem da discussão, afirmando-se a Espanha como o interlocutor dos interesses do Sul do Mediterrâneo<sup>295</sup>.

Registam-se algumas alterações importantes, propostas pela Comissão, na modalidade de apoio financeiro. A partir de 1997, o essencial da cooperação será reagrupado numa única rubrica orçamental, o programa MEDA (B7-410), substituirá os protocolos financeiros. O programa MEDA, inspira-se no "Programa Phare" e corresponde, segundo a Comissão, a uma prova de que se pretende dar o mesmo tratamento ao Leste e ao Mediterrâneo<sup>296</sup>. De futuro a cooperação financeira deverá

guiar-se por princípios de eficiência, isto é, ao abandonar a relação financeira contratual, a cooperação financeira poderá ser mais flexível nas áreas de intervenção e nos parceiros, beneficiando os que demonstrarem maior evolução nas reformas.

#### 1.2.9.4 Os acordos com o Magrebe

Afastada a possibilidade da realização de um acordo U.E-UMA, a realização de acordos de comércio livre com os países do Magrebe continua ao nível bilateral.

O papel motor de Marrocos, cujas relações eram consideradas como “um teste à política mediterrânica” (Oualaalou 1993, p 48), foi substituído pela maior facilidade das negociações com a Tunísia.

A Comissão Europeia aprovou em Novembro de 1993, com reservas da Itália, o projecto de mandato de negociação para a realização de “acordo Euro-Magrebino de associação” com a Tunísia<sup>297</sup>. A referência à “associação” contrariou as expectativas dos países do Sul da Europa, que preferiam um “acordo de parceria” sem referência à associação (defendida pelos países do Norte).

A discussão formal do acordo, iniciou-se em Fevereiro de 1994, prolongando-se até Abril de 1995. As conversações foram dominadas pelos aspectos agrícolas, em particular pelo “Azeite”. No acordo, a Tunísia obteve a estabilização por um novo período de 4 anos do acesso do azeite ao mercado europeu. No domínio agrícola foi igualmente conseguido um acordo que permite melhorar o acesso de outros produtos agrícolas (concentrado de tomate, batatas, salada de frutas, flores) e compromisso mútuo para a manutenção dos fluxos de comércio tradicionais (cereais, lacticínios, carne, ...).

A Tunísia defendeu uma aproximação progressiva do comércio livre alegando que ele não representa um fim em si mesmo mas antes um meio. A liberalização total e recíproca dos produtos industriais ficou agendada para um período de 12 anos e a liberalização dos produtos agrícolas ficou adiada para um reexame do acordo, após um período de 5 anos da sua aplicação.

Os acordos prevêm, ainda, a cooperação económica, financeira, científica, social e cultural e disposições em matéria de propriedade intelectual e industrial e direito de estabelecimento.

Em relação a Marrocos, as reservas apresentadas por alguns países membros (Espanha manifestou-se preocupada com as concessões agrícolas e o Reino Unido com o direito de estabelecimento) adiaram o mandato da Comissão para a negociação, conforme proposta da Comissão apresentada em meados de 1993. O projecto de mandato foi aprovado em Dezembro de 1993.

O conteúdo será similar ao da Tunísia, variando nas concessões agrícolas. Estas são igualmente matéria mais difícil de negociação, em especial as concessões concedidas aos tomates. As relações entre Marrocos e a U.E estão actualmente dominadas pelas dificuldades de acordo no sector das pescas. A tensão existente tem vindo a prolongar a suspensão do período de negociações.

Em Julho de 1995 a Comissão manifestou a intenção de negociar globalmente o acordo de associação e o acordo de pescas, de forma a ultrapassar o impasse nas



negociações. Esta é uma posição que obviamente interessa a Marrocos que passa a ter um elemento de força nas negociações.

## Capítulo V - Principais instrumentos de cooperação

Vede há no outro lado do Mediterrâneo, países em vias de desenvolvimento, nos quais existe uma civilização, uma cultura, um humanismo, um sentido das relações humanas que temos tendência a perder nas nossas sociedades industrializadas e que um dia provavelmente ficaremos muito contentes de encontrar. Eles e nós cada um a seu ritmo avançamos para a revolução industrial. Mas se quisermos ao longo deste Mediterrâneo construir uma civilização industrial que não passe pelo modelo americano e na qual o homem será um fim e não um meio, então é necessário que as nossas culturas se abram amplamente uma à outra.

General De Gaulle

## **1 Política Comercial**

### **1.1 Os acordos preferenciais e o GATT**

Apesar de reunir o apoio da maioria da literatura e o aval da comunidade internacional, a prática comercial tem sido pouco fiel aos princípios que os arquitectos da ordem internacional do após II<sup>a</sup> Guerra Mundial consagraram no GATT<sup>298</sup>.

A generalização de atentados ao espírito e à letra do GATT resultam, na sua maioria de abusos às excepções que o próprio GATT estabelece ao princípio da Nação Mais Favorecida. A excepção mais significativa é o artigo XXIV, que possibilita, reunidas algumas condições, a criação de zonas de comércio livre ou uniões aduaneiras. No artigo podemos ler que as zonas de comércio livre devem ser entendida como “um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros nos quais os direitos e outras restrições ao comércio (.....) são eliminados para uma parte substancial do comércio entre eles para os produtos originários desses territórios.”(artº XXIV, ponto 8 b).

A integração prevista no artigo XXIV pode ser atingida a vários níveis”: (a) áreas de comércio livre, (b) uniões aduaneiras, (c) mercado Comum, (d) união económica.

Os acordos de tarifas preferenciais não estão previstos nesta classificação. De acordo com o GATT, qualquer acordo que inclua preferências parciais está proibido a não ser que assuma formalmente carácter provisório e/ou se inclua nos “acordos interinos”, isto é, seja um estado intermédio para a criação de uma zona de comércio livre ou união aduaneira. Na linguagem do GATT os “acordos interinos” devem incluir “um plano e um programa para a formação de tais uniões aduaneiras ou zonas de comércio livre num razoável período de tempo”. O acordo impõe ainda a obrigatoriedade de notificação às partes contratantes da criação e alteração dos planos de acordos preferenciais e o cumprimento das suas recomendações. Os “acordos interinos” em nenhum caso, podem conduzir ao agravamento das barreiras dos países envolvidos com terceiros países.

Desde a sua formação e com os limitados poderes do Tratado de Roma em matéria de relações com o exterior que a Comunidade Europeia foi constituindo uma complexa galáxia de preferências comerciais que se estendem de África ao Mediterrâneo e ao Pacífico.<sup>299</sup> Estes acordos apresentados como acordos interinos, com vista à criação de zonas de comércio livre, ficaram longe de cumprir os requisitos exigidos pelo GATT.<sup>300</sup>

Os acordos de tarifas preferenciais proliferaram segundo Viner(1961, p.15) devido ao desejo dos países escaparem ao rigor do Principio da Nação Mais Favorecida. sem a necessidade de aprofundarem as relações ao nível da uniões aduaneiras. O autor considera estes esforços relevantes por duas razões: “Primeiro, ajudaram a obter a aceitação de uma definição menos rigorosa, do que a tradicional, de uniões aduaneiras e, portanto, exploraram a aceitação geral da derrogação do principio da Nação Mais Favorecida para ganharem suporte para a estender a tipos de acordos sem razão para essa designação e, segundo, aumentando o alcance do tipo de acordos para os quais as excepções da Nação Mais Favorecida podem ser obtidas, eles têm diminuído os incentivos à formação de genuínas uniões aduaneiras”.

Os acordos com o Mediterrâneo, nomeadamente com o Magrebe, constituem um grupo de preferências comunitárias, que pela extensão, pelo interesse político da região e pela sua dependência comercial, são um dado importante nas relações externas da U.E.. Até 1995, nunca foi desenvolvido um plano coerente que pudesse antecipar a criação de uma zona de comércio livre, pelo que a política de preferências tarifárias foi o centro da política mediterrânica.

O projectado estabelecimento de uma zona de comércio livre alterará significativamente a política comercial com a região. Estes aspectos merecerão a nossa atenção no capítulo VII.

## 1.2 Benefícios dos acordos comerciais.

A teoria económica inclina-se a considerar que os acordos preferenciais não são necessários mas podem conduzir a uma melhoria do bem estar num mundo onde as tarifas são uma realidade. As maiores contribuições para estes estudos foram dadas por economistas dos anos 50, entre os quais Meade, Lipsey e Lencaster. Os estudos teóricos destes economistas encorajam as uniões aduaneiras, como meio para se caminhar para o comércio livre. Na impossibilidade de desmantelamento total à escala mundial das tarifas, qualquer redução, mesmo que parcial e selectiva, era entendida como positiva. Esta ambivalência está expressa no artigo XXIV, na aceitação de uma situação de *second-best*, desde que não perca de vista o *first-best*. A grande contribuição de Viner(1950) foi abalar esta convicção. No seu estudo, concluiu que a criação de zonas de comércio livre ou uniões aduaneiras não é equivalente a caminhar para o comércio livre, pois a redução de tarifas para um determinado país, excluindo terceiros, se traduz em dois efeitos antagónicos: criação de comércio<sup>301</sup> e desvio de comércio<sup>302</sup>. A análise dos efeitos negativos e/ou positivos da integração resulta da diferença entre os dois efeitos<sup>303</sup>.

Apesar da possibilidade de poderem prever a não-reciprocidade e a ausência de acordos de tarifa aduaneira comum face a terceiros, os principais conceitos de quadro teórico desenvolvido para as uniões aduaneiras podem ser aplicados ao estudo dos esquemas preferenciais (Borrmann et al 1985; Yannopoulos 1986).

Tovias (1977) compara, numa análise estática, os acordos preferenciais com as uniões aduaneiras e as zonas de comércio livre do ponto de vista do bem estar, remetendo os resultados para a análise caso a caso<sup>304</sup>. Os ganhos com as preferências estão positivamente correlacionados com a procura e a oferta nacional no equilíbrio original, com o valor da tarifa e com a menor discrepância entre os custos de produção o país que recebe tratamento preferencial e os outros exportadores potenciais.

O estudo das condições que se consideram favoráveis à união (Meade 1955), generalizou as seguintes condições: maior percentagem de comércio entre os potenciais parceiros, menor grau de comércio com o exterior e menor volume de comércio face à produção interna e outros. Estas condições são as que tipicamente não encontramos na relação entre países com diferentes graus de desenvolvimento, pelo que a análise "Vineriana" é insuficiente para justificar estes acordos. A avaliação dos resultados dos acordos deve contar com outros possíveis ganhos económicos, resultado de efeitos dinâmicos dos acordos tais como melhoria dos termos de troca, economias de escala e aumento de eficiência (Lipsey 1960).

A dimensão económica não consegue, mesmo assim, justificar as motivações do país desenvolvido, porque a distribuição dos ganhos de acordos preferenciais, sem reciprocidade, parece desfavorecê-lo. A análise sugere que estes acordos produzem uma transferência de receitas do Estado do país desenvolvido para os produtores dos países em desenvolvimento<sup>305</sup>. Mesmo no caso de ganhos de exportação (directos e indirectos) eles são limitados pela pouca capacidade de absorção dos países em desenvolvimento e a melhoria dos termos de troca com países terceiros dificilmente compensará as perdas.

Face a estas conclusões, a maioria dos autores<sup>306</sup> justifica os acordos por motivações não-comerciais e essencialmente políticas dos países desenvolvidos. A eficácia das preferências comerciais para o reforço da presença comunitária na sua versão

de actor civil, carece de consenso entre os autores. Para evidenciar o desacordo citamos Pomfret e Shlaim.

“É verdade que a Comunidade esteve inicialmente hesitante acerca do uso de tarifas preferenciais e sendo os primeiros passos dados em respostas a forças específicas, a evolução da política foi “acidental”, mas não inconsistente com a tese que a Comunidade estava em 1970 conscienciosamente cultivando uma “esfera de influência”. (Pomfret 1986, p.18).

“O mais rápido exame às políticas passadas da Comunidade revelará que nenhuma tentativa sistemática foi feita para tornar o Mediterrâneo numa esfera europeia de influência. O limitado valor da ajuda distribuído, numa base altamente selectiva, e a garantia de concessões comerciais não são o tipo de instrumento com que se poderia esperar um maior poder no estabelecimento da sua hegemonia na região. Estes instrumentos são totalmente inadequados para a tarefa de tornar a Comunidade o foco dominante da filiação política dos países da região.” (Shlaim 1976 p.115).

Em nosso entender, o argumento político é sempre incompleto atendendo a que os motivos políticos normalmente reflectem interesses económicos. Pomfret (1986) refere que a explicação do interesse político ignora que na ausência de ganhos, a perda se fará contra terceiros. Esta é segundo o autor a razão económica fundamental da proliferação de acordos preferenciais.

Em relação aos países do Magrebe, os efeitos imediatos mais esperados das preferências concedidas pela Comunidade Europeia eram a expansão das suas exportações, a diversificação das exportações e o aumento da atractividade dos mercados ao investimento directo.

### 1.3 Efeito na expansão das exportações

#### 1.3.1 *O Argumento*

O principal argumento económico de ajuda aos países em desenvolvimento através de preferências tarifárias inspira-se em considerações sobre o argumento da indústria nascente. As preferências tarifárias, em especial as que se traduzem na eliminação total de tarifas dos produtos industrializados, podem encorajar uma industrialização orientada para exportações e contribuir para a diversificação das exportações. Em nenhum caso asseguram este efeito (Johnson 1968, Liontas 1973, Yannopoulos 1989). O efeito está condicionado pelas elasticidades da procura dos países desenvolvidos, pela elasticidade da oferta dos países beneficiários e pela existência de um conjunto de medidas de apoio à exportação.

A possibilidade de acesso a mercados mais competitivos, favorece a eficácia do país receptor das preferências que poderá assim beneficiar as suas indústrias. A diferença é que, no argumento da indústria nascente, o investimento social é realizado pelos consumidores dos países que se protegem e é financiado pelas receitas aduaneiras. O resultado é a perda do consumidor em benefício do produtor. No caso das preferências tarifárias, o investimento social é efectuado pelo consumidor do país dador, em benefício do produtores dos país em desenvolvimento. As preferências tarifárias constituem, assim, um meio de transferência de recursos, alternativa ao método directo de ajuda ao exterior (as preferências tarifárias devem ser consideradas alternativa técnica de ajuda. A ajuda financeira é, evidentemente, qualitativamente superior).

Se o país beneficiário estiver na fase inicial da sua industrialização, seguindo a abordagem da vantagem comparativa (Balassa 1982), é razoável supor que os efeitos de expansão se sentirão nos produtos que utilizam com maior intensidade mão de obra não qualificada ou semi-qualificada e que recorra a tecnologia estandardizada e pouco sofisticada e em indústrias nascentes dos países em desenvolvimento (Yannopoulos 1986, 1989).

A relevância destes argumentos para o desenvolvimento, conduzir-nos-ia à discussão das vantagens e inconvenientes das opções de desenvolvimento orientadas para o exterior e das orientadas para o mercado interno<sup>307</sup>.

### 1.3.2 Evidências no Magrebe

O pouco interesse que os economistas têm demonstrado pelos acordos de comércio preferenciais, reside na crença de que o seu impacto prático é pequeno (Pomfret 1986). Além de mais, isolar os efeitos das preferências dos outros factores capazes de influenciar a evolução dos fluxos de bens é difícil. A diferença de conclusões dos estudos sobre o impacto do SPG, de acordo com a metodologia de análise utilizada, evidencia esta dificuldade<sup>308</sup> e reduz o interesse do estudo.

As concessões tarifárias da Comunidade Europeia ao Magrebe têm merecido por parte dos autores uma leitura cautelosa e pouco optimista, alertando em especial para as suas insuficiências enquanto meio central da política de desenvolvimento para a região (Tsoukalis 1977, Nigoul 1989). O cepticismo reside nos limites impostos pelas regras de origem, no efeito negligenciável das tarifas na ausência de outras medidas de apoio à exportação e nas limitações da industrialização dos países do Magrebe.<sup>309</sup>

Alguns economistas (Mahiou 1992, Blin e Parissot 1992) salientam, ao contrário, o potencial da oportunidade de acesso preferencial ao mercado europeu. A diminuição dos laços entre os países do Mediterrâneo foi realçada por Papa e Laurent (1976), para quem a concentração de esforços na realização do melhor acordo com a Comunidade Europeia diminuiu o interesse das relações intra-mediterrânicas.

Estes autores não apresentam nenhum estudo empírico para sustentar as suas conclusões. A revisão da literatura<sup>310</sup>, recomenda as que considerações se façam caso a caso e que os resultados estão intimamente relacionados com factores do mercado nacional, tal como a teoria sugere.

O primeiro trabalho empírico foi apresentado por Mcqueen em 1976. Apesar das suas hipóteses muito restritivas<sup>311</sup> e do nível elevado de agregação é uma importante contribuição para o estudo. Como conclusão, o autor atribui aos acordos um substancial aumento das exportações de Marrocos e Tunísia, no período de 71/72, em relação ao que se poderia esperar com base na tendência anterior da penetração dos produtos nas importações da Comunidade Europeia e às mudanças na sua posição competitiva nos mercados do resto do mundo. Para Mcqueen, esta evolução das exportações não decorre necessariamente das margens de preferências garantidas, mas antes da estabilidade política que os acordos prometiam.

No mesmo estudo, o autor não encontrou evidências de efeitos dos acordos nas importações comunitárias de Marrocos e da Tunísia, pelo que, tomando as exportações e as importações juntas, é de admitir que durante este período os países obtiveram maiores ganhos nas trocas comerciais com a Comunidade Europeia<sup>312</sup>, via preferências.

O estudo de Yannopoulos (1986) com base no *Índice de desempenho de exportação estandardizado*<sup>313</sup> para todos os produtos do Mediterrâneo e em particular do Magrebe e do Maxerreque não registou nenhum efeito de expansão das exportações

durante o período de 1963 a 1979; pelo contrário, a leitura do indicador regista uma retracção nas exportações. Para o autor, este resultado não é estranho dado o peso nas exportações desses países, dos produtos agrícolas não beneficiados pelas preferências. O mesmo indicador para um nível mais desagregado regista efeitos positivos das preferências em determinados produtos, especialmente forte nos "parte e acessórios de equipamento de transporte e "bens de consumo semi-duráveis". A registar também um impacto positivo na rubrica "outros equipamentos" e "produtos semi-manufacturados". Assim sendo, os resultados de Yannopoulos corroboram a hipótese teórica de que o impacto das preferências se registam essencialmente nos produtos em que os países usufruem de vantagens comparativas.

Podemos afirmar com confiança, que a política de substituição das importações condicionou o impacto das preferências no comércio dos países durante as primeiras fases das preferências. O seu efeito foi duplo: perpetuou uma estrutura primária de importações, ausente na lista de preferências concedidas (existe ainda alguma evidência de que o sistema preferencial é mais favorável para os países que já exportem produtos manufacturados<sup>314</sup>) e aumentou a burocracia que aparece como um entrave à eficiência das preferências.

O melhor desempenho das exportações tunisinas em relação a Marrocos na década de 70 resulta, segundo Pomfret (1986) fundamentalmente da maior abertura da economia<sup>315</sup>. A introdução de medidas de apoio à promoção das exportações dos países magrebins nos acordos de cooperação com o Magrebe<sup>316</sup> poderia contribuir para a efectivação da política de preferência. O programa MED-INVEST inclui uma rubrica de apoio à exportação beneficiando a Tunísia e Marrocos.

No quadro apresentamos o mesmo indicador, mas actualizado para os períodos de 80 a 90 com diferentes países de referência. Para além das limitações do indicador, estes resultados são obtidos com dados muito agregados, o que limita as conclusões. Dificuldades estatísticas inviabilizaram uma análise mais detalhada. Os resultados que excedem um (1) indicam um possível impacto positivo das preferências.

Quadro 1 - Índice estandardizado do desempenho de exportação - Total das exportações

	Marrocos		Tunisia		Argélia	
	80-85	85-90	80-85	85-90	80-85	85-90
EUA	0.005319	2.136334	0.073455	1.534528	-0.02247	-0.05281
Brasil	0.361367	0.750447	1.067891	0.816587	-0.32662	-0.0281
Coreia	5.246644	1.114941	15.50457	1.213206	-4.7422	-0.04175

Dados extraídos de: International Trade 1988, 1991, United Nations - Cálculos nossos

Os resultados não possibilitam uma avaliação global do impacto das tarifas em Marrocos e na Tunísia. Quanto à Argélia, podemos suspeitar que as preferências durante este período não tiveram impacto nas trocas comerciais com a Comunidade Europeia. Este era o resultado esperado, atendendo à tipologia da balança comercial da Argélia. Relativamente à Coreia, o efeito das preferências comerciais sofreram uma enorme erosão no período de 85-90. Este indicador é sobretudo influenciado pelo crescimento substancial de comércio da Coreia com a Europa nesse período (173%). Parece-nos razoável confiar na leitura do resultado, face ao desenvolvimento das relações da Comunidade Europeia com os novos países industrializados.

Tendo por base o Brasil, os efeitos das preferências dos países do Magrebe são praticamente inexistentes (excepção ao período 80-85 para a Tunísia). Relativamente aos EUA, no período de 80-85, o indicador não regista um impacto positivo das preferências. No

período seguinte já se pode suspeitar do efeito das preferências, relativamente maior para Marrocos.

A Tunísia parece ter usufruído um maior impacto das preferências no período de 80-85, do que Marrocos. No período de 85-90, essa diferença anula-se.

## **1.4 Efeitos na diversificação das exportações**

### ***1.4.1* Argumento**

O efeito esperado de diversificação das exportações decorre do facto das concessões tarifárias dos países desenvolvidos envolverem especialmente os produtos industriais. As preferências tarifárias, em especial as que prevêm a redução total das tarifas dos produtos industriais, conferem uma vantagem competitiva às indústrias manufactureiras. Em resposta a este estímulo é razoável supor que os países menos desenvolvidos diversifiquem os suas exportações, tradicionalmente agrícolas, especialmente em favor das indústrias nascentes.

### **1.4.2 Evidência no Magrebe**

As críticas mais comuns aos efeitos das tarifas nos países do Magrebe referem que os acordos com a Comunidade Europeia, após as independências, contribuíram, de forma subtil, para a manutenção da ordem colonial anterior em que as economias estavam estruturadas para responder aos desejos da metrópole<sup>317</sup>. As conclusões dos estudos empíricos divergem de acordo com o método e período utilizados, pelo que não nos é permitido, com base nesses trabalhos, extrair uma conclusão e apresentá-la como única. No entanto como vimos no capítulo III muitos outros factores concorreram para a manutenção da estrutura da balança comercial destes países.

Mcqueem (1976) utilizou o *índice de concentração de Gini Hirschman* e comparou os resultados obtidos com os dados reais do período 71/72, com os resultados utilizando a média dos dois anos anteriores, e concluiu que, em geral, os acordos não afectaram o grau de concentração dos produtos exportados para a Comunidade Europeia. Uma das excepções a esta conclusão geral é o aumento de 10% para a Tunísia e de 13% para Marrocos na exportação de produtos manufacturados e "manufacturados diversos".

Conclusão diferente da de Yannopoulos (1986). Este autor utilizou o *índice de Finger-Kreinin* para comparar a similaridade da estrutura de exportação dos países do Magrebe e do Machereque e da Comunidade Europeia em três momentos diferentes (1963, 1970, 1978). A diminuição do índice ao longo dos três períodos considerados (91.7, 75.8, 69.1) indica uma diversificação considerável das exportações. Esta diversificação é reforçada quando comparada com as mudanças da estrutura de exportação para outros mercados. A diversificação das exportações do Magrebe e Machereque é, no entanto, menos acentuada do que ocorreu no norte do Mediterrâneo.

## **1.5 Investimento externo**

### ***1.5.1* Argumento**

Um dos argumentos presentes na teoria de investimento externo, em especial para justificar o investimento orientado para exportação nos países em desenvolvimento, é a diferença de preços da exportação. A redução de tarifas aparece como um elemento



importante da composição do preço de exportação. Assim podemos sustentar que o investimento em países beneficiários de redução tarifárias na entrada dos seus produtos na Comunidade Europeia seria uma alternativa procurada por países não comunitários para a entrada no mercado comunitário. Esta hipótese foi estudada por Johnson(1968) para o SPG.

Johnson concluiu que o aumento do investimento externo poderá ser uma consequência natural das preferências tarifárias, dado que as empresas ao deslocarem a sua produção para o estrangeiro podem aproveitar a dupla vantagem do acesso preferencial a mercados e dos baixos custos da mão de obra. Assim se as empresas dos países doadores ou de terceiros (interessados na preferência) possuírem vantagens específicas que lhes permita competir com as firmas nacionais, a preferência tarifária envolve uma redução na taxa de protecção efectiva criando as condições necessárias para a produção internacional nos países beneficiários, É o que Johnson denominou de "tariff factory". Clague(1972) no seu estudo sobre os efeitos das preferências nos países em vias de desenvolvimento, referiu a mesma hipótese.

A garantia de relações económicas com a Comunidade Europeia e o potencial efeito das preferências na estabilidade económica e política dos países pode servir de estímulo ao investimento. É o efeito "criação de atmosfera" referido por Meade.

A importância do impacto no IDE é reforçada pelo carácter dinamizador que o investimento externo tem nas próprias preferências (Liontas 1973).

Schmitz e Bieri (1972) num estudo sobre o efeito das tarifas comunitárias no investimento directo dos Estados Unidos da América, concluíram que a liberalização do comércio, ao permitir a liberdade de circulação dos bens, reduz o total de investimento externo internacional. Esta conclusão tem presente a hipótese de que o investimento externo se justifica como substituto das exportações.

Taveira (1984) demonstrou o diferente comportamento do investimento face às preferências. O investimento directo estrangeiro orientado para o mercado interno foi afectado negativamente enquanto o investimento orientado para a exportação respondeu positivamente aos acordos de Portugal com a Comunidade Europeia em 1972.

### *1.5.2 Evidência no Magrebe*

As hipóteses do impacto das preferências no IDE são igualmente difíceis de validar empiricamente, dada a complexidade dos factores de decisão do investimento externo e a falta de dados apropriados.

Alguns estudos apontam para um efeito positivo das preferências no crescimento do IDE nos países mediterrânicos. Os trabalhos de Kreinin (1973) e de Perdakis(1980) para a Grécia<sup>318</sup>, Pomfret (1986) para Malta.<sup>319</sup>

No caso dos países do Magrebe, o efeito das preferências aparece como muito difícil de isolar (o método de trabalho mais apropriado seria o inquérito); numa primeira fase o efeito pode ser subestimado pelas restrições ao investimento externo, numa segunda fase a liberalização dos códigos de investimento e a abundância de mão de obra deverão justificar uma parcela muito importante da decisão de investir. Podemos no entanto, suspeitar do efeito marginal das preferências na decisão de investir das empresas europeias, devido ao decréscimo do investimento nos últimos anos. Podemos igualmente indicar que o carácter temporário dos primeiros acordos restringiu o potencial do impacto das preferências.

Por outro lado, o crescimento do investimentos principalmente em sectores protegidos (têxtil e vestuário), não contemplados com a total abertura do mercado europeu confirma, a hipótese do impacto reduzido das preferências no investimento.

A hipótese de Schmitz e Bieri é de rejeitar, na medida em que o investimento no Magrebe continuou maioritariamente europeu. Não nos podemos esquecer que os países do Magrebe estão incluídos na lista de beneficiários dos países desenvolvidos pelo que o investimento estrangeiro de origem europeia pode procurar o Magrebe como uma ponte para esses países.

## **1.6 Desilusões magrebina com o sistema de preferências**

As maiores desilusões magrebina com o sistema de preferências da Comunidade Europeia, não residem na sua ineficiência mas nas suas limitações. Os autores e políticos magrebina frequentemente se referem a estas limitações apontando em especial duas causas de desilusão: a erosão das preferências, pela multiplicação geográfica dos acordos preferenciais (referem-se em especial ao SPG) e o tratamento dado aos produtos sensíveis (agricultura e têxtil).

O relatório da Comissão ao Conselho relativo às conversações exploratórias com os países mediterrânicos<sup>320</sup> reconhece que estas limitações são a razão para a política mediterrânica não ter cumprido com as suas premissas .

Já fizemos referência à erosão das preferências com a adesão da Comunidade Europeia ao SPG, por isso vamos-nos deter nos aspectos relacionados com o protecção da Comunidade Europeia nos sectores sensíveis da agricultura e da têxtil e vestuário. O nível de protecção destes sectores revela o pouco desejo da Comunidade Europeia em enfrentar problemas de ajustamento (Hine 1992).

### ***1.6.1 O tratamento dado aos produtos sensíveis***

#### **1.6.1.1 Produtos agrícolas**

O dossier agrícola constitui o mais difícil das negociações da Comunidade Europeia com o Magrebe, pelo facto das importações na Comunidade Europeia não serem só controladas pelos direitos aduaneiros mas também por um sistema de preços mínimos, garantidos pela Política Agrícola Comunitária (PAC). A PAC é claramente protecção<sup>321</sup>. Para reforçar o protecção do mercado europeu as políticas agrícolas dos Estados Membros convergem igualmente no sentido da protecção do mercado.

A maior parte dos economistas partilha a visão dos efeitos negativos da PAC nos países em vias de desenvolvimento<sup>322</sup>. Efeitos sentidos em particular na marginalização do mundo rural<sup>323</sup> e na balança comercial dos países.

Estas críticas particularizam-se igualmente na região magrebina.<sup>324</sup> Os países magrebina oferecem um limitado número de produtos agrícolas mediterrânicos. Como esses produtos foram incluídos na PAC, as exportações agrícolas sofreram com a discriminação no mercado comunitário em favor dos países mediterrânicos membros (Pomfret 1986). Mais do que as imposições tarifárias que se mantiveram (os direitos aduaneiros dos produtos consagrados não era elevado) os outros instrumentos da PAC, tais como os subsídios, são tidos como responsáveis pela perda de competitividade dos produtos agrícolas magrebina na Comunidade Europeia.

Para Aliboni (1976) é questionável o efeito positivo das concessões agrícolas da Comunidade Europeia para o desenvolvimento do Magrebe. O autor considera que os esforços para manter o lugar na Europa de certos produtos agrícolas tende a conservar e a consolidar as estruturas (coloniais) de exportação dos países do Magrebe, não permitindo a sua diversificação. A predominância dos aspectos agrícolas nas negociações de associação revelam, segundo o autor, a pouca propensão dos países (Tunísia e Marrocos) a alterar as suas estruturas. A abertura do mercado europeu aos produtos agrícolas e a condição comunitária de um alto preço mínimo, tem tido sido igualmente negativa do ponto de vista do desenvolvimento: O lucro extra que os produtores obtêm em certos produtos agrícolas não estimula o crescimento da produção, já que a sua parcela no mercado comunitário é limitada e tem enriquecido apenas os agricultores já ricos.

A adesão do Reino Unido ao mercado comum foi um golpe para as exportações dos produtos Mediterrânicos. O Reino Unido oferecia um mercado aberto para frutos e outros produtos mediterrânicos. Foi, no entanto, o segundo alargamento da Comunidade Europeia que criou mais problemas aos produtos mediterrânicos, já que a Comunidade Europeia passou de défice para excesso de oferta de produtos mediterrânicos (ou pelo menos diminuiu acentuadamente o défice).

Os acordos conseguidos pelo Magrebe são dos mais vantajosos dos acordos mediterrânicos. A política global cobriu pelo menos 80% das exportações de produtos agrícolas para os 9, o que não pode deixar de ser considerado um avanço positivo em matéria agrícola. Os acordos prevêem, em anexo, uma lista de produtos agrícolas que beneficiam de concessões tarifárias permanentes. Os resultados mais importantes das negociações agrícolas foram no vinho com um regime especial aplicável à Argélia, o azeite, onde os países do Magrebe têm um tratamento mais favorável do que os outros países terceiros, os citrinos, os frutos e legumes frescos, as conservas de sardinha, o concentrado de tomate, as saladas de fruta e "farelos e detritos"<sup>325</sup>

Os protocolos adicionais destinados a compensar os países pela adesão dos países ibéricos à Comunidade, não constituíram, apesar do reconhecimento da gravidade das consequências, alterações sensíveis. Concretamente, os acordos confirmaram a utilização dos principais instrumentos de protecção da PAC (preços de referência, calendários, contingentes).

O quadro 2 evidencia o saldo positivo em favor da Comunidade Europeia das trocas agrícolas com o Magrebe.

Quadro 2 - Trocas comerciais agrícolas CEE/ Magrebe (milhões ecus)

	1986	1987	1988	1989	1990
Exportações	998	876	1.057	1.491	1.364
Importações	717	726	818	923	1.038
Saldo	+287	+150	+239	+528	+325
<b>Produtos agrícolas nas trocas globais da Comunidade Europeia (%)</b>					
Exportações	11.5	11.5	12.7	14.2	11.9
Importações	7.8	8.2	9.4	8,8	8.5

Fonte Eurostat

A reforma da PAC, induzida em parte pelas negociações da *ronda do Uruguai* pode ter importantes implicações para Marrocos e para a Tunísia. Do lado das exportações ficou facilitado o acesso ao mercado comunitário em condições mais competitivas. Do lado das importações, pelo contrário, a reforma da PAC supõe um aumento relevante dos custos de produtos, como os cereais ou produtos lácteos, que são importantes nas importações dos

países. Apesar disso, segundo Escribano (1994) as oportunidades parecem ser maiores do que os riscos.

O acordo do GATT traduz-se também na erosão das vantagens adquiridas pelos países. A manutenção de uma situação preferencial implica a consideração especial do dossier agrícola nas negociações para a formação da zona de comércio livre. Este continua, no entanto, a ser o assunto mais difícil das negociações<sup>326</sup>. As negociações continuam prisioneiras à lógica produto a produto o que tem dificultado o consenso.

As tradicionais dificuldades sentidas pelos países do Magrebe nas negociações com a U.E. não produziram infelizmente a busca de alternativas, por parte dos países magrebinos. Como podemos comprovar no quadro 3, a exportação dos principais produtos agrícolas marroquinos é quase exclusivamente dirigida para a U.E..

A situação mais competitiva do mercado dos produtos agrícolas, saída do GATT, poderá obrigar os países a uma nova atitude de aprofundamento da sua extroversão comercial para compensar as perdas de mercado. O abandono da agricultura de exportação, em favor da redução do défice alimentar interno, não constitui uma alternativa viável. Apesar do cada vez menor peso relativo da agricultura na Balança comercial e da pouca expressão da agricultura de exportação no total da superfície agrícola útil, a supressão da agricultura de exportação significaria a perda de trabalho rural e das receitas em divisas (Raki 1991). Por outro lado, a agricultura de exportação não se opõe à agricultura para o mercado interno, pelo que o agravamento do défice alimentar não resulta no aumento da agricultura de exportação.

Quadro 3 - Exportação de produtos agrícolas marroquinos sujeitos a restrições nos países da U.E.

(Em mil Toneladas, senão indicado)

	1988	1989	1990	1991	1992
Citrinos					
Produção	1.253	1.444	900	1.468	1.010
Exportação	582	644	436	686	501
Exportação para U.E.	415	469	317	478	372
Em % produção	33.3	32.5	35.2	32.5	36.8
Em % das exportações	71.3	72.8	72.7	69.7	74.3
Tomates					
Exportação	89	105	92	131	139
Exportação para U.E.	86	99	88	111	133
Em % das exportações	96.6	94.3	95.7	84.7	95.7
Batatas					
Exportações	49	99	61	126	104
Exportação para U.E.	47	98	60	125	103
Em % das exportações	95.9	99.0	98.4	99.2	99.0

Fonte: Office des Changes

## 1.6.2 A têxtil e o vestuário

### 1.6.2.1 Protecção na indústria têxtil e de vestuário

As indústrias têxtil e de vestuário são, desde há longo tempo, um dos mercados mais protegidos a nível mundial. A coordenação multilateral do comércio dos seus produtos remonta à década de 60. O primeiro acordo, denominado "Short-term Arrangement", foi negociado entre os EUA e o Japão. O seu objectivo era limitar as exportações japonesas de produtos de algodão para os EUA. O acordo foi renovado, em 1961, passando a designar-se "Long term-arrangement"(LTA) e foi consecutivamente renovado até à entrada em vigor do primeiro Acordo Multifibras (AMF) em 1974. Desde então o acordo tem sido sucessivamente renovado sob os auspícios do GATT<sup>327</sup>. O AMF contém uma série de restrições quantitativas negociadas bilateralmente entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. Embora o acordo vá contra o espírito do GATT, (ao estabelecer um regime que tem por objectivo restringir as trocas comerciais através de um tratamento discriminado entre os participantes e baseá-lo em acordos de natureza bilateral), as negociações decorrem sob os seus auspícios, e enquadram-se no artº 19 do GATT que estabelece a possibilidade de um país importador utilizar medidas restritivas sempre que tiver de enfrentar uma desorganização de mercado.

As restrições impostas pelo AMF tinham por objectivo proteger temporariamente as indústrias de têxtil e vestuário, em declínio na maioria dos países desenvolvidos, de forma a estas se reestruturarem e adaptarem-se à concorrência.

O GATT define como objectivos fundamentais do AMF "a expansão do comércio mundial, assegurando o desenvolvimento ordenado e equilibrado do comércio destes produtos"(GATT 1974, p.6). Os acordos garantem, aos exportadores, a exportação dos seus produtos e portanto um acesso ordenado ao mercado, pelo que, para a maioria dos PVD's, as restrições impostas pelo AMF eram consideradas mais vantajosas de que as restrições *ad-hoc*.

Este acordo tem "natureza dupla" (Ana Faria 1991, p. 122), ou seja, se por um lado tenta restringir as trocas internacionais de têxteis e de vestuário, por outro visa a liberalização progressiva desse mesmo mercado internacional, procurando controlar as medidas restritivas levantadas pelos participantes. O funcionamento do AMF, principalmente devido à sua natureza dupla, gerou sempre muita controvérsia e não reuniu o consenso dos economistas sobre os seus efeitos no desenvolvimento dos países exportadores. Alguns trabalhos (Cline 1987, Cable 1990, Erzan 1990) concluem que o AMF, apesar dos aumentos acentuados das importações de produtos abrangidos pelo acordo, funcionou na globalidade como um retardador das importações e em determinadas categorias de produtos como um bloqueador ao comércio. Os vários estudos referem, entre outros, os efeitos perversos dos elevados custos aos consumidores e da ineficiente alocação de recursos.

#### 1.6.2.2 Os Acordos multifibras e o Magrebe

Em geral os acordos com os países do Mediterrâneo (e do ACP) foram mais liberais do que os restantes acordos confirmados pela Comunidade Europeia.

Em vez de utilizar continuamente a facilidade garantida pelos acordos (excepto no caso da Grécia) de utilização medidas de salvaguarda, para produtos sensíveis, a Comunidade Europeia procurou realizar acordos voluntários à exportação para os produtos AMF. Em sequência, em Julho de 77, Marrocos e a Tunísia (assim como Espanha, Turquia e Egipto) acordaram em restringir as suas exportações. Os acordos que se resumiram a uma notificação unilateral da Comunidade Europeia sobre o máximo de exportação permitido, previam limites de auto limitação, repartidos pelos países membros, referentes sobretudo a oito categorias de produtos mais sensíveis para a Comunidade Europeia e alguns produtos "semi-sensíveis". Para a Tunísia foram fixados limites para os tecidos de algodão, *T-shirts*, calças, camisas e camiseiros. O mercado francês regulava

ainda a exportação de *slips*, *anorak* e vestidos e o mercado Benelux fixou limites para a exportação de saias. Para Marrocos, o acordo fixou os limites para a importação de *T-Shirt*, camisolões, calças, camiseiros e camisas. França limitava ainda o acesso de vestidos, meias de homem e saias ao seu mercado enquanto os países do Benelux restringiam a entrada de fios de fibra artificiais e de vestidos.

Os acordos previam ainda a regulamentação das trocas sobre a forma de *Trafic Perfectionnement Passif*<sup>328</sup>, cujos valores eram importantes, em especial para a Tunísia. Nos termos dos acordos só o valor acrescentado incorporado poderia ser deduzido ao limite máximo.

Para a Comunidade Europeia, o balanço do AMFI foi desfavorável, pois absorveu cerca de 72 % do crescimento das importações destinadas aos países desenvolvidos.<sup>329</sup> A aplicação do AMF II, apesar de não registar nenhuma mudança formal significativa, correspondeu ao aumento do protecçãoismo e conseguiu atingir o objectivo de abrandamento das importações. De uma taxa anual de crescimento de volume das importações de aproximadamente 25% durante AMFI, a Comunidade Europeia reduziu a taxa de crescimento para cerca de 4%<sup>330</sup>.

O maior protecçãoismo do AMFII manifestou-se nos acordos com o Mediterrâneo. No caso de Marrocos e da Tunísia, a quota fixada foi suficientemente alta para afectar negativamente o comportamento das exportações para a Europa. Os países ainda conseguiram escapar às restrições e em resultado aumentaram as suas exportações em termos de volume e valor (Pomfret 1986).

Quando se iniciaram as negociações do AMFIII, a conjuntura na Europa era caracterizada pela estagnação da procura de produtos têxteis e pela lenta reestruturação da indústria. O acordo AMFIII foi, por isso, mais restritivo. O texto passou a incluir uma cláusula *anti-surge* cujo objectivo era proteger os mercados de aumentos súbitos dos produtos sensíveis e passou a considerar a procura interna para determinar as taxas de crescimento das importações. Durante este período, a posição da Comunidade Europeia ficou mais severa com respeito ao AMF em geral e aos acordos preferenciais em particular. Marrocos e a Tunísia foram vulneráveis a este aumento das restrições da Comunidade Europeia.

Nas negociações do AMFIV as posições extremaram-se, aumentando o conflito entre os países exportadores e importadores. A intenção de liberalizar os sectores têxteis e vestuário ficou expressa na declaração de Punta Del Este (1986), no início das conversações multilaterais do GATT, conhecidas por "Ronda do Uruguai". O comércio de produtos de têxtil e vestuário será progressivamente regido pelas novas regras e disciplina do GATT. A integração do sector no GATT, segundo os seus defensores, melhorará a concorrência internacional, o que permitirá baixar o preço ao consumo e aumentar as exportações dos países em desenvolvimento. Nas negociações ficou decidida a liberalização total dos produtos cobertos pelo AMF, de acordo com o calendário apresentado no quadro 4.

Quadro 4 - -Desmantelamento programado do AMF

Prazo (base: importações de 1990 agrupadas em 4 famílias: lãs cardadas e fios, tecidos, confecção, vestuário)	Volume
1/7/95	-16%
ao 37º mês	-17%
ao 85º mês	-18%
ao 121º mês	a totalidade

Fonte : Problèmes économiques nº 2370, 1994

#### 1.6.2.2.1 Os efeitos no Magrebe

O proteccionismo no sector têxtil tem sido apontado como uma das causas de desilusão dos países magrebinos na relação com a Europa. Para alguns autores, os resultados no comércio e do sector industrial contrariam esta leitura, sendo que regime de liberdade total de concorrência as indústrias têxteis de Marrocos e da Tunísia não teriam conseguido resultados mais favoráveis do que num quadro de auto-limitação. (Joeques 1982<sup>331</sup>, Pomfret 1986, Bistolfi 1988, Rhein 1991).

Para outros autores, a restrição no acesso de produtos têxteis ao mercado europeu não é negligenciável (Blin e Parisot 1992) e é apontada como um obstáculo à penetração dos produtos têxteis dos países da África do norte (Nigoul 1989).

As estatísticas evidenciam um aumento das exportações dos produtos têxteis durante o período dos acordos. Durante o período de 81 a 87 os produtos têxteis foram os magrebinos que mais ganharam posições no mercado europeu. Os seus resultados são porém claramente inferiores, por exemplo, aos da Turquia e aos da Jugoslávia.<sup>332</sup>

No período recente, o quadro 4 indica um crescimento tímido das exportações magrebina. A posição relativa do Magrebe cresceu ligeiramente nos anos 1992 e 1993, mas não ultrapassou os 9% das importações da U.E.. Representa porém uma parte importante do mercado francês (quadro 5). Durante esse período as quotas do Magrebe foram continuamente ultrapassadas nos item calças e camisas.(quadro 6).

Quadro 5 - Importações da U.E. de produtos AMF. 1991-1993

(em milhões de ecus e em percentagem)

		1991	%	1992	%	1993	%
Países AMF	Total	27193	91	26584	89	27185	89
	Têxtil	9311	97	8818	98	8574	96
	Vestuário	17922	88	17766	85	18611	85
Magrebe	Total	2314	8	2621	8	2811	9
	Têxtil	145	2	167	2	165	2
	Vestuário	2169	10	2454	12	2646	12
ACP	Total	642	2	705	2	726	2
	Têxtil	137	2	120	1	115	1
	Vestuário	505	3	585	3	611	3
Total	Têxtil	9593	100	9105	100	8854	100
	Vestuário	20496	100	20805	100	21868	100

Fonte: Eurostat

Quadro 5 - Parte do mercado Francês e Alemão em 1992 (em % das importações de origem extra-comunitárias)

	Chapelaria		Confecção	
	França	Alemanha	França	Alemanha
Marrocos	16.9	1.8	23.6	2.6
Tunísia	6.2	1.1	17.7	4.5
Turquia	9.2	25.2	2.8	9.8

Fonte: Eurostat, Cometex

Quadro 6 - Restrições às importações do Magrebe para os países da União Europeia (em mil itens)

	1990		1991		1992(1)		1993(1)	
	Quota	Resultado	Quota	Resultado	Quota	Resultado	Quota	Resultado
<b>Calças</b>								
França	14.989	25142	15963	23690	18750	21546	19.988	25.565
Alemanha	4.346	3.124	4.608	3.675	5.458	4.220	5.790	5.634
Benelux	1.612	1.322	1.718	1.670	1.726	2.029	1.839	2.222
Reino Unido	800	372	840	232	1.025	2.261	1.079	4.864
Outros	3.558	3.030	3.746	5.061	5.141	7.321	5.396	8.200
Total U.E.	25.300	32.990	26.875	34.328	32.100	37.377	34.092	46.485
<b>Camisas</b>								
França	9.750	12.540	10.127	12.167				
Benelux	550	359	567	246				
Total U.E.	10.300	12.899	10.694	12.413				
<b>Blusas</b>								
França	2.720	2.122	2.868	1.847				
<b>Vestidos</b>								
França	1.367	673	1.475	380				

(1)As quotas para as blusas, camisas e vestidos foram abolidas em 1992 Fonte: autoridades marroquinas

Um argumento em defesa dos benefícios do acordo para a economia magrebina é a constatação do crescimento do sector têxtil em Marrocos e na Tunísia durante este



período. Em especial no que se refere a Marrocos, o país mais bem situado no mercado europeu (quadro 4), o aumento (61% em volume) das exportações marroquinas para a Europa no período do AMFI e o proteccionismo interno da indústria têxtil previsto no código de investimentos de 1973, transformaram o sector numa sector de exportação. Este período correspondeu a um importante aumento da produção da indústria têxtil marroquina e a um aumento da produtividade média. Entre 1978 e 1980 a produtividade média de um trabalhador do sector de vestuário aumentou 6.7% em termos reais.

Este crescimento não teve, porém, paralelo no desenvolvimento de outros factores competitivos e na criação de uma estrutura industrial e empresarial consistente. Em consequência os ritmos de crescimento começaram a cair. Em 1990 a produtividade média é inferior em cerca de 30% em relação a 1986 e o sector tem vindo a aumentar sua dependência em relação ao mercado francês (o sector de chapelaria e confecção representa cerca de 84% das exportação têxteis e mais de 80% dessas exportações são destinadas a França).

Estes factores, embora coincidam com ao cenário global da indústria Marrocos, são também consequência do ambiente competitivo gerido dos acordos multifibras. Não podemos facilmente mensurar o seu verdadeiro impacto, mas à luz de outros trabalhos, indicamos que no Magrebe o aumento da actividade industrial na têxtil e no vestuário, se fez a elevados custos dos consumidores e promoveu a má alocação de recursos. Possivelmente, se tivessem enfrentado um mercado a funcionar livremente, as indústrias têxteis e de vestuário da região poderiam se ter tornado mais eficientes.

Os resultados da liberalização não são totalmente previsíveis. Se a abertura do mercado europeu constitui uma oportunidade para a indústria marroquina e a concorrência um "estímulo" à eficiência, a posição dos países magrebins, inclusive no mercado interno, corre o risco de ser atacada por outros países de baixo salário do Mediterrâneo e especialmente do Leste.

Quadro 7- A indústria têxtil em Marrocos 1960-1990

	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990
Vendas (milhões de DH)	60	370	901	2193	4049	8300	15291
Investimentos (Média 5 anos)			71	146	201	559	3480
Exp/Imp (%)		20	NA	73	93	131	166
Empregos(000)		15	30	50	63	100	153

Fonte:AMIT, Ministère du Commerce et d'industrie

## 2 Investimentos

Uma das principais virtudes da cooperação industrial é ser uma área de responsabilidade mútua. O sucesso das iniciativas da cooperação dependem da capacidade dos países do Magrebe criarem as bases para um crescimento sólido realizando para tal os ajustamentos estruturais necessários e eliminarem as medidas capazes de desencorajar o investimento externo, sejam elas de natureza administrativa ou legal.

A promoção dos investimentos é uma das áreas mais importantes da cooperação industrial com um importante efeito sinérgico nas restantes áreas da cooperação industrial (como seja a transferência de tecnologia, o I&D, normas industriais, formação) e na cooperação comercial<sup>333</sup> e social. A cooperação industrial, e em especial na sua vertente tradicional de apoio ao investimento, é a área onde as possibilidades de encontro de

interesses podem ser mais uteis, permitindo a aproximação e o desenvolvimento das margens (Barre 1993). Rhein (1991) refere que a cooperação Euro-Magrebina no plano económico se deverá fazer pelas empresas.

Como já referimos, a política de cooperação da Comunidade, inspirada no modelo liberal, considera as empresas como um dos principais actores da cooperação<sup>334</sup>. Esta participação é reforçada pelo modelo de co-desenvolvimento e parceria que põe acento em vertentes de cooperação tais como o desenvolvimento de projectos empresariais conjuntos, e a pesquisa e desenvolvimento.

A partir dos dados de investimento é-nos difícil perceber a existência de uma política mediterrânica e de vizinhança. De facto, os dados não são coerentes com o desejo manifestado de pôr em prática uma política mediterrânica. Limitaremos o tratamento deste capítulo aos instrumentos criados especificamente com o objectivo de alterar esta situação, promovendo o investimento.

## 2.1 EC Investment Partner

A Comissão apresentou à Comissão, em Dezembro de 1986 uma comunicação sobre "Cooperação industrial com países menos desenvolvidos da América Latina, Ásia, Golfo e Mediterrâneo". Em sequência do convite do Comité para desenvolver outros instrumentos de cooperação com os países da América Latina e Mediterrâneo, a Comissão concebeu o "EC Investment Partner". É um instrumento financeiro cujo objectivo central é a promoção dos investimentos dos operadores da Comunidade Europeia, sob a forma de *joint-ventures*, com os operadores locais nos respectivos PVD's elegíveis, de acordo com o interesse mútuo. A fase piloto deste instrumento, que se vulgarizou como "Facilidade Cheyson", decorreu de 1988 a 1991. O montante envolvido enquadrado na rubrica de "despesas não obrigatórias", na fase experimental, foi apenas de 30 milhões de ecus, cabendo aos países do Mediterrâneo apenas 5 milhões de ecus.

Em Dezembro de 1990, no final da fase experimental, a Comissão propôs o reforço do instrumento, que apresentou em Março de 91. O regulamento<sup>335</sup>, alterado em Novembro 91<sup>336</sup> após o parecer do Parlamento Europeu, foi aprovado pelo Conselho em Fevereiro de 1992<sup>337</sup>. Apesar desta demora o Conselho confirmou as características principais do sistema, aumentando a dotação do financiamento. O limite do financiamento por projecto passou de 500 000 ecus para 1 000 000 ecus.

Em Julho de 1994, a Comissão apresentou ao Conselho uma comunicação relativa à continuação do instrumento<sup>338</sup>, propondo a sua extensão para a África do Sul e uma nova proposta de regulamento relativa à sua execução. No essencial, a proposta apenas alargou a extensão geográfica e as facilidades de financiamento.

### Funcionamento

A natureza das operações elegíveis, os destinatários e as modalidades de financiamento estão sintetizadas no quadro. O instrumento cobre todos os estádios do processo de investimento desde a identificação do projecto e dos parceiros até ao apoio em formação e assistência na gestão já após a criação da *joint venture*.

Apenas a facilidade do Tipo I, na qual as empresas não são elegíveis, consiste na atribuição de subvenções a fundo perdido. As outras facilidades funcionam com base em empréstimos ou participações de capital.

Uma das características mais importantes do instrumento é o seu funcionamento descentralizado, através da criação de uma rede de instituições financeiras (37 em 1991, 95 em 94). As IF envolvem-se em todas as fases do projecto, inclusive co-financiamento

(obrigatório na facilidade 3 e 4), tendo todo o interesses em gerir a contribuição da Comunidade Europeia como se da sua própria se tratasse.

As avaliações sobre o instrumento realizadas por uma equipa independente (de acordo com o regulamento comunitário) e pelo tribunal de contas, realçam o crescente sucesso do projecto e a eficácia da sua concepção ao abranger todas as fases do processo de investimento. No juízo do Tribunal de Contas "O instrumento ECIP cobre uma necessidade real que o mercado ignora ou satisfaz apenas parcialmente. (...) Este instrumento que é complementar a outros já criados pela Comunidade Europeia, reflecte a vontade dos países em desenvolvimento de obterem transferências de tecnologia através da criação de empresas comuns" (Comissão 1994, p.1)<sup>339</sup>

A distribuição da dotação do instrumento tem marginalizado o Mediterrâneo face às outras regiões elegíveis (quadro 9 ). A repartição em 94 e 95, embora mais equitativa continua a desfavorecer o Mediterrâneo ( Ásia(37.5%), América Latina (37.5%) e Mediterrâneo (25%)).

De entre os países do Mediterrâneo, Marrocos foi o país com maior sucesso em termos de número de empresas conjuntas criadas, ao abrigo deste programa (quadro11).

Quadro 9 Orçamento para a fase experimental 1988-1990 (milhões de ecus)

	Ásia	América Latina	Mediterrâneo	Total
1988				
Autorizações	4.25	2.75	p.m.	7
Pagamentos	1.3	0.7	p.m.	2
1989				
Autorizações	4.5	3.5	2	10
Pagamentos	2.8	2.2	1	6
1990				
Autorizações	5.5	4.5	3	13
Pagamentos	3.1	3.3	1	7.4
Total				
Autorização	14.25	10.75	5	30
Pagamentos	7.2	6.2	2	15.4

Fonte: COM (90) 574 Final Bruxelas

Quadro 8 - Características do ECIP - Investment Partner

Facilidade	Objectivos	Destinatários	Projectos	Financiamento
Identificação de projectos e parceiros (Facilidade 1)	Identificar sectores específicos que ofereçam potencialidades de investimento Identificar empresas da U.E. que disponham de tecnologia e recursos financeiros para participarem em empresas comuns Identificar empresas locais potenciais candidatas a uma parceria com empresas europeias Informar as empresas das oportunidades e organizar encontros entre parceiros potenciais	Organizações representativas de grupos de empresas Instituições financeiras da rede ECIP	Estudos com vista a dotar um determinado sector da U.E. com informações de base no que se refere às oportunidades de investimento Projectos de realização de seminários ou grupos de trabalho para estabelecer contactos entre os parceiros do país alvo e os da U.E.	Modo de Financiamento: Subvenções Montante : até de 50% do projecto num montante máximo de 100000 ecus Caso a operação diga respeito à preparação de uma privatização, ou de um sistema BOT (Build operate and transfer) ou BOO (Build operation and Own) em matéria de infraestruturas, serviços de utilidade pública ou organismo publico a participação Pode elevar-se até 100% num montante máximo de 200000 ecus
Preparação para a criação de uma empresa comum (Facilidade 2)	Permitir que a empresa recolha todos os elementos que assegurem a viabilidade financeira do projecto e que permitam que o projecto evolua no sentido da criação de uma empresa comum.	Empresas locais ou da U.E. isoladamente ou em conjunto que estejam à procura de um projecto de investimento comum	Identificação e selecção do parceiro Estudos de exequibilidade Estudos de mercado Elaboração de um plano comercial Constituição de uma unidade piloto de produção Elaboração de protótipos	Modo de financiamento: Adiantamento sem juros a converter posteriormente em subvenções empréstimo ou capital Montante: Até 50% do projecto num montante máximo de 250.000 ecus. Estudos de pré-viabilidade : Até 10%
Financiamento do capital necessário (Facilidade 3)	Disponibilizar capital para criação de empresas comuns, ampliar as existentes, ou para um novo investimento das empresas locais que operem no âmbito de acordo de licença com a U.E.	Reservada prioritariamente a PME's Empresas comuns nos países elegíveis entre um operador local e parceiros da U.E.		Modo de financiamento: Participação no CP ou empréstimo a LP através das IF's Montante: Até 20% do capital da empresa num montante máximo de 1 milhão de ecus Participação da IF em igual montante
Formação ou assistência à gestão de empresas comuns (Facilidade 4)		Empresas comuns nos países elegíveis entre um operador local e parceiros da U.E.		Modo de financiamento: Empréstimos sem juros através da IF Montante: Até 50% do custo num montante máximo de 250000 Participação da IF em igual montante

Quadro 10 - Repartição das dotações por países

Repartição	Orçamento 94	Aprovado 95	Variação (%)
Ásia	14625	15750	108
América Latina	14625	15750	108
Mediterrâneo	9750	10500	108

Fonte: COM(94) 358final

Quadro 11 - Evolução no período entre 1988 e meados de 1994- Nº de empresas comuns

Regiões	Nº de projectos	Países com maior sucesso
Ásia	357	India-65 China-59 Indonésia-50
América Latina	300	México-86
Mediterrâneo	236	Marrocos-38
Total	909	

Fonte: COM(94) 358final

A diferença no número de projectos aprovados por facilidade sugere três leituras: ou os operadores não aproveitam a vantagem do instrumento cobrir todas as fases do investimento, ou o número de processos que não se realizam é muito grande, ou o instrumento não dá o mesmo interesse às facilidades (quadro 12). O Tribunal de Contas referiu-se também à insuficiência dos resultados da facilidade 3.

Quadro 12 - Nº de pedidos de financiamento aprovados-1988-1993

	Nº de aprovações		Montante aprovado em ecus		Financiamento médio do ECIP
	Número	% do Total	Número	% do total	
Facilidade 1	263	35	13112678	17	49858
Facilidade 2	408	55	41426949	52	101537
Facilidade 3	52	7	21341133	27	410406
Facilidade 4	24	3	3221119	4	134213
Total 1988-93	747	100	79101879	100	105893

Fonte: COM(94)358Final

## 2.2 MED INVEST

O instrumento MED INVEST é proposto no âmbito da proposta de cooperação regional<sup>340</sup> de interesse para a região mediterrânica. O programa faz parte do dispositivo de intervenção "programas Mediterrânicos", a que já nos referimos.

Os Objectivos do MED-Invest são:

- 1) Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das PME's nos mercados locais e para a exportação;
- 2) Facilitar o acesso ao crédito, principalmente para apoio ao investimento;
- 3) Pôr à disposição das empresas serviços de informação e de apoio ao desenvolvimento em quantidade e qualidade suficiente;
- 4) Desenvolver a informação e valorizar os recursos humanos dos PTM para favorecer a inovação e a criação de projectos de actividade económica;
- 5) Iniciar e multiplicar os contactos para facilitar a parceria na perspectiva da criação de *Joint Ventures*.

São elegíveis: (a) agrupamentos de empresas; (b) organismos e associações profissionais; (c) sociedades locais e regionais de desenvolvimento; (d) instituições e organismos que possuam uma competência efectiva no domínio da informação e da cooperação entre empresas assim como em matéria de apoio ao desenvolvimento económico.

Durante a fase piloto o instrumento (1993-95) o instrumento foi dotado de 10 milhões de ecus, divididos pelas onze acções estabelecidas (quadro 13)

O programa desenvolvido tem na sua estrutura semelhanças com o programa desenvolvido internamente de apoio às pequenas e médias empresas comunitárias. O Grupo A de acções caracteriza-se pelo alargamento aos PTM dos instrumentos já utilizados na Comunidade Europeia. O seu principal objectivo é promover a informação e o encontro de responsáveis das empresas.

De entre os países do Magrebe, Marrocos é o mais privilegiado pela cobertura dos projectos. A ausência dos outros países do Magrebe do projecto da BC-NET e BRE é uma insuficiência do projecto se atendermos ao processo de integração magrebina, em curso.

O Grupo B de instrumentos é constituído por projectos inovadores destinados a experimentar nos PTM instrumentos que favoreçam o desenvolvimento e a criação de PME's. Estes instrumentos têm uma orientação para a melhoria de factores críticos de sucesso das empresas (financiamento, recursos humanos, tecnologia, marketing, etc...) e para a melhoria do ambiente geral de negócios.

Marrocos é igualmente o mais beneficiado em termos de instrumentos disponíveis. A sua exclusão do "acesso ao crédito" é uma das limitações do instrumento, em face das limitações internas de financiamento das empresas. A elegibilidade dos três países magrebins no instrumento "criação de empresas" parece-nos relevante em face da situação social provocada pelo desemprego. Quanto à Tunísia, estranhámos a sua exclusão dos instrumentos "Centro de Serviços" e "Agências de desenvolvimento".

As condições de crédito do e a falta de divulgação do projecto junto dos operadores europeus são, segundo Slim(1993), os aspectos que dificultam as vantagens dos acordos. Se compararmos com os instrumentos bilaterais existentes entre os países do Magrebe e os países da Europa, as condições que o ECIP oferece são menos vantajosas<sup>341</sup>.

Alguns instrumentos adicionais poderiam contribuir para a melhoria destes programas, nomeadamente a criação de uma entidade jurídica "empresa mediterrânica" e

o reforço do apoio à Investigação e Desenvolvimento<sup>342</sup>. A introdução de uma dimensão "Magrebina" nos projectos poderia contribuir significativamente para atracção da região e para promover a integração.

Quadro 13 - Características do MED INVEST

Designação	Objectivos	Países Destinatários	Participação U.E. ecus
<b>GRUPO A</b>			
EURO-PARCEIRA	Estimular o encontro e as parcerias entre empresas de regiões menos desenvolvidas ou em declínio industrial e outras empresas dos Estados membros da União.	Todos os PTM são convidados a participar	4000.000
MED-PARCEIRA (a)	Estimular o encontro e as parcerias entre empresas de um PTM e as empresas dos Estados membros da União.	Israel, Turquia, Chipre, Marrocos e Malta	1750.000
MED-INTERPRISE	Apoiar acções locais, regionais e nacionais que visem estimular os contactos entre empresários e a colaboração entre PME's.	Todos os PTM	400.000
BC-NET E BRE <sup>(a)</sup>	Ajudar a encontrar parceiros de cooperação internacional. Divulgar oportunidades de cooperação.	Israel, Jordânia, Marrocos e Turquia	400000
<b>GRUPO B</b>			
Acesso ao crédito	Criação de sociedades financeiras especializadas para <u>financiamento</u> de investimentos, <u>aconselhamento</u> em projectos e desenvolver um efeito dinamizador dos mercados locais.	Egipto e Tunísia	450000
Exportação	Criação de Sociedades de Gestão da exportação com a finalidade de ajudar as PMEs industriais a vender no estrangeiro.	Marrocos e Tunísia	1500000
Centros de serviços	Prestação de serviços: informação tecnológica e económica, utilização de novas tecnologias, Marketing, gestão de Rh, .....	Chipre, Marrocos e Turquia	1350000
Agencias de desenvolvimento	Promoção económica de uma zona para atrair investimento e criação de emprego.	Egipto, Turquia e Marrocos	900000
Criação de empresas	Apoio aos Jovens empresários.	Argélia, Israel, Malta, Marrocos e Tunísia	1000000
Bolsas de estudo e formação	Garantir o efeito multiplicador das acções do MED INVEST através da associação às acções experimentais de especialistas e profissionais de empresas, que porão em prática os seus conhecimentos nos países de origem.	Todos os PTM	400000
Auditorias, estudos	Medir as condições de transferência e a eficácia dos instrumentos do MED INVEST para preparar a fase ulterior à fase experimental.	Todos os PTM	400000

(a) A 2ª edição realizou-se em Marrocos a 15 e 16 de Maio 1995, contando com a presença de 500 PME's Europeias e 250 PME's marroquinas (A primeira edição realizou-se na Turquia em Abril de 1994 e a próxima edição (3ª) realizar-se-á em Outubro de 1995 em Israel)

<sup>(a)</sup> BE- NET - "Business Cooperation Network"; rede de informação, especializada na cooperação internacional entre empresas BRE - "Bureau Rapprochement des Entreprises".

### 3 *Cooperação Social*

#### 3.1 O trabalhador magrebino à luz dos tratados

"Nós não seríamos dignos da Europa se não tratássemos estes trabalhadores da mesma maneira que os outros europeus que estão aqui estabelecidos."

Jacque Delors (falando acerca dos trabalhadores magrebinos) <sup>343</sup>

As insuficiências dos acordos bilaterais de âmbito social realizados entre o Magrebe e alguns países europeus face à dimensão do fenómeno de emigração levaram os países magrebinos a solicitar à CE a inclusão desta matéria nos acordos de cooperação. Durante as negociações dos primeiros acordos a Comunidade Europeia rejeitou essa possibilidade com o argumento de que estas matérias eram exclusivas dos Estados Membros.

Em 1972, no início das negociações dos novos acordos, a Comunidade Europeia continuou insensível às pretensões magrebinas (Nadifi 1989), apesar da insistência dos países<sup>344</sup>. Apenas em 1974 os aspectos sociais dos acordos foram abordados nas negociações, desencadeando um debate que só se encerrou em 1976. A morosidade das discussões atesta as dificuldades da negociação.

Actualmente a situação dos trabalhadores magrebinos na Comunidade Europeia continua a ser regida pelo acordos de associação de 1976 e pelos acordos bilaterais dos diversos Estados Membros com os países do Magrebe<sup>345</sup>.

Nos acordos de associação, ainda em vigor, os artºs 39 a 42 consagram os seguintes princípios: ausência recíproca de discriminação no que se refere às condições de trabalho, remunerações e segurança social, a totalização dos períodos de residência e trabalho nos diferentes estados membros, para efeitos de pensões e de subsidio; os abonos familiares para os membros das suas famílias residentes na Comunidade Europeia e a livre transferência de rendimentos para os seus países respectivos.

As questões sociais ficaram reduzidas a uma "abordagem de mão de obra", pelo que a denominação de "social" é exagerada. O título do capítulo "Cooperação no domínio da mão de obra" revela, aliás, as poucas pretensões de âmbito social dos acordos.

A existência destas disposições nos acordos de associação confere a estes acordos um "carácter original incontestável"(Nadifi 1989, p. 289) face aos acordos de 77 com o Machereque e os acordos de Lomé (as disposições nos acordos de Lomé são mais vagas e gerais figurando em anexo aos acordos). Boudahrain (1991), num artigo crítico da cooperação em matéria de segurança social dos trabalhadores magrebinos, salienta, no entanto, que "a segurança dos trabalhadores migrantes e das suas famílias representa um exemplo fortemente significativo e revelador das intenções dos responsáveis de promover e desenvolver uma cooperação solidária a todos os níveis, nomeadamente por meio de "contratos de solidariedade" nos domínios económico, social, cultural, político, técnico, etc."



Alguns autores magrebinos (Belguendouz 1991, Boudahrain 1991) acusam a Comunidade Europeia de "eurocentrismo" e de não reconhecer no trabalhador magrebino mais do que uma força de trabalho, não levando em consideração a sua dignidade e identidade cultural.

Uma crítica comum à política de protecção social dos trabalhadores migrantes na U.E. é a da discriminação entre os trabalhadores migrantes de origem comunitária e os outros migrantes. A Comissão reconhece as diferenças de tratamento de acordo com as origens dos trabalhadores<sup>346</sup> e afirma que "a igualdade de tratamento com os trabalhadores comunitários deverá ser o objectivo para o qual se deverá tender progressivamente".

No entanto, a Comissão (1982, p.18) considera que, dada a concentração dos emigrantes em alguns países da Europa, particularmente França, os problemas referentes à mão de obra devem ser tratados sobretudo por acordos bilaterais, pelo que a introdução da componente social nos acordos não pretende mais do que "Regularizar o regime de vantagens sociais adquiridas pelos trabalhadores magrebinos que trabalham em vários países da Comunidade, era essencialmente resolver o problema da totalização dos direitos adquiridos, a título de pensões de reforma, de sobrevivência e de invalidez, mesmo se nenhum acordo bilateral ligar certos Estados Membros à Argélia, Marrocos ou à Tunísia".

A adopção de questões sociais nos acordos de cooperação não põe em causa os acordos bilaterais dos Estados Membros com os países do Magrebe na medida em que esses acordos sejam mais vantajosos para os emigrantes<sup>347</sup>

Para Nadifi (1989 p.292), apesar das limitações "os acordos de cooperação apresentam incontestavelmente um progresso evidente em relação aos instrumentos bilaterais", por, acrescenta o autor, "abordar a situação do trabalhador magrebino à escala comunitária."

Na prática, estas vantagens estão limitadas pelo facto dos acordos bilaterais serem mais abrangentes<sup>348</sup> e pela exclusão nos acordos de alguns aspectos considerados importantes para os negociadores magrebinos, particularmente a questão da livre circulação no território da União e o reconhecimento ao direito à formação profissional e a discriminação contra as famílias dos trabalhadores que não residam na Europa comunitária ou que continuem no país comunitário após o regresso do trabalhador.

Mas as maiores limitações da política social tem sido a sua prática. Na reunião do Conselho de Cooperação Marrocos-CEE de 24 de Abril de 89, o Ministro dos Negócios Estrangeiros marroquino (Me Filali) expressou a sua preocupação face à ineficácia dos acordos em matéria social: "No domínio social, Marrocos apenas pode, mais uma vez, relevar a incapacidade da Comunidade Europeia de pôr em prática uma política comum com o objectivo de concretizar as disposições do nosso acordo relativo ao direito dos nossos cidadãos à igualdade de tratamento em matéria de protecção, de segurança social, do reagrupamento familiar, das condições de trabalho e da remuneração"<sup>349</sup>.

### 3.2 Cooperação da Comunidade Europeia

O Comité Económico e Social (1992, p.24) considera que as "migrações do Magrebe para a Comunidade são um fenómeno com que se terá de conviver ainda por muito tempo". O Parlamento Europeu (1991, p.251) adverte que a emigração decorrerá de forma ainda mais maciça e incontrolada se a Comunidade Europeia "não estabelecer com os países novas relações mais equitativas e qualitativamente diferentes do passado" e no mesmo documento considera que dada "a especificidade magrebina e a dimensão do fenómeno migratório" é necessário estabelecer uma relação preferencial com esta região.

Os acontecimentos recentes (questão Rushdie 1988, o debate sobre o aumento da violência, a guerra do Golfo 1991, a morte de estrangeiros e turistas no mundo árabe) favoreceu uma imagem mediática e redutora dos imigrantes, que conduz a atitudes de intolerância xenofóbica.

O dossier migrações é um dos mais sensíveis das relações Euro-Magrebina. Os desafios para a U.E são: integrar harmoniosamente os emigrantes legais, regular e controlar os fluxos de emigração. É importante que as trocas humanas não sejam só mais uma consequência da herança colonial mas antes um desafio para as relações entre as margens (Mahiou 1992) baseadas no respeito pela dignidade da pessoa, pelo seu direito ao trabalho em condições justas e no essencial respeito pela especificidade cultural das margens.

O desenvolvimento pode mudar o carácter das migrações e reduzir a propensão a emigrar nos países Magrebinos. O Parlamento Europeu (1991, p. 251) refere que "o fluxo migratório da região mediterrânica para a Europa obriga a Comunidade a prosseguir uma política de cooperação coerente com a satisfação das necessidades da população da região, com vista a incrementar as economias locais, permitindo-lhes assim absorver a mão de obra regional".

Dois tipos de políticas devem ser prioritárias: medidas directamente orientadas para o aumento da produção dos países do Magrebe e medidas que visem aumentar a elasticidade produto-emprego. A criação de emprego é o factor crucial para a diminuição da pressão na fronteira europeia. No primeiro tipo de políticas incluem-se acções que visam aumentar o investimento estrangeiro e o investimento local<sup>350</sup>, promover o comércio e as mudanças estruturais da economia. No curto prazo, estas medidas podem ser contraditórias com o objectivo, dado que as variáveis relacionadas com o desenvolvimento (educação, urbanismo,...) estão positivamente correlacionadas com a propensão a emigrar (Amoroso e Amaro 1993). Este paradoxo torna ainda mais importante o segundo tipo de acções, que incluem as medidas para adequar os investimentos aos objectivos de emprego. Neste sentido, é necessária a adequação entre as políticas comunitárias e as políticas crescimento-emprego dos países.

O conselho de Cannes (1991) referiu-se à necessidade de se desenvolverem mais esforços para reduzir as pressões migratória. Neste sentido deverão:

"- Promover as principais causas das pressões migratórias e respectivas regiões de origem ;

- promover programas de assistência à criação de emprego e à formação profissional;

- Promover o papel dos migrantes legalmente instalados na União no desenvolvimento económico dos respectivos países." (conclusões da Conferência de Cannes, p. 29)

Outras possíveis áreas de co-desenvolvimento nesta matéria abrangem os desequilíbrios-população-recursos-ambiente, área social e cultural e a situação política dos países. Em especial, o desenvolvimento das regiões rurais é uma condição fundamental para o crescimento sem conflitos e para controlar o fluxo migratório. A paridade dos trabalhadores migrantes com os nacionais, não só jurídica mas real, por forma a diminuir a competitividade destes trabalhadores no mercado de trabalho, e a difusão real da situação do mercado de trabalho nos países da Europa poderão contribuir igualmente para regular a pressão migratória (Amato e Amoroso 1993).

## Capítulo VI - A Integração

Não há civilizações e culturas Humanas que não estejam, metafisicamente orientadas

Emmanuel Mounier

## 1 Introdução

Desde os anos 50, e principalmente a partir de 60, o termo "integração" é o centro de muita literatura económica. O debate sobre o termo não tem clarificado a sua utilização, continuando a existir entre os académicos considerável confusão acerca do seu uso<sup>351</sup>.

Importa distinguir dois processos: a integração real e a formal. A primeira é um processo caracterizado pela dinâmica do capital<sup>352</sup>, que actualmente, como já referimos, é no sentido do reforço da tríade e da marginalização económica dos espaços económicos intermédios, como o Magrebe.

O segundo, a integração formal é um processo que assume formas jurídicas. Os aspectos institucionais são considerados cruciais e traduz-se no aparecimento de novos actores, aos quais o Estado-Nação transfere competências exclusivas. A integração formal pode ser consequência de um processo de integração real ou meio escolhido de o impulsionar.

No período recente, o Mediterrâneo Ocidental experimenta os efeitos contraditórios dos processos de união e dos processos de fragmentação económica, política e social. Envolvendo os países do Magrebe, assistimos a dois movimentos de integração formal: integração Sul-Sul com a União do Grande Magrebe e a integração Norte-Sul com a realização dos acordos de zonas de comércio livre com a U.E. (esta integração pode desenvolver-se no sentido Norte-Sul-Sul se se concretizar o projecto de formação de uma zona de comércio livre no Mediterrâneo). São dois processos de natureza diferente, não justificados pela teoria ortodoxa da integração económica e em contra-corrente com os movimentos de capital. Visam sobretudo criar condições para estimular a integração real intra-Magrebe (e Mediterrâneo) e entre os países do Magrebe e a U.E. A proposta de ancoragem das economias magrebina à U.E., expressa a ideia de espaços integrados arrastados para os circuitos mundiais via uma economia dominante (espaço integrador).

## 2 Integração magrebina

### 2.1 O vazio da união económica e política árabe

Os árabes reúnem os ingredientes de um mito de origem comum. Entre os povos árabes existe um desejo à União, cuja fonte é o Islão. O Islão refere-se ao conceito sócio-religioso de l'UMMA - isto é a ideia de uma Comunidade cuja verdadeira ligação é a religião muçulmana<sup>353</sup>.

O território entendido na teoria do Direito Ocidental como um dos elementos constitutivos do Estado, não se encontra, no conceito islâmico, ligado a este. Ligado à religião o conceito de território assume notavelmente a vocação universal e unitária. A divisão do mundo árabe em países constitui um desvio (temporário) à regra muçulmana; mesmo o território árabe, "mansão" do povo privilegiado, não é mais do que uma variante limitada do *Dar el Islan*<sup>354</sup>.

A conversão destes sentimentos em projectos políticos e/ou económicos tem-se revelado bastante difícil. A criação da Liga de Estados Árabes<sup>355</sup> foi vista como "um sinal de renascença do mundo árabe" (Benchenane 1983, p.899) mas deixou intacto o imaginário da política árabe. Após a sua criação, alguns acordos<sup>356</sup> pretenderam pôr em marcha a unidade económica do mundo árabe, que não se conseguiu realizar pela incapacidade de ultrapassar as clivagens políticas e económicas. A guerra do Golfo opôs países árabes entre si e envolveu o mundo árabe num processo de fragmentação (Dubarry 1992), diminuindo as expectativas de um entendimento árabe a curto prazo.

Como referiu Hamadi Essid " As disparidades económicas e sobretudo a diversidade de regimes e de instituições fazem da unidade árabe uma noção humanamente real, ideologicamente justa, culturalmente necessária mas politicamente irrealizável (...).<sup>357</sup>"

Para alguns autores e políticos árabes, as justificações para o fracasso da integração árabe devem ser encontradas nas políticas do Ocidente<sup>358</sup> e no comportamento da nova burguesia árabe ocidentalizada.

Podemos distinguir duas correntes na literatura árabe, em relação à unidade árabe: a primeira dogmática e globalizante, defende a entidade da nação árabe: *cha'bun wahed* (um só povo) e *watanun wahed* (uma só e única nação) e rejeita a constituição de espaços sub-regionais árabes considerando-os um obstáculo à constituição do espaço árabe. As suas justificações vão para além do afectivo; defendem que a exiguidade de mercado destes espaços perpetuará as relações de dependência com os espaços económicos ocidentais; a segunda, mais pragmática, repensa as relações de solidariedade a partir de especificidades geográficas, históricas e culturais e perspectiva a construção da unidade árabe por etapas. Esta corrente tem fundamento nos textos de Direito positivo inter-árabe que não se opõem ao estreitamento de laços entre os Estados.

Na declaração Comum da instituição da União Magreбина Árabe (U.M.A.), os Chefe de Estado exprimiram a convicção de que o Magrebe Árabe constitui uma "etapa essencial para a realização da Unidade Árabe". Objectivo que continuará adiado, dado que o Grande Magrebe é o único projecto integracionista do mundo árabe mais concorrente e alternativo à unidade árabe, do que uma etapa (Henry 1987, Saaf 1987).

A dimensão cultural da Nação árabe continua, no entanto, a ser exaltada e a preencher o imaginário das populações magrebinas.

## 2.2 A 1ª Tentativa - Conselho Permanente Consultivo do Magrebe

Os novos dados da ordem económica, em especial os processos de regionalização e a força da vontade das massas, implicaram a necessidade de repensar o Magrebe. Com esta preocupação reuniram-se em Tunis, a 11 de Outubro de 1964, os ministros de economia da Líbia, da Argélia, de Marrocos e da Tunísia. Desta conferência resultou a ideia de uma união económica, tradução económica da Carta do Cairo.

Institucionalmente, este objectivo levou à criação do Comité Permanente Consultivo do Magrebe (CPCM) cujas principais tarefas eram: desenvolver as trocas horizontais pela harmonização das trocas aduaneiras, harmonizar as políticas dos membros nos domínios das indústrias, dos transportes e da tecnologia e coordenar as posições dos diversos países face à Comunidade Europeia.

Apesar das ambições e das expectativas acerca da importância do CPCM, "a experiência mais interessante de uma tentativa de integração real" (Étienne 1990, p.244), o projecto CPCM nasceu moribundo e o seu tempo foi efémero: realizaram-se apenas 6 reuniões (Tanger-64, Tripoli-65, Argel-66, Tunis-67, Rabat 74, Argel-75) e algumas das comissões especializadas nunca chegaram a reunir.

O objectivo prioritário de edificação dos Estados-Nação, prevaleceu nos espíritos dos políticos revelando-se no carácter meramente consultivo do CPCM: os modelos e os planos de desenvolvimento dos países continuaram a evidenciar o desejo de desenvolvimento autónomo. Além do mais, não foram disponibilizados meios que permitissem ao CPCM fazer a necessária síntese entre os Estados-Nação e a maior integração. As tensões Tunísia-Líbia e o problema do Saara Ocidental, que opôs Marrocos e Argélia, agravaram este cenário. A prometida harmonia da região com evolução positiva das relações entre estes países foi interrompida pelo agravamento das tensões com a

Líbia, em especial após o seu envolvimento numa tentativa de golpe de Estado em Marrocos (1971).

A última reunião, realizada em Argel em Maio de 75, marcou o fim da fase de institucionalização da cooperação magrebina. A falta de acordo entre as delegações impossibilitou o desenvolvimento do projecto económico comum, pelo que a Conferência procurou uma abordagem mais pragmática centrada em assuntos de interesse comum<sup>359</sup> e adiou *sine die* o "projecto de acordo magrebino de cooperação económica" cujos propósitos eram ambiciosos.<sup>360</sup> Esta abordagem também falhou e com ela a esperança de se reabilitar o CPCM. Evidências das dificuldades de pôr em prática o mito!

Evidência igualmente demonstrada nos resultados dos principais objectivos: as trocas comerciais continuaram muito fracas (cerca de 2% do total das trocas dos países) e mais de 90% dos acordos realizados foram de natureza bilateral.

De realçar, no entanto, os resultados positivos alcançados no domínio dos transportes ferroviários e aéreos e das telecomunicações.

## 2.3 A criação da União Magrebina Árabe

### 2.3.1 *De novo o mito*

Após a euforia da construção dos Estados-Nação, a dura realidade do insucesso das receitas de desenvolvimento produziu, no Magrebe, três processos (Móran 1990): (1) a necessidade de modernização económica e social e a redução do papel do Estado, (2) reformas políticas no sentido da liberalização e democratização e (3) admissão da necessidade de integrar uma unidade superior, o Magrebe unido.

Os que não acreditavam mais na integração magrebina<sup>361</sup> ignoravam a "força e a vivacidade do mito unificador" (Lahzami 1992, p.16), que ressurgiu impulsionado também e sobretudo pela dinâmica da integração europeia e pela crise na economia mundial. Os Estados procuravam uma dimensão mais ampla para se relacionarem com a nova Europa de 1992 e um efeito de sinergia na gestão de recursos (água, energia) e no combate à expansão do integrismo e à demografia galopante (Móran 1990; Balta 1990, Lahzami 1992, Sid-Ahmed 1992<sup>362</sup>).

No início dos anos 80, os acordos bilaterais/trilaterais multiplicaram-se, traduzindo o interesse no reforço da cooperação e na paz na região, denunciando os interesses políticos particulares dos países<sup>363</sup>. Salientamos "O Tratado da Fraternidade e Concórdia", assinado em Março de 1983 pela Argélia e a Tunísia e em Dezembro, do mesmo ano, pela Líbia e a Mauritânia. O acordo, também denominado de "Eixo Tunísia", foi visto como o passo para a criação do Grande Magrebe, sem Marrocos.

Em 1983, os dirigentes dos países encontraram-se em Tanger para celebrar o XXV aniversário da 1ª Conferência de Tanger tendo reafirmado a convicção da necessidade de criarem o Grande Magrebe, mas as posições ideológicas divergentes e os conflitos regionais adiaram o projecto. A integração regional passou a ser matéria de discussão académica e anseio do mundo dos negócios.

Quando os problemas de "má vizinhança" foram ultrapassados, com o restabelecimento de relações entre a Argélia e Marrocos, em Maio de 1988, os contactos multiplicaram-se. Em menos de um ano (a 17 de Fevereiro de 1989), foi criada formalmente, na cidade de Marraquexe, a União Magrebina Árabe<sup>364</sup>.

### 2.3.2 *O texto fundador*

O texto fundador da U.M.A. é composto por três documentos: o Tratado de Criação, a Declaração Comum e o Programa de Acção. Apesar de cauteloso e modesto, o texto encerra propósitos ambiciosos para a região.

Determinado pela natureza das preocupações dos membros e pelo regionalismo económico da nova ordem mundial, o mito de unidade surgiu numa base económica. A U.M.A. é essencialmente um projecto de integração económica (a integração política afigura-se difícil face aos diferentes regimes políticos dos países) que visa a criação progressiva de um mercado comum<sup>365</sup>. Esta abordagem da U.M.A. trouxe para o primeiro plano da cooperação as questões económicas e de desenvolvimento. No plano económico a U.M.A. pretende “realizar o desenvolvimento industrial, agrícola, comercial e social dos Estados membros e tomar todas as disposições necessárias nesse sentido, principalmente através da criação de projectos comuns e da preparação de programas gerais e específicos adequados”.

O projecto não se esgota, porém, na esfera económica. O artº 3 do Tratado de criação, estabelece outros domínios das políticas: No plano internacional, a U.M.A. propõe-se promover o entendimento entre os Estados membros e restabelecer uma sólida cooperação baseada no diálogo. Em face do interesse político da união este é o principal objectivo do Tratado. No domínio da defesa, a U.M.A. visa preservar a identidade de cada um dos estados membros. No artº 15, os Estados membros comprometem-se a “não permitir qualquer actividade ou organização, no seu território, que possa prejudicar a segurança territorial e o sistema político de qualquer outro Estado membro.” Uma alusão directa contra a Frente Polisário. No plano cultural, a U.M.A. propõe-se desenvolver a cooperação no ensino, através do intercâmbio de professores e estudantes, da criação de instituições universitárias e culturais e de instituições especializadas de pesquisa e desenvolvimento. Neste domínio, a U.M.A. afirma a seu vínculo aos ideais islâmicos propondo-se salvaguardar os valores espirituais do Islão e a identidade nacional árabe.

### 2.3.3 *Integração Sul-Sul*

As motivações políticas da integração do Magrebe subestimaram as dificuldades do projecto económico. (Finaish e Bell 1994).

Os ganhos da integração económica dos países em desenvolvimento dividem os economistas<sup>366</sup>. As inúmeras experiências revelam ansiedade e/ou crença nos seus benefícios, mas os insucessos dos resultados parecem confirmar as posições mais cépticas<sup>367</sup>.

Vários autores<sup>368</sup> apontam as limitações da análise da integração entre países em vias de desenvolvimento (PVD's), baseada em torno dos conceitos “Vinerianos” de criação e desvio de comércio e referem possíveis ganhos em áreas que a ortodoxia negligência, tais como a diversificação das economias, a industrialização, o apoio às reformas estruturais, o aumento do poder negocial e a construção da paz. Há ainda a considerar os custos da não integração (Robson 1993)<sup>369</sup>. Neste sentido, os países devem examinar as oportunidades que a integração potencialmente cria ao crescimento económico e ao diálogo político. Esta abordagem ultrapassa a lógica de mercado, pelo que a integração deve caminhar no sentido de políticas comuns e da consistência entre as políticas nacionais.



### *2.3.4 A experiência da U.M.A.*

Este é um caminho difícil para a U.M.A. devido às dificuldades de coordenação e entendimento político entre as partes. Apesar de reconhecerem as limitações do modelo de integração pelo mercado e a incompatibilidade do projecto com a manutenção das divergências de políticas económicas e sociais, os esforços têm sido sobretudo dirigidos para a remoção dos obstáculos tarifários e para a harmonização da legislação comercial.

As primeiras orientações para a criação do mercado comum foram decididas na Líbia, em Março de 1991. Nesta reunião os ministros fixaram um processo de integração segundo o modelo neo-funcionalista (abordagem linear e cumulativa da integração), desenvolvido em três etapas: criação de uma zona de comércio livre até final de 1992, estabelecimento de uma união aduaneira agendada para finais de 1995 e criação de um mercado comum no ano 2000. Este calendário está ultrapassado face à lentidão com que se desenvolve o projecto.

A intenção inicial de alargar a liberalização a todos os produtos, foi rapidamente substituída por uma abordagem, mais flexível, de acordos bilaterais cobrindo apenas os produtos que não pusessem em causa os interesses nacionais. A lista de 60 produtos contemplada nos acordos multilaterais, apesar de não ter significado em termos de comércio total foi difícil de acordar. A extensão da lista e as dificuldades de negociação, evidenciam as limitações da U.M.A. em termos de criação de comércio e traduzem a ausência de complementaridades desenvolvidas entre os países.

Desde 1990 até 1993, os países assinaram mais de 25 acordos multilaterais de âmbito económico, social e cultural. Apenas 5 dos acordos conseguiram reunir as assinaturas de todos os países: redução de tarifas nos produtos industriais, comércio de produtos agrícola, garantias de investimento, dupla tributação e normas sanitárias. A liberdade de circulação dos bens, proposta nos dois primeiros, ainda não se concretizou. Aguarda a realização de acordos técnicos e os desenvolvimentos políticos.

Os esforços de estabelecimento de uma zona de comércio livre são ainda insuficientes. O comércio continua baseado em acordos bilaterais<sup>370</sup> e os esforços de diminuição de tarifas são parcialmente anulados pelo aumento das tarifas não pautais.

As discussões recentes têm prosseguido em matéria de barreiras não tarifárias, para tentar evitar a sua multiplicação e em outras áreas como normalização e coordenação das políticas de desenvolvimento, ainda sem resultados.

A cooperação entre os Bancos Centrais também aumentou. Desde 1989 que os Governadores dos Bancos Centrais se reúnem. O resultado mais importante foi o acordo multilateral (envolvendo os 5 países) para facilitar o pagamento dentro da U.M.A.. O Acordo entrou em vigor em Abril de 1992, substituindo os anteriores acordos bilaterais.

A U.M.A. permitiu ainda o reforço das relações económicas em numerosos sectores de actividade, em especial no sector da energia, onde se destaca a construção e gestão dos gasodutos. Os projectos industriais conjuntos são variados<sup>371</sup> mas maioritariamente bilaterais, alguns dos quais anteriores ao acordo.

Um aspecto sensível para o sucesso da U.M.A reside no estabelecimento de compensações a sectores e países, já que a liberalização das trocas pode constituir uma fonte séria de desintegração (Sid Ahmed 1992, p.90). Existem receios (fundamentados) dos outros parceiros da polarização da actividade económica em torno da Marrocos e da Tunísia, os países com relações mais estreitas com a U.E..A U.M.A. ainda não realizou nenhum progresso nesta matéria .

### 2.3.4.1 O desenvolvimento dos fluxos

Não se pode menosprezar a importância do mercado e das trocas comerciais nos processos de integração, em especial os que assentam num modelo de integração pelo mercado.

Em 1988, as trocas intra-magrebina tinham pouco significado no total de comércio realizado pelos países e eram desequilibradas (quadro 1). Os dados oficiais desvalorizam, no entanto, o volume de comércio entre os países, pois ignoram o volume de comércio-contrabando que se estima importante.

Quadro 1-Trocas comerciais inter-magrebina em 88 (milhões de dólares)

	Exportações		Importações	
	Valor	% total	Valor	%
Argélia	118.0	1.6	61.8	0.95
Líbia	16.8	0.25	178.2	2.86
Marrocos	158.0	4.4	56.0	1.20
Mauritânia	3.5	0.8	9.5	1.80
Tunísia	105.6	4.5	140.5	3.90
Total	401.9	1.98	446.0	2.06

Fonte: B.E.ALLALI "Le Commerce inter-maghrébin: état actuel et potentiel d'expansion", CEiM 2<sup>o</sup>eme Trim. 91, p.19

As dificuldades da U.M.A. espelham-se sobretudo nos insuficientes resultados na intensificação das trocas comerciais, apesar de algum entusiasmo por parte dos actores económicos privados<sup>372</sup>. Em termos absolutos, no período entre 1989-1993, o comércio intra-magrebino cresceu cerca de 8% ao ano<sup>373</sup>, sendo estimado em 1992 em dois biliões de dólares, isto é, cerca de 4% das trocas realizadas pelos países da região (gráfico 1).

Assiste-se a uma maior concentração das trocas, evidenciando as diferenças económicas entre os países. A Tunísia é o maior exportador (45.9% do total das exportações intra-magrebina) e a Líbia é o maior importador (46.6% do total das importações) (Gráfico 2).

O comércio é tendencialmente inter-ramo e a tipologia das trocas é simples: a Argélia e a Líbia exportam essencialmente produtos energéticos e algumas máquinas agrícolas; Marrocos e a Tunísia exportam produtos agro-alimentares, papel, metais e frutas e legumes (Gráfico 3).

**Gráfico 1-Trocas comerciais dos países da U.M.A. (inclui Mauritânia e Líbia), 1992**

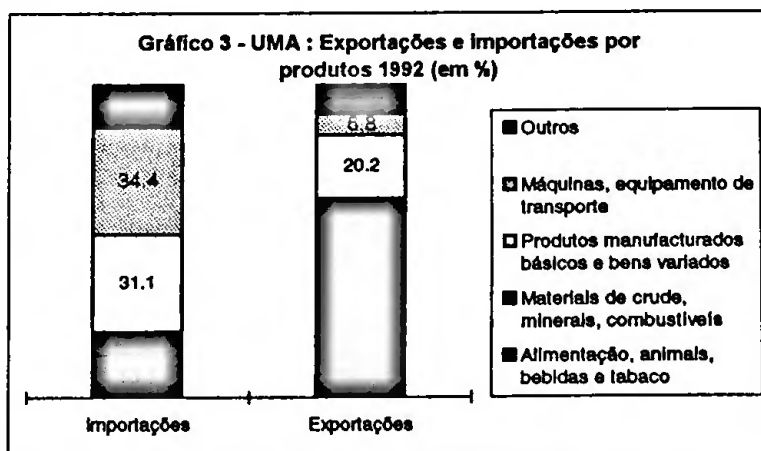


Fonte: FMI, Direcção de comércio e estatísticas, 1992

**Gráficos 2-Comércio intra-Magrebe, 1992**



Fonte: FMI, Direcção de estatísticas comerciais, 1992



Fonte: FMI, Direcção de estatísticas comerciais, 1992

Em relação ao investimento, os resultados são igualmente desanimadores. O investimento intra-regional é reduzido e os projectos conjuntos são maioritariamente de

natureza bilateral. (Fianish e Bell 1994). Os esforços de uma cooperação global redundou em fracasso e no abandono de um grande número dos projectos. A expectativa de que a integração poderia contribuir para a racionalização do sistema produtivo na região também não se concretizou, em parte porque o investimento externo não reagiu à possibilidade de alargamento do mercado.

Apenas os movimentos humanos são significativos. A eliminação do visto entre os países aumentou o fluxo de turismo e os fluxos de trabalhadores. Estes reduzem-se a migrações fronteiriças tradicionais, cujo objectivo é encontrar trabalho (Lahzoni 1992).

### 2.3.5 Principais obstáculos à integração

Segundo Lahzoni (1992), a lentidão do desenvolvimento da U.M.A. deve-se à ausência ou insuficiência de desenvolvimento dos factores de sucesso do modelo de integração seguido: (1) Uma economia desenvolvida, (2) Uma sociedade social pluralista, (3) Pouco poder das ideologias políticas.

O desenvolvimento da U.M.A. encontra muitos obstáculos associados à ausência desses factores

#### 2.3.5.1 Obstáculos políticos.

A vontade política e as suas manifestações concretas são condição *sine qua non* de sucesso do processo de integração. Para além das diferenças dos regimes políticos do Magrebe, a instabilidade política da região condicionou a evolução da integração nos países: a crise política da Argélia, as sanções das Nações Unidas à Líbia (nas quais os países magrebins participaram) e o reavivar das dificuldades de relacionamento entre a Argélia e Marrocos. As relações entre estes dois países complicaram-se em Agosto de 1994 quando Marrocos, depois de um atentado num hotel marroquino, impôs a obrigatoriedade de visto aos argelinos e europeus de origem argelina. Em resposta, a Argélia fechou as fronteiras marítimas e terrestres com Marrocos.

#### 2.3.5.2 Aspectos estruturais

O desenvolvimento do comércio é dificultado pelas baixas complementaridades dos países. As complementaridades que podem ser encontradas ao nível da energia e entre as exportações de manufacturados, entre Argélia e Marrocos, não se encontram suficientemente desenvolvidas. O comércio é também dificultado por restrições nos pagamentos, por formalidades burocráticas, assim como práticas diferenciadas na legislação comercial dos países. Grissa (1988) refere a estrutura monopolista e estatal do mercado como um obstáculo à evolução das trocas.

As dificuldades estruturais das economias magrebins traduzem-se na falta de competitividade dos seus produtos. Os parceiros magrebins têm dificuldades em concorrer com os produtos estrangeiros, em especial europeus. A eliminação das tarifas não conseguirá, por si só, aumentar a capacidade concorrencial face à competitividade europeia, na variedade e na qualidade da oferta.

#### 2.3.5.3 Disparidades económicas e políticas económicas divergentes

Já fizemos menção às disparidades económicas entre a Tunísia, Marrocos e Argélia. As disparidades aumentam se considerarmos a Mauritânia e a Líbia. Apesar dos progressos realizados nos últimos anos, as políticas económicas continuam divergentes, principalmente em relação à Líbia.

As práticas de políticas económicas (fiscais, cambiais, agrícolas, monetárias ...) e sociais<sup>374</sup> produziram distorções no comércio, afectando negativamente a coesão da U.M.A. e dificultando as trocas intra-magrebe.

#### 2.3.5.4 O estado insuficiente dos transportes inter-regionais e das telecomunicações

O estado de desenvolvimento das infraestruturas no Magrebe não contribui para o desenvolvimento rápido da integração magrebina. Apesar do desenvolvimento razoável das infraestruturas internas (com excepção da Mauritânia) as estruturas de ligações regionais continuam muito insuficientes. O desenvolvimento das infraestruturas exige avultados recursos financeiros, que dependem da ajuda externa e da percepção, por parte dos governos, do desenvolvimento do comércio.

### 2.3.6 *As relações com a União Europeia*

Durante o período de luta pela independência, o processo de edificação do Grande Magrebe é apresentado como um projecto contra a Europa, em especial contra França.

Uma leitura atenta, após as independências, evidencia que o seu desenvolvimento aparece como resposta à evolução da construção da U.E.. A U.E. é referida como "aliado natural do Magrebe" e o "modelo de construção da U.M.A."<sup>375</sup> (Ackere 1992, p.115).

A compatibilidade entre o cooperação bilateral com a U.E. e a integração magrebina foi reconhecida pela maior parte dos observador magrebinos<sup>376</sup>.

Apenas os defensores da entidade árabe globalizante, consideram a cooperação Euro-Magrebina como um obstáculo à integração global inter-árabe(Agate 1992).

O pedido de adesão de Marrocos à U.E. evidenciou os limites do discurso idealista pan-árabe e pan-africanista da U.M.A. Ao pedir a adesão e ao reafirmá-la como o objectivo a alcançar no ano 2000, Marrocos distancia-se da U.M.A.<sup>377</sup>(A coexistência nas duas comunidades seria tecnicamente difícil). O rei Hassan II tentou clarificar a compatibilidade, afirmando que todos os países do Magrebe árabe deveriam aderir à U.E.<sup>378</sup> e que "Se a Comunidade Europeia aceita Marrocos como membro, é certo que os membros desta comunidade ao darem sinal verde a Marrocos, parte integrante de uma união que não é só sentimental mas também política, económica e estruturada, estarão implicitamente a dizer sim a todo o Magrebe"<sup>379</sup>.

Concordamos com Clément(1992, p.112) quando afirma que este discurso demonstra a incoerência do projecto de construção do Magrebe.

A nível institucional, as reuniões dos ministros de negócios estrangeiros, formalizadas em Dezembro de 1992, realizam-se três vezes por ano com a missão de acompanharem as relações U.E.-Magrebe. A sua capacidade de intervenção é limitada. No quadro da Conferência de Segurança e Cooperação para o Mediterrâneo, a U.M.A. encontra-se com os países mediterrânicos da U.E..

#### 2.3.6.1 A política comunitária e a integração magrebina

A Comunidade tem tido "um papel considerável na integração regional dos países do terceiro mundo" (Robson 1993, p.859), apoiando financeiramente e conferindo credibilidade interna e internacional aos projectos. A tradução de uma política de parceria e co-desenvolvimento deve favorecer a integração Sul-Sul (Joséphidès 1992).

No caso da U.M.A., a acção da U.E. tem sido contraditória. Apoiava e financiou a integração do Magrebe, mas contribuiu, de maneira decisiva, para a sua desestruturação. O carácter bilateral das relações tornou a U.E. a preocupação central das relações externas e comerciais de cada um dos países do Magrebe e diminuiu o interesse das relações

regionais. Os países tornaram-se mais concorrentes do que parceiros no comércio com a Europa e na atracção de investimento e de turistas europeus (Aghrout e Sutton 1990). Esta situação foi agudizada pela incapacidade de cooperarem e formarem um "grupo de pressão" junto de Bruxelas<sup>380</sup>, apesar da natureza similar e das áreas de interesse comum.

Os acordos de 1969 realçaram a compatibilidade dos acordos com o aprofundamento da integração magreбина (artº 4)<sup>381</sup>. Os acordos de 1978 vão mais longe, considerando a cooperação Euro-Magreбина como complementar (artº 2) e subordinada à cooperação no Magrebe (artº 3).

Esta subordinação foi precisada ao nível da organização das tocas comerciais: os países do Magrebe podem derrogar o compromisso de garantir à U.E. o tratamento de Nação Mais Favorecida, no caso de manter ou estabelecer uniões aduaneiras ou tomar medidas com vista à integração económica (ou em favor dos países em vias de desenvolvimento)<sup>382</sup>. As regras de origem também foram suavizadas se uma parte do valor do produto tiver sido incorporado noutro país do Magrebe.

A polémica ressurgiu com a realização de uma zona de comércio livre com a Europa. A questão central não é a realização de um acordo de comércio livre; este pode permitir o reforço das instituições, reduzir as pressões internas contra o comércio livre e garantir a continuação das reformas internas. (Finaish e Bell 1994). O problema são os diferentes ritmos de aproximação dos países, agravados pela provável ausência de efeitos *spill over* entre os países, devido ao baixo nível de integração real (e formal).

O Comité Económico e Social(1992, p.11), fiel ao seu conceito de co-desenvolvimento, considerou a integração Magreбина como "o objectivo prioritário da cooperação Euro-magreбина" e defendeu que "com o Magrebe poderiam ser experimentadas, formas mais avançadas de cooperação regional para a superação do carácter bilateral dos actuais acordos"(p.1).

A Comissão (1992, p.13)<sup>383</sup>, apesar de encorajar o desenvolvimento da U.M.A e o diálogo com a U.M.A., reconhece aos Estados o estatuto de "interlocutores privilegiados" pelo que, acordos a realizar, continuarão a ser de âmbito bilateral.

Apesar das potenciais implicações negativas, esta posição é razoável em face da situação real do Grande Magrebe Um acordo colectivo implicaria, por outro lado, uma alteração da situação das relações da Líbia e da Mauritânia com U.E., o que poderia contribuir para a pretendida "globalidade da política mediterrânica e poderia ajudar os países da U.M.A., a clarificarem os seus compromissos (Bistolfi 1991).

Uma alternativa razoável seria a de promover uma maior coordenação regional dos acordos. A proposta de um quadro multilateral de cooperação para o Mediterrâneo, proposta em Cannes, poderá favorecer esta coordenação.

### 2.3.7 *As opções da U.M.A.*

O discurso actual de unidade do Magrebe é um discurso dirigido à U.E. A afirmação "a perspectiva da integração magreбина é incontornável", do representante tunisino em Bruxelas<sup>384</sup>, não coincide com a situação política da região e muito menos descreve a lentidão com que o projecto económico tem avançado.

A experiência em curso com a U.E. (negociação de zonas de comércio livre), o desenvolvimento dos laços de cooperação com os países do Sul do Mediterrâneo, e a escalada do integrismo religioso levantam novas dimensões ao mito. A integração impõe-se sobretudo para reforçar o poder de negociação dos países do Magrebe e a credibilidade das suas transformações económicas e sociais. A acção da U.M.A. deve, neste sentido, privilegiar, no curto prazo, o reforço de uma política externa conjunta, a cooperação em matéria de incentivos ao investimento externo e a segurança interna.

A experiência das integrações do terceiro mundo<sup>385</sup> e os resultados da U.M.A. sugerem que se dê maior ênfase à integração sectorial. A cooperação nos sectores cuja dimensão é um factor crítico, que apresentem externalidades positivas e/ou que promovam a especialização intra-industrial, poderá contribuir positivamente para uma nova dinâmica de integração. Em face da estrutura económica dos países, salientamos os domínios como os transportes, a energia e o turismo.

### 3 O espaço Euro-Mediterrâneo

#### 3.1 Introdução

Com a entrada em vigor do Espaço Económico Europeu (1993), os acordos com os países da Europa Central e Oriental e a intensificação das relações com o Mediterrâneo, perspectivam uma Europa com vários círculos concêntricos que se deverão estender ao Mediterrâneo e ao continente americano<sup>386</sup>.

O objectivo da criação de uma zona de comércio livre no Mediterrâneo é actualmente o centro da política mediterrânica.

"A criação desta zona implicará:

- O comércio livre em situação de reciprocidade de todos os produtos industriais (...),
- O acesso preferencial recíproco dos produtos agrícolas que interessem a ambas as partes,
- O comércio livre entre os próprios países mediterrânicos." (Comissão 1994, p.11)<sup>387</sup>

Na conferência de Cannes a U.E. sugeriu à conferência ministerial Euro-Mediterrânica que "para facilitar o comércio, os parceiros propor-se-ão:

- Avançar por etapas no sentido da cumulação das regras de origem entre todas as partes, em condições comparáveis às previstas pela U.E. no que respeita aos PECO.
- Adoptar regras de origem, largamente semelhantes que passem pelo desenvolvimento da cooperação aduaneira entre os parceiros.
- Melhorar os sistemas de certificação, de modo a facilitar o reconhecimento mútuo dos certificados de conformidade e, a mais longo prazo, uma harmonização das normas.
- Adoptar regras optimizadas de protecção da propriedade intelectual(TRIPS).

- Adoptar regras de concorrência análogas" (Conclusões da Conferência de Cannes(1995, p.21)).

Numa segunda fase, os países associados deverão ser incentivados a negociar acordos de comércio com os países associados à U.E. e não mediterrânicos (EFTA, PECO...).

A Conferência de Cannes propôs ainda que a zona preveja "o direito de estabelecimento de sociedades, a prestação de serviços transfronteiriços e os movimentos de capitais serão gradualmente liberalizados, tendo em conta o acordo do GATS" (conclusões da Conferência de Cannes, p.21).

A maioria das posições face à proposta da zona Euro-Mediterrânica coincidem em considerá-la como a melhor das respostas aos problemas da região<sup>388</sup>. Mesmo Regnault que nega a existência de um Mediterrâneo económico<sup>389</sup> reconhece que a construção de um espaço económico Euro-Mediterrâneo, "aparece como a única via possível para o desenvolvimento dos Sul Mediterrâneo Ocidental e como a única opção racional e portadora de um futuro sem dramas maiores no Mediterrâneo." (Regnault 1993, p.156).

O entusiasmo da ideia não esconde as dificuldades da sua concretização. Spataro chamou-lhe "a utopia mediterrânica".

### 3.2 As potenciais vantagens

A teoria ortodoxa também não consegue validar a integração entre países com disparidade de níveis de desenvolvimento. Este tipo de acordos constitui porém actualmente uma parcela importante dos movimentos de integração em curso (NAFTA<sup>390</sup>; Europa-países do Mediterrâneo, Europa-países do Leste).

Para Langhammer (1992) a formação destas zonas de comércio livre é justificada pela crise das negociações multilaterais de comércio, pelos receios dos países desenvolvidos com a pressão demográfica, por incluírem outras medidas (ajuda financeira, ajuda técnica,...) capazes de contribuir para os ajustamentos estruturais dos países em desenvolvimento e por razões não comerciais como seja a possibilidade de maior controlo da dívida.

A realização de acordos de comércio livre no Mediterrâneo é uma opção essencialmente política para a U.E.; resposta possível ao pedido de adesão de Marrocos e à necessidade de garantir o (re)equilíbrio interno e externo na U.E., após a abertura política e económica da Europa de Leste<sup>391</sup>.

Há várias razões para assumir a possibilidade de vantagens económicas para as partes envolvidas:

- Podemos considerar ganhos, caso os países apresentem um grau de complementaridade superior aos países em desenvolvimento entre si e os países menos desenvolvidos da zona de comércio livre continuem a manter as barreiras alfandegárias elevadas (como é provável). Nesta situação, a competitividade dos países desenvolvidos aumenta face a terceiros produtores. Os ganhos resultam basicamente de "desvio de comércio" e são menores dos que se poderiam obter com uma decisão multilateral de redução de barreiras ao comércio (Langhammer 1992). Entre a U.E. e os países do Magrebe a magnitude destes ganhos está limitada pela pequena parcela de comércio entre os países do Magrebe e os países do Sul.

- A criação de uma zona Euro-Mediterrânica poderá promover o potencial económico do Magrebe. Os países do Magrebe procuram, nos acordos com a U.E., o apoio financeiro e a credibilidade para as políticas de transformação estrutural. A credibilidade é segundo Robson(1993)<sup>392</sup> o mais importante dos benefícios.

- Mais do que qualquer outro bloco industrializado, a Comunidade está envolvida comercialmente com o exterior, que lhe garante mais de ¼ do emprego. A necessidade de manter e criar mercados é vital, agravada pelo aumento da saturação do consumo no mercado europeu e pela estagnação do seu crescimento populacional. Os espaços vizinhos representam um espaço importante de exteriorização da economia, pelo comércio e/ou investimento, devido aos menores custos de transporte e à maior facilidade de controlo. O desenvolvimento do Sul poderá proporcionar ganhos ao Norte<sup>393</sup>.

- A liberalização das trocas funcionará como impulsionador da cooperação na região. A cooperação ao nível industrial e a criação de *joint-ventures* poderá aumentar a competitividade dos sectores industriais e comerciais de ambas as margens e a eficiência.<sup>394</sup>

- A criação da zona de comércio livre significa o regresso ao espírito do artº 238, ou seja à situação de reciprocidade. Um estudo sobre os potenciais efeitos do acordo de comércio livre da U.E. com Marrocos, realizado por Rutherford, Ruström e Tarr (1993), concluiu que as obrigações recíprocas do acordo de comércio livre com a U.E. provocarão



uma liberalização adicional do comércio externo, o que contribuirá para um crescimento de cerca de 1.5% do PIB.<sup>395</sup>

- A normalização da certificação, a harmonização das normas e das regras de concorrência contribuirão para a maior competitividade dos produtos magrebinos, o que poderá facilitar a diversificação de parceiros.

- Existem ainda justificações económicas, de interesse para Europa, baseadas em perspectivas optimistas sobre o desenvolvimento das regiões mais atrasadas. Para Castel (1993, p.215), por exemplo, a dotação de factores humanos e geográficos poderá assegurar um lugar importante na economia mundial, como mercados e fornecedores de força de trabalho.

### 3.3 Os custos dos ajustamentos

#### 3.3.1 *Ajustamento no Sul*

Como refere Perroux (1981, p 231) "a concorrência é um desporto que tem as suas regras e que não dá nenhum fruto quando a partida está de antemão decidida".

A relação de poder nas relações preferenciais de comércio, ignorada pela teoria neoclássica da integração, foi lembrada já por Viner em 1950. Viner limita a sua análise ao poder político que o país mais poderoso pode exercer na União. Segundo o autor, o país líder usualmente insiste em controlar administrativamente a União. Os aspectos institucionais e administrativos até aqui relegados para um plano marginal nos acordos com a região do Magrebe vão ganhar, pois, uma nova dimensão se verdadeiramente se quiser evitar o domínio europeu.

Existe também uma literatura pessimista sobre os possíveis efeitos económicos dos acordos de comércio livre entre países com diferentes níveis de desenvolvimento<sup>396</sup>. Segundo Perroux (1962, p.92) "uma estrutura relativamente forte encontrando uma estrutura relativamente fraca, a política do país de estrutura forte interfere na política nacional do país de estrutura fraca"<sup>397</sup>. Os resultados dependem sobretudo da capacidade do Magrebe realizar, no menor prazo, os ajustamentos estruturais necessários.

A necessidade de ajustamentos é porém um dos maiores obstáculos à concretização da zona de comércio livre (Langhammer 1992). Os custos de ajustamento poderão mesmo inviabilizar o processo, se se tornarem económica e politicamente insustentáveis. Daqui a importância concedida aos ajustamentos estruturais no novo pacote financeiro da U.E. .

Segundo um estudo acompanhado pelo Ministro Tunisino do Investimento Exterior e da Cooperação Internacional, as perdas fiscais com a instauração da zona de comércio livre estimadas para um período de 12 anos são de cerca de 3.3 milhares de dinares (1 dinar = 1 dólar aprox.), dos quais 200 milhões no primeiro ano do acordo. Igualmente preocupante é a conclusão do estudo que indica que o acordo fragilizará cerca de 2/3 do tecido industrial, dos quais 1/3 de maneira crítica.<sup>398</sup>

Uma das áreas sensíveis do sucesso do projecto Euro-Mediterrâneo é o dinamismo criado no sector privado da economia, concretizado no aumento do investimento externo europeu no Magrebe (Oualaalou 1993, Barre 1993, Regnault 1993, Comissão 1994<sup>399</sup>). A Comissão (1994, p.15<sup>400</sup>) sublinha que a zona Euro-Mediterrânica de comércio livre apenas apresentará vantagens mútuas se os investimentos directos privados europeus aumentarem consideravelmente nos próximos anos.

O investimento é sobretudo uma decisão dos actores privados. Não haverá co-desenvolvimento Euro-Magrebino (Mediterrâneo) sem uma profunda alteração da avaliação das firmas europeias sobre os riscos e as oportunidades dos mercados. Esta alteração depende sobretudo das mudanças no Magrebe e dos caminhos da cooperação

com a Europa. "Um projecto Euro-Mediterrâneo supõe da parte dos países do Sul a tomada de consciência que é melhor ser periferia económica de um grupo que funciona, do que ser o centro de um com ausência de dinamismo"(Regnault 1993, p.101). Uma periferia que corre o risco de se transformar em "espaços subcontratados", se não souber conseguir aproveitar a oportunidade para operar as necessárias mudanças internas. Não se podem esperar, porém, reacções rápidas por parte dos agentes privados.

No quadro 2 sintetizamos os principais resultados económicos esperados dos acordos realizados com os países do Magrebe.

Quadro 2-Efeitos esperados no Magrebe dos acordos de comércio livre com a U.E.

	Eliminação das tarifas		Liberalização da entrada dos produtos sensíveis na U.E..		Benefícios líquidos	
	Benefícios	Custos	Benefícios	Custos	Benefícios	Custos
Efeitos no comércio		Aumento das importações dos produtos manufacturados	Aumento das exportações produtos manufacturados			Deterioração da B.C (com redução no L.P.)
Custos de ajustamento		Mobilidade de factores dos sectores ineficientes Défice da B. P.				Mobilidade de factores dos sectores ineficientes Défice da B. P
Efeitos estáticos	Ganhos do comércio		Aumento do rendimento das indústrias de exportação			Bem estar
Outros efeitos económicos	Aumento da eficiência		Aumento do investimento Economias de escalas	Possíveis retaliação de terceiros		

### 3.3.2 Os receios do Norte : o impacto da zona Euro-Mediterrânica no emprego.

As virtualidades do projecto Euro-Mediterrâneo são contrariadas pelas crescentes preocupações sobre os seus efeitos no emprego na U.E.. Mesmo perante a consciência de que as ameaças são hoje a nível mundial e não especificamente mediterrânicas, avoluma-se a desconfiança do impacto negativo das deslocalizações (tese defendida pelo Club Financier Méditerranéen, 1992, Síntese do Trabalho da Comissão <sup>3401</sup> e pelo relatório Arthuis<sup>402</sup>) e da liberalização das trocas dos produtos sensíveis no emprego<sup>403</sup>. Bhagwati(1995) identifica estes receios como um desafio actual do comércio livre, que, contrariamente aos das décadas anteriores, tem origem no Norte.

Os efeitos do comércio com os países do Sul tem sido matéria de controvérsia especialmente desenvolvida no campo político. Embora a maioria dos economistas tenham concluído sobre o reduzido efeito do comércio no emprego e nos salários (Wood 1991, p.20)<sup>404</sup>, os seus resultados não eliminaram os receios. Em parte, pela fragilidade das metodologias e pela insuficiência dos resultados.

As diferenças dos resultados não permitem concluir de maneira decisiva sobre os efeitos do comércio e das deslocalizações com os países em vias de desenvolvimento. É de esperar, no entanto, que o crescimento do comércio e das deslocalizações entre a U.E.

e o Mediterrâneo aumentem o bem estar dos consumidores e provoquem alterações na composição da procura de trabalho, redução de activos envolvidos na produção de produtos sensíveis e a sua transferência para produtos protegidos (construções, serviços,...) e/ou produtos competitivos. Mais ou menos na mesma magnitude, deverá ocorrer a redução da procura de trabalhadores não especializados, aumentando a procura de trabalhadores especializados<sup>405</sup>. As conclusões mais generalizadas da teoria estática, indicam que estes efeitos conduzem a diminuição do salário real dos sectores protegidos<sup>406</sup>.

Giraud (1995) propõe uma leitura dinâmica do efeito total a partir da comparação do ritmo de criação de empregos competitivos (dependente do ritmo de inovação dos países e da formação dos trabalhadores) e do ritmo de destruição dos empregos sensíveis (dependente da mobilidade dos produtos sensíveis, de factores políticos, do ritmo de difusão das tecnologias e do lucro dos produtos sensíveis)<sup>407</sup> ponderados pelas massas de trabalhadores envolvidos. Salientando que, em teoria, é possível a compensação total dos empregos perdidos, o autor considera, que devido à diferença dos ritmos e das massas envolvidas, o comércio livre com os países do Sul conduz, na prática, ao aumento das disparidades de rendimentos entre os "competitivos" e os "protegidos". Wood (1991) confirma a evidência do aumento do diferencial dos salários nos EUA e na Europa na década de 80, embora não seja totalmente claro a contribuição do comércio com o Sul<sup>408</sup>.

A conclusão de que o aumento das diferenças salariais pode evitar o desemprego, implica a hipótese da mobilidade do trabalho e da flexibilidade dos salários. Ambas são difíceis de sustentar. A rigidez do trabalho pode inclusive aumentar em face da resistência dos sindicatos em aceitarem o aumento das diferenças salariais (Wood 1991).

A conclusão vulgar de que o comércio com o Sul conduz simplesmente à eliminação de emprego é, porém, perniciosa pois exclui os possíveis impactos positivos do comércio no emprego. No caso das deslocalizações, temos que considerar além dos efeitos na criação de emprego<sup>409</sup>, a sobrevivência de empregos em resultado dos lucros provenientes das deslocalizações. Os efeitos positivos das deslocalizações na criação de emprego no Mediterrâneo tenderão ainda a diminuir o fluxo de clandestinos, contribuindo para a normalização do mercado de trabalho na Europa.

Segundo Bhagwati (1995, p. 7) estes receios do Norte apoiados na teoria de igualização dos factores e no teorema de Stolper-Samuelson, esquecem que a validade do teorema assenta em hipóteses de base muito estritas e por tal, não nos permite compreender o mundo real. Segundo o autor, se se considerar as economias de escala, a diversificação ou os efeitos nos termos de troca, "a convergência dos salários reais entre o Norte e o Sul é irrealista".

Alarmado com o aumento das deslocalizações e das importações francesas oriundas de países de deslocalização, o relatório de Arthuis preconiza o protecçãoismo contra o que considera "concorrência desleal" produzida pelas deslocalizações a Leste e a Sul. Esta posição é posta em causa pela maior parte dos economistas, mesmo os que se afirmam conscientes das limitações das virtudes do comércio livre<sup>410</sup>. Em alternativa, os autores defendem a utilização dos direitos compensadores (Davanne 1994, Maillard 1993), o investimento na formação e na inovação (Lauré 1993, Sachwald 1994), realização de contrato social entre empregados e empregadores com vista a assegurar a estabilidade do emprego (Davanne 1994).

Quadro 3-Aumento das importações francesas entre 1991 e 1992 oriundas dos países de deslocalização (em %)

Confeccões, Têxtil e Couro		Fileira madeira	
Fios	6.9	Moveis	-9.8
Tunisia	280.9	Tunisia	42.9
Marrocos	25	Marrocos	-19.7
Roménia	265.5	Polónia	44.6
Polónia	158.1	Outros produtos de trabalho mecânico	-3.6
Art's de confecção	2.8	Tunisia	524.5
Tunisia	9.7	Marrocos	24.9
Marrocos	2.4	Polónia	64.7
Roménia	46.2	Roménia	28.1
Polónia	14.2	Utilidades e quinquilharias	
Artigos de couro	1.6	Marrocos	1.2
Tunisia	1.6	Tunisia	-1.3
Marrocos	11.8	Ex- Checoslováquia	+41.5
Bulgária	24.9	Hungria	+24.3

Fonte: statistiques douanières

O quadro 3 e os dados do comércio e do investimento apresentados no capítulo III evidenciam a pouca consistência estatística do alarme, pelo menos em relação ao Magrebe. As reticências levantadas neste debate podem reduzir o impacto económico das medidas preconizadas pela U.E. para a promoção do investimento (Regnault 1993).

Na existência de efeito no emprego, a abertura do mercado europeu aos produtos têxteis e agrícolas do Mediterrâneo e as deslocalizações, afectarão sobretudo o Sul da Europa. Face às dificuldades, é de esperar que os próximos acordos sejam limitados nos aspectos relacionados com os produtos sensíveis e a aproximação ao comércio livre total seja gradual (como já foi acordado com a Tunísia).

### 3.4 Considerações sobre a zona de comércio livre

A proposta da Comissão e os desenvolvimentos dos acordos sugerem-nos as seguintes reflexões:

- A perspectiva comunitária para a criação do espaço em 2010 é optimista em face dos constrangimentos políticos e económicos entre os países mediterrânicos e das dificuldades da Europa em identificar o projecto Mediterrâneo.

- A indefinição dos conceitos "progressiva" e "flexível", sem datas nem etapas definidas tornam o objectivo vago e "propagandístico", segundo palavras do Comité Económico e Social (1992). Esta vacuidade afecta a credibilidade, factor importante quando um projecto implica reformas estruturais. Apenas em Cannes 1995, quando o processo já se encontra em curso, se deram orientações globais para o conjunto dos acordos.

- A Comissão não dá referências concretas sobre como deverão ser concretizados os acordos intra-Mediterrâneo e com os outros países associados não mediterrânicos e qual será o seu papel no processo. Este aspecto parece-nos muito sensível dada as

dificuldades antecipadas da sua concretização. A perspectiva de um Mediterrâneo a "várias velocidades" levanta a questão do aumento da marginalização dos excluídos e do consequente aumento da tensão na região.

- O "dossier agrícola" continua(rá) a ser o que apresenta maiores dificuldades na negociação. O entendimento "produtos agrícolas que interessem a ambas as partes" é vago, poderá dar origem a situações díspares nos acordos com o Mediterrâneo e não corresponde ao conhecimento passado das dificuldades das negociações na matéria. As restrições ao comércio de produtos agrícolas, à luz da experiência, poderá agravar o investimento agrícola nos países mediterrânicos e a disparidade dos custos da integração entre os países.

- A persistência das excepções nos acordos podem reduzir as pretendidas zonas de comércio livre a zonas de comércio preferencial, com os resultados estudados.

#### **4 Cenários de integração/cooperação**

Os cenários de integração aparecem como cenários alternativos à tendência actual de desenvolvimento do Magrebe. Podemos distinguir dois cenários alternativos: o reforço da Comunidade Magrebina e o reforço da integração Norte-Sul.

##### Comunidade Magrebina.

Os países decidem reforçar as suas relações no quadro da U.M.A.. Nesse sentido dão passos concretos para a criação de um mercado comum e aumentam a cooperação nas áreas de interesse comum. O envolvimento da U.E. é principalmente de suporte financeiro e apoio à credibilidade internacional do projecto. Podem ser desenvolvidas outras áreas de cooperação, sobretudo se identificarem com o reforço da integração. É um cenário de equilíbrio político para a região mas com resultados económicos incertos.

Para a Europa o cenário representa uma oportunidade sobretudo para o investimento e para a intensificação das trocas em alguns sectores, como seja obras públicas e materiais de construção. O cenário não evitaria porém as tensões sociais, sobretudo as migrações.

Este cenário isolado é irrealista, face aos desenvolvimentos da U.M.A. e da política mediterrânica. Um maior envolvimento da U.E. é actualmente uma condição para a integração magrebina. Dado as suas limitações, a U.M.A. não pode ser mais do que complementar à cooperação Euro-Magrebina.

##### Espaço Euro-Mediterrânico.

É o cenário privilegiado pela política mediterrânica que descrevemos. Poderá se realizar com um número variado de actores, dependendo do envolvimento dos países da Bacia com a U.E. e da concretização dos acordos de comércio livre intra-mediterrânicos. é o cenário que permitiria o desenvolvimento económico mais rápido para o Sul do Mediterrâneo.

Quadro 4-Síntese dos cenários

	Comunidade Magrebina	Espaço euro - Mediterrânico
<b>Características</b>	Reforço do mito unitário Ênfase na cooperação regional	Criação de zona (s) comércio livre Reforço das relações com a U.E.
<b>Factores críticos</b>	Segurança interna e regional Credibilidade regional e internacional	Desenvolvimento económico da Europa Coesão interna Desenvolvimento da cooperação multilateral (GATT) Factores geo -estratégicos Cultura
<b>Organizações sociais e políticas</b>	Instituições regionais. Esforços de democratização mas possível referência à <i>açabiyya</i> Actores sociais Empresas privadas	Democratização das instituições Organizações regionais e internacionais Actores sociais (Agentes de cooperação descentralizada)
<b>Política económica</b>	Políticas de coesão económica e social regional Investimento intra-regional Atracção de investimento externo. Valorização dos recursos naturais (mar, sol, gás natural, ..) Aumentos gastos públicos-Infraestruturas Política comercial estratégica	Política extrovertida e de mercado Harmonização de normas e das regras de concorrência Maior credibilidade para realização de reformas económicas Menor autonomia
<b>População e emprego</b>	Crescimento do emprego Crescimento urbano Pressão migratória	Aumento do emprego (após ajustamento) Valorização da formação profissional Acesso da mulher a trabalho socialmente reconhecido
<b>Líder</b>	Líder económico (Tunísia, Marrocos) Presença europeia mais tímida	União Europeia
<b>Valores</b>	Exaltação da personalidade Magrebina (berbere e árabe) Valorização da mulher (limitada pela tradição) Aumento do turismo Confusão de sentimentos em relação ao Ocidente	Maior aceitação da diversidade Desenvolvimento da personalidade mediterrânica Permeabilidade aos valores ocidentais
<b>Ambiente</b>	Utilização mais racional	Gestão equilibrada-cooperação mediterrânica
<b>Cooperação</b>	Cooperação tradicional Aumento da dotação financeira de apoio à integração regional	Quadro multilateral de cooperação Parceria

A nossa perspectiva é a de que os cenários se reforçam mutuamente e que a combinação dos dois cenários será a mais favorável e a que poderia traduzir mais adequadamente o co- desenvolvimento. A experiência de reforço da integração magrebina

poderá constituir um factor importante para uma maior e melhor integração Euro-Magrebina (Mediterrânica) e a integração Euro-Magrebina (Mediterrânica) uma oportunidade para reforçar a integração magrebina. Um espaço alargado no Magrebe cria condições para a atracção do investimento e a consequente consagração da região como uma periferia privilegiada da União Europeia. O reforço da cooperação magrebina poderá aliviar os custos dos ajustamentos. Robson sugere (1993) que os custos de ajustamento serão reduzidos se as empresas já tiverem a concorrência à escala regional.

## Conclusão

A proposta deste trabalho era o estudo da evolução das relações entre as margens do Mediterrâneo Ocidental, enfatizando as suas dimensões de ruptura, interdependência, cooperação e integração.

Estivemos sempre conscientes da amplitude do tema e dos riscos que corríamos em trabalhar sobre um assunto com tanta actualidade. Arriscámos seduzidos pelo crescente interesse que a região desperta na Europa e pelas múltiplas implicações das problemáticas inerentes.

Enquanto realizávamos o trabalho fomos comprovando a ideia errónea que tínhamos dos países magrebinos, fruto da abordagem dos "media" e de uma cultura que aprendeu a ver no diferente, o estranho. Sem pretender generalizar a nossa percepção, parece-nos que esta visão distorcida do Magrebe (cenário de mouros, camelos, deserto e sociedades medievais e cristalizadas) é comum à maioria do homem europeu.

A falta de comunicação e de imagens verdadeiras entre ambas as margens é a conclusão mais vivenciada da realização desta dissertação. Se de alguma forma ela puder contribuir para uma visão mais clara e mais verdadeira da realidade magrebina e das relações que se estabelecem neste "Mediterrâneo plural", julgamos ter atingido um objectivo que, se inicialmente não posto, se revela agora importante.

Entendemos que conseguimos evidenciar os vários aspectos que nos propusemos: o agravamento das rupturas do Mediterrâneo Ocidental, a intensidade dos fluxos e o padrão assimétrico da interdependência, a insuficiência das políticas de cooperação da União Europeia e a importância e as limitações dos movimentos de integração em curso. Fomos ao longo do trabalho apresentando conclusões, sobretudo projectando cenários alternativos para as relação U.E. - Magrebe.

Cabe aqui fazer algumas reflexões finais

O Mediterrâneo Ocidental é uma das fronteiras mais vulneráveis da U.E.. Embora nos pareça que não existe do lado Sul ameaça do tipo militar, a crise económica, política e social no Magrebe e a degradação das relações com a União Europeia, são necessariamente uma preocupação para a U.E. Em primeiro lugar, pela sua vocação universal, tradicionalmente espelhada nas relações especiais com os países vizinhos e com os que mantêm laços históricos - esta vocação não é isenta de interesses geo-estratégicos de criação de zonas de influência que lhe permita salientar-se no xadrez mundial. Em segundo lugar, por questões de segurança (e não só), em especial pela atracção das suas fronteiras à emigração, pela existência de uma importante comunidade magrebina imigrante e pela garantia do fornecimento de energia - este último aspecto ganhou particular importância com a construção do novo gasoduto Magrebe-Europa. Estas preocupações, são sobretudo inquietações dos países do Mediterrâneo Europeu, em especial da França.

Para o Magrebe, a relação com a U.E é sobretudo marcada pela importância vital que a U.E. assume nas suas economias. A aproximação política e cultural é contraditória; enquanto os dirigentes parecem descobrir uma "inevitável vocação europeia", a maioria da sociedade identifica-a como uma ameaça à identidade arabo-muçulmana.



A interdependência, resultado da intensidade de fluxos de bens e pessoas, é a base para o diálogo e para aproximação entre as duas margens. A evolução da cooperação da U.E. com os países do Magrebe, não teve em conta, porém, a necessária convergência dos objectivos. Ela evoluiu determinada, sobretudo, pela proximidade, obrigações históricas, alargamento da Comunidade Europeia, prioridades políticas dos Estados membros, exigências vindas de fora e pelas ideias de desenvolvimento e crenças económicas vigentes. Alguns destes factores são dificilmente conciliáveis, justificando que a prática da negociação entre os diferentes interesses conduzissem à falta de globalidade e à ineficácia da política de cooperação, não conseguindo contribuir para a alteração do padrão de interdependência fortemente assimétrico das relações.

As preferências tarifárias foram o instrumento privilegiado de cooperação; apesar da insuficiência dos resultados e das conclusões divergentes dos vários (poucos) estudos podemos afirmar, com alguma confiança, que foram um instrumento claramente insuficiente, enquanto centro da política de cooperação. Elas não provocaram alterações sensíveis nos fluxos de comércio e podem inclusive ter contribuído para a manutenção de uma estrutura de balança comercial estranguladora do desenvolvimento dos países magrebinos.

A sua eficácia foi condicionada, por vários factores, entre os quais a redução a nível mundial das tarifas alfandegárias, a inexistência, no Magrebe de condições potenciadoras dos seus efeitos e o aumento, a Norte, do proteccionismo não tarifário.

As preferências tarifárias não se fizeram sentir, igualmente, no Investimento Externo na região. Os outros instrumentos destinados a promover o investimento não foram, por si só, capazes de provocar alterações sensíveis no seu volume, em especial pela falta de atractividade do mercado magrebino.

O dossier agrícola, para além dos efeitos económicos nefastos, apontados pela maioria dos autores, contribuiu negativamente para a evolução da cooperação, sendo responsável pela morosidade das negociações e concentrando um interesse, em nosso entender desproporcionado.

Face às rupturas actuais, a Europa dos 15 vê-se confrontada com a necessidade de contribuir para a estabilidade do Magrebe, consciente de que a insistência em modelos tradicionais de cooperação resultará na consagração da marginalização da região, com as consequências previsíveis nos cenários apresentados no capítulo II.

Assim, os modelos de aproximação da Comunidade à região terão de procurar contrariar a marginalização económica da região e atender ao complexo processo de um mundo árabe que se fecha sobre si próprio.

O quadro multilateral de cooperação proposto em Cannes, embora não esgote, aproxima-se do modelo de co-desenvolvimento e parceria essencialmente por privilegiar uma melhor coordenação dos acordos para a região Mediterrânica, maior participação dos "actores privados" na cooperação e insistir na necessidade de esforços conjuntos que conduzam ao aprofundamento da democracia e dos Direitos Humanos na região.

O "círculo Mediterrânico" que a U.E. procura criar, oferece a oportunidade aos países magrebinos de se transformarem numa periferia económica privilegiada da Europa, o que exige um profundo empenhamento desses países em empreender reformas políticas e económicas e alcançarem a reconciliação interna e regional.

O Magrebe tem de saber aproveitar a vantagem comparativa da proximidade geográfica à Europa. Neste sentido, uma política de aproximação aos países do Sul da Europa e esforços de atracção de investimento não-europeu, são uma estratégia a explorar. Isto pressupõe uma abertura do Magrebe ao exterior, num sentido mais universal do que o que tem vindo a realizar.

A cooperação regional dos países do Magrebe não é actualmente mais do que uma intenção formal, um mito! Sem nenhuma potência hegemónica, confrontado com o reacender dos conflitos entre Marrocos e a Argélia e com a oposição do discurso integrista, o espírito unitário vem a arrefecer e é artificialmente mantido para preservar a paz na região.

Como apontámos, as possibilidades da União Magreбина Árabe ainda não se esgotaram. O equilíbrio do Mediterrâneo Ocidental, determinante para o equilíbrio Europeu, tem de ser encontrado no reconhecimento da multiplicidade das dimensões dos países da região: magrebinos, árabes, mediterrânicos e africanos, onde a cooperação regional pode assumir um importante e decisivo papel.

As relações com a U.E. continuarão, no entanto, a constituir o eixo principal da inserção das economias magrebinas na divisão internacional do trabalho. Por isso, defendemos um cenário de reforço da cooperação Euro-Magreбина complementado pela dinamização da cooperação inter-magreбина.

É condição necessária para o desenvolvimento deste cenário de cooperação da U.E. - Magrebe, que a integração política Europeia seja de aprofundamento, onde os países do Sul da Europa possam impor como prioritária a dimensão Mediterrânica, a par, em particular, da dimensão "Leste".

As grandes mudanças no Magrebe têm, porém, de se operar dentro das próprias sociedades. A liberalização dos mercados e a democratização das estruturas sociais e políticas magrebinas é uma infraestrutura condicionante do seu desenvolvimento.

A cooperação europeia, por seu lado, não se deve resumir ao balanço custos/benefício, mas antes ser fiel aos objectivos da U.E. de contribuir para o desenvolvimento harmonioso do mundo. O cenário futuro da relação joga-se nesta dupla consciência.

Ao longo da realização do trabalho foram surgindo pistas de futuras investigações, particularizando algum aspecto não suficientemente desenvolvido ou fora dos objectivos. Salientamos:

- O aprofundamento das consequências económicas, na Bacia do Mediterrâneo, com a realização dos acordos de comércio livre.
- O estudo das oportunidades do mercado magreबino para a internacionalização da economia portuguesa.

<sup>1</sup>Em sentido estrutural

<sup>2</sup>No sentido de ser económica, política, social e possivelmente militar

<sup>3</sup>"credo da Unicidade" pronunciado pelo poeta no congresso de l'aemna em Tunis 1934

<sup>4</sup>Durante o período colonial foi denominado mais vulgarmente por "África do Norte". As independências devolveram-lhe o nome Árabe.

<sup>5</sup>ver Elbalki Hermassi, Etat et société au Maghreb, Etude comparative, Paris 1975

<sup>6</sup>Para aprofundar a História do Magrebe ver Laroni Abdallah, Historie du Maghreb: un essai de synthèse, Paris 1970, Maspéro

<sup>7</sup>Poemas escolhidos, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 2ª edição 1988, p. 94

<sup>8</sup>Louis Gardet, L'Islam - religion et Communauté, Desclée de Bower Paris 1967, citado por Balta (1990, p. 15).

<sup>9</sup>Pressionado pelas contestação berberistas, o presidente Chadli reconheceu publicamente a origem *amazigh* e a necessidade de evidenciar o contributo dos berberes para a cultura e história da Argélia. "Esta medida contribuirá para o reforço da unidade nacional e reafirmará a coesão do povo em se reconciliar com a sua história" (presidente Chadli citado por Balta 1991, p. 134). O presidente realça, no entanto, a adaptação dos berberes à língua árabe subvalorizando as suas línguas. As línguas berberes sofrem outro importante revés a 26 de Dezembro de 1990, com a aprovação pela Assembleia Nacional argelina da lei de arabização total do país.

Tal como na Argélia, em Marrocos o regime demonstrou nos últimos anos um maior grau de abertura: o primeiro ministro, anunciou em 1 de Junho de 1994, que a televisão estatal passaria a emitir informações em língua *Tamazight*. A 20 de Agosto, o monarca "lança uma bomba" na sociedade marroquina ao admitir que os três dialectos do *Tamazight* (note-se que ele não fala língua) "fazem parte dos componentes da nossa autenticidade" e que é "indispensável, pelo menos ao nível primário, arranjar períodos horários para a aprendizagem dos nossos dialectos" (citado por Joel Donnet, *Monde diplomatique* Janeiro de 1995, p. 18).

<sup>10</sup>Para a compreensão do Islão no Magrebe Ver Pessah Dhunar, Islan maghrébin contemporain, Paris 1983; Bousquet., L'Islam Maghrébin: introduction à l'étude générale de L'Islam, Paris 1944, Jacques Berque. Ulema, fondateurs et insurgés au Maghreb, Paris 1982.

<sup>11</sup>Os Abássidas não puderam manter a sua autoridade senão no território da actual Tunísia e em parte do Saara, enquanto os Kharijitas mantiveram-se na parte central do Magrebe e em parte do Saara e em Marrocos um Omíada descendente do profeta funda a que se pode considerar primeira dinastia de Marrocos.

<sup>12</sup>Os Fatimidas tinham como principal objectivo reconquistar o império islâmico. Dada a sua extensão territorial, alguns consideram os Fatimidas como os unificadores do Magrebe.

<sup>13</sup>Lai-Murabiten-Povo de homens empenhados na luta pelo estabelecimento do verdadeiro Islamismo.

<sup>14</sup>Deriva de *Al-Muwahidun*, que significa os unitários. Eles se auto apelidaram de unitários por defenderem a causa da unidade absoluta de Deus.

<sup>15</sup>Para Cheriff(1994, p. 44) a ideia mítica da "idade de ouro" não está em conformidade com a mensagem corânica: "O tempo para um muçulmano é teóricamente aquele da projecção, jamais o da nostalgia".

<sup>16</sup>O historiador Abdallah Laroui (1970) escreveu: "O Magrebe foi dividido em três Estados organizados, aproximando-se assim, pouco a pouco, da situação presente, nenhum se sentiu satisfeito, cada um quis estender-se, senão refazer a unidade imperial, apenas um esteve a ponto de chegar, mas a sua derrota, conduziu definitivamente ao fim das tentativas unitárias".

<sup>17</sup>A primeira unificação política da região ocorreu com Massinissa e durou de 238 ac a 148 ac e a segunda corresponde ao referido império dos Almoádas.

<sup>18</sup>"O nacionalismo anti-colonial encerrava uma força e um sentido que ultrapassava a dimensão nacional."(Móran 1990 p.11).

<sup>19</sup>Ao qual não são alheios os movimentos de iluminismo, a Revolução Francesa e a expedição de Bonaparte ao Egipto, e a Revolução Industrial ilustrada por os Saint-Simonies.

<sup>20</sup>No Magrebe, Ben Bella (Argélia) defendeu a visão conservadora das fronteiras que viria a ser consagrada na carta da OUA, com oposição de Marrocos. A preservação das fronteiras condicionou o rumo da História de África e bloqueou o processo de unidade magrebina (a questão da preservação das fronteiras deu origem à primeira guerra Argelo-Marroquina 1963) incentivando os Estados a fortalecerem o nacionalismo de Estado em busca da legitimidade.

<sup>21</sup>A Constituição tunisina(30-7-59), no seu preâmbulo proclama a vontade do país de "permanecer fiel (...)à unidade do Grande Magrebe", a Constituição marroquina afirma (nas suas versões de 7-12-62 e de 5-3-72) "O Reino de Marrocos, Estado muçulmano soberano(...)constitui uma parte do Grande Magrebe" e a Constituição da Argélia, declara que "A Argélia (...) é parte integrante do Magrebe Árabe".

<sup>22</sup>Para o caso da economia Marroquina ver Horton(1990).

<sup>23</sup> A "recuperação dos seus recursos naturais", afim de os consagrar ao desenvolvimento da economia (Benissad 1979), foi a tese principal do modelo de desenvolvimento argelino. No centro desta tese estava a teoria da indústria industrializante de G. Destanne Bernis segundo a qual o desenvolvimento de indústria altamente capitalista (no caso, a indústria de hidrocarboneto), impulsionaria o desenvolvimento de outras indústrias e conduziria a uma nova estruturação da economia. Sid Ahmed (1991) considera a classificação de indústria industrializante errada no caso da Argélia. Para o autor o desenvolvimento da economia argelina (assim como a dos seus vizinhos) aparenta-se mais com o modelo da "staple theory of economic growth", aplicável a todas as economias onde o sector de exportação de produtos primários é predominante.

<sup>24</sup> As aquisições teóricas recentes sobre os efeitos das "economias de renda" evidenciam a existência de outros efeitos perversos que dificultam os efeitos de indução e de multiplicação dos sectores externos responsáveis pela renda no resto da economia. A este propósito ver Sid Ahmed (1993).

<sup>25</sup> Cf François (1988, p 31 -33).

<sup>26</sup> A taxa de investimento passou de 36% do PIB em 1970 para 50% em 1975. Cf François (1988, p24)

<sup>27</sup> Lei promulgada em 1973 cuja principal medida era obrigar a participação de pelo menos 51% de capital marroquino nas empresas.

<sup>28</sup> O código de investimentos de 73, é uma legislação liberal dos investimentos privados, destinada a favorecer a modernização da indústria. Paralelamente Marrocos adoptou um novo código de exportação que previa benefícios pecuniários à exportação de bens nos quais Marrocos detivesse vantagem comparativa, especialmente os que se destinassem ao mercado da Comunidade Económica Europeia.

<sup>29</sup> cf Horton (1990, p.15).

<sup>30</sup> Duas leis promulgadas em 1972 e 1974 favoreceram o investimento externo.

<sup>31</sup> A taxa média anual de crescimento das economias no período entre 1965-1989 foi de 5.4, 6.6, 7.5 para Marrocos, Tunísia e Argélia, respectivamente. No período entre 1980 e 1987 as taxas de crescimento diminuíram para 3.2, 3.6 e 3.8 respectivamente.

<sup>32</sup> Em Marrocos a dívida aumentou de 2.3 milhares de dólares para 7.9 em 80 (cf Horton 1990, p 29).

Na Argélia a dívida externa em 1980 era de cerca de 17,8 milhares de dólares correspondendo a 41 %do PIB (François 1988, p. 28). Na Tunísia a dívida externa cresceu particularmente a partir da década de 80. Em 85 a dívida ascendia a 4.036 milhões de dólares, 40.1% do PIB. (François 1988, p. 28).

<sup>33</sup> La crise des economies maghrébines: (...)

<sup>34</sup> A este propósito ver Christian (1991).

<sup>35</sup> O ritmo não é o mesmo nos diferentes países. Na Argélia, em 1992, 3/4 da produção industrial é ainda realizada pelas empresas públicas (fonte :StBA/ Eurostat 1994).

<sup>36</sup> Em Abril de 1988 o Parlamento marroquino aprovou lei das privatizações. O processo só se iniciou em 1992. As privatizações Tunisinas iniciaram-se em 1987. As privatizações argelinas estão em estudo. Um programa experimental no sector hoteleiro deverá começar brevemente..

<sup>37</sup> Na Argélia o novo código de investimentos, publicado em Outubro de 1993 (lei 93-120 de 27 de Dezembro) termina oficialmente a interdição de investimentos externos.

Em Marrocos e na Tunísia, as reformas dos códigos de investimento propõem-se simplificar as legislações existentes. Na Tunísia, um novo código unificado foi apresentado à Câmara de Deputados em 1993. Em Marrocos, o governo iniciou em 1990 um estudo para a eliminação dos códigos sectoriais e unificação do código.

<sup>38</sup> Entre as principais medidas: Lei das Finanças de 1988 em Marrocos, Lei das Finanças de 1990 na Argélia.

<sup>39</sup> O dinar tunisino é convertível, para as operações correntes, desde Dezembro de 1992 e o dinar marroquino desde Janeiro de 1993.

A Argélia aboliu em 1990 um grande número de restrições ao câmbio, o que provocou uma crise nas finanças externas. O projecto de convertibilidade da moeda, a curto prazo, não foi no entanto abandonado.

<sup>40</sup> Diminuição dos subsídios ao consumo por reforço das transferências. Esta política é especialmente importante face ao clima sócio-religioso. A diminuição dos subsídios provocou muita agitação social em Marrocos e na Tunísia.

<sup>41</sup> População activa agrícola: Argélia-20.1%, Tunísia-23.3%, Marrocos-40% (inclui pescas e silvicultura) ( cf. Le secteurs agricole et ses perspectives.....).

<sup>42</sup> População rural (1990): Marrocos-51%, Argélia-47%, Tunísia-45% (Relatório do Desenvolvimento Humano 1993).

<sup>43</sup> Em Marrocos 2/3 a 3/4 é analfabeta (Jouve e outros 1993, p 4 ).

<sup>44</sup> Em Marrocos, mais de 74% das explorações é inferior a 5 ha, sendo o tamanho médio das explorações de 4.8 ha (fonte: recenseamento agrícola).

---

Na Tunísia, 45.6% das explorações são inferiores a 5ha, representando apenas cerca de 7.7% da superfície total de explorações.(fonte: Inquéritos agrícolas de base, publicado em Thabet e outros 1993).

<sup>45</sup> Fonte : Banco mundial 1993.

<sup>46</sup> Em 1992 o valor acrescentado da indústria de transformação elevava-se a 3,3840 milhares de dólares contra 1,756 milhares de dólares em 1980.(fonte:StBA/Eurostat 1994, p. 115).

<sup>47</sup> 1500 empresas (25% do total) e 180000 trabalhadores (25% da população activa empregada) (Fonte :StBA/Eurostat 1994, p. 121).

<sup>48</sup> cf ICEP (1994).

<sup>49</sup> cf:ICEP (1994).

<sup>50</sup> Em Marrocos a % de turistas de origem magrebina, no total de turistas, passou de 2% em 1987 para 53.5% (51% Tunisinos). Na Tunísia, os turistas magrebinos corresponderam em 1992 a 45% (22.8% Argelinos) (cf, Finaish e Bell1994).

<sup>51</sup> cf Lahlou (1991, p. 487).

<sup>52</sup> Podemos dividir os teóricos entre os pessimistas (nos quais Malthus é referência obrigatória), os optimistas e os revisionistas. A perspectiva dos pessimistas é a de que o crescimento da população conduz à pobreza e dificuldades sociais, devido à escassez de recursos. Estas conclusões são baseadas no impacto do aumento da população nos recursos disponíveis. Por seu lado, os optimistas tendem a dar ênfase aos contributo do crescimento da população para factores críticos ao desenvolvimento como sejam as economias de escala, inovação e mudanças institucionais. Os revisionistas recusam-se a admitir generalizações: os efeitos do crescimento populacional dependem da época, do espaço e das circunstâncias.

<sup>53</sup> Este factor tem um efeito dúbio. Alguns estudos (ver Birsdsall, 1991, p 518) indicam que a diminuição da mortalidade é acompanhada por uma diminuição da fertilidade. A natureza exacta desta ligação não é, no entanto, compreendida.

<sup>54</sup> Factor cujo efeito liquido não pode ser exactamente avaliado. Se por um lado, o desemprego feminino poderá aumentar a fertilidade (existem evidencias empíricas da relação negativa entre emprego feminino e fertilidade), diminui o rendimento familiar, o que pode afectar a fertilidade em determinados estratos da população.

<sup>55</sup> Existe uma correlação negativa entre a taxa de urbanização e a fecundidade no Magrebe. A Tunísia, o país mais urbanizado registou o maior decréscimo da fecundidade.

<sup>56</sup> O nível educacional das mulheres é um dos mais fortes e consistentes factores explicativos da evolução negativa da fertilidade. No Magrebe esta relação aparece também consistente: enquanto que a taxa de fecundidade durante o período de 1986-1988 nas mulheres analfabetas era de 5,0, na Tunísia a taxa decrescia para 2.7 nas mulheres com nível de instrução equivalente ao secundário. A relação foi de 7,3 para 3,4 na Argélia e de 5,2 para 2,4 em Marrocos (Escallier1991, p. 87).

<sup>57</sup> O papel do Estado na natalidade tem sido determinante na valorização dos factores negativos da fecundidade. Os bons resultados de decréscimo da fecundidade na Tunísia devem-se em especial ao papel pioneiro do Estado .O código de estatuto pessoal aprovado promoveu o estatuto da mulher, interditou o casamento antes dos 15 anos e a poligamia. Os contraceptivos foram aprovados em 1961 e a sua publicidade legalizada. Na Argélia, pelo contrário a política de natalidade é terceiro mundista (Escallier, 1991), a que está associada menor sucesso na diminuição da taxa de fecundidade.

<sup>58</sup> Este valor é extraído da estimativa das Nações Unidas de 86. Pode estar já ligeiramente subavaliado pois o valor previsto para o ano 1990 foi inferior ao valor real.

<sup>59</sup> cf Sid Ahmed (1991).

<sup>60</sup> O volume de emprego deve ser ajustado pelo número de efectivos do sector informal. Este ajuste é difícil de fazer, dada a natureza informal das actividades.

<sup>61</sup> Na Argélia entre 1987-1988 o emprego permanente aumentou cerca de 2.8%, enquanto o emprego temporário cresceu cerca de 33.2% (cf Chikhi 1991, rodapé 7, p. 62).

<sup>62</sup> cf Alaoui(1994, p. 148).

<sup>63</sup> cf Sid Ahmed (1991, p.15).

<sup>64</sup> Um fenómeno com maior expressão em Marrocos.

<sup>65</sup> No entanto devido ao ritmo de crescimento populacional a população entre os 15 e os 19 anos deverá ser de 13 a 17% da população activa, de acordo com os países.

<sup>66</sup> Os Grande Mitos do Sec XX, Edições Nova Acrópole, 1ª edição Maio 1992, p. 13.

<sup>67</sup> Dicionário enciclopédico, Koogan Larousse Selecções. Vol 2, Selecções do Reader's Digest, p. 780

<sup>68</sup> cit por Libera(1994,p.86).

<sup>69</sup> A fé abraçada pelo Sul inscreve-se na História do monoteísmo e tem uma concepção dinâmica da escritura: o Alcorão é a última edição da Sagrada Escritura Divina. Os Judeus e os cristãos são "povos do livro", membros de "religiões reveladas" para os quais a posição oficial do Islão é de tolerância.

Do lado cristão, Maomé é considerado também um enviado de Deus (difere de Cristo, O enviado). Raimundo Túlio, um dos mais importantes doutores da Igreja, refere-se ao Islão como uma "heterodoxia cristã". O ponto doutrinal que mais fere o Islão é a trindade, face à sua posição de divindade única (Twahid).

O Vaticano II refere - se deste modo ao Islão : "A Igreja olha também com estima para os muçulmanos. Adoram eles o Deus único vivo e subsistente, misericordioso e onipotente, criador do Céu e da terra, .... E se é verdade que, no decurso dos séculos surgiram entre os cristãos e muçulmanos não poucas discórdias e ódios, este Sagrada Concílio exorta todos a que, esquecendo o passado, sinceramente se exercitem na compreensão mútua e juntos defendam e promovam a justiça social, os bens morais e a paz e liberdade para todos os homens. (Vaticano II , Declaração: A Igreja e as religiões não Cristãs, 3).

<sup>70</sup> O jornal *Le Temps* de 1903 descreve assim a colonização: "Viajantes e comerciantes; depois de tratados de comércio e de amizade; em seguida uma espécie de protectorado disfarçado sob a forma de uma aliança desigual; mais tarde a delimitação de zonas de influência e a declaração de uma espécie de direito de prioridade; seguidamente um verdadeiro protectorado, a efectivação da tutela e denominação de residentes, finalmente a anexação pura e simples."

<sup>71</sup> "A expansão colonial na Argélia corresponde a uma aceleração patológica da mutação cultural que impede o diálogo entre o que persiste e o que se altera entre a assimilação e a adaptação que substitui ao tradicionalismo anterior um tradicionalismo regressivo". Cit. por Figueiredo e Costa 1986, p. 93.

<sup>72</sup> Amin (1988, p. 20) considera que a política europeia para a região representa "O neo-colonialismo colectivo se substituindo simplesmente ao colonialismo colonial".

Após o voto negativo do Parlamento Europeu aos 4 Protocolos financeiros com Marrocos o ministro dos negócios estrangeiros marroquino, M. Abdellatif Filali, comentou "O estado de espírito do tempo de colonização que volta cinicamente".

<sup>73</sup> A marginalização do Mediterrâneo assume, segundo o Comité Económico e Social (1992), uma vertente económica caracterizada pelo agravamento dos desequilíbrios económicos da dependência da margem sul e pelo forte crescimento demográfica e uma vertente política com focos de tensão política marcados fundamentalmente pelo nacionalismo e o integrismo religioso.

<sup>74</sup> Do ponto de vista político a marginalização do Mediterrâneo tenderá a agravar e a potenciar as situações de conflito. A guerra do Golfo, a tragédia da Jugoslávia e a persistência da crise Líbia e, com mais interesse para o Magrebe a crise do Saara esclarecem sobre o perigo de se excluir do, plano mundial, o empenho no desenvolvimento desta região.

<sup>75</sup> Amoroso et al (1993) propõem indicadores "quantitativos" (migrações, mercado de trabalho, educação e condições de vida) e "qualitativos" (I&D, Industrialização, tecnologia) para evidenciar a situação de marginalização do sul do Mediterrâneo. Esta separação supõe que os elementos em análise podem ser nitidamente separados.

<sup>76</sup> Para Amin (1988 p. 16), a Europa sairá fortemente atingida se conduzir a sua acção de maneira a reforçar a triade: as suas fronteiras, a Sul e a Leste, coincidem com regiões com cenários de desequilíbrio económico, social e político, potenciando os problemas de segurança e reduzindo as oportunidades de mercado.

<sup>77</sup> Aliboni (1992, p 169) refere "Pode-se observar que esta marginalidade do quadro Norte-Sul, com relação ao quadro Este-Leste não é nova. Entretanto é preciso notar que existe uma diferença importante em relação ao passado recente, pois em vez de um conflito que eles chegavam a explorar política e economicamente, os países do sul encontram-se hoje confrontados com uma forte tendência para a solidariedade Este-Leste. Têm portanto razão para perceber esta nova tendência como um risco muito forte de marginalização ulterior".

<sup>78</sup> Diwan, Ishac, Squire, Lyn Economic and Social Development in the middle East and North Africa, Discussion Paper series nº 3, Out 1992 (Via COM(94).427Final).

<sup>79</sup> COM(94).427Final

<sup>80</sup> Para uma exposição clara sobre o conceito "civilização" ver Braudel (1987, p.17-50).

<sup>81</sup> Estas posições parecem ser defendidas pelos números Uma listagem dos países com RN per capita superior a \$5,500 são com poucas excepções democráticos (cf Bartley, 1994).

<sup>82</sup> O salafismo, movimento reformista do século XIX, recusava o Direito costumeiro ("ādāt", "urf"), e o marabutismo.

<sup>83</sup> Na Argélia a via socialista, consagrada na carta nacional de 23 de Novembro de 1976, é apresentada como meio de propagação dos valores islâmicos. O Islão fez com efeito parte integrante da ideologia do Estado, é a "religião do estado", pois "socialismo não é uma religião", e do socialismo argelino.

<sup>84</sup> o primeiro artigo da Constituição tunisina refere que "A Tunísia é um Estado livre, independente e soberano; sua religião é o Islão."

<sup>85</sup> A promulgação do código de estatuto social, onde a mulher adquire um novo estatuto familiar e social (proibição da poligamia, repúdio,...) a eliminação dos tribunais religiosos, a tolerância face ao jejum, a limitação do número de peregrinos autorizados a ir a Meca,...

<sup>86</sup> "Religião revolucionária o Islão veio libertar o homem e a mulher..." Boumediene num congresso de *l'Union des Femmes* em 74 (cf Balta 1991, p.152).

<sup>87</sup> Na Argélia, como aliás em todo o Magrebe, o crescimento de uma classe média contribuiu para a modificação das estruturas sociais. O seu universo cultural é radicalmente diferente das gerações anteriores. A procura desta classe transformou-se no seu modo de expressão (Claisse, 1988, p 125).

<sup>88</sup> O artigo 19 da constituição : "O rei, ..., representante supremo da nação, símbolo da sua unidade, garante da perenidade e da continuidade do Estado...no respeito do Islão e da Constituição".

<sup>89</sup> Neo-fundamentalista (na expressão de Roy), Islamita (na expressão de Etienne), Fundamentalismo de contestação(Addi). Sobre a problemática do nome ver Pinto (1993).

<sup>90</sup> A religião é para Huntington o traço cultural mais discriminatório e exclusivo entre as pessoas "Uma pessoa pode ser meio-francês e meio-árabe e mesmo simultaneamente um cidadão dos dois países. É mais difícil ser meio-católico e meio-muçulmano."(Huntington 1993, p.27).

Braudel (198, p.37) refere que "A religião é aqui a característica mais forte do cerne das civilizações, a um tempo o seu passado e o seu presente e "Quase sempre as civilizações são invadidas, submergidas pelo religioso, pelo sobrenatural, pelo mágico; sempre viveram aí, sempre aí foram buscar as mais poderosas motivações do seu psiquismo próprio."

<sup>91</sup> Oliver Roy (1990) distingue duas fases no integrismo islâmico actual : A primeira que vai dos anos 70 a meados de 80 caracteriza-se pelo anseio da conquista do poder, para a partir daí reislamizar a sociedade. É o islamismo na sua versão política e revolucionária. A segunda fase, que dá origem ao neo-fundamentalismo que se caracteriza pelo seu carácter populista, ou seja a sua acção no tecido social com vista à moralização da sociedade e a aplicação da *Charia*. É um Islamismo puritano, rigoroso e intolerante.

<sup>92</sup> Le Neofondamentalisme des Frères musulmans: au FIS algérien (...)

<sup>93</sup> O movimento salafista, que como já referimos ajudou os nacionalistas, pretendeu purificar a fé, recusou a aproximação às outras religiões e viveu obcecado com a reconstituição da UMMA e a aplicação da *Charia*.

<sup>94</sup> Pode ser mais correcto, falarmos antes de um modelo industrial. Pellicani (1992) considera que o que caracteriza fortemente a nossa época é o aparecimento de uma civilização industrial de carácter planetário. Uma civilização que não conhece fronteiras, cuja instituição principal é o mercado.

<sup>95</sup> O Japão constitui a excepção mais significativa de sucesso económico e democrático conservando a integridade dos seus valores.

<sup>96</sup> A teoria Toynbiana poderá contribuir para entender este processo. Segundo Tcynbee quando duas civilizações se encontram no espaço, a civilização "inferior" começa a imitar a forma de vida estrangeira que toma como modelo, quer por fascínio, quer para escapar à sua condição de inferioridade (Cf Pellicani 1992).

<sup>97</sup> cf Pellicani (1992, p. 102).

<sup>98</sup> Ver L'échecc de l'islan politique, pp.107 a 11

<sup>99</sup> idem

<sup>100</sup> "Para além das explicações conjunturais e dos erros de cálculo político de uns e de outro, a emergência de uma corrente religiosa popular na Argélia, situa-se (...), no prolongamento do nacionalismo da Frente Nacional de Libertação, que é ele próprio de essência religiosa"(Addi 1993, p. 23). "A receita islamita não faz se não conferir a esta dinâmica nacionalista a autonomia que lhe faltava quando se exprimia numa linguagem percebida como ligada ao Ocidente" (Bugart - Le Monde, 3/1/91).

<sup>101</sup> Segundo (Addi 1992, p. 151) o cenário de ascensão ao poder dos islamitas comporta riscos, que se têm de correr."O mais importante é impedir os islamitas de chegar ao poder pela violência da rua para que eles não fundamentem a sua própria legitimidade histórica indefinida no tempo". Para Giraud (1994) a interdição da FIS foi um erro, como tinha sido a sua legalização.

<sup>102</sup> O rei Hassan II tenta combater o fenómeno com uma posição conciliadora: impôs a oração nas escolas, anuncia as suas decisões depois de consultar a alta autoridade dos Ulemas, mas também acolheu fraternalmente João Paulo II em Agosto de 1985.

<sup>103</sup> cit por Rodrigues (1993, p. 85)

<sup>104</sup> cit por Rodrigues (1993, p. 86).

<sup>105</sup> "A civilização é o maior e mais amplo nível de identidade cultural das pessoas..."(Huntington 1993, p.24).

<sup>106</sup> Toynbee apresenta uma leitura semelhante. Na sua análise, descreve os efeitos perversos da penetração da civilização Ocidental na civilização Oriental (cf. Pellicani 1992).

<sup>107</sup> cit. por Huntington, (1993b, p. 194).



<sup>108</sup> Desordem que acompanha toda a história do islamismo. O império Almóada cuja doutrina visava refazer a unidade da UMMA, introduziu a *Jihad* (guerra santa) como um dos pilares do Islão cuja missão era se livrar dos maus muçulmanos mais do que dos infiéis.

A guerra do Golfo testemunha a ruptura actual do mundo islâmico. (Mouaquit 1993).

<sup>109</sup> Colloque: La Mediterranee en question(1989), intervenção no debate, p 261.

<sup>110</sup> cf Fabre 1993.

<sup>111</sup> A Alta Comissão de Integração francesa, num relatório, tornado publico a 26 de Junho, mostrou inquietação pela marginalização das populações imigradas em especial a comunidade islâmica. No documento aconselha o governo francês a intensificar as relações com os muçulmanos moderados. Entre várias sugestões a Comissão propõe a formação universitária crítica e laica sobre o Islão (cf Bernad 1995, p. 11).

<sup>112</sup> Cit. Le Figaro, 25 de Janeiro de 1994.

<sup>113</sup> Paris: Une Politique de risque, Le Point 13 de Agosto 1994, nº 1143 p. 24.

<sup>114</sup> cf Acta final de Helsínquia 1 de Agosto de 1975, Acta do Conselho de Ministros da NATO, Janeiro de 1994.

<sup>115</sup> Ver Dabezies (1991), Pisani (1992), Conclusões do Conselho de Lisboa 1992.

<sup>116</sup> Ver Vasconcelos (1995), Aliboni(1992), Nair (1991).

<sup>117</sup> La Sécurité através la Méditerranée (...)

<sup>118</sup> Sobre o poder militar dos países do Magrebe ver Faria(1994).

<sup>119</sup> cf. Conclusões da conferência de Cannes - Junho de 1995.

<sup>120</sup> A França tradicionalmente preocupada com a região indica no "Livre Blanc pour la défense 1994" a região do Magrebe nos interesses estratégicos referentes à manutenção da paz em torno da Europa e à manutenção das correntes de comércio e dos canais de comunicação. A leitura da defesa do governo francês dá ainda especial destaque à Argélia em razão da crescente dependência de gás importado. A região não é identificada como portadora de ameaça à integridade do território francês. A região mediterrânica é também marginal nas preocupações de segurança expressas no "White paper 1994", apresentado pelo ministro da defesa da Alemanha, no qual se refere, no entanto, à importância dos desenvolvimentos no Mediterrâneo para a segurança e estabilidade da Europa e alerta para o aumento dos arsenais militares no norte de África.(Cf Zadra 1994)

Em Portugal, o ministro da defesa apresentou durante nos últimos anos dois dos mais importantes trabalhos sobre as opções estratégicas do governo em matéria de segurança e defesa nacional, a saber: "Conceito estratégico de Defesa Nacional" apresentado e discutido no Parlamento em 93 e "A Defesa de Portugal 94" apresentada em Junho de 1994. Os trabalhos dedicam especial acção à "tensão social, política e religiosa" que se vive no Mediterrâneo e defendem um maior envolvimento das instituições nos problemas de segurança da região. "A Defesa de Portugal 94" faz referências especiais ao Magrebe, salientando a existência de acordos de cooperação em matéria de defesa entre Portugal e Marrocos e a intenção de assinar um acordo similar com a Tunísia.

Para maior desenvolvimento ver Zadra (1994).

<sup>121</sup> Iniciativas multilaterais: Cooperação para a segurança e cooperação no Mediterrâneo e o diálogo UEO/Países do Magrebe (com excepção da Líbia).

<sup>122</sup> A intervenção da NATO em relação aos acontecimentos do Magrebe tem-se resumido a simples, mas frequentes, comentários sobre a questão do fundamentalismo e à segurança no Mediterrâneo Ocidental. A decisão mais problemática do Conselho de Segurança foi a de 8 de Fevereiro de 1995 em que propôs aos cinco países do Magrebe uma troca de informações relativa a matéria de segurança. Esta iniciativa segue as propostas da Espanha desejosa de reequilibrar as preocupações leste-sul na NATO. A iniciativa foi tomada com carácter meramente exploratório, devido à resistência francesa e de vários outros países, preocupados com a leitura negativa no sul. Leitura que parece confirmar-se pela reacção de aplauso por parte dos sectores ligados ao governo argelino e a reacção dos outros sectores que consideraram que a NATO finalmente encontrou um novo inimigo (Vasconcelos 1995). Esta parece aliás ser a própria leitura do secretário geral da NATO que indicia que o principal objectivo da NATO é combater o integrismo, uma ameaça comparável à antiga ameaça soviética.

<sup>123</sup> Rojo(94) elabora cenários dando especial ênfase aos aspectos tecnológicos, o "Plano Azul" desenvolve os cenários possíveis para a região atendendo principalmente a variáveis relacionadas com o ambiente.

<sup>124</sup> La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II, Paris A. Colin. 1966 Tomo1, p. 233.

<sup>125</sup> cit. por Wilde (1989, p. 26)

<sup>126</sup> cit. Cooper( 1985, p. 1196).

<sup>127</sup> Cooper(1985) prefere utilizar o termo dependência. Quando a dependência é recíproca podemos, segundo o autor, denominar de interdependência ou preferencialmente de dependência mútua.

<sup>128</sup> cf Wilde (1989, p.26).



<sup>129</sup> A estes propósitos ver Cooper (1985 p.1198 e 1199).

<sup>130</sup> DE 68

<sup>131</sup> Consideramos a área do ambiente como uma área de interesse comum. Streeten (1990) esclarece a diferença. Os interesses comuns referem-se a áreas de interesse partilhado relacionado com bens públicos. Pode haver interesses comuns sem interdependência.

<sup>132</sup> Cooper "Interdependência, unindo mercados nacionais corrói a efectividade das políticas nacionais e ameaça a autonomia nacional na determinação e prossecução dos objectivos económicos.

<sup>133</sup> Destacam-se as posições de Samir Amin.

<sup>134</sup> A este propósito ver posições de Amoroso et al e Amato, apresentadas no Capítulo II.

<sup>135</sup> A defesa da interdependência ganha adeptos em face das rupturas actuais. A defesa fundamenta-se nas conclusões teóricas mais generalizadas que referem que o reforço da interdependência conduz, ao aumento dos ganhos das partes envolvidas através de um maior comportamento cooperativo, ao aumento da importância dos actores não civis e à redução das possibilidades de conflito internacional (Holsti1991, p. 56/7).

<sup>136</sup> Cooper refere-se à interdependência dos objectivos da política económica quando os países se preocupam com a fixação dos objectivos do parceiro.

<sup>137</sup> Cit. por Garcia (1992, p. 47).

<sup>138</sup> Dados de Garcia (1992).

<sup>139</sup> A limitação dos movimentos dos estrangeiros não nacionais de um estado Membro está coberta por vários acordos:

a)O acordo de Schengen concluída a 19 de Junho de 1990 e ratificada por cinco países da Comunidade (França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Holanda) a que se juntaram a Itália(1990), Portugal e Espanha (1991). Os países signatários harmonizaram as suas políticas de vistos e comprometeram-se a ter um controle mais estrito da emigração, o que dificulta a entrada dos magrebinos na Europa (não era necessário visto para a Espanha e Itália ). O acordo entrou em vigor em Março de 1995., b) A convenção de Dublin concluída em 15 de Junho de 1990, assinada e ratificada por 4 EMs e aberta à participação de todos os EMs. referente a assuntos de asilo; C) A convenção dos Doze.; d)O Tratado de União Europeia confirmando o disposto no artigo 8 a) do Acto Único Europeu relacionado com o mercado interno e restantes provisões acerca de visto de entrada, integrando-as nas leis nacionais dos vários países. O Tratado determina ainda os campos das acções de interesse comum em relação à emigração: políticas de asilo, políticas de emigração e políticas em relação a nacionais de terceiros países.

<sup>140</sup> Checkir (1994) refere-se ao crescimento da indústria têxtil em Marrocos como resultado das políticas para contrariarem o fluxo de migrantes.

<sup>141</sup> " Sem negar a legitimidade das restrições da União Europeia, é útil lembrar que esta mão de obra teve um papel importante não somente na reconstrução mas também na sustentação do crescimento económico da Europa. Da mesma maneira a emigração tornou-se depois dos anos sessenta um elemento de equilíbrio económico e social da economia marroquina. É o primeiro recurso da balança de pagamentos, graças à poupança transferida da Europa pelos trabalhadores marroquinos. Deste modo toda a eventual suspensão poderá provocar enormes dificuldades. (Oualaalou 1993, p. 48)

<sup>142</sup> cf Noin, Daniel, La population rurale au Maroc, Université de Rouen, Paris: PUF 1970, 2 volumes (cit. por Garcia).

<sup>143</sup> Consequência do aumento do desemprego especializado dos países magrebinos.

<sup>144</sup> Estes números estão subavaliados, referem-se apenas aos trabalhadores em situação legal.

<sup>145</sup> Cálculos com base nas estatísticas do Eurostat.

<sup>146</sup> O autor no artigo apresenta resultados para a Grécia, Itália, Portugal, Espanha, Turquia, Jugoslávia.

<sup>147</sup> Straubhaar (1985) também rejeita a hipótese da emigração se traduzir em quedas de produção.

<sup>148</sup> cf. CES(1992, p. 23)

<sup>149</sup> Decisão do Conselho de Ministros de 9/12/75.

<sup>150</sup> O autor refere-se em particular a Marrocos.

<sup>151</sup> Fondation Nationale des Sciences politiques (75/76), Simon (1985), cf Ponton d'Amecourt 1989, Garson 1994.

<sup>152</sup> cf Paiva (1987).

<sup>153</sup> Segundo o autor, os emigrantes estão a demonstrar maior interesse em investimentos mais produtivos e a preocuparem-se mais com o futuro. Esta evidência baseia-se nos esforços de modernização no sector agrícola, nos investimentos realizados no sector turístico e em pequenas e médias empresas industriais (particularmente nos sectores de vestuário, alimentar e relacionado com a construção) Os movimento de

privatizações em curso nas economias são um elemento - chave para uma mais eficiente canalização das remessas dos emigrantes.

<sup>154</sup> cf Glyttsos (1993).

<sup>155</sup> Transferências oficiais: Total das transferências feitas pelos emigrantes e pelas organizações patronais.

<sup>156</sup> As estatísticas oficiais, baseadas nas transferências realizadas através dos bancos, correios e instituições financeiras são insuficientes para avaliar o impacto devido à inadaptação das estatísticas e à generalização de trocas por redes informais. Não são igualmente contabilizados os ganhos das famílias com a transferência de bens (em especial quando se deslocam em férias), o dinheiro gasto nas férias, etc.. As transferências realmente recebidas pelas famílias são assim muito superiores às reservas registadas oficialmente. (Gildas Simon (1984) Weden (1987), Arnold (1992) e Stahl (1989)).

<sup>157</sup> Cf weden 1987.

<sup>158</sup> Superior à média das oito nacionalidades estudadas (marroquinos, argelinos, tunisinos, italianos, espanhóis, portugueses, jugoslavos e turcos).

<sup>159</sup> Para uma revisão sintética da literatura mais significativa ver Elbadawi, I. A. e Rocha, R. (1992).

<sup>160</sup> Não exclusivamente a situação económica dos países de origem. Vários estudos recentes indicam que as remessas não reflectem completamente as poupanças dos trabalhadores. Existe cada vez maior tendência para os emigrantes investirem no país de acolhimento em bens (casa, negócio próprio, ...) e no sistema bancário, resultado das mudanças estruturais da emigração e da maior segurança e eficiência do sistema financeiro (Elbadawi e Rocha (1981)).

<sup>161</sup> Dados "World Tables 1993" - Banco Mundial e Eurostat.

<sup>162</sup> 94 % das remessas marroquinas são originárias da Europa e em especial de França (3/5 em 90) (cf. Berrada 1994, p. 269).

<sup>163</sup> 386% em 1989, contra 9.2 % em Marrocos e 2.1% na Tunísia.

<sup>164</sup> A elasticidade remessas/ tempo de emigração foi estimada por Elbadawi e Rocha (1992) em -0,40.

<sup>165</sup> A colonização espanhola em Marrocos restrita a poucas regiões não deixou traços determinantes nas trocas comerciais exteriores do país.

<sup>166</sup> Les relations économiques entre L'Europe et le Maghreb (...)

<sup>167</sup> cf Sid Ahmed (1993).

<sup>168</sup> Por exemplo, em 1988, 75% das exportações tunisinas eram realizadas por empresas públicas (cf Grissa 1988 p. 132).

<sup>169</sup> Fonte: Eurostat.

<sup>170</sup> fonte: Eurostat

<sup>171</sup> cf Talha (1993, p. 929).

<sup>172</sup> cf Talha ( 1993, p. 929).

<sup>173</sup> Multiplicam-se as definições e as discussões acerca das deslocalizações. Aparecem duas opiniões divergentes: as que consideram as deslocalizações como um fenómeno de IDE e as que as consideram como uma forma de comércio internacional. Ver sobre a problemática Schwald (1994) e os desenvolvimentos do capítulo VII.

<sup>174</sup> Sobre as deslocalizações de outras actividades industriais e serviços Ver Arthuis(1993 a)

<sup>175</sup> 4% das receitas correntes da balança externa da Tunísia e apenas 1% para a Argélia e Tunísia.

<sup>176</sup> Dados Blin e Parissot (1992).

<sup>177</sup> Talha(1993, p. 929).

<sup>178</sup> H. Regnault, Etats, entreprises et cooperation Nord-Sud en Mediterranéen Occidentale em matière d'emploi, Coloque de Gredos, Grenade 5-9 Fevereiro de 1990. Agnés Chevallier e Véronique Kessler. Maghreb: les anées de transition, ouvrage collectif Bassma-Kodmani Darwich, IFRI 1990 (Via Talha 1993).

<sup>179</sup> As teorias Neo-factoriais, a teoria da Localização da Indústria, a teoria do Ciclo de Vida do Produto

<sup>180</sup> O estudo de Kemper(1985) sobre as variáveis explicativas do IDE alemão, Michalet para França e Buckley(1988) para o Reino Unido a oferta e o custo aparecem como um dos determinantes da decisão de investir.

<sup>181</sup> Um inquérito às empresas francesas realizado pela CEREM (Cit. por Talha 1993) revela que a "redução de custos salariais" aparece apenas em 8º lugar. O primeiro e segundo factor motivador do investimento no estrangeiro revelados pelo estudo são "Importância do mercado" e " protecção das empresas locais".

<sup>182</sup> O inquérito realizado por Isaiab Frank, confirma que numerosas multinacionais consideram que o baixo nível salarial no país de acolhimento pode trazer decepções, caso os níveis de qualificação e produtividade sejam igualmente baixos. (Frank, Isaiab, (1981) "Multinationales et development: entreprises étrangères dans les pays en development, p. 211)

<sup>183</sup> Les relations économiques entre L'Europe et le Maghreb (...)

<sup>184</sup> cf Chouika L. e Labidi K (1993).

<sup>185</sup> cf Marchés tropicaux Março 94.

<sup>186</sup> No início da década o investimento no sector é influenciado pela guerra do Golfo.

<sup>187</sup> Em 85 o Norte consumia 87% da energia total consumida na bacia, sendo os restantes 13% repartidos entre o Sul e o Leste. (dados de Grenon).

<sup>188</sup> "Os parceiros aprofundarão a cooperação existente no domínio das políticas energéticas. Por outro lado incentivarão o diálogo produtor/consumidor. Para o efeito propor-se-ão:

- Encorajar a associação dos países mediterrânicos ao Tratado da carta Europeia de Energia;
- Promover a participação em programas comuns de investigação;
- Desenvolver fontes viáveis de energia renováveis, em especial tecnologias da energia solar;
- Promover a eficácia energética."

<sup>189</sup> Dados: relatório do Instituto Francês do Petróleo(1993),

Alguns factores explicam esta tendência:

- O rácio reservas/ produção consideravelmente mais elevado
- Vantagens específicas da tecnologia permitindo maiores rendimentos e custos
- vantagens de protecção do ambiente
- factores políticos, dada a menor concentração geográfica.

<sup>190</sup> "O projecto é de um interesse político muito real, pelo facto de também reforçar a cooperação entre os nossos países. Esta cooperação está particularmente reforçada entre Marrocos e a Argélia. O projecto constitui enfim um eixo fundamental da construção da UMA e da cooperação entre Marrocos e a Argélia" (Idriss Alaoui M'Deghri-Ministro da Energia e das Minas de Marrocos-cit. La Vie Industrielle & Agricole 5 Julho de 1992, p. 5)

<sup>191</sup> Pisani (1992, p. 39)

<sup>192</sup> "A cooperação pode ser definida como qualquer empreendimento por actores internacionais no quadro das relações entre Estados, para atingir objectivos acordados, pondo em comum certos meios materiais, financeiros e humanos." Touscoz(1973, p. 32).

<sup>193</sup> Cooperação para o desenvolvimento pode, em sentido amplo, ser entendida como qualquer forma de cooperação internacional animada pelos seguintes objectivos:

- 1)reforçar a auto-determinação dos povos
- b)garantir os direitos humanos e o acesso aos benefícios da divisão internacional do trabalho
- c)eliminar a pobreza reduzindo as desigualdades (Siitonen 1990).

<sup>194</sup> "No sentido que damos hoje ao termo, só se pode falar dela a partir da IIª Guerra Mundial" (Siitonen 1990,p.1).

<sup>195</sup> Segundo Samir Amim, Habib el Malki e outros, a cooperação da CEE-Magrebe inscreve-se no quadro de uma estratégia global (da fase actual) da internacionalização do capital. Ela tem por objectivo assegurar a integração dos sistemas produtivos magrebinos no espaço económico europeu, aproveitar a mão de obra barata consolidando a sua dominação sobre as economias (cf Bourrinet 1990).

<sup>196</sup>cf. Cooper (1985, p.1218).

<sup>197</sup> cf. Rood (1991)

<sup>198</sup> A este propósito ver Miguel Larramendi - Perception Espagnole du Maghreb et politique étrangère de L'Espagne démocratique, "Le Maghreb, L'Europe et la France", 1992, pp.. 153-169 e Brondino - L'Italie au croisement des rapports Euro-Maghrébins: Le cas tunisien, Le Maghreb, L'Europe et la France", 1992, pp. 170-184.

<sup>199</sup> O artigo 3 do Tratado de Roma, que lista as acções a empreender para a Comunidade atingir a sua missão apenas se refere, em matéria de acções com o exterior, ao estabelecimento de uma pauta aduaneira comum e de uma política comercial comum em relação a Estados Terceiros (alínea b) e à associação dos países e territórios ultramarinos com o objectivo de incrementar as trocas comerciais e prosseguir em comum o desenvolvimento económico e social"(alínea K).

<sup>200</sup> Para Schermers(1984, p. 237) o lugar à parte que as Comunidades ocupam no Direito Internacional Público exprime-se sobretudo no direito de legação que podem exercer relativamente a países terceiros, no papel por si desempenhado no seio das organizações internacionais e na conclusão de acordos. Para Jean-Victor (1986 p.53) o direito de concluir acordos é um dos atributos clássicos de personalidade internacional.

<sup>201</sup> Mais tarde, o Tribunal de Justiça da Comunidade consagrou "o principio do paralelismo das competências" (Acórdão 31 de Março 70), que estabelece a competência da Comunidade para concluir acordos internacionais

em todos os domínios para os quais tem competência para definir regras de carácter obrigatório para os Estados comunitários.

<sup>202</sup> Durante o período de transição (...) 1-Os Estados Membros procederão à coordenação das suas relações comerciais com países terceiros, de modo que no termo do período de transição, estejam reunidas as condições necessárias à execução de uma política comum em matéria de comércio externo. (...)(artigo 111).

<sup>203</sup> Sem prejuízo dos compromissos assumidos pelos Estados Membros (...), os regimes de auxílios concedidos pelos Estados Membros serão progressivamente harmonizados antes do final do período de transição(...)(artigo 112).

<sup>204</sup> 1-Findo o período de transição, a política comercial comum assentará em princípios uniformes (...)" (artigo 113) 2-Quando devam ser negociados acordos com países terceiros a Comissão apresentará para o efeito, recomendações ao Conselho, que a autorizará a encetar as negociações necessárias(...)"

<sup>205</sup> "Qualquer Estado Europeu pode pedir para se tornar membro da Comunidade. Para o efeito, dirigirá o seu pedido ao Conselho, o qual, depois de ter obtido o parecer da Comissão, se pronunciará por unanimidade. As condições de admissão (...) serão objecto de um acordo entre os Estados Membros e o Estado Peticionário. Tal acordo será submetido à ratificação de todos os Estados contratantes (...)"

<sup>206</sup> Em relação aos outros territórios ultramarinos, não-metropolitanos, a integração era inviável pelo diferencial de desenvolvimento entre estes e a Comunidade e a existência de duas Comunidades levantaria problemas técnicos delicados, possivelmente irresolúveis.

A solução encontrada na conferência dos ministros de negócios estrangeiros foi a associação destes territórios ao Mercado Comum, consagrada num protocolo de intenção anexada ao Tratado.

<sup>207</sup> cf. VI relatório CEE parágrafo 219.

<sup>208</sup> Em 1969 diferentes regimes subsistiam: os produtos argelinos conservaram o acesso livre ao mercado francês (excepto vinho a partir de 1971 e os produtos sujeitos a direito nivelador) enquanto na Bélgica e na Itália (desde 1 Janeiro 1968) entravam no mercado no regime de "países terceiros". A Alemanha aplicava aos produtos argelinos o mesmo regime que desde 1 Janeiro 1966 aplicava aos estados membro. Para os produtos agrícolas sujeitos a tarifa aduaneira comum e aos direitos niveladores, as importações argelinas são tratadas como oriundas de país terceiro e o Benelux aplicava à Argélia um regime intracomunitário em vigor em 1 de Junho de 1985 para os produtos industriais e os produtos agrícolas recebiam tratamento de país terceiro sujeitos a direito nivelador.

<sup>209</sup> Em declarações ao *Le Monde* (10 de Julho de 1973, p.3), M. A. Bouteflika referiu que "As mutações jurídicas intervenientes desde 1962, não seriam capazes de afectar os direitos adquiridos indirectamente pela Argélia pela assinatura do Tratado de Roma."

<sup>210</sup> G.A.T.T. é a sigla para designar "General Agreement on Tariffs and Trade"

<sup>211</sup> (a) O período de transição previsto era de 22 anos, (b) No caso da Turquia, era possível prever a impossibilidade desta vir reunir, mesmo neste prazo, as condições de adesão, (c) Do ponto de vista institucional a figura criada, o Conselho de cooperação, era vazio de poder decisório e (d) o apoio financeiro era insuficiente para permitir a necessária convergência económica.

<sup>212</sup> cf. Tóvias 1977, p. xvii.

<sup>213</sup> A Itália estava preocupada com a erosão da sua preferência comunitária (a Itália era potencialmente o país mais afectado com os acordos do Mediterrâneo), face à multiplicação descoordenada dos acordos. A proposta italiana defendia que a única relação com carácter permanente é a de Membro, pelo que os acordos de associação com países europeus deveriam ter carácter transitório. Para os outros países da Bacia (os não europeus), propunha a realização de acordos de comércio que salvaguardassem, no entanto, as vantagens dos Estados Membros. Qualquer privilégio comercial deveria assemelhar-se ao tratamento intra-comunitário. Embora não propusesse acordos preferenciais a proposta da Itália indica o uso de preferência e sugere uma negociação das tarifas da região à semelhança do *Kennedy round*.

<sup>215</sup> O autor não incluiu os acordos com a Jordânia e a ex-Jugoslávia.

<sup>216</sup> Apesar da Comunidade Europeia participar no DIP, goza de um espírito particular e pouco tradicional, pelo que tirar conceitos gerais do DIP não se afigura também como o método mais aconselhável.

<sup>217</sup> Trata-se de um acordo misto - estipulado conjuntamente por uma organização internacional e os seus membros e plurilateral - mais concretamente 8 partes-a Comunidade, os Estados membros e o Estado associado.

<sup>218</sup> Relatório feito em nome da Comissão política, referente aos aspectos políticos e institucionais de admissão e associação ao estatuto de membro e de associado. Aprovado em 15 de Janeiro de 1962.

<sup>219</sup> Avis de la Commission au Council concernant les demandes d'adhésion du royaume-Uni, de Irlande, de Denmark et de Norvege, 29 Setembro 67.

<sup>220</sup> Mais contraditórios são os acordos de youndé, onde os países contratantes estariam na sua maioria mais longe de assegurarem instituições democráticas. A explicação oficial para esta contradição é de que a associação de youndé era parte integral do Tratado de Roma e por tal não poderia ser modificada.

<sup>221</sup> que "é permitido acreditar na eficácia, sobretudo para os países em vias de desenvolvimento destes regimes preferenciais de associação, onde afastando as miragens, mas também os perigos mortais do Universalismo, os parceiros procuram o desenvolvimento das suas trocas mútuas, mas onde simultaneamente o país industrializado aceita uma limitação de entrada dos seus produtos no seu parceiro, se as necessidades de industrialização deste o requererem, e o parceiro em desenvolvimento beneficia em parte dos preços elevados dos produtos agrícolas, por causa da política comunitária. Tal é o significado da reciprocidade nos acordos de associação da Comunidade" cit. por Vignes(1971, p.35)

<sup>222</sup> Do ponto de vista formal, as concessões marroquinas não eram preferenciais, porque em resultado do *l'Acte de Algésiras* de 1906, elas eram estendidas *erga omnes*, mas do ponto de vista prático referiam-se a produtos dos quais a Comunidade era o primeiro produtor.

<sup>223</sup> A introdução do sistema de preferências generalizadas, levantou a questão da sua compatibilidade com os acordos especiais da Comunidade. Não se pode falar de incompatibilidade, antes existe uma complementaridade e uma zona comum se se atender aos produtos cobertos. O Sistema de Preferências Generalizadas distingue-se das preferências pelos seguintes princípios:

- (a) Não prever reciprocidade por parte dos países beneficiários;
- (b) Não existir discriminação relativamente aos países cobertos;
- (c) Referir-se em princípio, apenas a produtos manufacturados e semi-manufacturados.

Do ponto de vista económico, cabe realçar ainda que os acordos preferenciais da Comunidade incluem, além de concessões para os produtos industriais, disposições de concessão em matéria agrícola, ajuda técnica e financeira e quer as preferências especiais podem ser acordadas para produtos escolhidos de acordo com a sua competitividade, podendo estes, servir de base à especialização dos países. As preferências especiais podem assim favorecer o investimento nos produtos considerados preferenciais enquanto que em relação a estas questões o SPG. é mais amorfo.

Sob o aspecto político, o SPG tem um carácter paternalista menos pronunciado, enquanto que as preferências especiais parecem mais propensas a novas formas de colonialismo. O SPG tem uma concepção mundialista e as preferências generalizadas são instrumentos de políticas particulares.

O sistema de Preferências Generalizadas não constitui um acordo entre duas partes com direitos e obrigações mútuos. As preferências são geridas pelos países desenvolvidos; os beneficiários não tem garantias. Além do mais, as negociações multilaterais na base da Nação Mais Favorecida podem diminuir o valor da preferência generalizada, sem qualquer possibilidade de compensação. Nos acordos preferenciais, o risco é reduzido no sentido formal devido às regras do Direito Internacional, e no sentido prático devido ao carta trunfo da possibilidade de reciprocidade.

Do ponto de vista administrativo, o SPG aparece como um sistema ainda mais complicado.

<sup>224</sup> A unidade europeia era vista como um meio para travar o comunismo e nesse sentido inscrevia-se como parte integrante da estratégia política, militar e ideológica dos Estados Unidos

<sup>225</sup> Recusam com forte contestação interna e com o argumento do perigo da divisão da economia em Norte-Sul, a proposta de um acordo discriminatório com a América Latina para produtos tropicais ( ), mas apoiam explicitamente a formação de áreas preferenciais na América Latina (66) e indiciam a vontade de aderir ao SPG, defendendo no entanto cláusulas mais rígidas para o sistema.

Esta ambivalência mostrou-se na posição moderada que os EUA assumiram após as negociações do *Kennedy round* (1967), em relação ao uso da preferência. Aceitaram a criação de um Comité de negociações de comércio sob os auspícios do GATT para controlar as aplicações de esquemas de preferência entre países em desenvolvimento.

<sup>226</sup> Conclusões do relatório WILLIAMS publicado em Setembro de 71 inspirado na política económica de Nixon.

<sup>227</sup> Rapport sur la politique commerciale de la communauté dans le Basin Méditerranéen, Document de Séance du Parlement Européen n° 246, 70/71.

<sup>228</sup> cf. Politique commerciale de la communauté, Débats du Parlement européen, n° 133, 9 February 1971, p. 28-53.

<sup>229</sup> Cit. pela Comissão(1989, p. 41).

<sup>230</sup> Em 72 os acordos de comércio livre para bens industriais foram concluídos entre a CEE e a EFTA (incluindo Portugal). O Ministro dos negócios franceses Schumman propõe a concretização de acordos semelhantes com Espanha e Israel. Esta proposta reforçou a ideia de que os países mediterrânicos deveriam ser convidados a tomar parte de uma área de comércio livre.

<sup>231</sup> Ralf Dahrendorf explicou num discurso em 1973 que a cooperação era um meio de tornar credível aos olhos dos EUA o desejo de promover o crescimento e a estabilidade na área do Mediterrâneo (cf Tovas 1977, nota de rodapé p. 30)

<sup>232</sup> A referência a uma política de vizinhança servia também para acalmar as reacções dos EUA em relação aos acordos. Como refere o então vice-presidente da Comissão Christopher Soames "deve ficar claro que a Comunidade não pretende estender a sua política de associação e acordos preferenciais de comércio, para além do limite que as ligações da proximidade histórica e cultural tornaram necessário." Texto revisto de discurso proferido em Bruxelas a 5 de Abril de 1973-publicado em *The World Today*, Maio 1973

<sup>233</sup> Commission of European Communities, "Memorandum de la Commission sur une Politique Communautaire de Cooperation au Développement", (Sec(71) 2700 Final), onde se lê: "a Comissão estima que é do interesse da Comunidade procurar os meios de dar às relações actuais, mais homogeneidade e mais eficácia e em concluir progressivamente as disposições comerciais dos acordos com um capítulo de cooperação técnica e financeira englobando certos aspectos sociais. Assim conferirá à política comunitária para os países da Bacia do Mediterrâneo os instrumentos necessários para uma cooperação equilibrada e recíproca no sentido amplo do termo".

Commission of European Communities, "Memorandum de la Commission sur une Politique Communautaire de Cooperation au Développement: Programme pour une première série d'actions", SEC(72) 320 final.

<sup>234</sup> "relativamente à sua finalidade política a construção europeia permitirá à Europa afirmar a sua personalidade na fidelidade às suas amizades tradicionais e às alianças dos Estados Membros e de marcar o seu lugar nas questões internacionais como uma entidade distinta resolvida a favorecer um melhor equilíbrio internacional no respeito pela Carta das Nações Unidas. (Masplet(1986, p.128)).

<sup>235</sup> Biroli divide a posição dos estados membros em "Atlantistas" (Norte da Europa) e "Mediterrânicos" (Itália, França).

<sup>236</sup> Note-se que a França era tradicionalmente desfavorável a um envolvimento Comunitário em termos de política externa.

<sup>237</sup> Citado pela Comissão(1989p. 41)

<sup>238</sup> DE 36

<sup>239</sup> A proporção dos produtos industriais nas exportações totais dos países magrebinos eram em 1980, 63.5% para Marrocos, 85% para a Tunísia e 99% para a Argélia

<sup>240</sup> 0.6% do total das importações dos produtos visados pela PAC (cf. CCE(1982 p. 5))

<sup>241</sup> "Por europeização" queremos referir-nos ao "processo ou combinação de processos pelos quais estes países se estão aproximar cada vez mais económica, política e estrategicamente da órbita da Europa Ocidental "

<sup>242</sup> cf Comissão (1989,p. 44).

<sup>243</sup> cf Comissão (1989).

<sup>244</sup> "O objectivo da Comissão é permitir manter as correntes tradicionais, especialmente para os produtos agrícolas que beneficiam de um regime preferencial" conferência de imprensa de 17 de Julho 1985, PE-DOC).

<sup>245</sup> Esta orientação deveria conduzir à eliminação dos direitos até 31 de Dez 1995

<sup>246</sup> Ver Rato(1990). Com base nos volumes de comércio a autora conclui que os alargamentos não tiveram impacto nas relações comerciais entre os países do Magrebe com a Comunidade.

Em relação ao comércio com Portugal, Faustino(1994) conclui que "não foi significativo o desvio de comércio em relação aos países do Magrebe em resultado da adesão à CEE".

<sup>247</sup> "Apesar dos acordos preverem que as exportações serão mantidas aos níveis de 1986...a expansão do mercado da CE ficou negada para os mercados magrebinos" (Southern Europe in transition: Roles in Nato and integration into the European Community, Wilton Park papers 6, 1988, p 5-7).

<sup>248</sup> No Plano Humano, "inútil é pretender escrever dele a história simples (Braudel); "O mar mais humano". como lhe chamou Nietzsche, espanta-nos pela grandiosidade das experiências humanas e civilizacionais marcadas pelo encontro e pelo confronto, e ainda pelo encontro conflituoso.

Pisani(1992) entende que o Mediterrâneo enquanto não existe . Habib El Malki (1989, p.25) defendem que " O Mediterrâneo reúne as condições de base constitutiva de uma unidade orgânica (História, geografia humana, geologia, clima vegetação ) assim como para Amin(1988, pg 26) " O Mediterrâneo constitui uma região onde a diversidade não exclui, de nenhuma maneira, a unidade, produto uma e outra da geografia e da história"<sup>249</sup>

<sup>250</sup> Sob o impacto da criação do mercado único nos países e nas suas relações com a Europa existe uma vasta bibliografia. Salientamos:

Christopher Stevens - The impact of Europe 1992 on the Maghreb and Sub-Saharan Africa, Journal of common market studies, Vol XXIX, 1990

A. Hallett The impact of EC-92 on Trade in Developing countries. "The World Bank Research Observer" vol. nº9, 1994.

Alized, Parvin - Trade effects of 1992 and the developing countries. "Journal of International Development", Vol. 5 nº2 1993, pg. 161-169.

<sup>251</sup> "1-A política da Comunidade em matéria de Cooperação para o desenvolvimento que é complementar das políticas dos Estados membros deve fomentar :

- O desenvolvimento económico e social sustentável dos países em vias de desenvolvimento, em especial dos mais desfavorecidos;

- A inserção harmoniosa dos países em vias de desenvolvimento na economia mundial;

- A luta contra a pobreza nos países em vias de desenvolvimento.

2- A política da Comunidade neste domínio deve contribuir para o objectivo geral do desenvolvimento e de consolidação da democracia e do Estado de direito, bem como para o respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais."

3-A Comunidade e os Estados-membros respeitarão os compromissos e terão em conta os objectivos aprovados no âmbito das Nações Unidas e das demais organizações internacionais."

<sup>252</sup> Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. A política de Cooperação para o Desenvolvimento na perspectiva do ano 2000. (As relações entre a Comunidade e os países em vias de desenvolvimento na perspectiva da União política - As consequências do Tratado de Maastricht) Sec (92) 915 Final, Bruxelas, 15 de Maio de 1992.

<sup>253</sup> SEC(89)1958.

<sup>254</sup> CES(90)512.

<sup>255</sup> SEC(90)812final.

<sup>256</sup> cf Slim 1993.

<sup>257</sup> Apesar de insistir no seu conceito o Comité reconhece a quase identificação dos conceitos e que a parceria proposta pela Comissão "não representa apenas a modalidade da eventual realização de uma política de co-desenvolvimento, mas vai muito mais além disso(...)" "O co-desenvolvimento acrescenta ao conceito de parceria expresso pela Comissão a exigência de que os Estados Membros adoptem políticas mais compatíveis com as orientações da política mediterrânica e com o desenvolvimento dos países da Bacia do Mediterrâneo".(CES 1992, p. 10).

<sup>258</sup> Na abertura de um colóquio internacional sobre "As perspectivas das relações Magrebe-CEE"(1990) o presidente Ben Alli afirmou: "Tratando-se do co-desenvolvimento é preciso necessariamente empenhar-se em estabelecer uma aproximação eficiente a um desenvolvimento solidário entre as regiões magrebínas e europeias. Isto pode concretizar-se através de certos instrumentos, em especial de um contrato fixando um programa unificado e determinante dos compromissos das duas partes em torno de um plano preciso tocando os domínios da tecnologia, indústria, agricultura, comércio e outros, para evitar o fosso que separa os dois parceiros e de servir os seus interesses comuns no respeito pelas especificidades regionais e nacionais."

<sup>259</sup> Penouil (1987) fala a este propósito de "desenvolvimento transferido" e "desenvolvimento por evolução".

<sup>260</sup> cf Alègre(1993, p. 92).

<sup>261</sup> Gizard, Xavier - La Méditerranée en inquiète, Datar, Editions de l'aube, Paris 1993, Via Alègre(1993, p.92).

<sup>262</sup> ver artigo 4º dos Protocolos.

<sup>263</sup> Jo L265 de 27/9/78; JO L337 de 29/11/82; Jo L 22 de 27/01/88; Jo nº C 25/5/91

<sup>264</sup> Jo L263 de 27/9/78; JO L337 de 29/11/82; Jo L 22 de 27/01/88; Jo nº C 25/5/91

<sup>265</sup> Jo L264 de 27/9/78; JO L337 de 29/11/82; Jo L 224 de 13/08/88; Jo nº C 25/5/91

<sup>266</sup> As políticas demográficas estão contempladas nos protocolos bilaterais. O problema demográfico é no entanto um problema claramente de âmbito regional.

<sup>267</sup> O Comité MED foi instituído por regulamento em 29 de Junho de 1992.

<sup>268</sup> É um programa destinado a apoiar acções de cooperação para o desenvolvimento entre Universidades e outros estabelecimentos do ensino superior da Europa e dos PTM's. O objectivo principal é contribuir para a valorização dos recursos humanos dos PTM's. Concretamente o programa visa multiplicar os contactos entre formadores, investigadores, técnicos e quadros administrativos. Até meados de 93, o programa envolvia já um total de 449 universidades, 245 da UE e 204 dos PTM's. Os países do Magrebe são os mais envolvidos em projectos. Marrocos participa em 42 projectos, Tunísia em 22 e a Argélia em 20. Salientam-se no Mediterrâneo a Turquia com 23 participações e o Egipto com 25.

<sup>269</sup> Este programa visa fomentar o contacto e a troca de experiências entre colectividades locais da Europa e colectividades locais dos PTM's, para resolver problemas concretos do desenvolvimento urbano. O envolvimento da Comunidade é de 5,5 milhões de ecus. A importância deste programa decorre da rápida e desorganizada urbanização dos países do Mediterrâneo, o que constitui uma das mais importantes causas de tensão social e económica dos países.

<sup>270</sup> Este programa apoia a cooperação entre organismos e empresas de média europeus e mediterrânicos. Este programa visa reforçar a imagem entre as partes envolvidas para permitir um clima de confiança e de diálogo. O envolvimento da Comunidade é de 5 milhões de ecus.



<sup>271</sup> Ver Capitulo v

<sup>272</sup> cf Parlamento Europeu, A Política renovada e os Direitos do Homem. "Rescaldo da Sessão", 13 a 17 Janeiro, pp. 16-21

Para Matutes (1992, p.95) "se pretendem aplicar aos PVD's, em matéria de democracia e de direitos do Homem os mesmos critérios que se aplicam na Europa, significará renunciar a 90% da ajuda ao desenvolvimento."

<sup>273</sup> "La Vie Industrielle & Agricole" comentou assim o voto do Parlamento Europeu: "De que serve lembrar a certos deputados europeus que as suas prevenções em relação ao Reino só nos podem conduzir a (re)avaliar as nossas relações com eles? Não é caridade o que nos fazem: este protocolo financeiro só é a expressão de acordos de cooperação que temos com os europeus desde 1976. Com efeito, esta ajuda só é uma compensação às vantagens que as economias da CEE tiram das relações connosco, como os acordos de pesca-em negociação sobre os quais Marrocos fez largas concessões, como ainda o facto das nossas trocas comerciais se fazerem praticamente com a CEE, o que quer dizer que compramos produtos europeus e que um fluxo de negócios importantes é drenado em favor desses movimentos.(nº 321, p. 1).

<sup>274</sup> cf La Vie Industrielle & Agricole, n 321, p. 1

<sup>275</sup> SEC (92)401/2

<sup>276</sup> Marrocos e a Tunísia têm uma Comissão nacional consultiva e a Argélia tem um Ministério dos Direitos Humanos desde 1991.

<sup>277</sup> "Declaração Universal dos Direitos Humanos"(Agosto 1979); "Declaração Islâmica Universal dos Direitos do Homem", proclamada pelo Conselho Islâmico para a Europa em 18 de Setembro de 81 em Paris.. "Declaração Islâmica dos Direitos do Homem", elaborada pela Organização da Conferência Islâmica que foi objecto de sucessivos relatórios depois de 1981, tendo sido finalmente adoptada em 90; "Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos", adoptada em Julho de 1981, subscrita pela Argélia e a Tunísia, que deu origem ao nascimento da Comissão Africana de Direitos do Homem.

<sup>278</sup> Sec(92) 401/2

<sup>279</sup> CES( 92) 1041 de 24.9.1992

<sup>280</sup> Para Pelletier, Director Geral da Associação Francesa de estabelecimentos de crédito e membro do Comité Económico e Social, "este é um dos relatórios mais importantes, elaborados pelo Comité Económico e Social, acerca das relações da Comunidade com o exterior". (cit. La Vie Industrielle & Agricole. n 365, out 93))

<sup>281</sup> Cf conclusões do Conselho de Lisboa Junho de 92 e do Conselho de Compenhague Junho 1993.

<sup>282</sup> cf La Vie Industrielle & Agricole, nº 380-5 Dezembro de 1994, p. 11.

<sup>283</sup> O Conselho Europeu reafirma a sua solidariedade com os países do Magrebe e a sua firme vontade de prosseguir a sua política global visando contribuir para a estabilidade e prosperidade da região mediterrânica."

<sup>284</sup> SEC(92)401/2.

<sup>285</sup> De acordo com as propostas expressas no COM 2000.

<sup>286</sup> cf Conclusões do Conselho.

<sup>287</sup> COM (94) 427.

<sup>288</sup> COM (95) 72 Final

<sup>289</sup> COM(94) 427Final

<sup>290</sup> Israel e a Turquia serão possivelmente os primeiros países a concluírem entre si um acordo bilateral de comércio livre, que não envolve a UE.

<sup>291</sup> O processo encontra-se já em curso. Alguns países como o Chipre, Malta e Marrocos encontram-se em fase adiantada do processo. A Tunísia já concluiu as negociações do novo acordo.

<sup>292</sup> Ver Louis Pereira, La Mediterranée Réinventée, Paul Balta (ed), 1990 p. 261-273

<sup>293</sup> A repartição anual inicialmente prevista

Cooperação Financeira com os países mediterrânicos (Milhões de ecus (preços correntes))

1995	1996	1997	1988	1999	1995-99
549.4	700	1045	1442.6	1763	5500

Comissão das Comunidades Europeias



<sup>294</sup> Na anterior proposta da Comissão, a ajuda financeira (5500 milhões Ecus) estava distribuída pelas seguintes áreas

1. Apoio à transição económica	2.3	41.8
-Empresas	1.4	25.4
.Qualificações p/ a modernização, a reestruturação, a privatização	0.7	12.7
. Capitais de risco	0.4	7.3
. Formação profissional e "gestão"	0.3	5.5
-Ajustamento estrutural	0.5	9.1
-Infraestruturas: transporte, energia, telecomunicações	0.4	7.3
2. Apoio à melhoria do equilíbrio sócio-económico		
-Infraestruturas sociais (água, saneamento, etc )	2.6	47.2
-Educação		
-População e saúde	1.0	18.1
-Desenvolvimento rural	0.4	7.3
-Ambiente	0.3	5.5
	0.6	10.9
	0.3	5.5
3. Apoio à integração regional	0.6	10.9
-Cooperação descentralizada	0.3	5.5
-Outros projectos regionais	0.3	5.5
Total	5.5	100

Fonte Comissão das Comunidades Europeias

<sup>295</sup> O ministro espanhol tentou desfazer as leituras destas posições afirmando que : "Não se deve dar a impressão de que Espanha defende o Mediterrâneo e a Alemanha o Leste. mas que ambas as frentes são política de toda a União (cf El Pais 27 Junho 1995, p. 2).

<sup>296</sup> cf Europe N°6436(N.S)de 9 Março.

<sup>297</sup> O conselho Euro-Tunisino tinha solicitado o início das negociações em Julho.

<sup>298</sup> O GATT assenta no princípio da não discriminação expressa na cláusula da Nação Mais Favorecida: "Qualquer vantagem, favor, privilégio ou imunidade garantido por uma parte contratante a qualquer produto originário de ou destinado a qualquer outro país deve ser concedida imediata e incondicionalmente aos produtos semelhantes originários dos territórios de todas as partes contratantes" (artº I do GATT) e no princípio da reciprocidade.

<sup>299</sup> A política comercial da comunidade envolve acordos com (1) Os países da EFTA (EFTA + UE = Espaço Único Europeu), (2) Os países do Mediterrâneo, (3) A convenção de Lomé, (4) Os acordos com os países do Leste, (5) O SPG.

<sup>300</sup> Um grupo de distintos economistas europeus (Cf Tovias 1977,p. 6) concluíram num estudo suportado pela Universidade de Kiel que "No que se refere às tarifas, deve ser reconhecido que a influência da Comunidade Europeia, não foi sempre benéfica e de acordo com isto há muito a ser corrigido. Deixem-nos no entanto enfatizar, que a criação da Comunidade europeia não infringiu ou violou o princípio da Nação Mais Favorecida."mas " o subsequente desenvolvimento de uma galáxia de acordos de comércio discriminatórios é outra história. (...) A associação (...) criou um complexo sistema de regulação aduaneira o que inevitavelmente cria uma fricção entre os países.

<sup>301</sup> Efeito que ocorre quando as importações substituem a produção interna ou importações conseguidas a maior custo. Isto permite a (re)alocação dos recursos e ganhos para o consumidor.

<sup>302</sup> Efeito que ocorre quando as importações provenientes de países beneficiários substituem países terceiros que conseguiam produzir a custos mais baixos.

<sup>303</sup> A associação dos efeitos de desvio de comércio é contestada. Ver Bhagwati, Jagdish e Srinivason (1983) in Lectures on international Trade, MIT, p. 280 a 289.

<sup>304</sup> O seu estudo levou a concluir que: (a)Quando o nível inicial dos direitos aduaneiros é proibitivo, as uniões aduaneiras traduzem-se em maiores benefícios para as duas partes do que os acordos preferenciais. (b)Se os direitos aduaneiros são equivalentes ou menores do que a diferença nos custos de produção do parceiro e o

resto do mundo um acordo preferencial é preferível a uma união aduaneira para o bem estar dos parceiros, (c)Em todos os outros casos nenhuma fórmula pode ser demonstrada como sendo superior à outra.

Quanto às zonas de comércio livre o autor regista a maior possibilidade do "shifting effect" nestas do que nos acordos preferenciais.

<sup>305</sup> Para desenvolvimento gráfico ver Tovias (1977).

<sup>306</sup> Viner (1961),Tovias (1977).

<sup>307</sup> A teoria da dependência, por exemplo, defendeu que esta extroversão das economias dos países associados orientada para a comunidade reforça as relações de dependência e diminui os laços de solidariedade entre os países menos desenvolvidos(Conf. CNUCED (1964)). Alguns autores (Yeats 1981, kaplinski 1984) acreditam que os efeitos psicológicos e os benefícios da redução da dependência são tão importantes para o desenvolvimento dos países, que os esquemas de industrialização orientada para o mercado interno, são preferíveis aos acordos preferenciais estabelecidos com os países desenvolvidos.

<sup>308</sup> Axel Borrmann, e outros,(1985) p. 128-140 apresenta um significativa revisão das conclusões dos estudos empíricos. Como principal conclusão os autores escreveram o seguinte: "...Métodos baseados em elasticidades preços mostram geralmente que o SPG tem efeitos substanciais no comércio. Análises baseadas em "shares concepts", por outro lado são mais cautelosas nas suas avaliações dos efeitos do SPG. Os dois estudos, cujas estimações, se basearam em modelos gravitacionais obtiveram resultados diferentes".

<sup>309</sup> Para estudar o efeito destas condicionantes no impacto das tarifas ver Laird S. et Sapir A. "Tariffs preferences" em Finger, J.M. e Olechowski A. "The Uruguay round on the multilateral trade negotiations", Banco Mundial 1987.

<sup>310</sup> Kalamotousakis (1976), Theodoro (1972), Kreinin(1973), Bridge(1976), Pomfret e Toren (1980); Pomfret (1986)

<sup>311</sup> O comércio não é afectado por factores cíclicos

as mudanças do padrão da procura não tem um papel importante

os estrangimentos da oferta não afectam significativamente os resultados

<sup>312</sup> Ver crítica de Tsoukalis (1977) a este trabalho

<sup>313</sup>  $\frac{E_{bg}}{E_{ng}} / \frac{E_{br}}{E_{nr}}$ , onde b = país(es) beneficiário(s); n= país(es) não beneficiário(s); g= mercado concesso de

preferências; r= resto do mundo

<sup>314</sup> cf Liontas (1973)

Brown(1989) avaliou o os efeitos do SPG no comércio, preço e emprego e concluiu que a composição das exportações dos países do América Latina baseadas em agricultura e produtos alimentares diminuiu o potencial das preferências na expansão das exportações.

<sup>315</sup> Um estudo realizado pelo Institute of Development Studies da Universidade de Sussex sobre os efeitos das preferências tarifárias especiais concedidas à Colômbia e ao Equador pela Comunidade Europeia, em 1990, conclui que o maior impacto das preferências na Colômbia se deveu provavelmente ao facto de este país estar a proceder a importantes reformas que conduziram à abertura da economia (cf Comissão1993,p. 77)

Brown(1989) concluiu que a o mecanismo de licenças à importação isola parcialmente produtores domésticos dos efeitos estimuladores das preferências ao comércio. A existência de um esquema de licenças à importação nos países da América Latina com excepção do México justificam, pelo menos parcialmente, o melhor desempenho do México no SPG da U.E.

<sup>316</sup> Os acordos com os Estados da ACP contém medidas de promoção das exportações. Embora os acordos com o Magrebe faça menção à promoção das exportação nenhuma medida é mencionada

<sup>317</sup> Ver Trachen (1988), Amin (1988).

<sup>318</sup> Estes estudos são contrariados pelos resultados do trabalho de Yokoumatos(1976) em que descobriu que de <sup>52</sup> empresas industriais operando na Grécia apenas 13.5% mencionaram o acordo com o Mercado Comum como um factor que influenciou a sua decisão de localização..

<sup>319</sup> Ver Pomfret (1982).

<sup>320</sup> COM(84)197 de 11.5.84.

<sup>321</sup> Os seus três princípios básicos da PAC são a unicidade de mercado, a preferência comunitária e a solidariedade financeira.

<sup>322</sup> ver Beissner e Hemmer (1981), Kahler (1983), Oualalou(1988), Raki (1991), Tubiana (1991),

<sup>323</sup> La Serra (1983) considera que não há razões para assumir uma relação entre a PAC e o desenvolvimento rural devido ao limitado número de produtos sujeitos às organizações de mercado.

<sup>324</sup> cf Nigoul (1989), Oualalou (1993).

<sup>325</sup> Abstemo-nos de descrever as concessões na matéria dada a extensão do tema. As concessões estão descritas nos acordos e nos protocolos adicionais. O Texto das CCE " Les accords de cooperation "CEE-Maghreb" faz uma descrição destas concessões.

Para informações sobre s contingentes pautais ver: COM(93) 233 FINAL, COM(92) 88 Final, COM(92) 303 Final, COM (92) 90 final, COM(91) 515 Final, JO nº L358 de 27.12.88, p. 16-16-18, JO nº L 77 de 19.3.87 p. 3-11, JO nº L74/3 de 19.3.86 p. 3-11, JO nº L56 de 2.3.91, p. 1, JO nº L 80 de 27.3.91 p. 1-2, JO nº L74 de 19.3.86 p. 12-14, JO nº L 77 de 19.3.87, p. 12-14, JO nº L358 de 27.12.88, p. 13-15, JO nº L 79 de 21.3.87, p. 4040-41, JO nº L358 de 27.12.88 p. 1-2, JO nº L 79 de 21.3.87 p. 4-8, JO nº L 79 de 21.3.87 p. 11-12, JO nº L50 de 28.3.86 p. 1-6

<sup>326</sup> O representante de Marrocos junto das comunidades europeias M. Pierini afirmou em relação à questão que "(...) objectivamente, é a matéria mais difícil" (Cit. La vie industrielle & agricole nº 331, pg 5.)

<sup>327</sup> O AMFII entrou em vigor em Janeiro de 78 e vigorou até Dezembro de 81, O AMFIII, entrou em vigor a partir de Janeiro de 82 e vigorou até Julho de 86, em Agosto de 86 entra em vigor o AMFIV que esteve em vigor até 91

<sup>328</sup> Refere-se à reexportação de produtos após adicionar valor acrescentado. Caso do tecido exportado por um estado membro para a Tunisia e reimportado agora sob a forma de vestido

<sup>329</sup> cf Ana Faria(1992,p.119)

<sup>330</sup> cf Ana Faria (1992, p. 122)

<sup>331</sup> O estudo conduzido por Joeques (1982) sobre a indústria têxtil em Marrocos e na Tunisia regista o crescimento rápido da indústria têxtil orientada para as exportações e salienta o papel encorajador do estatuto preferencial concedido pela comunidade a estes países.

<sup>332</sup> cf Jaidi (1991, p. 353).

<sup>333</sup> A ausência do desenvolvimento industrial da margem sul compromete as trocas comerciais entre as partes (Belai 1989) e a cooperação industrial estabelece "uma relação organizada a médio e longo prazo entre empresários naqueles países e empresários europeus, assim como cria vínculos económicos e políticos susceptíveis de estimularem o comércio."(Comissão 1986, p.1)

<sup>334</sup> cf Siitonen (1990).

<sup>335</sup> COM(90) 575 Final.

<sup>336</sup> COM (91) 395 F.

<sup>337</sup> Regulamento(CEE) nº 319/92 de 3 de Fevereiro de 1992

<sup>338</sup> COM(94) 358 final.

<sup>339</sup> idem

<sup>340</sup> Orçamento comunitário-Artº B 74080 e regulamento(CEE) nº 1763/92 do conselho de 29 de Junho de 1992 relativo à cooperação financeira de interesse para todos os PTM's

<sup>341</sup> Sobre a parceria Tunisia-Itália e Tunisia-França-ver Slim (1993).

Sobre a parceria Marroco-Itália ver La Vie Industrielle et Agricole nº 336 de 5 de Novembro.

Em Portugal o Programa de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas apoia o contacto entre as empresas portuguesas e o mercado magrebino. Intensificaram-se igualmente os contactos oficiais nos últimos anos, principalmente com Marrocos.O acordo de protecção ao investimento (dec nº 5/90 de 1 de Março) é uma consequência desta aproximação.

<sup>342</sup> ver Rojo(1994), para lista exaustiva dos projectos nacionais, em 1992, de apoio à parceria em Investigação e Desenvolvimento com os países do Magrebe. Ao nível da União existem dois programas promovidos pela Comunidade, Direcção Geral XXII (pesquisa), em que participam os países do Magrebe, a saber: "Life Sciences and Thecnologies for developing countries" e "international Science Cooperation -Initiative Avicenne". O primeiro programa é especialmente dirigido a centros europeus de pesquisa, que trabalhem em problemas do terceiro mundo e o segundo destina-se especificamente à cooperação bilateral. Neste ultimo enquadram-se iniciativas conjuntas de pesquisa e apoio a pós- doutoramentos.

<sup>343</sup> cf Michel Deure Le Monde 13 Julho de 1988.

<sup>344</sup> O governo Argelino apresentou em Março de 72 um memorando solicitando a igualdade de tratamento aos trabalhadores argelinos, o reconhecimento ao direito de livre circulação e à formação profissional.

<sup>345</sup> A Carta de Direitos Humanos, a Carta social da Europa e as disposições relativas à harmonização das políticas de emigração são outras fontes das relações.

<sup>346</sup> Cf "Programa de acção em favor dos trabalhadores migrantes e suas famílias" Comissão das Comunidades Europeias. Supplément 3/76. Este programa foi adoptado a 9 de Fevereiro de 1976 por resolução do Conselho, 2 meses após a assinatura dos acordos de cooperação com o Magrebe.

<sup>347</sup> . cf artº 42 dos acordos da Tunísia e da Argélia e 43 do acordo com Marrocos.

<sup>348</sup> Porventura o acordo mais abrangente é a convenção Franco-marroquina de 1963. Esta convenção prevê além da não discriminação do trabalhador marroquino em relação ao trabalhador francês em "condições de higiene, de trabalho, de segurança, de habitação, de salários, de feriados pagos e de subsídios de desemprego" (artº 8 da convenção) e que no caso de "licença por redução de pessoal ou encerramento da fábrica, ou em geral por qualquer razão que não a demissão, os serviços franceses de emprego, esforçar-se-ão por assegurar um emprego aos trabalhadores interessados." (cf Nadifi (1989, p. 292).

<sup>349</sup> Discurso publicado no *Matin du Sahara et du Maghreb* de 25 de Abril de 1989. Cit. por Belguendouz.

<sup>350</sup> A U.E criou em 1993 uma rubrica orçamental para "Medidas excepcionais a favor da criação de emprego nos países do Magrebe"

Enquadram-se nesta rubrica as medidas de impacto imediato de modo a completar as acções de desenvolvimento a mais longo prazo previstas nos protocolos financeiros. Durante o ano de execução esta rubrica orientou-se essencialmente para a criação de pequenas e micro empresas que requerem mão de obra intensiva. O público alvo tem sido os jovens licenciados

Com vista a regulamentar as modalidades e regras de administração das acções financiadas por esta rubrica a Comissão apresentou em Julho de 1994 uma proposta de regulamento (COM(94) 289 final) "no domínio da criação de emprego e de apoio a pequenas e médias empresas". A proposta prevê a cooperação financeira e técnica entre a Comunidade e os países do Magrebe tendo como objectivo "contribuir para a criação de emprego a longo prazo e apoiar o desenvolvimento de pequenas e micro-empresas". Os domínios prioritários dos projectos são: criação e desenvolvimento de pequenas e micro-empresas, formação profissional, reestruturação industrial, desenvolvimento institucional e acesso à informação. A população alvo desta proposta é a população do Magrebe em especial os jovens desempregados. O financiamento abrange os investimentos e os custos de exploração nos seguintes domínios: produção, serviços, formação e desenvolvimento institucional e administrativo.

<sup>351</sup> A corrente mais divulgada da integração económica é a que entende como um processo de supressão das barreiras aduaneiras entre diferentes unidades económicas nacionais (Balassa 1961). Para alguns dos autores, para além da abolição das barreiras tarifárias deve-se acompanhar da eliminação de todo o tipo de obstáculos à mobilidade dos factores (Gunnar Myrdal), ou ainda a unificação total das políticas (Tinbergen 1965). Kitamura (1966) e Marchal (1964) põem acento no papel do estado e na necessidade de coordenação das políticas para se concretizar a integração. É uma óptica "voluntarista", que introduz o papel do Estado e das políticas económicas no processo de integração.

<sup>352</sup> Romão (1883, p.36) define como um "processo global dinâmico, gerado pelo movimento geral do capital de carácter objectivo e contraditório, onde os elementos agrupados estão sujeitos aos mesmos mecanismos sociais de regulação". Este processo é controlado a partir das economias capitalistas dominantes, mas as FTN's desempenham um papel central,.

<sup>353</sup> UMMA deriva do étnico que significa "mãe" Tem um carácter afectivo e significa a comunidade dos crentes, que deve basear-se nos princípios da fraternidade, igualdade e solidariedade. A UMMA esbate as diferenças civilizacionais em nome da fé, consagrando a vocação Universal do Islão.

<sup>354</sup> Território onde vive a UMMA.

<sup>355</sup> Criada no Cairo, em 1945, por sete países árabes: Egipto, Iraque, Líbano, Arábia Saudita, Jordânia, Síria e Yémen, a Liga congrega actualmente todos os Estados árabes independentes situados do Atlântico ao Golfo

<sup>356</sup> Acordos comerciais em 1953 assinados por grande parte dos estados Árabes; Projecto de Unidade Económica Árabe, iniciado em 1957 e aprovado na sua forma definitiva em 1962; OPEP em 1960, Mercado Comum Árabe em Agosto de 64, Fundo Árabe de Desenvolvimento Económico em Maio de 1968.

As tentativas de integração do Próximo Oriente, através do Conselho de Cooperação do Golfo e do Conselho de Cooperação Árabe inscrevem-se na mesma lógica de constituição de unidades económicas árabes mas seus os resultados não são assinaláveis e as organizações ficaram abaladas com a guerra do Golfo.

<sup>357</sup> cit. por Vasconcelos (1992, p.18)..

<sup>358</sup> Cf. declarações do ministro Argelino A. Brahini, Cit. por Rouabhia (1980).

<sup>359</sup> A conferência mandatou o CPCM a empreender um programa de estudos de 1976 a 1981 nos sectores da agricultura e do artesanato de modo a tentar identificar os produtos sensíveis susceptíveis de fazer parte das trocas entre os magrebinos e de beneficiarem de vantagens preferências magrebinas. A sétima conferência retomou ainda o princípio de favorecer a constituição de empresas entre os países do Magrebe onde o capital social fosse inteiramente magrebino e onde a produção se destinasse ao mercado magrebino ou à exportação.

<sup>360</sup> O projecto tem oito títulos reveladores das suas ambições: (1) Princípios, (2) A redução das barreiras às trocas comerciais, (3) A cooperação no domínio industrial, (4) A cooperação no domínio agrícola e de artesanato, (5) Os acordos bilaterais e trilaterais, (6) Os meios próprios para contribuir para a participação equitativa dos países nas vantagens do acordo, (7) A cooperação no domínio dos pagamentos, (8) As disposições gerais e institucionais.

<sup>361</sup> Por exemplo Malki (1989), considerou que o fim do CPCM não se traduziu apenas pelo recuo, mas antes pelo desmoronamento da concertação multilateral no Magrebe.

<sup>362</sup> Maghreb, Quelle Integration à la lumière (...)

<sup>363</sup> Para resumo dos principais acordos ver Aghrout e Sutton( 1990, p. 119-124).

<sup>364</sup> A semelhança do nome com UMMA tem carácter simbólico.

<sup>365</sup> O artigo 2 do texto fundador da U.M.A.: "A União popõe-se (...) trabalhar progressivamente para realizar entre eles a livre circulação de pessoas e o livre trânsito de serviços e mercadorias".

<sup>366</sup> A teoria tradicional da integração económica não justifica o processo de integração nos países em desenvolvimento. Este tem, no entanto, merecido o apoio de um grande número de economistas após a evidência dos custos das estratégia de substituição do comércio, dos ganhos imprecisos da orientação extrovertida, e do aumento do proteccionismo a Norte (Greenway 1983). Uns defendem a discriminação de comércio Sul-Sul, como meio de desenvolvimento do sul e redução da dependência em relação ao Norte com argumentos semelhantes aos da teoria da substituição das importações e das indÚstrias nascentes (Amsden 1987). Análise estruturalista enfatiza a assimetria na distribuição dos ganhos do comércio devido ao poder dos países do Norte. Defendem que o comércio Sul-Sul além de mais equitativo possibilita uma nova posição dos países do sul na ordem económica internacional. Outros argumentos enfatizam a relação comércio-crescimento. A diminuição do comércio no Norte serve para justificar os incentivos ao comércio Sul-Sul (Lewis 1980). A fraca participação do sul não se deve unicamente à sua ineficiência mas também ao aumento do proteccionismo a Norte. (Nogués e al 1986)(cf Greenaway e Milner 1990).

<sup>367</sup> Existe uma abundante literatura sobre os resultados das experiências de integração em países em vias de desenvolvimento. Da bibliografia do trabalho ver Robson (1985, 1993), Geenaway e Milner (1990), Sid-Ahmed(1992).

<sup>368</sup> A literatura é muito vasta. Sublinhamos da nossa bibliografia, os seguintes autores: Robson (1990; 1993), Lizano (1974), Greenaway (1990), Sid-Ahmed (1992)

<sup>369</sup> The New Regionalism and the Developing Countries

<sup>370</sup> Do ponto de vista de barreiras tarifárias os acordos realizados classificam as importações em três categorias: bens livres de tarifas, normalmente bens não competitivos, produtos sujeitos a taxas compensadoras de 17.5%, e produtos sujeitos a tarifas de importação standardes

<sup>371</sup> Cf Finaish e Bell (1994, p. 9).

<sup>372</sup> Um dos aspectos interessantes da U.M.A. é o empenho na promoção de encontros, seminários, apresentações que envolvam empresas, associações empresariais, bancos. Esta política reforçou o sentimento de união económica.

<sup>373</sup> cf Finaish e Bell (1994).

<sup>374</sup> cf Finaish e Bell (1994).

<sup>375</sup> Ver críticas ao modelo Lahzami (1992).

<sup>376</sup> cf. Bourrinet (1992), Sid-Ahmed (1992).

<sup>377</sup> O jornal La Vie Industrielle & Agricole, referiu-se do seguinte modo à aproximação de Marrocos à U.E: " Se a referência ao "Grande Magrebe Árabe continua constante no discurso oficial marroquino - ele está mesmo explícito na Constituição - é para a Europa e Ocidente que Marrocos cada vez mais se está a virar. Com efeito, depois de uma dezena de anos, o Reino de Marrocos descobriu uma verdadeira "vocação" europeia ..." (Nº369, Abril 1994, p. 4).

<sup>378</sup> "Penso que devemos evoluir em dois sentidos. O primeiro simboliza o pedido apresentado por Marrocos à CEE. Quanto ao segundo ele, tende a permitir ao Magrebe Árabe Unido ser qualificado para pedir a sua adesão ao Mercado Comum Europeu." (cit. por Clément (1992 p. 112).

<sup>379</sup> cit. por Clément (1992 p. 112).

<sup>380</sup> Em Setembro de 1983, a Argélia, Marrocos e Tunísia criaram o "Grupo de coordenação inter- magrebina" para tratar das relações com a Comunidade mas sem resultados visíveis.

<sup>381</sup> "...Em particular, estas disposições não são obstáculo à manutenção ou à conclusão de acordos que tenham por objectivo a integração económica progressiva do Magrebe."

<sup>382</sup> Artº 25º CEE-Argélia, 27º-CEE-Marrocos e 26º CEE-Tunísia.

<sup>383</sup> (SEC(92) 401/2).

<sup>384</sup> Mohamed Mezghani, cit. por Europe nº 6419 de 13 e 14 de Fevereiro de 1995.

<sup>385</sup> Cf. Robson (1990), Sid-Ahmed (1993).

<sup>386</sup> Está em fase de preparação a realização de um acordo de comércio livre com o Mercorsul. A comissão lançou a proposta de um acordo com os EUA.

<sup>387</sup> COM(94) 427Final

<sup>388</sup> cf. Belaid (1989), AA.VV.(1992) e Spataro (1993).

<sup>389</sup> Talvez o Mediterrâneo fosse uma economia-mundo, hoje ele é apenas um sub-espço operacional no interior da economia mundial" (1992, p. 70).

<sup>390</sup> Um paralelo com a proposta de um espaço Euro-Mediterrâneo deve ser feita com a criação da NAFTA, dada a similaridade das diferenças e da tipologia das relações comerciais e de investimento, especialmente com Marrocos e Tunísia.

Whalley (1992, p. 39) defende pelo contrário a inexistência de paralelo. Segundo o autor o envolvimento da América do Norte " não é apenas diferente da experiência da Comunidade europeia (*com os países da África do Norte*) mas também se desenvolve de maneira diferente."

<sup>391</sup> Os acordos com o Mediterrâneo não são porém suficientes para garantir este equilíbrio. Neste sentido, a Comissão já manifestou o interesse da U.E. realizar acordos com o Mercosul e com os Estados Unidos da América.

<sup>392</sup> The New Regionalism and the Developing Countries

<sup>393</sup> Estamos conscientes da controvérsia desta questão. Lacoste (1989, p. 113- 114) "Quanto à afirmação de que a margem norte tem necessidade da margem sul ela está longe de ser evidente. Que a prosperidade do Norte seja reforçada por uma eventual prosperidade do Sul, não se pode negar, mas esse facto não é uma necessidade." (...) "...A questão pode ser de saber se não tanto como factor de produção mas como cúmplice de produção o Sul é necessário ao Norte e se o Norte não tem necessidade do Sul como cliente"

Para Malki (1989, p. 115) "efectivamente o Norte não tem necessidade do Sul primário, no sentido económico do termo, mas de um Sul se inscrevesse na sua estratégia industrial (sub - contratação). Se o Norte não necessita do Sul ... tanto melhor: é uma oportunidade histórica notável porque é uma razão suplementar para o Sul pensar diferente...."

Belaid(1989, p. 119): "...A Europa precisa de um Sul politicamente estável e economicamente desenvolvido ..."  
(cf intervenções no debate da conferência "La Mediterranée en question")

<sup>394</sup> Aspecto salientado pela Comissão. - cf COM (1994) 427 Final, p. 11

<sup>395</sup> O crescimento seria substancialmente maior (cerca de 2.5%) caso Marrocos liberalizasse o seu comércio com o resto do mundo. Este segundo cenário seria possível apenas com um pequeno incremento nos custos de ajustamento.

<sup>396</sup> Embora num nível de integração mais profundo, lembramos a tese de Romão (1983) sobre o enfraquecimento da posição de Portugal no quadro da divisão internacional do trabalho, derivada pela integração real e reforçada pela adesão à comunidade Europeia.

<sup>397</sup> Perroux, F(1962). Indépendance de l'economie nationale-, Aubier Montaigne, Paris Via Romão (1983, p. 39)

<sup>398</sup> cf. Krimi (1995, p. 1172)

<sup>399</sup> COM(94) 427 Final

<sup>400</sup> COM(94) 427 Final

<sup>401</sup> cf Ahmed(1993, p. 767)

<sup>402</sup> O relatório "As incidências económicas e fiscais das deslocalizações para fora do território nacional das empresas industriais e de serviços", conhecido por "Relatório Arthuis" ( nome do líder do grupo de trabalho responsável), apresentado ao Parlamento Francês suscitou uma importante discussão sobre as consequências das deslocalizações das empresas francesas para os PVD's. A tese central é que as deslocalizações são uma ameaça grave para o emprego. Como meio de evitar o custo social decorrente a França e a U.E. devem alterar a fiscalidade e adoptar medidas de protecção de mercado. Para Arthuis as deslocalizações não podem sozinhas explicar a agravação do desemprego mas também não podem mais ser consideradas como um simples fenómeno, uma modalidade banal da mundialização da economia. Segundo o relatório as deslocalizações são apenas consequência mas também causa da recessão da economia: deslocalizações ⇒desemprego ⇒pressão sobre as receitas ⇒pressão sobre os custos ⇒ deslocalizações.

<sup>403</sup> Segundo o relatório de Arthuis o comércio internacional é um tipo de deslocalização. De facto o relatório admite que não se trata de "uma verdadeira deslocalização pois não há nem implementação, nem mesmo sub contratação", mas "os resultados em termos de emprego e as consequências em termos de emprego em França e na Europa são as mesmas" (Arthuis 1993, p. 42-43)- (Cf Sachwald 1994, p. 231-232)

<sup>404</sup> Estudos mais pessimistas: Beinefeld (1982), Seers (1983), Godfrey (1985), Gray (1985), Mathieu (1994), Bonnaz e al. (1994), Wood (1994)- (Cf wood 1991 e Sachwald 1994)

<sup>405</sup> Esta leitura poderá alterar-se rapidamente com a deslocalização de actividades que requeiram populações qualificadas. De facto os esforço de educação nos PVD's contribuem para o aparecimento de profissionais qualificados capazes de aceitar baixos custos de mão de obra.

<sup>406</sup> A perda de N empregos nos sectores mais expostos à concorrência externa, implica para não baixar o nível de emprego a criação do mesmo número de empregos nos sectores competitivos e/ou nos sectores protegidos. Os sectores competitivos, mesmo assumindo mobilidade, não deverá criar mais do que n empregos, tendo os sectores protegidos de criar N - n empregos para assegurar o nível de emprego anterior.

---

Numa análise estática, a absorção da mão de obra no sector protegido implica a diminuição do seu salário. Se a baixa se difundir para os produtos sensíveis, poder-se-à diminuir o número de desempregados, mas não o suficiente para invalidar o impacto inicial.

<sup>407</sup> O autor utiliza o termo "expostos".

<sup>408</sup> Alguns estudos realizados nos EUA (Murphy and Welch 1988, Bluestone 1990, Revenga 1989, Galbraith e Calmon 1990) indicam o contributo da abertura ao Sul para o aumento do diferencial (cf. Wood 1991). Robert Reich (1991) estima igualmente que a mundialização favoreceu o aumento das diferenças entre pobres e ricos nos EUA. (cf. Sachwald 1994, p. 257-258).

<sup>409</sup> A evidência dos EUA (de la Torre, Stobaugh e Telesio, 1973) sugere que o emprego criado no país via o IDE para o exterior é essencialmente trabalho especializado. (cf Wood 1991)

<sup>410</sup> cf. Lauré 1993, Maillard 1993 Nivat e Paquier 1993, Davanne 1994, Sachwald 1994.



## Bibliografia

- Abdoun, Rabah** - Le Partenariat en Algérie, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de La Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains et Confédération Générale Économique Marocaine, 1991 pp. 339-345.
- Ackere, Patrice** - La Communauté Européenne Menacée ou Alliée Pour Le Maghreb, in Marie Lucy Dumas(dir de),"Les Lieux de La Méditerranée, Méditerranée Occidentale Sécurité et Coopération", Fondation Pour Les Études de Défense Nationale, 1992, pp. 115-126.
- Addi, Lahouari** - Islam Politique et Démocratisation en Algérie. "Espirit", August-Septembre 1992, pp. 143-151.
- Addi, Lahouari** - La Crise Structurelle du Nationalisme Algérien, in "L'Europe Devant Le Nationalisme Radicale", XI Conferência Internacional de Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa 17-19 Novembro 1993.
- Addi, Lahouari** - Le Dérapage, in "Le Maghreb Face à La Contestation Islamiste", Manière de Voir,, LE MONDE Diplomatique, Novembre 1994, pp. 14-17.
- Agate, Pierre** - Coopération CEE-UMA: Alternative ou Morcellement, in Kacen Basfao et Jean-Robert Henry(dir de), "Le Maghreb, L'Europe et La France", IREMAM/CNRS 1992, pp.113-126.
- Aghrout, Ahmed, Sutton, Keith** - Regional Economic Union in the Maghreb. "The Journal of Modern African Studies", n° 28 1990, pp. 115-139.
- Akesbi, Najib**, Maroc: Des Déséquilibres Inquiétants, in C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de),"l'Etat du Maghreb", La Découverte, Paris 1991, pp. 443-447.
- Alaoui, Assia** - La Situation et Les Perspectives D'Évolution Au Maghreb. "Nação e Defesa", Ano XIX n° 69, Jan-Mar 1994, pp. 137-145.
- Alaoui, Assia** - Les Défis Prioritaires de La Coopération en Méditerranée Occidentale, in "Sécurité et Stabilité en Méditerranée Occidentale: Enjeux Prioritaires", Instituto Estudos Estratégicos, Sesimbra 27 e 28 de Março 1992.
- Alègre, Jean** - La Coopération Décentralisée en Méditerranée. "Confluences Méditerranée" n° 7, Été 1993, Editions l'Harmattan, Paris, pp. 67-84.
- Aliboni, Robert** - La Sécurité Àtravés La Méditerranée, Institut D'Études de Sécurité de l'UEO, Paris 1991.
- Aliboni, Roberto** - Development of the Maghreb and its Relations With the EEC, in Avi Shlaim, George Yannopoulos (eds), "The ECC an the Mediterranean Countries" Cambrigde University Press 1976, pp. 179-198.
- Aliboni, Roberto** - La Sécurité Méditerranéenne: Le Cadre D'Ensemble, in Marie Lucy Dumas(dir de),"Les Lieux de la Méditerranée, Méditerranée Occidentale Sécurité et Coopération", Fondation Pour Les Études de Défense Nationale, 1992, pp. 164-172.
- Aliboni, Roberto** - Pour Une Approche Solidaire en Méditerranée Occidentale: Raisons et Problèmes, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de La Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains et Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 75-94.
- Aliboni, Roberto** - The Mediterranean Dimension, in Willian Wallace(ed),"The Dynamics of European Integration", The Royal Institute of International Affairs,1989 pp.155-166.
- Amato, Andrea** - Marginalization, Specialization and Cooperation in The Baltic and Mediterranean Region. From Eurocentrism to Regional Cooperation-EC's Regional Policy in The Mediterranean. "Fast Dossier Continental Europe: Science, Technology and Community Cohesion", Vol 7, Monitor-Fast Programme FOP 3444, ,1993.
- Amato, Andrea, Amoroso, Bruno** - Marginalization. Specialization and Cooperation in The Baltic and Mediterranean Region. From Eurocentrism to Regional Cooperation-EC's Regional Policy in The Mediterranean. "Fast Dossier Continental Europe: Science, Technology and Community Cohesion", Vol 6-8, Monitor-Fast Programme FOP 3444., 1993
- Amin, Samir** - La Région Méditerranéenne dans l'Historie et le Présent, in Samir Amin e Faycal Yachir(eds), "La Méditerranée dans Le Monde - Le Enjeux de La Transnationalisation", La Découverte, Paris 1988, pp.9 - 42.
- Amoroso, B, Paloma, S.et al** - Marginalization, Specialisation and Cooperation in the Baltic and Mediterranean Region: Synthesis Report. "Fast Dossier Continental Europe: Science, Technology and Community Cohesion, Monitor", Fast Programme FOP 343, 1993
- Antoine, Serge** - La Méditerranée Face à Ses Futurs. "Futuribles", n° 134, Juillet - Août 1989 pp. 3-26.



- Antoine, Serge, Balta, Paul, Martinet, Gilles** - En Guise de Conclusion, in Paul Balta(dir de),"La Méditerranée Réinventée-Réalités et Espoirs de La Coopération", Éditions La Découverte/Foundation René Seydoux,Paris 1992, pp. 339-351.
- Arenal, Celestino** - El Nuevo Escenario Mundial y La Teoria de Las Relaciones Internacionales, in "Hacia Un Nuevo Orden Internacional y Europeo, Estudios en Homenaje al Professor Don Manuel Díez de Velasco", Tecnos, Madrid 1993, pp. 79-99.
- Arkoun, Mohammed** - La Grande Rupture Avec La Modernité, in "Le Maghreb Face a La Contestation Islamiste", Manière de Voir 24, LE MONDE Diplomatique, Novembre 1994 pp. 40-43.
- Arthuis, Jean** - Les Délocalisations des Activités Industrielles et des Services Hors de France. "Problèmes Économiques" n° 2.338, 25 Août 1993 a, pp.18 - 25.
- Arthuis, Jean** - Les Délocalisations Contre l'Emploi, La Sombre Analyse du Rapport Arthuis. "Futuribles", n° 181, Novembre 1993, pp. 29 a 28.
- Ashof, G.** - La Coopération para el Desarrollo entre La Comunidad Europea y América Latina: Experiencias y Perspectivas. "Documento de Trabajo" n° 16, Instituto de Relaciones Euro-Latino Americanas, Madrid 1990.
- Badie, B** - Note Sur Islam et Politique in "Le Grand Maghreb-Données Socio-Politiques et Facteurs d'intégration des Etats du Maghreb", Economica, Paris 1988, Pg 202-206.
- Balassa, Bela** - The Newly Industrializing Countries in the World Economy, Pergamon, Londres, 1982.
- Baldwin, D.A.** - Interdependence and Power: a Conceptual Analysis. "International Organization", Autumn 32, 1980, p. 471-506.
- Balta, Paul** - Depuis Ulysse et Sindbad, in Paul Balta(dir de),"La Méditerranée Réinventée-Réalités et Espoirs de La Coopération", Éditions La Découverte/Foundation René Seydoux,Paris 1992, p13-28.
- Balta, Paul** - Historia de Una Pasión -15 Siglos de Conflictiva Relación entre el Islam y Europa, in "Temas de Nuestra Época", El Pais, Año V 4 Julio 1991, pp. 4.
- Balta, Paul** - L'Islam Dans Le Monde, Le Monde Éditions, 2° Ed, 1991, pp. 127-162.
- Balta, Paul** - La Situation Politique Économique et Sociale du Maghreb et La Stabilité de La Méditerranée Occidentale in Seminario: Segurança no Mediterrâneo e Médio Oriente, Lisboa 1992, "Nação e Defesa", pp. 85-97.
- Balta, Paul** - Le Grand Maghreb des Indépendances à l'An 2000, La Découverte, Paris 1990.
- Banco Mundial** - Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano, Varios anos
- Barre, Raymond** - La Coopération Euro-Maghrébine, Une Grande Chance Pour l'Europe. "Confluences Méditerranée" n° 7, Été 1993, Éditions l'Harmattan, Paris pp. 13-19.
- Bartley, Robert** - The Case for Optimism-The West Should Believe in Itself. "Foreign Affairs", Vol 72, n° 4 September-October 1993, pp. 14-18.
- Baudin, Pierre** - La Méditerranée Partenaire ou Enjeu. "Revue du Marché Commun" n° 356 Março 1990, pp. 187-196.
- Beau, Nicolas** - Les Septs Palies de l'Economie Algérienne. "Problèmes Économiques" n° 2.411, 15 de Fev 1995, pp. 25-28.
- Beaud, Michel** - Les Pays Méditerranéens Dans "Le Système National/Mondial Hiérarchisé. "Revue Tiers Monde", t. XXIV. n 96, Octobre-Décembre 1983.
- Bedrani, Slimane** - Le Secteur Agricole et Ses Perspectives à l'Horizon 2000 Algerie-Rapport Final, Comissão das Comunidades Europeias, Juin 1993.
- Belaid, Sadok** - Nouvelles Perspectives D'un Espace Industriel Méditerranéen, in Habib El Malki (dir de),"La Méditerranée en Question, Conflits et Interdépendances", Colloque 7-9 Décembre 1989, pp. 91-109.
- Belgendouz, Abdelkrim** - Tanger n'est pas Marseille ou les Imperatifs d'un Dialogue entre les Pays Européens de la Méditerranée Occidentale et les Pays de l'UMA, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de la Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains e Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp.95-147.
- Benachenhou, Abdellatif** - Repenser la Place de D'État dans l'Economie, in C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de),"l'Etat du Maghreb", La Découverte, Paris 1991, pp. 425-429.
- Benchenane, Mustapha** - L'intégration économique Arabe. "Revue du Tiers Monde",t. XXIV, n° 96, octobre-Décembre 1983, pp. 899-918.
- Benissad, Hocine**, Aspects du Role de L'Etat Dans la Croissance Economique au Maghreb, Politiques Economiques, Croissance et Equilibre Exterieur dans Les Pays du Maghreb, FMI, Washington DC 1988, pp.59 - 90.

- Benissad, M.** - Economie du Développement de l'Algérie: Sous Développement et Socialisme, Economica, Paris 1979.
- Bennouna, Mohamed** - "Quelle Sécurité Pour Quelle Méditerranée, in Habib El Malki (dir de), "La Méditerranée en Question, Conflits et Interdépendances", Colloque 7-9 Décembre 1989, pp. 140-167.
- Bennouna, Mohamed** - Maghreb - Europe. L'urgence d'une Approche Politique à Long Term, C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de), "L'Etat du Maghreb", La Découverte, Paris 1991, pp. 523 - 526.
- Bensidoun, Isabelle, Chevallier, Agnès** - Les Echanges Commerciaux Euro-Méditerranées, "Economie Internationale" n° 58, 2<sup>e</sup> Trimestre 1994, pp. 111 - 130.
- Bernad, Philippe**, L'Integration Des Immigrés Demeure à Nonbreux Obstacles, "Le Monde", 7Junho 1995, p. 11.
- Berrada, Abdallah** - Migration, Structural Change and Economic Development in Morocco, Migration and Development, New Partnerships for Co-operation, OCDE, Paris 1994. PP. 267-274.
- Bessis, Sophie** - Des Structures et des Performances Économiques Contrastées, C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de), "L'Etat du Maghreb", La Découverte, Paris 1991, pp.417-423.
- Bessis, Sophie**(1991) Des structures et des Performances Économiques Contratées, in C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de), "l'Etat du Maghreb", La Découverte, Paris 1991, pp.417-423.
- Bhagwati, Jagdish** - Libre-Échange: Anciens et Nouveaux Défis, "Problèmes Économiques". n° 2.406, 11 Janvier 1995, p. 1-8.
- Bhagwati, Jagdish** - Libre-Échange: Anciens et Nouveaux Défis, "Problèmes-Économiques", n° 2.406, 11 Janvier 1995, pp. 1-9.
- Binyan, Lin** - Civilization Grafting, No culture is a Island, "Foreign Affairs", Vol 72, n° 4 September-October 1993, pp. 19-21.
- Biroli, Corrado** - Foreign Policy Formation within the European Community with Special Regard to the Developing Countries, in Leon Hurwitz(Edit), "Contemporary Perspectives on European Integration, Attitudes, Nongovernmental Behavior and Collective Decision Making", European Studies n° 4, Aldwych Press, London 1980, pp. 225-254.
- Bistolfi, Robert** - La Communauté Économique Européenne et les Pays du Maghreb, in "Le Grand Maghreb-Données Socio-Politiques et Facteurs D'Intégration des Etats du Maghreb", Economica, Paris 1988, pp. 273-280.
- Bistolfi, Robert** - La Politique Maghrébine de La Communauté: Quels Développements?, in Kacen Basfao et Jean-Robert Henry(dir de), "Le Maghreb, L'Europe et La France", IREMAM/CNRS 1992, pp. 17-26.
- Bistolfi, Robert** - Un Verdadero Socio, Las Relaciones Económicas entre La Comunidad Europea y Los Países del Magreb, in "Temas de Nuestra Época", El Pais, ano V 4 Julio 1991, p. 8
- Bonnefous, Marc** - La Spécificité de La Méditerranée Occidentale, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de La Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains et Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 51-56.
- Bonnefous, Marc** - Le Maghreb Dans La Politique Internationale, "Défense Nationale", Mars 1990 pp. 51-56.
- Bonnefous, Marc** - Méditerranée Occidentale: Le Enjeux de La Coopération Économique Europe-Maghreb, "La Vie Industrielle & Agricole", n° 305, 20 Mars 1991, pp. 10-14.
- Bonnefous, Marc** - Nouvelle Approche en Méditerranée Occidentale, Défense Nationale, Juin 1992, pp.79-95.
- Bormann, Axel; Borrmann Christine et al** - The Significance of EEC's Generalised System of Preferences, Publication of Institut fur Wirtschaftsforschung, Hamburg 1985.
- Bouaouni, Lazhar** - Pendre en Consideration la Triple Dimension au Maghreb, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de la Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains et Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 43-46.
- Boudahrain, Abdellah** - Pour une Coopération Solidaire Euro-Maghrébine: Cas de la Sécurité Sociale des Migrants, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de la Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains e Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 555-586.
- Bourenane, Naceur** - Renovation de la Cooperation ou Simple Replâtrege, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de la Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains e Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 47-50.

**Bourrinet, Jacques** - L'Environnement Économique International de l'Intégration Maghrébine: Partenariat Européen et Relations Interarabes, in Herbat Michel et Claude Santucci(dir de), "Le Maghreb dans le Monde Arabe ou les Aflités Selectives", CRESM, Paris 1987

**Boutaleb, Brahim** - Propos D'Historien Sur L'Un Et Le Multiple En Mediterranee., in Habib El Malki (dir de), "La Méditerranée en Question, Conflits et Interdépendances", Colloque 7-9 Décembre 1989, pp. 35-51

**Braudel, Fernand** - Gramática das Civilizações, Editorial Teorema 1989, pp.17-129.

**Bridge, John** (1976) - The EEC and the Turkey, in "The ECC and the Mediterranean Countries", 1976. pp.161-177

**Brown, Drusilla** - Trade and Welfare Effects of the European Schemes of the Generalized System of Preferences. "Economic Development and Cultural Change", Vol 37, Jul 1989, pp. 757-776.

**Brunel, Sylvie** - La Colonisation Responsable du Sous-Développement, in Sylvie Brunel(dir de), Tiers Monde-Controverses et Réalités, Fondation Liberté sans Frontières, Economica, Paris 1987, pp. 36-64.

**Burgat, François** - Les Mutation d'une Religion Plurielle. in "Le Maghreb Face à La Contestation Islamiste", Manière de Voir 24, Le MONDE Diplomatique, Novembre 1994, pp. 51-52.

**Cable, V** - Adjusting to Textiles and Clothing Quotas: a Summary of Some Countries' Experiences as a Pointer to the Future, in Halmiton, C. (ed), "The Uruguay Round-Textiles Trade and the Developing Countries-Eliminating The Multi-Fibre Arrangement in 1990s", 1990 pp.103-131.

**Carvalho, Alves** - Desafios do Mediterrâneo Ocidental: Perspectiva Histórica e Aspectos Político-Económicos, in "Portugal e o Novo Quadro Internacional, I Seminário de Atualização dos Auditores CDN, "Nação e Defesa", 1992, pp. 55-66.

**Carvalho, Virgílio** - A Importância do Mediterrâneo para a África, a Europa e o Mundo ."Africana", Centro de Estudos Africanos, nº 14, Setembro 1994, pp. 107-125.

**Castel, Odile** - La Cooperation Communautaire Avec Les Tiers Nations: in Marc Humbert(dir de), "L'Enjeu des accords Industriels et Technologiques, in "L'Europe Face aux Mutations Mondiales", Collection Approfondissement de la Connaissance Économique ,Economica, Paris 1993, pp. 211-254.

**Castle, S., Cosack G.** - Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe, Oxford University Press, London 1973.

**Centre marocain de conjuncture** - Performances de l'Économie Marocaine Depuis de 1986. "Marchés Tropicaux", 18 Octobre 1991, pp. 2555-2559.

**Chagnollaud, Jean-Paul, Ravenel, Bernad** - Pour une Politique Méditerranéenne de l'Europe. "Confluence Méditerranée" nº 7, Été 1993, Éditions l'Harmattan, Paris pp. 5-11.

**Chavannes, G.** - Délocalisations Économiques à l'Étranger. "Rapport de l'Assemblée Nationale". nº 781, Collection Documents D'Information de l'Assemblée Nationale, Paris 1993

**Cherif, Mustapha** - Le Croyant. Une Être de Raison, in "Le Maghreb Face a La Contestation Islamiste", Manière de Voir 24, LE MONDE Diplomatique, Novembre 1994, pp. 44-45.

**Cheysson, Claude** - De Bonnes Intentions des Moyens Limités. "Confluences Méditerranée" nº 7, Été 1993, Editions l'Harmattan, Paris, pp. 21-30.

**Cheysson, Claude** - Le Maghreb Une Priorité Pour l'Europe, "Défense Nationale", Mars 1990, pp. 57-64.

**Chikhi, Said** - Désindustrialisation et Crise de Société en Algerie. "Afrique et Développement" Vol XVI nº 2, 1991, pp. 57-71.

**Chouikha, Larbi, Labidi, Kamel** - La Tunisie, Sans Filet Dans Le Grand Jeu du Marché, in "Le Maghreb Face à La Contestation Islamiste", Manière de Voir 24, LE MONDE Diplomatique, Novembre 1994, pp. 65-68.

**Clague, C.** - The Trade Effects of Tariff Preferences. "The Southern Economic Journal", Vol. 38, 1972 Chapel Hill, PP. 379-389.

**Claisse, Alain** - Les Systèmes de Légitimité à l'Épreuve, Le Cas des Pays du Maghreb, in "Le Grand Maghreb-Données Socio-Politiques et Facteurs D'Intégration des Etats du Maghreb", Economica, Paris 1988, pp.119-147.

**Clément, Jean-François** - L'Union du Maghreb Arabe Danger ou Chance Pour l'Europe?, in Marie Lucy Dumas(dir de), "Les Lieux de La Méditerranée, Méditerranée Occidentale Sécurité et Coopération", Fondation Pour les Études de Défense Nationale, 1992, pp. 107-114.

**Cline, W.** - The Future of World Trade in Textiles and Clothing , Institute for Institutional Economics, Washington, D.C, 1987.

**CNUCED** - Le Commerce et Le Développement Economique, Gêneve 1964.

Colombo, Umberto , Grenon, Michel - Synergie des Énergies, in Paul Balta(dir de), "La Méditerranée Réinventée-Réalités et Espoirs de la Coopération", Éditions la Découverte/Foundation René Seydoux, Paris 1992, pp. 134-152.

Comissão das Comunidades Europeia - Comunicação da Comissão ao Conselho. Cooperação Industrial com Certos Países Menos Desenvolvidos da América Latina, Ásia, Golfo e Mediterrâneo, COM( 86) 603 Final, Bruxelas, 4.12.1986.

Comissão das Comunidades Europeia - Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Reforço da Política Mediterrânica da União Europeia, Propostas para a Criação de uma Parceria Euro-Mediterrânica, COM(95)72 Final , Bruxelas, 1992

Comissão das Comunidades Europeia - O Diálogo Norte - Sul na Prática, Serviço Oficial de Publicações da Comunidade, Luxemburgo, 1989.

Comissão das Comunidades Europeias - A política de Cooperação para o Desenvolvimento na Perspectiva do Ano 2000(As Relações entre a Comunidade e os Países em Vias de Desenvolvimento na Perspectiva da União Política). As consequências do Tratado de Maastricht, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, SEC(92) 915 Final, Bruxelas, 15 de Maio 1992.

Comissão das Comunidades Europeias - Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Reforço da Política Mediterrânica da União Europeia-Estabelecimento de uma Parceria Euro-Mediterrânica, COM(94) 427 Final, Bruxelas 1994.

Comissão das Comunidades Europeias - Comunicação da Comissão ao Conselho Relativa à Continuação e Consolidação do Instrumento Financeiro "European Community Investment Partners"(ECIP)para os Países da América Latina, Ásia, Região do Mediterrâneo e para a África do Sul / Proposta de Regulamento do Conselho Relativo ao Instrumento Financeiro "European Community Investment Partners"para os Países da América Latina, Ásia, Região do Mediterrâneo e para a África do Sul COM(94) 358 Final, Bruxelas, 27.07.1994.

Comissão das Comunidades Europeias - Comunicação da Comissão ao Conselho sobre o Instrumento Financeiro "EC International Investment Partners" a Favor dos Países da América Latina, Ásia, Região do Mediterrâneo / Proposta de Regulamento do Conselho Relativo ao Instrumento Financeiro "EC International Investment Partners"para os Países da América Latina, Ásia, Região do Mediterrâneo (apresentada pela Comissão) COM(90) 575 Final , Bruxelas, 07.03.1990.

Comissão das Comunidades Europeias - Proposta de Regulamento(CE) do Conselho no Domínio da Criação de Emprego e do Apoio a Pequenas e Micro-Empresas nos Países do Magrebe (Apresentada pela Comissão), COM(94)289 Final, Bruxelas 07.07.1994.

Comissão das Comunidades Europeias - Relatório da Comissão ao Conselho Relativas às Conversações Exploratórias com Países Mediterrânicos Candidatos à Adesão, Com(84) 107, Bruxelas 1984.

Commission des Communautés Européennes - "Economie Européenne", nº 52, Direction Générale des Affaires Économiques et Financières, Bruxelles 1993

Commission des Communautés Européennes - Commission de L'Avenir des Relations entre la Communauté et le Maghreb, Communications de la Commission au Conseil et au Parlement Européen, Commission des Communautés Européennes SEC(92) 401/2, Bruxelles 1992

Commission des Communautés Européennes - Les Accords de Cooperation CEE - Maghreb, Europe Information Developpment, D36, Bruxelles, 1982.

Commission des Communautés Européennes - Les Pays du Grand Maghreb et la Communauté Européenne, Europe Information Developpment, D68, Bruxelles, 1991.

Commission des Communautés Européennes - Proposition de Financement - Actions Favorisant la Coopération Multilatérale et Régionale ou Subrégionale en Méditerranée, Direction Generale Relations Exterieures, Bruxelles, 19..09.1992.

Commission des Communautés Européennes, Avis de la Commission au Council Concernant Les Demandes d'Adhésion du Royaume-Uni, de Irlande, de Dennamark et de Norvège, 299, Bruxelles Set 1967

Comission of European Communities - Memorandum de la Commission sur une Politique Communautaire de Coopération au Développement: Programme pour une Première Série d'actions, SEC(72) 320 Final, , Bruxelles 1972.

Comission of European Communities - Memorandum de la Commission sur une Politique Communautaire de Cooperation au Développement, (Sec(71) 2700 Final, , Bruxelles 1971

Comité Económico e Social - Aditamento ao Parecer sobre a Política Mediterrânica da Comunidade, CES(90)512, Bruxelas, 02.05.1990.

**Comité Económico e Social**(1992). - Parecer sobre a Cooperação Económica com os Países do Magrebe, Pareceres e Relatórios, CES(92) 1041, Bruxelas.

**Commission Européenne** - Coopération Industrielle et Economique entre L'Union Européenne et les Pays en Développement. "Développement" DE 72, Mars 1995.

**Commission Européenne** - Les Relations Commerciales de l'union Européenne Avec les Pays en Développement. "Développement" , DE 71, Mars 1995.

**Communautés Européennes** - Recueil des Acords Concluis par les Communauté Européennes, Vol 8, Tomo II, Luxembourg 1978.

**Concílio Ecuménico Vaticano II**, Documentos Conciliares e Pontíficos, Declaração: A Igreja e as Releções não Cristãs, Editorial A.O. Braga, 1991 9ª Edição, pp. 216.

Conclusões da Conferência de Cannes do Conselho da Europa, 25 - 27 Junho 1995 , Informação da Base de dados RAPID da UE

Conclusões da Conferência de Corfu do Conselho da Europa, 24 - 25 Junho 1994, Informação da Base de dados RAPID da UE.

Conclusões da Conferência de Lisboa do Conselho da Europa, 26-27 Junho 1992, Informação da Base de dados RAPID da UE.

**Conselho das Comunidades Europeias**, Protocolos ao Acordo de Cooperação CEE - Argélia e Outros Textos Base, Bruxelas 1990.

**Conselho das Comunidades Europeias**, Protocolos ao Acordo de Cooperação CEE - Marrocos e Outros Textos Base, Bruxelas 1990.

**Conselho das Comunidades Europeias**, Protocolos ao Acordo de Cooperação CEE - Tunisia e Outros Textos Base,Bruxelas 1990.

**Conte, Bernard** - L'éviction du Maghreb dans La Choix de Délocalisation Géographique des Entreprises Françaises. "Marchés Tropicaux", 18 Mars 1994, pp. 522-524.

**Cooper, Richard** - Economic Interdependence and Coordination of Economic Policies, in R.W.Jones e P.P.B.Kenen(eds), "Handbook of International Economics" Vol II, Elsevier Science Publishers 1985, pp. 1196-1232.

**Cot, Jean Pierre** - À L'Epreuve du Pouvoir: Le Tiers Mondismo - Pourquoi Faire? Editions Seuil, Paris 1984.

**Cova, Collete** - Une Nouvelle Politique Méditerranéenne. "Revue du Marché Commun", nº 337 Maio1990, pp.349-350.

**D.Vignes** - Deux Éléments de La Notion D'Association à La Communauté Économique Européenne: la Reciprocité et La Duré du Lien, Revue du Marché Commun, Numéro Spécial, 1981.

**Daguzan, Jean-François** - Coopération Industrielle et Transferts De Technologie au Maghreb Entre Développement et Sécurité, in Marie Lucy Dumas(dir de),"Les Lieux de la Méditerranée, Méditerranée Occidentale Sécurité et Coopération", Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1992, pp. 127-148.

**Daltrof, Anne**(1992 - Politics and the European Community, Political Realities, Logman Group Limited, Harlow, pp. 115.

**Davanne, Olivier**- Chômage et Délocalisations. "Problèmes Économiques" nº2.396-2.397, 2-9 Novembre 1994, pp. 31-35.

**Delors, Jacques** - La Politique Extérieur de La Communauté, "Futuribles", nº 141, Mars 1990, pp. 3-13

Des Chances Economiques du Maghreb. " La Vie Industrielle & Agricole", nº380, 5 Decembre 1994, pp. 11-12.

**Diab, Khattar Abou** - L'Europe Vue par le Monde Arabe: "Forteresse" ou "Modèle"?. "Confluences Méditerranée" nº 7, Eté 1993, Editions l'Harmattan, Paris, pp.119-125.

**Djebaili, Mahlaine** - L'Union du Maghreb Arabe et Le Projet de Méditerranée Occidentale, in Marie Lucy Dumas(dir de),"Les Lieux de La Méditerranée, Méditerranée Occidentale Sécurité et Coopération", Fondation Pour Les Études de Défense Nationale, 1992, pp. 173-196.

**Donet, Joel** - Après Deux Mille Ans Repris: Reaissance Berbère au Maroc, Le monde Diplomatique", 18, Janvier 1995..

Dossier Tunisie, Le Moci 4 Abril 1994, pp 30-45

**Drevet, Jean** - La Mediterranée, Nouvelle Frontière Pour l'Europe des Douzes, Éditions Karthala, Paris 1986.

**Drucker, Peter** - The Do and Don'ts of Industrial Location: The Management View, in "International Congress on Regional Policy in Europe in the Nineties, Madrid, Junho 1990.

- Dubarry, May - "Quelle Place Pour l'Europe Dans le Monde: L'Europe et le Monde Árabe: Vers l'inévitable Recentrage sur le Maghreb?". "Cahiers Français", La Documentation Française, Juillet-Septembre 1992, pp. 111-117.
- Duchêne, F. - European Community and(ant) the Uncertainties of Interdependencies, in "The Nation Writ Large", M. Kohn Stamm and W. Heger(eds) et Macmillan, London 1973.
- Duchêne, François - La Communauté Européenne et Le Bassin Méditerranéen, Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, Documentation Européenne, Luxembourg 1985.
- Eisenstadt, S. N. - O Panorama Civilizacional Contemporâneo: Uma ou Mais civilizações Modernas."Análise Social", Vol XXVIII 122, 1993 - 475-487.
- EL - Kenz, Ali - Emploi: Une Crise Structurale des Palliatifs Insuffisants, C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de),"L'Etat du Maghreb", La Découverte, Paris 1991pp. 489-490.
- Elbadawi, Ibrahim, Rocha, Roberto -Determinants of expatriate worker's remittances in North Africa and Europe. World Bank, November 1992.
- Eliade, Mircea - Aspectos do Mito, Perspectivas do Homem, Edições 70, 1963 , p. 13.
- Erzan, R., Goto, J., Holmes, P. - Effects of the Multi-fibres Arrangement on Developing Countries' Trade: An Empirical Investigation, in C. Halmiton.(ed), The Uruguay Round-Textiles Trade and the Developing Countries-eliminating The Multi-fibre Arrangement in 1990s, 1990, pp.63-102.
- Escallier, Robert - Obsession du Nombre et Considérable Raieunissement de la Population C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de),"L'Etat du Maghreb", La Découverte, Paris 1991, pp. 79-90.
- Escribano, Gonzalo - Las Relaciones Comerciales Entre Marruecos y La Union Europea a La Luz de La Ronda Uruguay. "Documento de Trabajo" nº 9431, Facultad de Ciencias Economicas Y Empresariales - Universidad Complutense, Madrid 1994.
- Étienne, Bruno - Maghreb, in "Enciclopédia Universallis" 1990, pp. 242-248.
- Étienne, Bruno - L'Islamisme Radical, Hachette, 1987.
- EUROSTAT , Statisces Bundesam - États du Maghreb 1994, Monographie Pays,Luxembourg 1994.
- Fabre, Thierry - L'Occident Contre la Méditerranée: Eléments Pour Une Approche Géoculturelle. "Confluences Méditerranée" nº 7, Eté 1993, Editions l'Harmattan, Paris, pp.143-153.
- Faria, Ana Paula - Inovação e Competitividade: Um estudo Aplicado às Industrias Texteis e do Vestuário em Portugal, Dissertação Apresentada à Universidade do Minho para a Obtenção do Grau de Mestre em Estudos Europeus, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Braga 1991, pp. 108-199.
- Faria, Fernanda - Politiques de Sécurité au Maghreb, les Impératifs de la Stabilité Intérieure. "Cahiers du Lumiar" nº 1, Instituto de Estudos Estratégico, Lisboa 1994.
- Faustino, Horácio Crespo - Efeitos da Adesão de Portugal à CEE e de Preparação para o Mercado Único sobre o Comércio com a Espanha e com os Países do Magreb e do Macreque: Análise da Criação e desvio de comércio intra-sectorial e do Ranking dos principais produtos. "Cadernos de Económicas", n 5/94, ISEG-Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 1994.
- Ferguène, Améziane - Emploi et Chômage en Algérie: Éléments d'Analyse. "Economie & Humanisme" nº309, Septembre-Octobre 1989, pp. 31-37.
- Festy, Patrick - Les Populations Immigrés en France. "Problèmes Économiques" nº 2402 14 de Dezembro 1994.
- Figueiredo, António; Costa, Carlos (1986) - Do Subdesenvolvimento, Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em Torno de um Conceito , Roteiro Crítico e Antologia Vol II Rupturas, Biblioteca de Ciências do Homem, Edições Afrontamento.
- Finaihs, Mohamed e Bell, Eric - The Maghreb Union, International Monetary Fund, Midle Eastern Department, WP/94/55, Washington DC 1994.
- François, Christian - Les économies et Les Pays du Maghreb dans l'Envoirement Économique nondial, Politiques Économiques, Croissance et Equilibre Exterior dans les Pays du Maghreb, FMI, Washington DC 1988, pp. 21-56.
- G.A.T.T - Arrangement Concernant le Commerce International des Textiles, 1974.
- Galissot, René - L'Economie de L'Afrique du Nord, "Que-sais-Je?", Paris 1964.
- Galluzzi, M - Rapport Fait au Nom de La Commission des Relations Économiques Exterieures Sur Les Relations Économiques et Commerciales entre La CEE et Les Pays Méditerranéens Après l'Élargissement de La Communauté, Bruxelles1988.
- Garcia, B Lopes - Les Mouvements de Population en Mediterranée, in Marie Lucy Dumas(dir de),"Les Lieux de La Méditerranée, Méditerranée Occidentale Sécurité et Coopération", Fondation Pour Les Études de Défense Nationale, 1992, pp. 45-56.



- Garson, Jean-Pierre** - Financial Flows Generated by Emigration and their Impact on Regional Development -The Implications for the Maghreb Countries of Financial Transfers From Emigrants, Migration and Development, New Partnerships for Cooperation, OCDE, Paris 1994, pp. 275-287.
- Germouni, Mohamed** - La Coopération dans l'Industrie, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de la Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains e Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 333-338.
- Ghorbel, Abdelfettah** - La Dynamique des Économies Maghrebines. "La Vie Industrielle & Agricole" 5 de Novembre 1990, pp. 11-13.
- Gillis, Malcolm, Perkins, Dwight, et al** - Economics of Development, Norton-International Student Edition, 1992, pp. 186-216.
- Girardon, Jacques**- Algérie. L'Introuvable Troisième Voie. "L'Express" n° 2245, 21 Julho 1994.
- Giraud, Pierre-Noel** - Libre-Échange et Inégalités, "Problèmes Économiques" n° 2. 421, 26 Abril 1995, pp. 6-13.
- Gizard, Xavier** - Des Outils pour les Nouveaux Mondes, in Paul Balta(dir de),"La Méditerranée Réinventée, "Réalités et Espoirs de La Cooperation", Editions La Découverte/Foundation René Seydoux, Paris 1992, pp.174-191.
- Gizard, Xavier** - Les Huit Domaines D'une Coopération De L'Europe du Sud et La Rive Sud de la Méditerranée, in Marie Lucy Dumas(dir de),"Les Lieux de la Méditerranée, Méditerranée Occidentale Sécurité et Coopération", Fondation Pour Les Études de Défense Nationale, 1992, pp.77-81.
- Gobe, Eric** - Autour du Forum Méditerranéen: Valses Hésitations et Enjeux, in Kacen Basfao et Jean-Robert Henry(dir de), "Le Maghreb, L'Europe et La France", IREMAM/CNRS 1992, pp. 97-106.
- Gonidec, P.P.F.** - L'Association Des pays d'Outre Mer au Marché Commun. "Annuaire Français de Droit International" 1958, Pg 593-621.
- Goyet, Catherine** - Le Libre Échange Est-il Une Réponse au Défi Méditerranée?. "Revue du Marché Commom et de L'union Européenne" n°358, 1992, PP.??
- Greenaway, David e Milner, Chris** - South-South Trade: Theory, Evidence and Policy. "The World Bank Research Observer", Vol 5 n° 1, January 1990, pp. 47-68.
- Grissa, Abdessatar**, Commentaire Sur l'Exposé De Fathallah Oualalou . "Politiques Economiques", Croissance et Equilibre Exterior dans Les Pays du Maghreb", FMI, Washington DC, 1988, pp.127-136.
- Guth, E, Aeikens, H** - Les Conséquences du Deuxème Élargissement pour La Politique Méditerranéenne et La Politique "ACP" de la Communauté Européenne, Europe Information Développement, Comission des Communautés Europeennes, Direction Générale de l'information, Bruxelles 1980.
- Hadad, Mona, Harrison, Ann** - Are There Positive Spillovers From Direct Foreign Investment?. "Journal of Development Economics", n° 42, 1993
- Hannachi, Salah** - Après La Paix Tous Les Rêves Seront Permis. "Confluences Méditerranée" n° 7, Été 1993, Editions l'Harmattan, Paris, pp. 41-46.
- Harik, Ilya** - Privatisation et Développement en Tunisie. "Monde Arabe:Maghreb et Machrek",n° 128, 1990, pp. 5-26.
- Hemmer, Hans-Ribert, Beissner, Karl-Heinz** - "The Impact of the Ec's Agricultural Policy on its Trade with Developing Countries". "Intereconomics", Março-Abril 1981.
- Henig, Stanley** - Mediterranean Policy in Context of the External Relations of the European Community: 1958-1973, in Avi Shlaim, George Yannapoulos (eds), "The ECC an the Mediterranean Countries" Cambrigde University Press, 1976, pp. 305-324.
- Henry, J.** - La Crise du Mythe de l'Unité Arabe, in Herbat Michel e Claude Santucci(dir de),"Le Maghreb dans le Monde Arabe ou les Afilités Selectives", CRESM, Paris 1987, pp. 19-25.
- Hine, Robert** - Regionalism and the Integration of the World Economy. "Journal of Common Market Studies", Vol XXX n° 2 Junho 1992,pp. 115-123.
- Hine, Robert** - The Political Economy Of European Trade: An introduction to the Trade Policies of The CEE, Wheatsheaf Biiks Ltd, Sussex, 1985.
- Hirtis, Theodoro** - "Trade Effects of Economic Association with the Common Market: The Case of Greece, N.Y 1972.
- Holsti, K.J.** - Change in the International System-Essays on the Theory and Praticce of International Relations, Edward Elgar England, 1991 pp. 53-67.
- Horton, Brendan** - Morocco Analysis and Reform of Economic Policy, Economic Development Institute of World Bank, EDI Development Policy Case Series, Analitycal Case Studies Number 4, 1990.

Huntington, Samuel - If Not Civilizations, What?-Paradigms of the Post-Cold War World. "Foreign Affairs", Vol 72 n°5 November-December 1993, p. 186-194.

Huntington, Samuel P - The Clash of Civilizations?. "Foreign Affairs", Vol 72, n° 3 Summer 1993, pp. 22-49.

Hveen, Helge - Responses to Interdependence, International Restructuring, National Vulnerability and the New Protectionism, in James Rosenau e Hylke Tromp(eds) "Interdependence and Conflict in World Politics" Avebury, England, 1991, pp. 128-146.

Hvem, Helge - Responses to Interdependence, International restructuring, National Vulnerability and the new Protectionism, in James Rosenau e Hylke Tromp(eds) "Interdependence and Conflict in World Politics" Avebury, England, 1991, pp. 128-148

ICEP- Como Investir em Marrocos. Direcção de Informação e Publicações, Lisboa 1994.

Infante, D. - Marginalization, Specialisation and Cooperation in the Baltic and Mediterranean Regions-Industry, Innovation and Regional Markets: Baltica and Mediterranean Scenarios, Commission of European Communities, Monitor Fast Programme, FOP 3478, 1992.

Ireland, Patrick - Facing the True "Fortress Europe": Imigrant an Politics in the EC. "Journal of Common Market Studies", Vol XXIX, n° 5, September 1991, pp. 457-480.

Jaidi, Larbi - La Penetration des Produits Manufactures Maghrebins dans Le Amrche de La CEE: Contraintes Actuelles et Perspectives du Marche Unique, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de La Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains e Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 347-363.

Joekes, S. - The Multifibre Arrangement and Outward Processing: The Case of Morocco and Tunisia, in C. Stevens( ed), "EEC and the Third World: a Survey2", Hodder and Stougyon, Londres 1982 pp. 102-111.

Johnson, Harry - LDC Investment: The Road is Paved with Preferences; Columbia Journal of World Business, New York, January 1968, pp. 17-21.

Joséphidès, Kalliope - Géopolitique D'une Coexistence l'Avenir Des Relations Europe-Maghreb, in Marie Lucy Dumas(dir de), "Les Lieux de La Méditerranée, Méditerranée Occidentale Sécurité et Coopération", Fondation Pour les Études de Défense Nationale, 1992, pp. 83-105.

Jouve, Anne/Belghazi. Saad - Le Secteur Agricole et Ses Perspectives à l'horizon 2000 Maroc-Rapport Final, Comissão das Comunidades Europeias, Setembro 1993

Kahler, Miles - Europe and its "Privileged Partners", in Loukas Tsoukalis(ed)-, Africa and the Middle East, European Community: Past, Present & Future, Basil Blakwell, Oxford 1983, pp. 119-218.

Kalamotousakis, G. - Greece Association with European Community: An Evolution of First Ten Years, in Avi Shlaim, George Yannapoulos (eds), "The ECC an the Mediterranean Countries" Cambridge University Press 1976, p. 141-160.

Kaplinsky, R. - The International Context for Industrialisation in the Comming Decade, in "Journal of Development Studies", 1984, p 75-96.

Kebschull, Dietrich - The Effects of EEC Preferences to Associated States on Trade Flows, in Avi Shlaim, George Yannapoulos (eds), "The ECC an the Mediterranean Countries" Cambridge University Press 1976., p 53-71.

Keohane, Robert e Nye, Joseph - Power and Interdependence World Politics in Transition, Little, Brown and Company Boston, 1977, pp. 3-21.

Kepel, Gilles - La Flambée Islamite. "Politique Internationale", n° 61, Out 1993. PP.97-106.

Kepel, Gilles - Mouvements Islamistes et Frustration Démocratique. "Géopolitique" n° 42, Verão 1993, pp 20 - 25

Khelladi, Mohamed - La Population Active au Maghreb, C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de), "L'Etat du Maghreb", La Découverte, Paris 1991 pp. 494-497.

Kirkpatrick, Jeane and Others - The Modernizing Imperative-Tradition and Change. "Foreign Affairs", Vol 72, n° 4 September-October 1993, pp. 22-24

Kolh y Gonzales Salvan la Cumbre de Cannes, La U.E. Aumenta la Ayudas a Los Países del Sur del Mediterráneo. "El Pais", 27 Juin 1995, p. 1 e 2.

Kreinin, Mordechai - The Statics Effects of EEC Enlargement on Trade Flows."The Southern Economic Journal", Vol 39 Chapel Hill 1973, p. 559 -568.

Krimi, B - L'accord D'Association Avec l'EU Suscite un Vif Débat à Tunis. "Marchés Tropicaux", 2 Juin 1995, p. 1172

La Creation de l'Union Maghreb Arabe." Monde Arabe Maghreb Machrek", n°124, Avril-Mai, Juin 89.

Lahlou, Mehdi - Chômage et Sous-emploi un Phénomène de Très Grave Ampleur, C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de), "L'Etat du Maghreb", La Découverte, Paris 1991, pp. 484-488.



- Lahzami, M. - Intégration Économique Maghrébine: Le Poids des Mythes, Le Choc des Realités, in Restractions Économiques et Financières et Intégrations Regionales et Mondiales, Association Internationale des Economistes de Langue Francaise 1992.
- Langhammer, Rolf - The Developing Countries and the Regionalism. "Journal of Common Market Studies", Vol XXX n° 2, June 1992, pp. 211-231.
- Larramendi, Miguel - L'Islam al Maghrib. "Avenç", n° 146, Março 1991, pp. 30-35.
- Laubier, Dominique de - Les Investissements Directs des Pays Industrialisés Depuis de 1980, Problèmes Économiques n°2370, 1994, pp. 8-10.
- Lauré, Maurice - Les Délocalisations:Enjeux et Stratégiques des Pays Développés. "Futuribles" n° 175, Mai 1993, pp. 3-19.
- Leca, Jean - Ideologies de La Cooperation. "Études Internationales", Vol V, n° 2 Juin 1974, pp. 226-243.
- Les Chances Économiques du Maghrebe. "La Vie Industrielle & Agricole", n° 380, 5 Decembre 1994, pp. 11-12.
- Leveau, Rémy - Algérie: Autonomie d'un Changement Incertain. "Espirit", Mars-Avril 1992, pp. 90
- Leveau, Rémy - Algérie: Les Pièges de l'Aide Internationale. "Politique Internationale", n°65, Autonne 1994, pp. 171-192.
- Leveau, Rémy - Le Sabre et Le Turban, l'Avenir du Maghreb, François Bourin, Paris 1993.
- Leymarie, S., Tripier, J. - Maroc: Le Prochain Dragon?, De Nouvelles Idées Pour Le Développement, Editions EDDIF 2<sup>e</sup> ED, 1992.
- Liabès, Djillali - La Main D'Ouvre Émigrée en Mutation, C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de),"L'Etat du Maghreb", La Découverte, Paris 1991, pp. 497-500.
- Liabès, Djillali - Les Rapports Entre l'Europe Et Le Monde Arabo-Musulman in Cooperation et Sécurité, Conferência Proferida no Instituto de Defesa Nacional. "Nação e Defesa" n ° 68, Out-Dez 1993, pp.173- 180.
- Libera, Alain - Une Double Amnésie Nourrit le Discours Xénophobe, Le Maghreb Face à La Contestation Islamiste, Manière de Voir 24, LE MONDE Diplomatique, Novembre 1994, pp.84-86.
- Liontas, A. - Préférences Tarifaires et Développement, Economica, Paris 1973.
- Lipsey, Richard - The Theory of Customs Unions: a General Survey. " Economic Journal", Cambridge, September 1960, pp. 456-513.
- Loeff, j. - La Communauté Élargie et l'Espace Mediterranéen, Travaux du Colloque de Burges, 23-25 Mars 1972.
- Lorca, Alejandro, Castro, Armando,(1992) - Mediterraneo Occidentale: Las Diferencias Economicas entre las dos Riberas. Es El Co-Desarrollo la Solucion Soñada?, in "Sécurité et Stabilité En Méditerranée Occidentale: Enjeux Prioritaires", Instituto Estudos Estratégicos, Sesimbra 27 e 28 de Março 1992.
- Louis, Jean Victor - A Ordem Jurídica da Comunidade, Perspectivas Europeias, Serviços de Publicações das Comunidades Europeias, Bruxelas 1986, pp. 53.
- Mahiou, Ahmed - Le Maghreb et La CEE: entre La Crainte et l'Espoir, in Kacen Basfao et Jean-Robert Henry(dir de), "Le Maghreb, L'Europe et La France", IREMAM/CNRS 1992, pp. 27-38.
- Maila, Joseph - Avenirs de l'Islam. "Espirit", Agosto-Setembro 1993, pp.58-81.
- Maillard, Didier - Délocalisation et Emploi: La Mondialisation du Marché du Travail. "Futuribles" n° 180, Octobre 1993, pp. 29-43.
- Maison Lazard, et al - Algerie -Economic Information Memorandum, Abril 1993.
- Malki, Habib - Le Maghreb Économique entre Le Possible et Le Réalisable, in "Le Grand Maghreb-Données Socio-Politiques et Facteurs D'Intégration des Etats du Maghreb", Economica, Paris 1988, pp.211-219.
- Malki, Habib - Rapport Introductif, in" in Habib El Malki (dir de),"La Mediterranee en Question, Conflits et Interdependances", Colloque 7-9 Decembre 1989, pp. 15-28.
- Maltez, José Avelino - Ensaio Sobre o Problema do Estado, Tomo I, Lisboa 1991.
- Marquina, A. Echeverria - La Politique de L'Espagne au Maghreb. "Monde Arabe, Maghreb-Machrek" n 137, 1992, p. 43-55.
- Marsh, J.S. - The Common Agricultural Policy and the Mediterranean Countries, in Avi Shlaim, George Yannapoulos (eds), "The ECC an the Mediterranean Countries" Cambridge University Press 1976, pp 75-97.
- Masclat, Jean Claude - Le Union Politique de l'Europe, Coleção Que Sais Je?, Presse Universitaire de France, Paris 1986, pp. 128.

- Mcqueen, Matthew** - Some Measures of the Economic Effects of Common Market Trade Preferences For the Mediterranean Countries, in Avi Shlaim, George Yannopoulos (eds), "The ECC an the Mediterranean Countries" Cambrigde University Press 1976, pp. 13-32.
- Meade, J. E** - The Theory of Customs Unions, Amesterdan, North Holland, 1955.
- Merle, Marcel**, Sociologia de las Relaciones Internacionales, Nueva Edicion Revisada y Ampliada, Madrid 1991.
- Meyer, J, Raj, K.**-Science and Thecnology Cooperation Betwen Europe and the Arab World, Monitor Fast Programme, FOP 348, Comission of European Communities 1992.
- Mezdour, Salah** - L'Émigration Maghrébine en Europe (Passé, Present et Avenir, "Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne", n° 366 Mars 1993, pp.237 - 241.
- Mezdour, Salah** - Les Associés de La CEE entre Préférence Commerciale et La Préférence Communautaire. "Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne" n°375, 1994 pp.114-117.
- Moatassime, Ahmed** - Dimension Culturelle et Géopolitique de l'Intégration Maghrébine, in "Le Grand Maghreb-Données Socio-politiques et Facteurs Intégration des Etats du Maghreb", Economica, Paris 1988, Pg 237-251.
- Moatassime, Ahmed** - Sud-Sud Au Maghreb?. "Revue du Tiers Monde" t XXIV n°96,1993, pp. 909-918.
- Monteiro, Fernando Amaro** - A Europa Mediterrânica Perante a Tensão Magrebina . "Africana", Centro de Estudos Africanos, n° 14, Setembro 1994, p. 63 - 73
- Móran, Fernando** - El Maghreb Desde La Nueva Situación Europea. "Politica Exterior", Vol IV N° 15, Primavera 1990, pp. 6-18.
- Morrison, Christian** - Ajustement et Dépenses Sociales au Maroc. "Revue du Tiers Monde", t. XXXII n° 126, Avril-Juin 1991, pp. 223-269.
- Mortimer, Robert** - Maghreb Matters. "Foreign Policy", n° 76,1989, pp. 160-175.
- Mouaqit, Mohamed** - Les Européens Peuvent-ils Accueillir l'Autre? A Propos du Racisme Anti-Maghrébin. "Confluences Méditerranée" n° 7, Eté 1993, Editions l'Harmattan, Paris, pp. 87-93.
- Moussa. Fadhel** - Existe-t-il un Modele Maghrebin d'Administration in "Le Grand Maghreb-Données Socio-politiques et Facteurs d'Intégration des Etats du Maghreb", Economica, Paris 1988, p. 148-172
- Nadifi, Abdeladim** - Le Statut Juridique des Travailleurs Maghrebins. "Revue du Marché Commun", n° 327, Mai 1989, p289-295.
- Nair, Sami** - Une Contradicción Pertubadora, el Sentido de La Conferencia Sobre Cooperación y Segurid en el Mediterráneo in "Temas de Nuestra época", El Pais, anoV, 4 Julio 1991, pp. 7.
- Nême, Colette, Nême, Jacques** - Économie Européenne, THÉMIS Sciences Économiques, Presses Universitaires, 1970 pp. 417-426.
- Nigoul, Claude** - Quelques Remarques Sur Les Factures Economiques et Sociaux de l'Insecurité en Mediterranee, in Habib El Malki (dir de),"La Mediterranee en Question, Conflits et Interdependances", Colloque 7 -9 Décembre 1989, pp. 123- 130.
- Nsouli, Saleh, Eken, Sena, et al,** - Resilience and Growth Trought Sustained Adjustment. The Marroccan Experience. "Occasional Paper" 117, IMF, Washington D.C., January 1995.
- Oualalou, Fathallah** - L'UMA, le Grand Marche European et La Necessaire Mutation des Rapports Euro-Maghrebins, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de La Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains e Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 131 -148.
- Oualalou, Fathallah** - Le Développement du Maghreb Répond aux Intérêts des Sociétés Européennes. "Confluences Méditerranée" n° 7, Eté 1993, Editions l'Harmattan, Paris pp. 47-54.
- Oualalou, Fathallah** - Politique Commerciale Exterieur et Croissance: Le Cas du Maroc, in Politiques Economiques, Croissance et Equilibre Exterieur dans Les Pays du Maghreb, FMI, Washington DC, 1988,pp. 103-125.
- Paiva, Amadeu** - Efeitos nos Mercados de Emprego dos Países da Bacia do Mediterrâneo das Migrações para o Norte da Europa - in" 2º Encontro da Conferência da Casa de Mateus", Vila Real, Out 1987.
- Papa, Gian, Laurent, Jean** - Commercial Relations Between the EEC and the Mediterranean Countries: an Analysis of Recent Trends in Trade Flows, in Avi Shlaim, George Yannopoulos (eds), "The ECC an the Mediterranean Countries" Cambrigde University Press 1976, pp. 265-304.
- Paris: Une Politique de Risque**. "Le Point", n° 1143, 13 de Agosto 1994 pp. 24.
- Parisot, Benoît, Blin, Louis** - Les Relations Économiques entre la CEE et Les Pays du Maghreb in Kacen Basfao et Jean-Robert Henry(dir de), "Le Maghreb, L'Europe et La France", IREMAM/CNRS 1992, pp. 57-96.
- Parlamento Europeu** - Política Mediterrânica Renovada. "Perspectiva", 13 a 17.01.92.

Parlamento Europeu - Politique Commerciale de La Communauté ."Débats du Parlement Européen", n° 133, 9 February 1971, pp. 28-53, Ponto 4.

Parlamento Europeu - Resolução Sobre uma Política Mediterrânica Renovada, A 3-121/91, 12 de Julho de 1991, Jornal das Comunidades Europeias n° C240/250-254.

Parlement Européen - A Política Renovada e os Direitos do Homem. "Rescaldo da Sessão", 13 a 17 92, pp.16-21

Parlement Européen - Rapport Sur La Politique Commerciale de La Communauté Dans Le Bassin Méditerranéen, Document de Séance du Parlement Européen n° 246, 70/71.

Parlement Européen, Rapport sur la Politique Commerciale de la Communauté dans le Basin Méditerranéen, Document de Séance du Parlement Européen n° 246, 70/71.

Pellicani, Luciano - A Guerra Cultural entre o Ocidente y Oriente. "Sistema" n° 102, Maio 1992, pp. 99-106 .

Pennis, Giuseppe - Les Migrations entre Les Régions de la Mediterranee Occidentale, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de La Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains et Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 547-554.

Penouil, Marc - Existe-t-il des Modèles de Développement? Des Outils d'Interpretation de Faux Instruments d'Action, in "Tiers Monde - Controverses et Réalités", Sylvie Brunel(dir de), Fondation Liberté sans Frontières, Economica, Paris 1987, pp. 200-210

Perroux, François - Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento, Fundação Calouste Gulbenkian 1988. Primeira Edição(1981).

Pinto, Maria do Céu - Cooperação Euro-Magrebina: A Política Mediterrânea Renovada Num Contexto de Dependências e Desequilíbrios, Série de Documentos de Trabalho, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, 1993.

Pinto, Maria do Céu - Islão, Fundamentalismo e Revolução Iraniana, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa 1994, PP. 175-187.

Pisani, Edgard - El Mito Mediterráneo, una Realidad que Debe ser Construida Teniendo en Cuenta que las Culturas son aquí Herencia, Identidad y Búsqueda, in "Temas de Nuestra Época", El Pais, ano V 4 Julio 1991, pp. 3.

Pisani, Edgard - En Quête d'un Avenir, in Paul Balta(dir de),"La Mediterranée Réinventée-Réalités et Espoirs de La Cooperation", Editions La Découverte/Foundation René Seydoux,Paris 1992, pp.29 - 41.

Pisani, Edgard- La Mediterranée Facture Probable. Rencontre Possible, in Habib El Malki (dir de),"La Mediterranée en Question, Conflits et Intédependances", Colloque 7 -9 Décembre 1989, pp. 245-254.

Politique Commerciale de la Communauté, "Débats du Parlement Européen", n° 133. 9 February 1971, pp. 28-53.

Pomfret, Richard - Mediterranean Policy of the European Community - A Study of Discrimination in Trade, Trade Policy Research Centre, London 1986.

Pomfret, Richard - Trade Effects of European Community Preferences to Mediterranean Countries: The Case of Textile and Clothing Imports. "World Development", Vol. 10, pp. 857-862, 1982 .

Pomfret, Richard - Trade Preferences And Foreign Investment in Malta. "Journal of World trade law", Vol 16, 1982, Pg 236 e seg.

Pomfret, Richard -The Impact of ECC Enlargement on Non-Member Mediterranean Countries Export to EEC . "The economic Journal", n° 91, September 1981, pp. 726-729.

Pomfret, Richard;Toren, Benjamin - Israel and The European Commom Market. An Appraisal of the 1975 Free Trade Agreement, Kieler StudienTubingen 1980.

Promesses et Risques. "Le MOCI" Janvier 1995, pp. 40-43.

Raki, Mohamed - Les Echanges Agricoles Euro-Maghebains, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de La Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains et Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 445-450.

Rato, Helena - O Impacto da Adesão de Portugal e Espanha sobre o Comércio Externo dos Países do Magrebe. "Série de Estudos", Instituto Nacional Administração 1990.

Regnault, Henri - Exister dans l'Économie-Monde, in Paul Balta(dir de),"La Méditerranée Réinventée-Réalités et Espoirs de la Coopération", Editions la Découverte/Foundation René Seydoux,Paris 1992, pp.61-71.

- Regnault, Henri** - L'Euro-Méditerranée, Impossible Nécessité?. "Confluences Méditerranée" n° 7, Été 1993, Editions l'Harmattan, Paris, pp.155-162.
- Renier, Y** - L'Europe et le Sud de la Méditerranée. "Le Courier" n° 108 Mars-Avril 1988, pp.53-57.
- Rhein, Eberhard** - La Coopération Euro-Maghrébine Vue de Bruxelles, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de La Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains et Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp.57-60.
- Rhein, Eberhard** - La Politique Méditerranéenne de La Communauté Européenne. "Confluences Méditerranée" n° 7, Été 1993, Editions l'Harmattan, Paris, pp.31-40.
- Ribeiro, José Félix** - Transformações Geopolíticas na Europa e Perspectivas para a Integração Europeia: Um cenário. "Análise Social", Vol XXVII/9 118-119- pp. 857-866, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa 1992.
- Robertson, Davis** - The European Community's Mediterranean Policy in a World Context, in Avi Shlaim, George Yannopoulos (eds), "The ECC an the Mediterranean Countries" Cambrigde University Press 1976, pp. 325-348.
- Robson, Peter** - La Communauté Européenne et l'Intégration Économique Regionale dans Le Tiers Monde. "Revue du Tiers Monde" t.XXXIV n 136, Octobre - Décembre 1993, pp.859-877.
- Robson, Peter** - Teoria Económica da Integração Internacional, Coimbra Editora Lda, 1985, pp. 226 257.
- Robson, Peter** - The New Regionalism and the Developing Countries. "Journal of Common Market Studies", Vol 31 n° 3, September 1993, pp. 329-348.
- Rodrigues, Samuel** - Contributo para a Interpretação do Fundamentalismo Islâmico. "Defesa Nacional" n° 68, Out-Dez 1993, Instituto de Defesa Nacional, pp.77-99
- Rojo, Teresa** - Scenarios for Industrialization of the Western Mediterranean. "Futures", 26(5) 1994, pp. 467-489.
- Rojo, Teresa** - The Future of the Western Mediterranean - Issues and Prospects for Science and Technology Development. "Fast Dossier" Vol 4, November 1992.
- Romão, António** - Portugal Face à CEE, Uma Avaliação Global de um Processo de Integração Económica (1960-1980/2), Livros - Horizonte, 1983, pp. 35-67.
- Romero, Arturo** - Las Economías del Magreb: Argélia, Marruecos, Tunes, Documento de Trabajo 9213, Facultad de Ciencias Economicas Y Empresariales -Universidad Complutense, Madrid 1992.
- Rood, Jan** - The Functioning of Regimes in an Interdependent World, in James Rosenau e Hylke Tromp(eds) "Interdependence and Conflict in World Politics" Avebury, England, 1991, pp. 61-82.
- Rosenthal, Glenda** - The Mediterranean Basin-Its Political Economy and Changing International Relations, Butterworth Scientific, 1982, pp. 1-5, 25-38 e 137-140
- Rouabhia, B.** - La Logique d'Intégration: les Tentatives Opérées. "Révolution Africaine", 5-11 Décembre 1980
- Roy, Oliver** - De l'Islam Révolutionnaire au Néofondamentalisme ."Espirit" Juillet-Aôut 1990, pp. 5-13.
- Roy, Oliver** - Le Neofondamentalisme: des Frères Musulmans au FIS Algérien. "Espirit", Mars- Avril 1992 a, pp. 78-89.
- Roy, Oliver**- L'Echec de l'Islam Politique. "Espirit", Août-Septembre, 1992, pp.106-129.
- Russet, Bruce ,Starr, Harvey** - World Politics, The Menu for Choice, WH. Freeman and Company, N.Y. 1992, p. 438-459.
- Rutherford, T., Ruström, E., Tarr ,D.** - Morocco's Free Trade Agreement with European Community - A quantative Assesement, Policy Research Departement, The World Bank 1993.
- Saaf, Abdallah** - L'Idée de l'Unité Arabe dans le Discours Politique Maghrébin, in Herbat Michel e Claude Santucci(dir de), "Le Maghreb dans Le Monde Arabe ou Les Afilités Selectives", CRESM, Paris 1987, Editions du CNRS, pp. 53-63.
- Schwald, F.-** Mondialisation: la Concurrence Nord-Sud, "RAMSES" 1995, Institut Français des Relations Internationales, 1994. pp.230 - 262.
- Salem, Hatem Ben** - Les Nouvelles Données Politico-Stratégiques en Méditerranée, in Marie Lucy Dumas(dir de),"Les Lieux de La Méditerranée, Méditerranée Occidentale Sécurité et Coopération", Fondation Pour les Études de Défense Nationale, 1992, pp. 197 - 206
- Salem, Hatem Ben**, Maghreb - CEE - Pays L'Est: Fatalité De La trilogie ou Consécration du Trilatéralisme?, Revue du Marché Commun, n° 348, PP. 451-457.
- Salem, Mahmoud** - Problématique de la Protection des Droits des Migrants dans le Cadre Euro-Maghrébin, in Kacen Basfao et Jean-Robert Henry(dir de), "Le Maghreb, L'Europe et La France", IREMAM/CNRS 1992, p 107-112.

- Santos, Victor - As Relações entre a Europa e a África. "Relações Internacionais" 3-4, 1983, Boletim da Associação Portuguesa de Relações Internacionais, pp.85-123.
- Santucci, Robert - Les Problèmes de Société. "Defense Nationale", Mars 1991 pp. 65-71.
- Schemers, Henry - As Relações de Direito Internacional Publico da Comunidade, in "30 anos de Direito Comunitário", Coleção Perspectivas Europeias, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Bruxelas 1984, PP. 233- 248.
- Schimtz, A., Bieri, J. - The ECC-Tariffs and US Direct Investment. "European Economic Review", Vol. 3, 1972, pp. 259-270.
- Sempere, Jean - François - Modernisation et Libéralisation. "Marchés Tropicaux", 18 Octobre 1991, pp. 2560- 2568..
- Serra, Françoise de La - Foreign Policy of European Community, in Roy. Macridis (ed) "Foreign Policies in World Politics: States and Regions", 7ª Ed., Brandis University, 1989.
- Serre, François de La - Europe and its "Privileged Partners" in Africa and the Middle East-Coment, in Loukas Tsoukalis(ed),"The European Community Past, Present & Futures", Basil Blakwell, Oxford 1983, pp. 218-220.
- Shlaim, Avi - The Community and the Mediterranean, in Kenneth J. Twichett(ed) "Europe and World", Europa Publication,London 1976, pp. 97-115.
- Shlaim, Avi e Yannopoulos, George - Introduction, in Avi Shlaim, George Yannopoulos (eds), "The ECC an the Mediterranean Countries" Cambrigde University Press 1976, p,1-10.
- Sid -Ahmed, Abdelkader - Emploi et Croissance au Maghreb: Bilan et Perspectives. "Revue du Tiers Monde", t. XXXII, nº 125, Janvier-Mars 1991, pp. 7-36.
- Sid -Ahmed, Abdelkader -Maghreb, Quelle Intégration a La Lumière des Expériences dans le Tiers Monde?. "Revue du Tiers Monde", t. XXXIII, nº 129, Janvier-Mars 1992, pp. 67-97.
- Sid -Ahmed, Abdelkader. - La Crise des Économies Maghrébines: Les Politiques Redistributives en Question. "Revue du Tiers Monde", t XXXIV, Juillet-Septembre 1993, pp. 565-584.
- Sid-Ahmed, Abdelkader - Les Relations Économiques entre l'Europe et le Maghreb. "Revue du Tiers Monde", t XXXIV, Octobre -Décembre 1993, pp.759 - 779
- Sid-Ahmed, Abdelkader - Les Relations Énergétiques CEE-Maghreb, in Marie Lucy Dumas(dir de),"Les Lieux de La Méditerranée, Méditerranée Occidentale Sécurité et Coopération", Fondation Pour Les Études de Défense Nationale, 1992, pp.149-159.
- Siebeke, Roland - Can the EC Mediterranean Policy be Revitalised?. "Intereconomics" September - October 1985, pp.216-222.
- Siitonen, Lauri - Political Theories of Development Cooperation-A study of Theories of International Cooperation, Wider Working Papers 86, World Institute of Development Economics Research of the United Nations University, Julho 1990.
- Slim, Habib - Le Co-Developpement: Une Nouvelle Dimension de La Cooperation Euro-Maghrebine, in "Sécurité et Stabilité En Méditerranée Occidental: Enjeux Prioritaires", Instituto Estudos Estratégicos, Sesimbra 27 e 28 de Março 1992
- Slim, Habib - Maghreb/CEE Quel Codevelopment, Quel Partenariat?. "La Vie Industrielle et Agricole" nº 354 5 Setembro de 1993, pp. 15-17.
- Southern Europe in transition: Roles in Nato and Integration into the European Community, Wilton Park Papers 6, 1988, p 5-7.
- Spataro, Agostino - Méditerranée: Vers un Espace Économique Commun?. "Confluences Méditerranée" nº 7, Eté 1993, Editions l'Harmattan, Paris, pp.
- Stern, Brigitte - A Nova Ordem Económica Internacional, "Coleção ICEP/3", Instituto Comércio Externo, Lisboa 1988.
- Straubhaar, Thomas - Migrant Workers, The Significance of Labour Migration for the Worker's Countries of Origin. "Intereconomics", January/February 1985, pp. 15-20.
- Streeten,PP.P - International Cooperation in "Handbook of Economic Development", N.Y 1990, Handbook Series, Vol II, pp. 1162-1165.
- Sutton, Michael - Euro-Maghreb Partnership A New Form of Association?. "European Trends", The Economist Intelligence Unit N 3 1992, pp. 61-67.
- Talha, Larbi - La Main-d'Oeuvre Émigrée en Mutation, in C. Lacoste, Y.Lacoste(dir de),"L'État du Maghreb", La Découverte, Paris 1991, pp. 497-500.
- Talha, Larbi - Relations Europe-Maghreb: La Question des Investiments Directs, "Revue du Tiers Monde", t XXXIV n 136, Octobre-Décembre 1993, pp. 927-935.
- Tantillo, Domenico - Le Gaz Naturel: une Opportunité Pour La Coopération dans La Region de La Méditerranée, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de La Coopération en Méditerranée



- Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains et Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 391-394.
- Taveira - E. Foreign Investment in Portugal; Present, Structure, Determinants and Future Evolution after Ascension to the EEC, Dissertação de Doutoramento, University of Reading, 1984.
- Taylor, Robert - Les Conséquences du Deuxième Elargissement de la Communauté Européenne Pour Les Pays du Sud de La Méditerranée, Europe Information Développement, Commission des Communautés Européennes, Direction Générale de l'Information, Juin 1980, Bruxelles.
- Thabet, Boubaker, Allaya, Mahmoud - Le Secteur Agricole et Ses Perspectives à l'Horizon 2000 Tunisie-Rapport Final, Comissão das Comunidades Europeias, Julho 1993.
- Thiery, Simon - Le Poids des Choix Industriels des Années 70, Economie & Humanisme n 309, Septembre-Octobre 1989, pp.17-22 .
- Timizau, L. Gazoduc - Maghreb - Europe: Poids Économique et Moyens de Négociations Renforcés par Les Pays l'UMA, La Vie Industrielle & Agricole, n°332 , 25 Junho 1992, pp. 5 e 22.
- Touscoz, Jean - Les Procédures d'Évaluation et Leurs Sanctions dans La Coopération Bilatérale de La France et Les Pays en Voie de Développement, L'Évaluation de La Coopération Nord - Sud, Economica 1976.
- Tovias, Alfred - Tariff Preferences in Mediterranean Diplomacy, Trade Policy Research Centre, London 1977.
- Tratados da CEE, Vol I, Imprensa da Casa da Moeda, 1986.
- True, Warren - Trans-Med Expansion Nears Star-up, Maghreb Line Nears Construction. "Oil & Gas Journal", 17 Janeiro 1994 pp. 40-53.
- Tsoukalis, Loukas - The EEC and the Mediterranean: Is "Global" Policy a Misnomer ?, "International Affairs", July 1977 pp. 422-38.
- Tsoukalis, Loukas - The New European Economy, The Politics and Economics of Integration, Oxford University Press, New York 1991, pp. 249-292.
- Tubiana, Laurence - Les Relations Euro-Maghrebines à l'Horizon 1993, in "Maghreb Arabe-Europe Latine: Les Enjeux de La Coopération en Méditerranée Occidentale, Actes du Deuxième Forum Méditerranéen de Tanger", Association des Économistes Marocains et Confédération Générale Économique Marocaine, 1991, pp. 451-456.
- Tunisia, "Financial Time", 14 Junho 93, p. 2-8
- Valle, Emilio - Mediterráneo y "Yahad" "Sistema" n° 101, Março 1991, pp 5-15.
- Vasconcelos, Álvaro - O Mediterrâneo e a Questão do Islamismo Radical, in "Seminário: Segurança no Mediterrâneo e Médio Oriente", 1992, "Nação e Defesa", pp. 43-51.
- Vasconcelos, Álvaro - A NATO Tropeça no Mediterrâneo. "Público", 1 Março 1995, pp.15 .
- Vasconcelos, Álvaro - Relations Europe/Maghreb: Desconnexion Inevitable?. Documento Interno, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, Lisboa 1992.
- Vergès - Les Accords Conclus par la CEE Avec les Pays en Développement, in "L'Europe dans las Relations Internationales, Unité et Diversité", Colloque de Nancy, Societe Francaise pour le Droit International, Paris 1981, pp. 293-312.
- Villalba, Joaquim - El Maghreb Unido, un Largo y Difícil Camino, "Politica Exterior". Vol VI n°27, Primavera 1992, pp.129-148.
- Vinay, André - Nord Sud: Le Flux Migratoires, une Fatalité?-La Politique Française en Matière d'Immigration. "Futuribles", Décembre 1992, pp. 3-31.
- Viner, Jacob - The Customs Unions Issue, Anderson Kramer Associates, Washington DC, 1961.
- Vive la Cooperation Maroc/Europe?, "La Vie Industrielle & Agricole", n 321, pp.1.
- Wenden, Catherine - Les Transferts de Revenues et de Biens des Immigrés Maghrebins Vers Leurs Pays d'Origine. "Problèmes Économiques" n° 2.046, 28 Octobre 1987, pp. 27-32.
- Whalley, John - CUSTA and NAFTA: Can WHAFTA be Far Behind?. "Journal of Common Market Studies", Vol XXX n° 2, Junho 1992, pp. 125- 128.
- Wilde, Jaap - Norma Angell: Ancestor of Interdependence Theory, in James Rosenau e Hylke Tromp(eds) "Interdependence and Conflict in World Politics", Avebury, England 1991, pp. 13-30.
- Wood, Adrian - How Much Does Trade With the South Affects Workers In The North, "The World Bank Research Observer", Vol 6, N° 1, January 1991, pp. 19-36.
- World Bank World Tables 1993, Washington DC, 1993
- World Bank, Algeria. "Trends in Developing Countries", Washington DC, 1993, p. 5-9
- World Bank, Morocco. "Trends in Developing Countries", Washington DC, 1993, p. 342-346
- World Bank, Tunisia. "Trends in Developing Countries", Washington DC, 1993, p. 487-491
- Xavier, Alberto - A Natureza Jurídica da Associação à Comunidade Económica Europeia, Livraria Almedina, Coimbra 1970.

XVI Relatório Geral Sobre a Actividade das Comunidades Europeias, 1992, pp. 294 a 297.

XXV Relatório Geral Sobre a Actividade das Comunidades Europeias, 1991, pp. 313 a 316.

XXVII Relatório Geral Sobre a Actividade das Comunidades Europeias, 1993, pp. 279 a 281.

Yannopoulos, George - Patterns of Response to EC Tariff Preferences: An Empirical Investigation of Selected Non-ACP Associates, "Journal of Common Market Studies" Vol XXV n1, September 1986, pp. 15-30.

Yannopoulos, George - The Effects of Tariff Preferences on Export Expansion. Export Diversification and Investment Diversion: A Comparative Analysis of The Iberian and Other Mediterranean Economies, in George Yannopoulos(ed), "European Integration and Iberian Economies", Mcmillan Press e The Graduate School of European and International Studies University of Reading 1989, p 66-86.

Yeats, A.J. - Trade and Development Policies: Leading Issues for the 1980s, Macmillan, Londres 1981.

Zadra , Roberto - The Mediterranean and the Maghreb in the Defence Policies of European Countries and Institution, IEEI Research Project on The Maghreb in the Security Perceptions and The Defence Policies Of Europe, Instituto de Estudos Estratégicos, Lisboa 1994.

"Europa Développement", Éditions de l'Agence Europe SA, Bruxelles- vários números

"Europa", Éditions de l'Agence Europe SA, Bruxelles- Ano de 1995.

♣